

2014

REFLEXÕES

Livro V

Índice

- 4- Resposta à pergunta: Que é o Iluminismo?- [Immanuel Kant](#)
- 13- O que é o Iluminismo?- [Michel Foucault](#)
- 24- Foucault x Kant- [Paulo Ghiraldelli Jr](#)
- 30- Sobre um suposto direito de mentir por amor à humanidade- [Immanuel Kant](#)
- 36- Compreensão: convergência entre saber e ser- [Roberto Crema](#)
- 52- Sobre a verdade e a mentira no sentido extramoral- [Friedrich Nietzsche](#)
- 69- Tudo mentira- [Revista Super Interessante](#)
- 78- A tribo dos *selfies*- [Michel Maffesoli](#)
- 84- A ditadura do relativismo existe?- [Gilberto de Mello Kujawski](#)
- 88- A ditadura do relativismo- [Boris Fausto](#)
- 91- Relativismo- [Wikipedia](#)
- 102- Imprensa e poder- [Gilberto de Mello Kujawski](#)
- 109- Mais rápido, mais rápido, mais rápido- [Hartmut Rosa](#)
- 117- O poder que humilha será o poder contestado- [Manuel Castells](#)
- 123- Não vai ter Copa- [Alexandre Rodrigues](#)
- 132- Boa fase do mercado de trabalho ficou no passado, diz economista- [Pierre Salama](#)
- 140- Surdo como um gênio- [João Luiz Sampaio](#)
- 147- Pensamento e drama mesclam lirismo não puro- [Davi Arrigucci Jr.](#)
- 160- Grandes pintores e suas homossexualidades!- [Blog Homorrealidade](#)
- 165- O retorno da geopolítica- [Walter Russell Mead](#)

REFLEXÕES V

- 178- A Ilusão da geopolítica- G. John Idenberry
- 190- O pântano- Vladimir Sorokin
- 196- Dilma caiu na armadilha da polarização- Cristian Klein, Denise Arakaki e Maria Cristina Fernandes
- 205- Um país, duas faces- Patrick Cruz
- 212- O mal está em todos nós- Philip Zimbardo
- 219- Ela está no meio de nós- Slavoj Žižek
- 226- Se a sociedade é um corpo, o crime é sua doença- Brent Decker
- 229- A ideia de felicidade ocidental, baseada no individualismo, falhou- Roman Krznaric
- 235- O amor nos tempos de eros- Renato Mezan
- 243- Mil e uma noites no Irã- The Guardian
- 251- A dor e a *performance*- Joel Birman
- 257- Homens, animais e a lei de talião- Eliana Cardoso
- 262- Da especialização à vocação: A educação do século XXI- Roberto Crema
- 276- Professores, acordem!- Gustavo Ioschpe
- 280- A revolução educacional na China- Lee Jong-Wha
- 283- Bem-vindos a Dallas- Steven L. Davis
- 289- O estranho mundo de Jack- Lee Siegel
- 292- Silenciosa dignidade- Cláudia Trevisan
- 295- Irmão Sam- Wilson Tosta
- 299- Kennedy, John Kennedy- Sérgio Augusto
- 304- Um rosto na mira- Thomas Mallon
- 311- Formas de narrar- Tatiana Salem Levy

REFLEXÕES V

315- Não é dizer “não coma”- Estela Renner

324- Reforma política esportiva, já- Paulo André

LUIZ BIANCI

Resposta à pergunta: Que é o Iluminismo?

Immanuel Kant



Iluminismo é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem. Tal menoridade é por culpa própria, se a sua causa não residir na carência de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem em se servir de si

mesmo, sem a guia de outrem. *Sapere aude!*¹ Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento! Eis a palavra de ordem do Iluminismo. A preguiça e a covardia são as causas de os homens em tão grande parte, após a natureza os ter há muito libertado do controle alheio, continuarem, todavia, de bom grado menores durante toda a vida; e também de a outros se tornar tão fácil assumir-se como seus tutores. É tão cômodo ser menor. Se eu tiver um livro que tem entendimento por mim; um diretor espiritual que em vez de mim tem consciência moral; um médico que por mim decide da dieta, etc., então não preciso de eu próprio me esforçar. Não me é forçoso pensar, quando posso simplesmente pagar; outros empreenderão por mim essa tarefa aborrecida. Porque a imensa maioria dos homens (inclusive todo o belo sexo) considera a passagem à maioridade difícil e também muito perigosa é que os tutores de bom grado tomaram a seu cargo a superintendência deles.

Depois de terem, primeiro, embrutecido os seus animais domésticos e evitado cuidadosamente que estas criaturas pacíficas ousassem dar um passo para fora da carroça em que as encerraram, mostram-

¹ *Sapere aude*: é um lema latino que significa "ouse saber" ou "atreva-se a saber", por vezes traduzido como "tenha a coragem de usar o seu próprio entendimento".

REFLEXÕES V

lhes em seguida o perigo que as ameaça, se tentarem andar sozinhas. Ora, este perigo não é assim tão grande, pois acabariam por aprender muito bem a andar. Só que tal exemplo intimida e, em geral, gera pavor perante todas as tentativas ulteriores. É, pois, difícil a cada homem desprender-se da menoridade que para ele se tornou quase uma natureza. Até lhe ganhou amor e é por agora realmente incapaz de se servir do seu próprio entendimento, porque nunca se lhe permitiu fazer semelhante tentativa. Preceitos e fórmulas, instrumentos mecânicos do uso racional, ou antes, do mau uso dos seus dons naturais são os grilhões de uma menoridade perpétua.

Mesmo quem deles se soltasse só daria um salto inseguro sobre o mais pequeno fosso, porque não está habituado ao movimento livre. São, pois, muito poucos apenas os que conseguiram mediante a transformação do seu espírito arrancar-se à menoridade e encetar então um andamento seguro.

Mas é perfeitamente possível que um público a si mesmo se esclareça. Mais ainda, é quase inevitável, se para tal lhe for concedida a liberdade. Sempre haverá, de fato, alguns que pensam por si, mesmo entre os tutores estabelecidos da grande massa que, após terem arrojado de si o jugo da menoridade, espalharão à sua volta o espírito de uma estimativa racional do próprio valor e da vocação de cada homem para pensar por si mesmo. Importante aqui é que o público, antes por eles sujeito a este jugo, os obriga doravante a permanecer sob ele quando por alguns dos seus tutores, pessoalmente incapazes de qualquer ilustração, é a isso incitado.

Semear preconceitos é muito danoso, porque acabam por se vingar dos que pessoalmente, ou os seus predecessores, foram os seus autores. Por conseguinte, um público só muito lentamente consegue chegar à ilustração. Por meio de uma revolução talvez se possa levar a cabo a queda do despotismo pessoal e da opressão gananciosa ou dominadora, mas nunca uma verdadeira reforma do modo de pensar. Novos preconceitos, justamente como os antigos, servirão de rédeas à grande massa destituída de pensamento.

Mas, para esta ilustração, nada mais se exige do que a liberdade; e,

REFLEXÕES V

claro está, a mais inofensiva entre tudo o que se pode chamar liberdade, a saber, a de fazer um uso público da sua razão em todos os elementos. Agora, porém, de todos os lados ouço gritar: não raciocines! Diz o oficial: não raciocines, mas faz exercícios! Diz o funcionário de Finanças: não raciocines, paga! E o clérigo: não raciocines, acredita! (Apenas um único senhor no mundo diz: raciocinai tanto quanto quiserdes e sobre o que quiserdes, mas obedecei!).

Por toda a parte se depara com a restrição da liberdade. Mas qual é a restrição que se opõe ao Iluminismo? Qual a restrição que o não impede, antes o fomenta? Respondo: o uso público da própria razão deve sempre ser livre e só ele pode, entre os homens, levar a cabo a ilustração; mas o uso privado da razão pode, muitas vezes, coarctar-se² fortemente sem que, no entanto, se entrave assim notavelmente o progresso da ilustração.

Por uso público da própria razão entendo aquele que qualquer um, enquanto erudito, dela faz perante o grande público do mundo letrado. Chamo uso privado àquele que alguém pode fazer da sua razão num certo cargo público ou função a ele confiado. Ora, em muitos assuntos que têm a ver com o interesse da comunidade, é necessário certo mecanismo em virtude do qual alguns membros da comunidade se comportarão de um modo puramente passivo com o propósito de, mediante uma unanimidade artificial, serem orientados pelo governo para fins públicos ou de, pelo menos, serem impedidos de destruir tais fins. Neste caso, não é decerto permitido raciocinar, mas tem de se obedecer. Na medida, porém, em que esta parte da máquina se considera também como elemento de uma comunidade total, e até da sociedade civil mundial, portanto, na qualidade de um erudito que se dirige por escrito a um público em entendimento genuíno, pode certamente raciocinar sem que assim sofram qualquer dano os negócios a que, em parte, como membro passivo, se encontra sujeito. Seria, pois, muito pernicioso se um

² **Coarctar-se:** reduzir(-se) a limites mais restritos; restringir(-se), estreitar(-se), circunscrever(-se).

REFLEXÕES V

oficial, a quem o seu superior ordenou algo, quisesse em serviço sofismar em voz alta acerca da inconveniência ou utilidade dessa ordem; tem de obedecer, mas não se lhe pode impedir de um modo justo, enquanto perito, fazer observações sobre os erros do serviço militar e expô-las ao seu público para que as julgue.

O cidadão não pode recusar-se a pagar os impostos que lhe são exigidos; e uma censura impertinente de tais obrigações, se por ele devem ser cumpridas, pode mesmo punir-se como um escândalo (que poderia causar uma insubordinação geral). Mas, apesar disso, não age contra o dever de um cidadão se, como erudito, ele expuser as suas ideias contra a inconveniência ou também a injustiça de tais prescrições.

Do mesmo modo, um clérigo está obrigado a ensinar os instruendos³ de catecismo e a sua comunidade em conformidade com o símbolo da Igreja, a cujo serviço se encontra, pois ele foi admitido com esta condição. Mas, como erudito, tem plena liberdade e até a missão de participar ao público todos os seus pensamentos cuidadosamente examinados e bem-intencionados sobre o que de errôneo há naquele símbolo, e as propostas para uma melhor regulamentação das matérias que respeitam à religião e à Igreja.

Nada aqui existe que possa constituir um peso na consciência. Com efeito, o que ele ensina em virtude da sua função, como ministro da Igreja, expõe-no como algo em relação ao qual não tem o livre poder de ensinar segundo a sua opinião própria, mas está obrigado a expor segundo a prescrição e em nome de outrem. Dirá: a nossa Igreja ensina isto ou aquilo; são estes os argumentos comprovativos de que ela se serve. Em seguida, ele extrai toda a utilidade prática para a sua comunidade de preceitos que ele próprio não subscreveria com plena convicção, mas a cuja exposição se pode, no entanto, comprometer, porque não é de todo impossível que neles resida alguma verdade oculta. De qualquer modo, porém, não deve neles haver coisa alguma que se oponha à religião interior, pois se

³ **Instruendo**: aquele que está recebendo instrução, que está sendo instruído.

REFLEXÕES V

Julgasse encontrar aí semelhante contradição, então não poderia em consciência desempenhar o seu ministério; teria de renunciar. Por conseguinte, o uso que um professor contratado faz da sua razão perante a sua comunidade é apenas um uso privado, porque ela, por maior que seja, é sempre apenas uma assembleia doméstica; e no tocante a tal uso, ele como sacerdote não é livre e também o não pode ser, porque exerce uma incumbência alheia. Em contrapartida, como erudito que, mediante escritos, fala a um público genuíno, a saber, ao mundo, por conseguinte, o clérigo, no uso público da sua razão, goza de uma liberdade ilimitada de se servir da própria razão e de falar em seu nome próprio. É, de fato, um absurdo, que leva à perpetuação dos absurdos, que os tutores do povo (em coisas espirituais) tenham de ser, por sua vez, menores.

Mas não deveria uma sociedade de clérigos, por exemplo, uma assembleia eclesiástica ou uma venerável *classis*⁴ (como a si mesma se denomina entre os holandeses) estar autorizada, sob juramento, a comprometer-se entre si com certo símbolo imutável para assim se instituir uma interminável supertutela sobre cada um dos seus membros e, por meio deles, sobre o povo, e deste modo a eternizar?

Digo: isso é de todo impossível. Semelhante contrato, que decidiria excluir para sempre toda a ulterior ilustração do gênero humano, é absolutamente nulo e sem validade, mesmo que fosse confirmado pela autoridade suprema por parlamentos e pelos mais solenes tratados de paz. Uma época não se pode coligar e conjurar para colocar a seguinte num estado em que se tornará impossível a ampliação dos seus conhecimentos (sobretudo os mais urgentes), a purificação dos erros e, em geral, o avanço progressivo na ilustração.

Isso seria um crime contra a natureza humana, cuja determinação original consiste justamente neste avanço. E os vindouros têm toda a legitimidade para recusar essas resoluções decretadas de um modo incompetente e criminoso. A pedra de toque de tudo o que se pode decretar como lei sobre um povo reside na pergunta: poderia

⁴ **Classis**: grupo de igrejas dentro de uma área geográfica, numa tradução livre.

REFLEXÕES V

um povo impor a si próprio essa lei? Seria decerto possível, na expectativa, por assim dizer, de uma lei melhor, por um determinado e curto prazo, para introduzir certa ordem. Ao mesmo tempo, facultar-se-ia a cada cidadão, em especial ao clérigo, na qualidade de erudito, fazer publicamente, isto é, por escritos, as suas observações sobre o que há de errôneo nas instituições anteriores; entretanto, a ordem introduzida continuaria em vigência até que o discernimento da natureza de tais coisas se tivesse de tal modo difundido e testado publicamente que os cidadãos, unindo as suas vozes (embora não todas), poderiam apresentar a sua proposta diante do trono a fim de protegerem as comunidades que, de acordo com o seu conceito do melhor discernimento, se teriam coadunado numa organização religiosa modificada, sem, todavia, impedir os que quisessem ater-se à antiga.

Mas é de todo interdito⁵ coadunar-se numa constituição religiosa pertinaz, por ninguém posta publicamente em dúvida, mesmo só durante o tempo de vida de um homem e deste modo aniquilar, por assim dizer, um período de tempo no progresso da humanidade para o melhor e torná-lo infecundo e prejudicial para a posteridade. Um homem, para a sua pessoa, e mesmo então só por algum tempo, pode, no que lhe incumbe saber, adiar a ilustração; mas renunciar a ela, quer seja para si, quer ainda mais para a descendência, significa lesar e calcar aos pés o sagrado direito da humanidade. O que não é lícito a um povo decidir em relação a si mesmo menos o pode ainda um monarca decidir sobre o povo, pois a sua autoridade legislativa assenta precisamente no fato de na sua vontade unificar a vontade conjunta do povo.

Quando ele vê que toda a melhoria verdadeira ou presumida coincide com a ordem civil, pode então permitir que em tudo o mais os seus súditos façam por si mesmos o que julguem necessário fazer para a salvação da sua alma. Não é isso que lhe importa, mas compete-lhe obstar a que alguém impeça à força outrem de trabalhar segundo toda a sua capacidade na determinação e

⁵ **Interdito:** que está sob interdição; proibido, interditado.

REFLEXÕES V

fomento da mesma. Constitui até um dano para Sua Majestade imiscuir-se em tais assuntos, ao honrar com a inspeção do seu governo os escritos em que os seus súditos procuram clarificar as suas ideias, quer quando ele faz isso a partir do seu discernimento superior, pelo que se sujeita à censura ‘*Caesar non est supra grammaticos*’⁶ quer também, e ainda mais, quando rebaixa o seu poder supremo a ponto de, no seu Estado, apoiar o despotismo espiritual de alguns tiranos contra os demais súditos.

Se, pois, se fizer a pergunta – Vivemos nós agora numa época esclarecida? – A resposta é: não! Mas vivemos numa época do Iluminismo. Falta ainda muito para que os homens tomados em conjunto, da maneira como as coisas agora estão, se encontrem já numa situação ou nela se possam apenas vir a pôr de, em matéria de religião, se servirem bem e com segurança do seu próprio entendimento, sem a orientação de outrem. Temos apenas claros indícios de que se lhes abre agora o campo em que podem atuar livremente, e diminuem pouco a pouco os obstáculos à ilustração geral ou à saída dos homens da menoridade de que são culpados.

Assim considerada, esta época é a época do Iluminismo, ou o século de Frederico. Um príncipe que não acha indigno de si dizer que tem por dever nada prescrever aos homens em matéria de religião, mas deixar-lhes aí a plena liberdade, que, por conseguinte, recusa o arrogante nome de tolerância, é efetivamente esclarecido e merece ser encomiado⁷ pelo mundo grato e pela posteridade como aquele que, pela primeira vez, libertou o gênero humano da menoridade, pelo menos por parte do governo, e concedeu a cada qual a liberdade de se servir da própria razão em tudo o que é assunto da consciência.

Sob o seu auspício, clérigos veneráveis podem, sem prejuízo do seu dever ministerial e na qualidade de eruditos, expor livre e publicamente ao mundo para que este examine os seus juízos e as suas ideias que, aqui ou além, se afastam do símbolo admitido; mas,

⁶ “César não está acima dos gramáticos.”

⁷ **Encomiar:** endereçar encômios a; elogiar, louvar.

REFLEXÕES V

mais permitido é ainda a quem não está limitado por nenhum dever de ofício.

Este espírito de liberdade difunde-se também no exterior, mesmo onde entra em conflito com obstáculos externos de um governo que a si mesmo se compreende mal. Com efeito, perante tal governo brilha um exemplo de que, no seio da liberdade, não há o mínimo a recear pela ordem pública e pela unidade da comunidade. Os homens libertam-se pouco a pouco da brutalidade, quando de nenhum modo se procura, de propósito, conservá-los nela.

Apresentei o ponto central do Iluminismo, a saída do homem da sua menoridade culpada, sobretudo nas coisas de religião, porque em relação às artes e às ciências os nossos governantes não têm interesse algum em exercer a tutela sobre os seus súditos; por outro lado, a tutela religiosa, além de ser mais prejudicial, é também a mais desonrosa de todas. Mas o modo de pensar de um chefe de Estado, que favorece a primeira, vai ainda mais além e discerne que mesmo no tocante à sua legislação não há perigo em permitir aos seus súditos fazer uso público da sua própria razão e expor publicamente ao mundo as suas ideias sobre a sua melhor formulação, inclusive por meio de uma ousada crítica da legislação que já existe; um exemplo brilhante que temos é que nenhum monarca superou aquele que admiramos.

Mas também só aquele que, já esclarecido, não receia as sombras e que, ao mesmo tempo, dispõe de um exército bem disciplinado e numeroso para garantir a ordem pública – pode dizer o que a um Estado livre não é permitido ousar: raciocinai tanto quanto quiserdes e sobre o que quiserdes; mas obedecei! Revela-se aqui um estranho e não esperado curso das coisas humanas; como, aliás, quando ele se considera em conjunto, quase tudo nele é paradoxal. Um grau maior da liberdade civil afigura-se vantajosa para a liberdade do espírito do povo e, no entanto, estabelece-lhe limites intransponíveis; um grau menor cria-lhe, pelo contrário, o espaço para ela se alargar segundo toda a sua capacidade. Se a natureza, sob este duro invólucro, desenvolveu o germe de que delicadamente cuida, a saber, a tendência e a vocação para o pensamento livre, então ela atua também gradualmente sobre o modo do sentir do

REFLEXÕES V

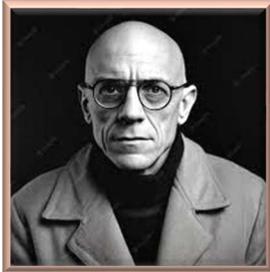
povo (pelo que este se tornará cada vez mais capaz de agir segundo a liberdade) e, por fim, até mesmo sobre os princípios do governo que acha salutar para si próprio tratar o homem, que agora é mais do que uma máquina, segundo a sua dignidade. ●

Immanuel. Kant: (1724-1804) filósofo prussiano, geralmente considerado como o último grande filósofo dos princípios da era moderna. Depois de um longo período como professor secundário de geografia, começou em 1755 a carreira universitária ensinando Ciências Naturais. Em 1770 foi nomeado professor catedrático da Universidade de Königsberg, cidade da qual nunca saiu, levando uma vida monotonamente pontual e só dedicada aos estudos filosóficos. Realizou numerosos trabalhos sobre ciência, física, matemática e outros.

Kant operou, na epistemologia, uma síntese entre o racionalismo continental (de René Descartes e Gottfried Leibniz, onde impera a forma de raciocínio dedutivo), e a tradição empírica inglesa (de David Hume, John Locke, ou George Berkeley, que valoriza a indução)

O que é o Iluminismo?

Michel Foucault



Parece-me que este texto faz aparecer um novo tipo de questão no campo da reflexão filosófica. Claramente, este não é certamente nem o primeiro texto na história da filosofia, nem mesmo o único texto de Kant que tematiza uma questão que diz respeito à história. Encontra-se em Kant textos que colocam à história uma questão de origem: o texto mesmo sobre os inícios da história, o texto sobre a definição do conceito de raça;

outros textos colocam à história a questão de sua forma de realização: assim, nesse mesmo ano de 1784. A ideia de uma história universal desde o ponto de vista cosmopolita. Em outros, por fim, se interroga sobre a finalidade interna organizando os processos históricos, assim como no texto dedicado ao emprego de princípios teleológicos⁸.

Todas estas questões, aliás, estreitamente ligadas, atravessam, com efeito, as análises de Kant a propósito da história. Parece-me que o texto de Kant sobre a *Aufklärung*⁹ é um texto bastante diferente. Ele não coloca diretamente, e em todo caso, nenhuma destas questões, nem a da origem nem, apesar das aparências, a da realização; ele coloca de uma maneira relativamente discreta, quase lateral, a questão da teleologia imanente¹⁰ ao processo mesmo da história.

A questão que parece surgir pela primeira vez neste texto de Kant é

⁸ **Teleológico:** que relaciona um fato com sua causa final (diz-se de argumento, explicação ou conhecimento).

⁹ ***Aufklärung*:** esclarecimento, na língua alemã.

¹⁰ **Imanente:** que permanece no âmbito da experiência possível, agindo na captação da realidade através dos sentidos (no kantismo, diz-se de conceitos ou princípios cognitivos).

REFLEXÕES V

a questão do presente, a questão da atualidade: o que é que acontece hoje? O que acontece agora? E o que é esse “agora” no interior do qual estamos, uns e outros, e que define o momento em que escrevo? Esta não é a primeira vez que se encontram, na reflexão filosófica, referências ao presente, pelo menos como situação histórica determinada e que pode ter valor para a reflexão filosófica. Apesar de tudo, quando Descartes, no início do *Discurso do Método*, conta seu próprio itinerário e o conjunto de decisões filosóficas tomadas ao mesmo tempo para si e para a filosofia, ele se refere antes a uma maneira explícita, a algo que poderia ser considerado como uma situação histórica na ordem do conhecimento e das ciências de sua própria época. Mas neste gênero de referências, trata-se de encontrar, nesta configuração designada como presente, um motivo para uma decisão filosófica.

Em Descartes, não encontramos uma questão que seria da ordem: “O que é precisamente este presente ao qual pertencço?”. Ora, parece-me que a questão à qual Kant responde, aliás, àquela que ele é obrigado a responder, posto que lhe foi colocada, esta questão é outra. Esta não é simplesmente: o que é que, na situação atual, pode determinar tal ou qual decisão de ordem filosófica. A questão centra-se sobre o que é este presente, centra-se sobre a determinação de certo elemento do presente que se trata de reconhecer, de distinguir, de decifrar no meio de todos os outros. O que é que, no presente, faz sentido para uma reflexão filosófica.

Na resposta que Kant tenta dar a essa interrogação, ele pretende mostrar de que forma esse elemento torna-se o portador e o signo de um processo que pertence ao pensamento, o conhecimento, a filosofia; mas trata-se de mostrar em que e como aquele que fala como pensador, como cientista, como filósofo, ele mesmo faz parte desse processo e (mais que isso) como ele tem certo papel a desempenhar neste processo, no qual ele então se encontra, ao mesmo tempo, como elemento e ator.

Em resumo, parece-me que se viu aparecer no texto de Kant a questão do presente como acontecimento filosófico ao qual pertence o filósofo que fala. Se se considera a filosofia como uma forma de prática discursiva que tem sua própria história, parece-me que com

REFLEXÕES V

esse texto sobre a *Aufklärung*, vê-se a filosofia – e penso que não forço as coisas demais ao dizer que é a primeira vez – problematizar sua própria atualidade discursiva: atualidade que ela interroga como acontecimento, como um acontecimento do qual ela deve dizer o sentido, o valor, a singularidade filosófica e no qual ela tem que encontrar ao mesmo tempo sua própria razão de ser e o fundamento daquilo que ela diz. Deste modo, vê-se que, para o filósofo, colocar a questão de seu pertencimento a este presente, não será de forma alguma a questão de sua filiação a uma doutrina ou a uma tradição; não será mais simplesmente a questão de seu pertencimento a uma comunidade humana em geral, mas o seu pertencimento ao certo “nós”, a um nós que se relacione com um conjunto cultural característico de sua própria atualidade.

É este “nós” que está a caminho de tornar-se para o filósofo o objeto de sua própria reflexão; e por isso mesmo se afirma a impossibilidade de fazer a economia da interrogação para o filósofo acerca de seu pertencimento singular a esse “nós”.

Tudo isso, a filosofia como problematização de uma atualidade e como interrogação para o filósofo dessa atualidade da qual faz parte e em relação à qual tem que se situar, poderia caracterizar a filosofia como discurso da modernidade e sobre a modernidade.

Qual é esta minha atualidade? Qual é o sentido desta atualidade? E o que faço quando falo desta atualidade? É nisso que consiste, parece-me, essa nova interrogação sobre a modernidade. Isso não é nada mais que uma pista que convém explorar com um pouco mais de precisão. Seria necessário tentar fazer a genealogia, não tanto da noção de modernidade, mas da modernidade como questão. E, em todo caso, mesmo se tomo o texto de Kant como ponto de emergência desta questão, é claro que faz parte de um processo histórico muito amplo do qual seria preciso conhecer as medidas.

Seria, sem dúvida, um eixo interessante para o estudo do séc. XVIII em geral e mais particularmente da *Aufklärung*, que se interroga sobre o seguinte fato: a *Aufklärung* chama a si mesma de *Aufklärung*; ela é um processo cultural sem dúvida muito singular que sendo consciente de si mesmo, nomeando-se, situando-se em

REFLEXÕES V

relação ao seu passado e em relação ao seu futuro e designando as operações que devia efetuar no interior de seu próprio presente. Apesar de tudo, a *Aufklärung* não é a primeira época que se nomeia a si mesma em lugar de simplesmente se caracterizar, segundo um velho hábito, como período de decadência ou de prosperidade, de esplendor ou miséria, se nomeia por meio de certo evento marcado em uma história geral do pensamento, da razão e do saber, e no interior da qual ela tem que desempenhar o seu próprio papel?

A *Aufklärung* é uma época, uma época que formula ela mesma seu lema, seu preceito e que diz o que se tem de fazer, tanto em relação à história geral do pensamento, quanto em relação a seu presente e às formas de conhecimento, de saber, de ignorância e de ilusão nas quais ela sabe reconhecer sua situação histórica.

Parece-me que nesta questão da *Aufklärung* vê-se uma das primeiras manifestações de certa maneira de filosofar que teve uma longa história desde os dois últimos séculos. Uma das grandes funções da filosofia dita “moderna” (esta que se pode situar o início no finalzinho do século XVIII) é de se interrogar sobre sua própria atualidade.

Poderíamos seguir a trajetória desta modalidade da filosofia através do século XIX até os dias de hoje. A única coisa que eu gostaria de frisar neste momento é que esta questão tratada por Kant em 1784 para responder uma questão que lhe foi colocada desde fora, Kant não a esqueceu. Ele vai colocá-la novamente e tentar respondê-la em relação a outro acontecimento que também não deixou de interrogar-se. Este acontecimento, claramente, é a Revolução Francesa.

Em 1798, Kant de alguma forma dá uma sequência ao texto de 1784. Em 1784, ele tentava responder à questão que se colocava: “O que é esta *Aufklärung* da qual fazemos parte?” e em 1798 ele responde a uma questão que a atualidade lhe colocava, mas que fora formulada desde 1794 por toda a discussão filosófica na Alemanha. Esta questão era: “O que é a revolução?”.

Vocês sabem que O Conflito das Faculdades é uma coletânea de três dissertações sobre as relações entre as diferentes faculdades que

REFLEXÕES V

constituem a Universidade. A segunda dissertação diz respeito ao conflito entre a faculdade de filosofia e a faculdade de direito. Toda a área das relações entre filosofia e direito se ocupa da questão: “Existe um progresso constante no gênero humano?” E é para responder a esta questão que Kant, no parágrafo V dessa dissertação, desenvolve o seguinte raciocínio: Se se quer responder à questão “Existe um progresso constante no gênero humano?” é necessário determinar se existe uma causa possível desse progresso, mas, uma vez estabelecida essa possibilidade, é preciso mostrar que essa causa atua efetivamente e, para isto, realçar certo acontecimento que mostre que a causa atua realmente. Em suma, a citação de uma causa não pode nunca determinar os efeitos possíveis, ou mais exatamente a possibilidade do efeito, mas a realidade de um efeito apenas pode ser estabelecida pela existência de um acontecimento. Não é suficiente que se siga a trama teleológica que torna possível o progresso, é preciso isolar, no interior da história, um acontecimento que tenha valor de signo.

Signo de que? Signo da existência de uma causa, de uma causa permanente, que ao longo de toda a história guiaram os homens pela via do progresso. Causa constante da qual se deve então mostrar que agiu outras vezes, que atua no presente e que atuará posteriormente. O acontecimento, em consequência, que nos permite decidir se há progresso, será um signo “*rememorativum, demonstrativum, pronosticum*”.

É preciso que este seja um signo que mostra que isso tem sido sempre como é (é o signo rememorativo), um signo que mostre que as coisas atualmente se passam assim também (é o demonstrativo), que enfim mostre que as coisas permanecerão assim (signo prognóstico). E é assim que poderemos estar seguros de que a causa que torna possível o progresso não atua apenas em um momento dado, mas que ela garante uma tendência geral do gênero humano em sua totalidade em marchar no sentido do progresso. Eis aí a questão: “Existe em nosso redor um acontecimento que seja rememorativo, demonstrativo e prognóstico de um progresso que permita levar o gênero humano em sua totalidade?”

A resposta dada por Kant, vocês podem adivinhar; mas eu gostaria

REFLEXÕES V

de ler a passagem pela qual ele introduz a Revolução como acontecimento que tem esse valor de signo.

“Não espereis, escreve ele no início do parágrafo VI, que este evento consista em altos gestos ou delitos importantes cometidos pelos homens, em razão de que o que era grande se torna pequeno ou o que era pequeno se torna grande, nem em antigos e brilhantes edifícios que desaparecem como que por magia enquanto que em seu lugar surgem outros como que saídos das profundezas da terra. Não se trata de nada disto”.

Neste texto, Kant faz, evidentemente, alusão às reflexões tradicionais que buscam as provas do progresso e do não progresso na espécie humana na queda dos impérios, nas grandes catástrofes em meio dos quais Estados estabelecidos desaparecem, nos reveses das fortunas que diminuem as posses e que fazem aparecer novas. Prestem atenção, diz Kant a seus leitores, não é nos grandes acontecimentos que devemos buscar o signo rememorativo, demonstrativo e prognóstico do progresso; é nos acontecimentos bem menos grandiosos, bem menos perceptíveis.

Não se pode fazer essa análise do presente no que diz respeito a esses valores significativos sem nos entregar a um cálculo que permita dar a isso que, aparentemente, é sem significação e valor, a significação e o valor que buscamos. O que é esse acontecimento que não é, então, um “grande” acontecimento? Há evidentemente um paradoxo em dizer que a revolução não é um acontecimento ruidoso. Não é o exemplo mesmo de um acontecimento que inverte, que faz que o que era grande se torne pequeno e o que era pequeno se torne grande, e que devora as estruturas que pareciam as mais sólidas da sociedade e dos Estados?

Acontece que para Kant, não é esse aspecto da revolução que faz sentido. O que constitui no acontecimento um valor rememorativo, demonstrativo e prognóstico não é o drama revolucionário por si, as façanhas revolucionárias nem os gestos que os acompanham. O que é significativo é a maneira pela qual a revolução se faz espetáculo, é a maneira pela qual ela é acolhida em torno dos espectadores que não participam, mas que olham, que assistem e que, ou bem ou mal,

REFLEXÕES V

se deixam arrastar por ele. Não é o transtorno revolucionário que constitui a prova do progresso; em primeiro lugar, sem dúvida, porque a revolução não faz mais que inverter as coisas e também porque se se tivesse de refazer esta revolução, não se a refaria.

Há, neste sentido, um texto extremamente interessante: “Pouco importa, disse ele, se a revolução de um povo cheio de espírito, como a que vimos perto de nossos dias [trata-se da Revolução Francesa], pouco importa se ela triunfa ou fracassa, pouco importa se ela acumula miséria e atrocidade até um ponto tal onde um homem sensato que a refaria com a esperança de ter êxito não resolveria nunca, entretanto, tentar a experiência a esse preço”.

Não é então o processo revolucionário que é importante, pouco importa se triunfa ou fracassa, isso não tem a ver com o progresso, ou pelo menos com o signo de progresso que nós procuramos. O fracasso ou triunfo da revolução não são signos do progresso ou signo que tem progresso. Mas ainda que houvesse a possibilidade de alguém conhecer a revolução, de saber como ela se desenrola e, ao mesmo tempo, de ter êxito nela, e ainda, calculando o preço necessário a esta revolução, este homem sensato não a faria.

Então, como “reviravolta”, como empreendimento que pode triunfar ou fracassar, como preço pesado a pagar, a revolução, em si mesma, não pode ser considerada como o signo de que existe uma causa capaz de sustentar, através da história, o progresso constante da humanidade. Por outro lado, o que faz sentido e o que vai constituir o signo do progresso é que, em torno da revolução, diz Kant, há “uma simpatia de aspiração que beira o entusiasmo”. O que é importante na revolução, não é a revolução em si, mas o que se passa na cabeça dos que não a fazem ou, em todo caso, que não são os atores principais; é a relação que eles mantêm com essa revolução da qual eles não são agentes ativos. O entusiasmo para com a revolução é signo, segundo Kant, de uma disposição moral da humanidade; essa disposição se manifesta permanentemente de duas formas: primeiramente, no direito que todos os povos têm de se dar a constituição política que lhes convêm e no princípio conforme o direito e a moral de uma constituição política que evite, em razão de seus princípios, toda guerra ofensiva.

REFLEXÕES V

É precisamente essa disposição da qual a humanidade é portadora em direção a uma tal constituição que o entusiasmo pela revolução significa. A revolução como espetáculo e não como gesticulação, como palco do entusiasmo para aqueles que a assistem e não como princípio de transtorno para os que dela participam, é um “*signum rememorativum*”, pois ela revela esta disposição desde a origem; é um “*signum demonstrativum*”, porque ela mostra a eficácia presente desta disposição; e é também um “*signum prognosticum*”, pois se existem resultados da revolução que não podem ser recolocados em questão, não se pode esquecer a disposição que se revelou por meio dela.

Sabe-se, igualmente, que esses são os dois elementos, a constituição política escolhida à vontade pelos homens e uma constituição política que evite a guerra, é isso igualmente o processo da *Aufklärung*, isto é, a revolução é antes o que finaliza e continua o processo mesmo da *Aufklärung* e é em certa medida também que a *Aufklärung* e a revolução são dois acontecimentos que não se podem mais esquecer.

Eu sustento, diz Kant, que posso predizer ao gênero humano, sem espírito profético, a partir das aparências e signos precursores de nossa época, que alcançará este fim, isto é, chegará a um estado tal que os homens possam se dar a constituição que eles querem e a constituição que impedirá a guerra ofensiva, de tal modo que, a partir de então estes processos serão recolocados em questão.

Tal fenômeno na história da humanidade não se pode mais esquecer, posto que revelou na natureza humana uma disposição, uma faculdade de progredir, de maneira tal que político algum poderia, mesmo que por meios sutis, separá-la do curso anterior dos acontecimentos e somente a natureza e a liberdade reunidas na espécie humana seguindo os princípios internos do direito estariam em condições de anunciar, ainda que de uma maneira indeterminada, e como um acontecimento contingente. Mas se o objetivo visado para esse acontecimento não era ainda esperado, quando mesmo a revolução ou a reforma da constituição de um povo tenham finalmente fracassado, ou mesmo se, passado certo espaço de tempo, tudo retomasse a rotina precedente como

REFLEXÕES V

predizem agora certos políticos, esta profecia filosófica não perderia em nada sua força. “Porque este acontecimento é por demais importante, por demais imbricado¹¹ com os interesses da humanidade e de uma influência por demais vasta sobre todos as partes do mundo, por não mais poder ressurgir na memória do povo em circunstâncias favoráveis ou ser recordado nos momentos de crise de novas tentativas do mesmo gênero, pois em um assunto tão importante para a espécie humana, é necessário que a constituição que se aproxima alcance em certo momento essa solidez que o ensino das experiências repetidas não deixará de marcar em todos os espíritos”.

A revolução, de todo modo, se arriscará sempre de cair na rotina, mas com acontecimento, cujo conteúdo carece de importância, sua existência atesta uma virtualidade permanente e que não pode ser esquecida: para a história futura, é a garantia da continuidade mesma, de um passo para o progresso.

Eu pretendia somente situar este texto de Kant sobre a *Aufklärung*; logo tentarei lê-lo um pouco mais de perto. Eu pretendia também ver como, apenas quinze anos mais tarde, Kant refletiria sobre esta outra atualidade de outro modo muito dramática que era a Revolução Francesa. Nesses dois textos está de algum modo a origem ou ponto de partida de toda uma dinastia de questões filosóficas. Estas duas questões “O que é a *Aufklärung*? e O que é a revolução?” são as formas sob as quais Kant colocou a questão de sua própria atualidade. São também, penso, as duas questões que não cessam de martelar senão toda a filosofia moderna desde o séc. XIX, ao menos uma grande parte desta filosofia.

Depois de tudo, parece-me que a *Aufklärung*, ao mesmo tempo, como acontecimento singular inaugurador da modernidade europeia e como processo permanente que se manifesta na história da razão, no desenvolvimento e instauração de formas de racionalidade e de técnica, a autonomia e a autoridade do saber, não é simplesmente para nós um episódio na história das ideias. Ela é

¹¹ **Imbricação:** ligação estreita, íntima.

REFLEXÕES V

uma questão filosófica, inscrita, desde o séc. XVIII, em nosso pensamento. Deixemos com sua piedade aqueles que querem que se guarde viva e intacta a herança da *Aufklärung*. Esta piedade é claramente a mais tocante das traições.

Não são os restos da *Aufklärung* que se trata de preservar, é a questão mesma deste acontecimento e de seus sentidos (a questão da historicidade do pensamento universal) que é preciso manter presente e guardar no espírito como o que deve ser pensado.

A questão da *Aufklärung* ou, ainda, da razão, como problema histórico, de maneira mais ou menos oculta, tem atravessado todo o pensamento filosófico desde Kant até hoje. A outra face da atualidade que Kant encontrou é a revolução: a revolução ao mesmo tempo como acontecimento, como ruptura e como tormento na história, como fracasso, mas ao mesmo tempo como valor, como signo da espécie humana. Ainda aí, a questão para a filosofia não é a de determinar qual é a parte da revolução que conviria preservar e fazer valer como modelo. A questão é de saber o que é preciso fazer com essa vontade de revolução, com este “entusiasmo” para a revolução que é outra coisa que o empreendimento revolucionário mesmo. As duas questões “O que é a *Aufklärung*?” e “O que fazer com a revolução?” definem, as duas, o campo de interrogação que se dirige para o que somos nós em nossa atualidade.

Kant me parece ter fundado as duas grandes tradições críticas entre as quais está dividida a filosofia moderna. Diríamos que em sua grande obra crítica, Kant colocou, fundou esta tradição da filosofia que coloca a questão das condições sobre as quais um conhecimento verdadeiro é possível e, a partir daí, toda uma parte da filosofia moderna desde o séc. XIX se apresentou, se desenvolveu como uma analítica da verdade. Mas existe na filosofia moderna e contemporânea outro tipo de questão, outro modo de interrogação crítica: é esta que se viu nascer justamente na questão da *Aufklärung* ou no texto sobre a revolução; “O que é nossa atualidade? Qual é o campo atual das experiências possíveis?”. Não se trata de uma analítica da verdade, consistiria em algo que se

REFLEXÕES V

poderia chamar de analítica do presente, uma ontologia¹² de nós mesmos e, parece-me que a escolha filosófica na qual nos encontramos confrontados atualmente é a seguinte: pode-se optar por uma filosofia crítica que se apresenta como uma filosofia analítica da verdade em geral, ou bem se pode optar por um pensamento crítico que toma a forma de uma ontologia de nós mesmos, de uma ontologia da atualidade, é esta forma de filosofia que de Hegel à Escola de Frankfurt, passando por Nietzsche e Max Weber, fundou uma forma de reflexão na qual tenho tentado trabalhar. ●

Michel Foucault: Poitiers (1926-1984) foi um importante filósofo e professor da cátedra de História dos Sistemas de Pensamento no Collège de France desde 1970 a 1984.

Este artigo é uma versão da «Qu'est-ce que les Lumières?», Magazine Littéraire, nº 207, mai 1984, pp. 35-39. (Retirado do curso de 5 de Janeiro de 1983, no Collège de France)

¹² **Ontologia:** no *heideggerianismo*, reflexão a respeito do sentido abrangente do ser, como aquilo que torna possível as múltiplas existências [Opõe-se à tradição metafísica que, em sua orientação teológica, teria transformado o ser em geral num mero ente com atributos divinos].

Foucault x Kant

Paulo Ghiraldelli Jr



Quando ficou famoso, o filósofo genebrino Jean-Jacques Rousseau jogou fora seu relógio. Kant foi um leitor assíduo de Rousseau, mas, ao contrário deste, quanto mais conhecido ficou, mais prezou o relógio. Ou melhor, se tornou mais pontual que o relógio. Conta-se que a catedral de Konisberg (hoje Strassburg) tinha seu relógio acertado a partir do passeio de Kant.

Essa fama de homem metódico e rigoroso é contada nos manuais para, em seguida, servir de motivo para se dizer o quanto ele era, de índole, predisposto a construir o que de fato construiu: um sistema filosófico de rigor. Não só no sentido do rigor quanto à construção teórica, mas rigor quanto à postura que sua filosofia moral indicou. Sua ética tornou-se conhecida como uma “ética do dever”, ou seja, um sistema em que dizia que só seríamos éticos ao seguir princípios, mesmo com alto custo pessoal.

Mas essa sua característica pessoal não indicava um homem completamente pessimista, que carregava nas letras para que ficássemos pesados na vida quanto viéssemos a tomar seus escritos como instrução. Para além de sua monumental obra das três Críticas, Kant também deixou outros escritos e, entre estes, opúsculos¹³ de caráter histórico e político. Neles, revelou certa esperança otimista na atividade dos homens e na filosofia. Um dos mais famosos desses escritos “menores”, de caráter otimista, é o artigo jornalístico “Resposta à pergunta ‘O que é a Esclarecimento?’

O filósofo francês Michel Foucault, no século XX, disse que esse opúsculo de Kant era antes uma forma de elevar sua própria época à

¹³ **Opúsculo:** impresso ou livro pequeno, de poucas páginas.

REFLEXÕES V

condição de objeto filosófico do que uma tentativa de definir o Esclarecimento (o Iluminismo). Foucault acertou nisso. Mas há ainda mais novidades nesse texto de Kant. Ao caracterizar seu tempo como “a época do Esclarecimento ou o século de Frederico”, Kant fez uma maravilhosa abordagem de dois elementos que, não raro, são negligenciados por vários leitores de seu texto:

- ◇ A definição de indivíduo moderno; e
- ◇ A inovação política de seu liberalismo.

Começo pelo indivíduo moderno.

Kant define o indivíduo moderno a partir da disposição do homem para exercer sua razão. A razão é exercida em função do cumprimento das funções no trabalho cotidiano, mediante acordo ou, como dizemos hoje, contrato de trabalho – é aí que funciona o que ele denomina de uso privado da razão. Mas ela não é utilizada somente em situação privada, também há o uso público da razão. Nesta condição, o indivíduo tem na razão o instrumento para a crítica ampla das instituições onde trabalha, e chega então à crítica social. Nisto, ele é o emissor da crítica para um grupo receptor que sabe o que é um discurso de caráter universal, um “público letrado” ou “o mundo”, como Kant diz.

Quem assim age dá passos para sair da “menoridade”, aquela situação de quem se encontra seguindo as diretrizes de outrem. Mas, para escapar da “menoridade”, há de se rejeitar a covardia e a preguiça. O homem só sai da condição de menoridade por deliberação própria. Assim, se comporta como sujeito – no sentido que a modernidade definiu o sujeito: “o que é consciente de seus pensamentos e responsável pelos seus atos” (Luc Ferry).

Passo agora ao segundo ponto: o da inovação do liberalismo.

A definição de sujeito, que implica o exercício da crítica, está em acordo com o modo liberal de Kant pensar. Aparentemente seria um tipo de liberalismo conservador, uma vez que Kant está favorecendo a mudança social pela reforma, evitando a revolução. Afinal de contas, a crítica é direcionada para “o mundo”, para o “público letrado”, o que provocaria a alteração de instituições segundo

mudanças graduais. Mas, devemos notar, quando ele requisita que o indivíduo faça a crítica, isso desemboca em um caminho nada conservador. Pois, neste caso, o indivíduo não se representa, não delega poderes: ele usa a razão no âmbito privado, mas é ele, e nenhum outro, que deve arcar com a crítica, ou seja, com o uso público da razão. Não há delegação de poderes em favor de instâncias outras. O mesmo e único indivíduo que obedece é também o que critica. Um bom odor do libertarismo de Rousseau, da democracia sem representação – de “base direta” –, permanece no ar.

Outros autores perceberam que este opúsculo de Kant sobre o Esclarecimento ou Iluminismo (ou Ilustração) tinha certa continuidade com seu projeto de construção de um campo transcendental. Pois o “público letrado” ou “o mundo” nada mais é que um tipo de “público transcendental”.

O filósofo brasileiro Rubens Rodrigues Torres Filho identificou essa particularidade de modo brilhante. Todavia, esse é só um dos aspectos importantes do opúsculo. Sua maneira de articular o que seria o indivíduo moderno com a ideia de que a ação de crítica é uma ação política, e que esta acaba por definir o cidadão, é algo que não poderia passar sem nosso destaque. Assim, ao contrário do que Bertrand Russell afirmou em sua célebre *História da Filosofia*, Kant pode ser tomado como um autor importante politicamente. Ele foi, de fato, um filósofo político.

A filosofia política de Kant, ao definir o indivíduo moderno, poderia bem servir de modelo para o contraponto de escritos de autores que foram vistos pela nossa época como os que definiram o campo pós-moderno. Tomando o indivíduo moderno de Kant podemos, por contraposição, entender como que esses autores pós-modernos falaram em “fim do Homem” ou “descentralização do Sujeito”. É claro que com essas expressões estamos nos lembrando de Michel Foucault.

Foucault pesquisou o que chamou de processos de subjetivação. Importava a ele menos a ideia epistemológica de como o sujeito apreende ou cria o objeto e mais a ideia de fazer a genealogia da

REFLEXÕES V

noção de sujeito. A ideia de Foucault sobre o sujeito foi expressa por ele mesmo em uma única só frase: “É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos”. E ele próprio comparou seu trabalho com o de Kant, em especial o que está no opúsculo sobre o Iluminismo. É isso que nos interessa.

Foucault leu o opúsculo de Kant para lembrar que este soube colocar sua própria época como tema filosófico. O resultado buscado por Kant seria o de responder “quem somos nós”, os modernos, os esclarecidos. Foucault, por sua vez, diz que seu objetivo, dando continuidade a essa linha, termina não com a pergunta sobre “quem somos nós?”, mas com a intuição de que deveríamos rejeitar o que somos. Pois o que somos é algo diferente do descoberto por Kant.

Kant viu o indivíduo moderno, o esclarecido, como que se fazendo sujeito. Foucault expõe que são as redes de micro poderes que constituem o indivíduo como sujeito. Foucault lembra que a palavra sujeito tem dois sentidos: um é dado pela ideia de ficar sujeito a alguém por controle e dependência; o outro sentido é dado por se estar preso à sua própria identidade por meio de um conhecimento e autoconsciência. Ora, Kant viu ambos os aspectos, mas fundou o sujeito no indivíduo a partir do segundo aspecto.

Foucault, por sua vez, enfatiza o primeiro aspecto, e mostra que o segundo aspecto está ligado ao primeiro. Assim, práticas discursivas, gramaticais, jurídicas, sexuais, religiosas, médicas e outras são os objetos de estudo de Foucault, pois a cada descrição de tais práticas ele pode entender como há a objetivação do sujeito. Os processos de objetivação do sujeito são os processos de subjetivação. Ou seja, as práticas circunscrevem o indivíduo na sua dupla condição objetiva de sujeito; sua condição de sujeição e sua condição de identidade. No limite, então, são as práticas das teias de poder que criam e constituem o que denominamos de sujeito, o ideal de homem moderno, de homem esclarecido, de homem crítico que pensa por si mesmo, que saiu da menoridade. É nesse sentido que devemos entender a fórmula foucaultiana que diz que “é uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos”.

Podemos então comparar Kant e Foucault.

Kant é aquele que mostra para Frederico que a liberdade do homem, que o faz sair da menoridade, o coloca na condição de não ser um bárbaro e, então, ser um bom cidadão, um súdito ideal para o “século de Frederico”. Foucault, por sua vez, mostra que a liberdade do homem, que o faz sair da menoridade, não o coloca em uma “outra situação”, mas o constitui, o constrói como sujeito. As inúmeras lutas que o indivíduo moderno trava são as lutas da dupla face da condição de sujeito que ele vai assumindo em sua vida: identidade e sujeição.

É claro que essas lutas são de várias ordens. Basicamente, como ele diz, há três tipo de lutas: “contra as formas de dominação (étnica, social e religiosa); contra as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem; ou contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros (lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão)”. E todas elas envolvem instituições. Então, essas lutas se dirigiriam contra instituições?

O que Foucault faz não é apontar para instituições de poder, e então pedir que as ataquemos; o que desenvolve é o mapeamento e a descrição das técnicas que expressam formas de poder. Essas técnicas se aplicam à vida cotidiana e “categoriza o indivíduo”, “marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõem-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros devem reconhecer nele”. Em outras palavras, e repetindo o já dito: as técnicas de formas de poder fazem a sujeição, tornam o indivíduo naquilo que ele tem de ser na modernidade, o sujeito – alguém com identidade e alguém que se sujeita, que está dependente, controlado, ativado e impulsionado.

A ideia do Homem do humanismo e da modernidade, o sujeito autônomo, que pela sua própria decisão sai da menoridade, cede espaço para o “fim do Homem”. A concepção produzida na modernidade, neste caso, é diferente da concepção moderna da modernidade, a de Kant. Essa concepção diferente, que podemos chamar de pós-moderna, é a que diz que o sujeito autônomo é, antes

REFLEXÕES V

de tudo, uma silhueta produzida pela sujeição, pelas tramas de pequenos poderes que se manifestam em práticas e demandam técnicas.

Para Kant, segundo Foucault, o que se quer ao final da investigação é responder “quem somos?”, enquanto que para ele próprio, no final da investigação talvez tenhamos que “recusar o que somos”. Para Kant, o que se há de querer é que Frederico entenda o nascimento do indivíduo enquanto sujeito. Para Foucault, o que se quer é que possamos ver como há *miniFredericos* por todos os lados, nos poros atravessados por práticas. Kant produz a visão moderna da modernidade. Foucault produz a visão pós-moderna da modernidade, ou dizendo de um modo mais preciso: a visão pós-moderna do que já não pode ser chamado de modernidade, e sim de pós-modernidade.

Kant vê o duplo uso da razão e chama Frederico para assistir essa sua época e beneficiá-la. Foucault vê o que seria a racionalidade expandida e diluída, controlando o indivíduo para criar forças e discipliná-lo, constituindo o indivíduo como sujeito. Esse sujeito, portanto, está longe de ser o Homem autônomo, o cidadão esclarecido por sua própria decisão, como aquele que Kant viu como sendo o súdito ideal de Frederico.

Para terminar, voltemos agora à imagem do início, a de Kant como o homem que dava ordens aos relógios. Para prosseguir com a metáfora, diríamos que este homem de Kant é de fato “senhor”. Ele se impõe ao mundo (caso Frederico concorde), e se impõe tanto que até comanda relógios. Quando notamos essa imagem, e vemos a distância dela para com a sociedade mapeada por Foucault, podemos então entender melhor a contraposição entre o moderno e o pós-moderno. ●

Paulo Ghiraldelli Jr.: professor

Sobre um suposto direito de mentir por amor à humanidade

Immanuel Kant



No escrito – A França no ano de 1797, Sexta parte, n^o: Das Reações Políticas – de Benjamin Constant aparece o seguinte na página 123: O princípio moral “é um dever dizer a verdade”, se se tomasse incondicionalmente e de um modo isolado, tornaria impossível qualquer sociedade. Temos disso a prova nas consequências muito diretas que deste princípio tirou um filósofo alemão, o qual chega ao ponto de afirmar que seria um crime a mentira dita a um assassino que nos perguntasse se um amigo nosso, e por ele perseguido, não se teria refugiado na nossa casa.

O filósofo francês refuta este princípio na página 124 da seguinte maneira. “É um dever dizer a verdade. O conceito de dever é inseparável do conceito do direito. Um dever é o que num ser corresponde aos direitos de outrem. Onde nenhum direito existe também não há deveres. Por conseguinte, dizer a verdade é um dever, mas apenas em relação àquele que tem direito à verdade. Nenhum homem, porém, tem o direito a uma verdade que prejudica outro”.

O *proton pseudos* (a primeira mentira) encontra-se aqui na proposição: “Dizer a verdade é um dever, mas só em relação àquele que tem direito à verdade”.

Importa, em primeiro lugar, observar que a expressão “ter direito à verdade” é uma palavra sem sentido. Deve antes dizer-se: o homem tem direito à sua própria veracidade (*veracitas*), isto é, à verdade subjetiva na sua pessoa. Pois, no plano objetivo, ter direito a uma verdade equivaleria a dizer que depende da sua vontade, como em geral no tocante ao meu e ao teu, que uma dada proposição deva ser verdadeira ou falsa – o que proporcionaria então uma estranha

REFLEXÕES V

lógica. Ora, a primeira questão é se o homem, nos casos em que não se pode esquivar à resposta com sim ou não, terá a faculdade (o direito) de ser inverídico. A segunda questão é se ele não estará obrigado, numa certa declaração a que o força uma pressão injusta, a ser inverídico a fim de prevenir um crime que o ameaça a si ou a outrem.

A veracidade nas declarações, que não se pode evitar, é o dever formal do homem em relação seja a quem for¹⁴, por maior que seja a desvantagem que daí decorre para ele ou para outrem; e se não cometo uma injustiça contra quem me força injustamente a uma declaração, se a falsificar, cometo em geral, mediante tal falsificação, que também se pode chamar mentira (embora não no sentido dos juristas), uma injustiça na parte mais essencial do Direito: isto é, faço, tanto quanto de mim depende, que as declarações não tenham em geral crédito algum, por conseguinte, também que todos os direitos fundados em contratos sejam abolidos e percam a sua força – o que é uma injustiça causada à humanidade em geral.

Por conseguinte, a mentira define-se como uma declaração intencionalmente não verdadeira feita a outro homem, e não é preciso acrescentar que ela deve prejudicar outrem, como exigem os juristas para a sua definição [*mendacium est falsiloquium in praejudicium alterius*]¹⁵. Efetivamente ela, ao inutilizar a fonte do direito, prejudica sempre outrem, mesmo se não é um homem determinado, mas a humanidade em geral.

Mas a mentira bem intencionada pode também, por um acaso (*casus*), ser passível de penalidade, segundo as leis civis. Porém, o que apenas por acaso se subtrai à punição pode igualmente julgar-se

¹⁴ Não posso aqui tomar mais acutilante o princípio ao ponto de dizer: “A inveracidade é a violação do dever para consigo mesmo.” Pois tal princípio pertence à ética; mas aqui fala-se de um dever do direito. – A doutrina da virtude vê naquela transgressão apenas a indignidade, cuja reprovação o mentiroso sobre si faz cair.

¹⁵ 12 “A mentira é a declaração falsa em prejuízo de outrem.”

REFLEXÕES V

como injustiça, segundo leis externas. Se, por exemplo, mediante uma mentira, a alguém ainda agora mesmo tomado de fúria assassina, o impediste de agir és responsável, do ponto de vista jurídico, de todas as consequências que daí possam surgir. Mas se te ativeres fortemente à verdade, a justiça pública nada em contrário pode contra ti, por mais imprevistas que sejam as consequências.

É, pois, possível que, após teres honestamente respondido com um sim à pergunta do assassino sobre a presença em tua casa da pessoa por ele perseguida, ela se tenha ido embora sem ser notada, furtando-se assim ao golpe do assassino e que, portanto, o crime não tenha ocorrido, mas se tivesses mentido e dito que ela não estava em casa e tivesse realmente saído (embora sem teu conhecimento) e, em seguida, o assassino a encontrasse a fugir e levasse a cabo a sua ação, poderias com razão ser acusado como autor da sua morte, pois se tivesses dito a verdade, tal como bem a conhecias, talvez o assassino, ao procurar em casa o seu inimigo, fosse preso pelos vizinhos que acorreram, e ter-se-ia impedido o crime.

Quem, pois, mente, por mais bondosa que possa ser a sua disposição, deve responder pelas consequências, mesmo perante um tribunal civil, e por ela se penitenciar, por mais imprevistas que essas consequências possam também ser, porque a veracidade é um dever que tem de se considerar como a base de todos os deveres a fundar num contrato e cuja lei, quando se lhe permite a mínima exceção, se toma vacilante e inútil.

Ser verídico (honesto) em todas as declarações é, portanto, um mandamento sagrado da razão que ordena incondicionalmente e não é limitado por quaisquer conveniências.

A observação do Sr. Constant sobre a desconsideração de tais princípios rigorosos e perdidos inutilmente em ideias impraticáveis, princípios, portanto repreensíveis, é razoável e ao mesmo tempo correta. – “Sempre que” (diz ele na página 123, ao fundo) “um princípio demonstrado como verdadeiro parece inaplicável, isso acontece porque não conhecemos o princípio intermédio, o qual contém o meio da aplicação”.

Aduz (página 121) a doutrina da igualdade como primeiro elo que forma a cadeia social: “Porque (página 122) nenhum homem pode ser vinculado a não ser pelas leis para cuja formação contribuiu. Numa sociedade de apertada textura, este princípio pode aplicar-se de modo imediato e, para se tomar habitual, não precisa de nenhum princípio intermédio. Mas numa sociedade muito numerosa, é preciso ainda acrescentar um novo princípio àquele que aqui aduzimos. Este princípio intermédio é que os indivíduos, para a formação das leis, podem contribuir em pessoa, ou por meio de representantes. Quem quisesse aplicar o primeiro princípio a uma sociedade numerosa, sem lhe acrescentar o intermédio, levaria infalivelmente a sociedade à ruína. Mas esta circunstância, que apenas testificaria a ignorância ou a inabilidade do legislador, nada provaria contra o princípio”.

Ele conclui assim na página 125: “Um princípio reconhecido como verdadeiro nunca deve, pois, abandonar-se, mesmo se nele, aparentemente, se encontra também um perigo”. (E, no entanto, o bom do homem abandonou pessoalmente o princípio incondicional da veracidade por causa do perigo que traria à sociedade; porque não conseguiu descobrir nenhum princípio intermédio que servisse para impedir este perigo, e aqui também não há nenhum que efetivamente se deva inserir).

Se quisermos manter os nomes das pessoas que aqui se citaram, o “filósofo francês” confundiu a ação pela qual alguém lesa (*nocet*) outrem, ao proferir a verdade cuja confissão ele não pode evitar, com a outra pela qual comete contra ele uma injustiça (*laedit*). Só por acaso (*casus*) é que a veracidade da declaração prejudicava o habitante da casa, e não por uma ação livre (no sentido jurídico). Com efeito, exigir alguém de outrem que, por direito, terá de mentir para sua vantagem teria como consequência uma exigência contrária a toda a legalidade. Cada homem, porém, tem não só um direito, mas até o mais estrito dever à veracidade nas proposições a que não se pode esquivar, mesmo que a si próprio ou aos outros cause danos. Por conseguinte, não é ele que, em rigor, causa danos a quem assim é lesado, antes a causa de tal dano é o acaso. Pois o indivíduo não é aqui livre para escolher, porque a veracidade

REFLEXÕES V

(quando ele é obrigado a falar) é um dever incondicionado.

Portanto, o “filósofo alemão” não aceitará como seu princípio a proposição (página 124): “Dizer a verdade é um dever, mas apenas em relação àquele que tem direito à verdade”. Em primeiro lugar, por causa da fórmula pouco clara do mesmo princípio, uma vez que a verdade não é uma propriedade a respeito da qual se possa conceder a um indivíduo o direito, e a outro recusá-lo; em seguida, porém, sobretudo porque o dever da veracidade (do qual apenas aqui se fala) não faz qualquer distinção entre pessoas – umas em relação às quais poderíamos ter este dever, ou outras em relação às quais dele também nos poderíamos dispensar –, mas porque é um dever incondicionado, que vale em todas as situações.

Ora, a fim de se transitar de uma metafísica do direito (que abstrai de todas as condições da experiência) para um princípio da política (que aplica estes conceitos aos casos da experiência) e, por meio deste, se chegar à solução de uma tarefa da política, em conformidade com o princípio geral do direito, o filósofo ressaltará:

◇ Um axioma, isto é, uma proposição apoditicamente¹⁶ certa que deriva de modo imediato da definição do direito exterior (consonância da liberdade de cada um com a liberdade de todos, segundo uma lei universal);

◇ Um postulado (da lei pública exterior enquanto vontade unificada de todos segundo o princípio da igualdade, sem a qual nenhuma liberdade haveria para cada um);

◇ Um problema acerca de como fazer que numa sociedade, por muito grande que seja, se mantenha ainda a harmonia, segundo os princípios da liberdade e da igualdade (a saber, por meio de um sistema representativo) – o que constituirá, então, um princípio da política, cuja organização e ordenamento conterão decretos que, extraídos do conhecimento experiencial dos homens, visam apenas ao mecanismo da administração do direito e o modo como este se estabelecerá de acordo com o seu fim. – O direito nunca se deve

¹⁶ **Apodítico:** que não pode ser refutado, contradito, contestado; indiscutível.

REFLEXÕES V

adaptar à política, mas a política é que sempre se deve ajustar ao direito.

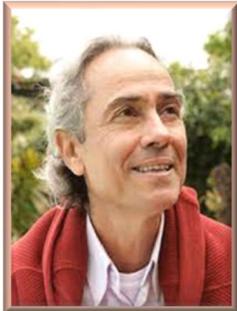
“Um princípio reconhecido como verdadeiro (e eu acrescento: reconhecido *a priori*, por conseguinte, apodíctico) nunca se deve abandonar, seja qual for o perigo aparente que nele se encontre”, diz o autor. O que aqui se deve tão só compreender não é o perigo de (acidentalmente) causar dano, mas em geral o de cometer uma injustiça: o que aconteceria se eu subordinasse o dever da veracidade, que é totalmente incondicionado e constitui nas declarações a suprema condição do direito, a um dever condicionado e ainda a outras considerações; e embora por certa mentira não cause na ação uma injustiça a alguém, contudo violo em geral o princípio do direito no tocante a todas as declarações inevitavelmente necessárias (cometo uma injustiça *formaliter*, embora não *materialiter*): o que é ainda muito pior do que cometer uma injustiça contra qualquer indivíduo, porque semelhante ação nem sequer pressupõe no sujeito um princípio para ela.

Quem suporta o pedido de informação que outrem lhe dirige a propósito de se ele, na declaração que agora tem de fazer, quer ou não ser verdadeiro, não admite já com indignação a suspeita contra ele deste modo levantada, isto é, que poderia muito bem ser um mentiroso, mas pede licença para pensar numa possível exceção, é já um mentiroso (*in potentia*) – o que mostra que não reconhece a veracidade como dever em si mesmo, mas reserva para si exceções a uma regra que, segundo a sua essência, não admite exceção alguma, pois que esta seria uma contradição direta da regra consigo mesma. Todos os princípios jurídicos práticos devem conter uma verdade rigorosa, e os princípios aqui designados como intermédios podem apenas conter a determinação próxima da sua aplicação aos casos que ocorrem (segundo as regras da política), mas nunca as exceções àqueles, porque tais exceções aniquilam a universalidade em virtude da qual apenas merecem o nome de princípios. ●

Immanuel. Kant: (1724-1804) filósofo prussiano, geralmente considerado como o último grande filósofo dos princípios da era moderna

Compreensão: convergência entre o saber e o ser

Roberto Crema



Nenhuma época acumulou sobre o ser humano conhecimentos tão numerosos e tão diversos quanto a nossa. Nenhuma época conseguiu apresentar seu saber do ser humano sob uma forma tão pronta e tão facilmente acessível. Mas também nenhuma época soube menos o que é o ser humano.- Martin Heidegger

Eis um aspecto desafiador e paradoxal da crise contemporânea: a existência de uma hipertrofia de informações e de conhecimentos, de acesso amplo, irrestrito e imediato, ao mesmo tempo em que sofremos de uma atrofia do processo de discernimento e de compreensão. Como bem denuncia Heidegger, nunca estivemos tão alienados com relação à questão humana.

Sobre a compreensão da realidade, Basarab Nicolescu inicia o seu livro, *Qu'est-ce que la réalité?*, de forma contundente: “A palavra ‘realidade’ é uma das mais prostituídas em todas as línguas do mundo. Todas as pessoas acreditam saber o que é a realidade mas, quando nos interrogamos, descobrimos que há tantas concepções desta palavra quantos são os habitantes da terra. Assim, não é surpreendente que os inumeráveis conflitos agitam, sem cessar, os indivíduos e os povos: realidade contra realidade. Nestas condições, é por algum tipo de milagre que a humanidade ainda exista (...). Todavia, a tripla revolução que atravessou o século XX – a revolução quântica, a revolução biológica e a revolução informática – deveria mudar, em profundidade, nossa visão da realidade.”

Necessitamos, portanto, refletir sobre o que nos impede de atualizar nossos referenciais e o que pode nos abrir ao universo possível de uma compreensão intrapessoal e interpessoal, subjetiva e

intersubjetiva, no âmbito de uma ecologia trinitária: individual, social e planetária.

Entre os obstáculos exteriores à compreensão intelectual, Edgar Morin aponta para a existência do “ruído”, a falta de entendimento causada pela polissemia¹⁷ dos conceitos, a ignorância dos ritos, hábitos, valores e imperativos éticos alheios, a incompatibilidade de visão de mundo e a desigualdade das estruturas mentais. Quanto às dificuldades de ordem interna, Morin indica o egocentrismo, o etnocentrismo e o sociocentrismo.

Talvez possamos ampliar estas lúcidas considerações afirmando a existência de um megafator impeditivo da compreensão, que consiste no que Pierre Weil, Jean-Yves Leloup e este autor denominamos de *normose*, uma patologia da normalidade.

O obstáculo da normose

Pierre Weil conceitua a *normose* como anomalias da normalidade conformadas de normas, conceitos, valores, estereótipos, hábitos de pensar e de agir, que são aprovados por consenso ou pela maioria em uma determinada sociedade e que provocam sofrimento, doença e morte.

Para contextualizar, refletirei sobre a existência de três fundamentos da *normose*. O primeiro é o sistêmico: esta patologia da mediocridade surge quando o sistema em que vivemos encontra-se, predominantemente desequilibrado, mórbido e corrompido; quando o que predomina são contradições ou sintomas como o da falta de escuta, de respeito, de cuidado e de fraternidade, bem como a alarmante e crescente violência contra o indivíduo, a sociedade e a natureza. Neste contexto, uma pessoa “normal”, ou melhor, normótica, é aquela ajustada ao sistema enfermo e que contribui para a manutenção do *status quo*. Sabemos, pela própria carta constitutiva da Organização Mundial de Saúde (1946), que a saúde não é ausência de sintomas e, sim, a presença de um estado de pleno bem-estar somático, psíquico e social. Posteriormente foi

¹⁷ **Polissemia**: multiplicidade de sentidos de uma palavra ou locução.

REFLEXÕES V

acrescentado o fator ambiental e o espiritual. O que significa que, quando um sistema encontra-se, em grande medida, num estado patológico, a pessoa saudável é a que manifesta um estado de desajustamento consciente, uma indignação lúcida e, até mesmo, um desespero sóbrio.

O segundo fundamento é o evolutivo, que parte do princípio do inacabamento do humano, como afirmava Paulo Freire. É o que podemos traduzir afirmando que não nascemos humanos; nós nos tornamos humanos, por meio de um investimento sistemático no potencial de autodesenvolvimento, de maturidade e de uma plenitude possível. Falando de outro modo, o ser humano introduziu outra ordem de complexidade na qualidade evolutiva do planeta, que se traduz pela evolução consciente e intencional. Além dos acasos e das necessidades, das mutações genéticas aleatórias e dos combates entre os mais aptos, da seleção natural darwiniana, a evolução humana consiste no desenvolvimento da consciência, que solicita um trabalho sobre si mesmo em trilhas evolutivas de individuação. Como afirmava Teilhard de Chardin, as coisas não são aparecidas no Universo: elas são nascidas, tendo gestação e evolução, sendo que certas direções evolutivas privilegiadas levam à novidade, ao salto qualitativo do evento. Para este pioneiro do estudo da complexidade, os dois grandes eventos universais consistiram na passagem da pré-vida para a vida e desta para o pensamento. Enfim, do fantástico aumento de complexidade surge o Ser Humano e sua consciência reflexa, o pensamento. Esta nova qualidade de uma evolução consciente e intencional, característica do humano, é sustentada pelas cartografias contemporâneas da abordagem integral da consciência, a exemplo da pesquisa de Maslow, de Rogers, de Jung, de Grof e de Wilber, para citar alguns poucos representantes do movimento humanístico e transpessoal da ciência psíquica de ponta.

Morin, que postula um aspecto metanatural do humano, afirma que a hominização nos conduziu a um novo início: o hominídeo humaniza-se e, assim, o conceito do humano adquire um duplo princípio, biofísico e psico-sócio-cultural, ligados dialeticamente. Nas suas palavras: “Desenvolvemo-nos além do mundo físico e vivo.

REFLEXÕES V

É neste ‘além’ que tem lugar a plenitude da humanidade”. Neste sentido, a *normose* se caracteriza pela falta de investimento no potencial psíquico, ético e noético, representando um estado de estagnação da evolução consciente, propriamente humana.

O terceiro fundamento é o paradigmático, falando no sentido mais amplo que Thomas Kuhn imprimiu a este conceito. Neste caso, a *normose* surge quando um paradigma, embora já esgotado no seu potencial criativo e, em algum grau, esclerosado, ainda prevalece, com relação a outro emergente, postulado por um grupo minoritário.

Como afirmava Max Planck, segundo Kuhn, “Uma nova verdade científica não triunfa convencendo seus oponentes e fazendo com que vejam a luz, mas porque seus oponentes finalmente morrem e uma nova geração cresce familiarizada com ela”. Felizmente, existem exemplos de cientistas, filósofos e de grandes pensadores – Edgar Morin representa um ícone desta possibilidade, com a sua vasta obra, que ousa uma reconfiguração dos saberes –, capazes de uma abertura destemida para o novo, com a prudência lúcida de preservar o positivo do antigo. Trata-se da nobreza indicada por esta paradoxal e feliz expressão de Henry Thoreau, a maioria de um!...

Por outro lado, o conceito de *normose* encontra-se em ressonância com algumas reflexões de Morin, sobre os sete saberes, sobretudo quando, ao analisar as cegueiras do conhecimento, ele fala sobre a força normalizadora do dogma e a proibitiva do tabu, bem como sobre o determinismo de convicções e de crenças e os conformismos cognitivos e intelectuais, que podemos designar como uma *normose* cognitiva da normalização. Da mesma forma, Morin se refere ao *imprinting* cultural como uma marca matricial, que estabelece um tipo de conformismo incontestável, que podemos considerar como uma *normose* do *imprinting* cultural.

Por ocasião do Encontro Holístico Internacional, em Mendoza, travei contato com Manfred Max-Neef, Prêmio Nobel alternativo de economia. Na sua conferência, este célebre cientista afirmou que, desde muito cedo, se questionava sobre o que seria a característica

REFLEXÕES V

singular da espécie humana. A cultura, a inteligência, a linguagem?... Não, pois outras espécies também as desenvolvem. Seria o humor? No seu encontro com outro cientista, Nobel da etologia, Konrad Lorenz, ele soube que não: há outras espécies bem-humoradas. Assim, ele prosseguiu com esta indagação até um momento inesperado, no qual o seu pai, um homem por quem ele nutria um grande respeito, lhe indagou: – Meu filho, não será a estupidez?

Max-Neef afirmou que, nesse instante, uma luz se fez e ele se tornou o primeiro estupidólogo! A estupidologia é uma ciência que precisa ser estudada com rigor e urgência. É importante esclarecer que ela se diferencia da inofensiva imbecilidade, por se revestir de racionalidade lógica, sendo exercida, principalmente, por meio de uma linguagem técnica. A devastação suicida do ecossistema planetário, por exemplo, pode ser justificada ou racionalizada estupidamente, por meio de uma lógica desenvolvimentista.

Eis uma imagem que pode ser uma metáfora desta atitude tão em voga: um homem serrando um galho da árvore – com um elegante discurso sobre o progresso, bem fundamentado estatisticamente –, exatamente onde ele se encontra sentado! Outro notável Prêmio Nobel, Albert Einstein costumava afirmar que, para ele, apenas duas coisas eram infinitas: o universo e a estupidez humana. E quanto ao universo, concluía ironicamente o sábio, ele ainda não estava totalmente seguro!...

Edgar Morin se refere a esta mesma realidade, quando fala da existência de dois cretinismos. O primeiro é o de baixo, de uma cultura de massa banal e de uma mídia alienada, que o mundo universitário, segundo o autor, gosta muito de denunciar. Entretanto, de acordo com Morin, há também uma cretinice do alto, pela qual ele sente uma particular repugnância, própria de uma subcultura oficial e intelectual, certo obscurantismo racionalizado, caracterizada pela ignorância e julgamentos *a priori*, com estereótipos, conformismos e arrogantes ideias convencionais, o que podemos denominar da normose do cientificismo.

Considero a estupidez, assim como a agressão passiva, traduzida

REFLEXÕES V

pela indiferença dos que não se importam com o bem comum e pela causa humana – que Mahatma Gandhi considerava pior e mais destrutiva do que a violência ativa –, duas características das mais importantes desta doença, insidiosa¹⁸ e trágica, que denominamos de normose.

Como afirma Basarab Nicolescu, três e trans possuem uma mesma raiz etimológica, sendo que o três significa a transgressão do dois, assim como a transdisciplinaridade é a transgressão da dualidade binária, rumo a uma pluralidade complexa e a uma unidade aberta, duas faces de uma mesma realidade. Adotando o nosso conceito, Nicolescu afirmou, num congresso em Strasbourg, que é preciso ir além da normose do binário.

Enfim, para logramos o que Morin denomina de ética da compreensão – centrada na solidariedade intelectual e moral, a serviço do gênero humano –, necessitamos transgredir a normose, que se encontra nos fundamentos da crise civilizacional contemporânea.

As funções psíquicas

De acordo com a vasta pesquisa do psiquiatra Carl Gustav Jung, há quatro funções psíquicas, inerentes ao ser humano: a do pensamento, a do sentimento, a da sensação e a da intuição. Não é difícil constatar que o diálogo entre o pensamento (racionalismo) e a sensação (empirismo) deu origem à ciência contemporânea. Assim como da aliança da sensação com a intuição deriva a arte; do pensamento com a intuição a filosofia e do sentimento com a intuição a mística, da tradição sapiencial. Assim, quanto ao fundamento individual, os conhecidos quatro fragmentos clássicos epistemológicos surgem da dinâmica criativa de nossas funções psíquicas.

De forma geral, o indivíduo apenas desenvolve uma ou duas destas funções, sendo que as demais permanecem atrofiadas e

¹⁸ **Insidioso:** que arma insídias; que prepara ciladas; enganador, traiçoeiro, pérfido.

REFLEXÕES V

indiferenciadas. O desenvolvimento das funções deficitárias e a sua integração e harmonização com as demais conduz, segundo Jung, a uma quinta função, que ele denominou de Self, uma inteligência da totalidade psíquica.

O enfoque pioneiro junguiano postula, além da mera cura, um processo de individuação que possa conduzir o indivíduo, por meio de uma via interior e num movimento de circunvolução, da periferia do ego para a centralidade do Self, que é a instância psíquica de onde emana a real compreensão.

Na teoria fundamental da Universidade Internacional da Paz, UNIPAZ, desde o seu evento deflagrador, o I Congresso Holístico Internacional – I CHI, que realizamos em Brasília (1987), esta concepção das funções psíquicas nos orientou, encontrando-se, também, no cerne de nosso consagrado projeto transdisciplinar, com mais de vinte anos de fecunda prática, da Formação Holística de Base – FHB.

Como constata o próprio Morin, não necessitamos pregar a paz, já que todos sabem da sua importância como o único caminho para evitarmos os horrores da guerra. O que realmente urge é uma pedagogia da compreensão humana. Em última instância, educar para a paz é educar para a compreensão. Como? Deparamo-nos, aqui, com a necessidade de uma educação integral, que concilie a dimensão do saber com a do ser.

Falando de outro modo, a compreensão é uma expressão natural da convergência do saber com o ser. Não compreendemos apenas com o saber e nem apenas com o ser. Eis uma aliança perdida, que necessitamos resgatar.

Como afirma Ubiratan D'Ambrosio, trata-se de evoluir da arrogância do saber para a humildade da busca. A autêntica busca solicita a elegância da douda ignorância do não saber. Saber não saber, eis a questão! A arte transdisciplinar consiste no equilibrar o saber com o não saber, o aprender com o desaprender, o adquirir conhecimentos com o esvaziar-se do conhecido, o pensar com o não pensar, a reflexão com a contemplação, a palavra com o silêncio...

O paradigma cartesiano do racionalismo científico, que se caracteriza, segundo Morin, pela disjunção, redução e abstração, centrado exclusivamente no saber, foi muito competente para desenvolver uma sofisticada tecnociência que se encontra, infelizmente, desconectada do hemisfério do ser, de onde emanam os valores de uma ética essencial. E sabemos muito bem as consequências de uma tecnologia poderosa e desorientada, da ciência sem consciência, da efetividade sem afetividade. Este é o imenso valor de um documento de base da própria UNESCO (1992) que propõe, sustentada na pesquisa e no relatório de Jacques Delors, os quatro pilares de uma nova educação transdisciplinar: educar para conhecer, educar para fazer, educar para conviver e educar para ser. Com os modelos pedagógicos convencionais, de modo fragmentado, temos educado apenas para o conhecer e para o fazer. O imenso e estimulante desafio, que tem a ver diretamente com a questão da compreensão, é educar para conviver – viver consigo, com o outro, com os outros, com a natureza – e, sobretudo, educar para ser.

Hologia e Holopraxis

A célebre Declaração de Veneza (1986), documento redefinidor que resultou de um colóquio organizado pela UNESCO, centrada no tema, *A ciência face aos confins do conhecimento*: o prólogo de nosso passado cultural, no seu segundo artigo afirma: “O conhecimento científico, por seu próprio movimento interno, chegou aos confins, onde pode começar o diálogo com outras formas de conhecimento. Neste sentido, reconhecendo as diferenças fundamentais entre a ciência e a tradição, constatamos não a sua oposição, mas a sua complementaridade. O encontro inesperado e enriquecedor entre a ciência e as diferentes tradições do mundo permite pensar no aparecimento de uma nova visão da humanidade, até de um novo racionalismo, que poderia levar a uma nova perspectiva metafísica”.

Apontando para esta mesma direção, Morin postula uma racionalidade autocrítica e aberta, capaz de integrar aspectos do que outras culturas não europeias desenvolveram e que foram atrofiados no Ocidente, de modo a reparar o ativismo, o pragmatismo, o

REFLEXÕES V

“quantitativismo” e o consumismo. Mas também salvaguardar, regenerar e disseminar o melhor da cultura ocidental: a democracia, a proteção individual e os direitos humanos.

Pierre Weil, para fazer frente a esta lúcida convocação, desenvolveu dois conceitos complementares, que são fundamentais nesta tarefa premente de integrar o hemisfério do saber ao do ser: o de hologia e o de holopraxis. Hologia refere-se à via racional de estudo, reflexão crítica e de experimentação do paradigma holístico, destinado à dimensão do saber, enquanto a holopraxis consiste no caminho vivencial, de despertar para a visão holística, por meio de práticas provenientes das tradições sapienciais, do Oriente e do Ocidente, visando à dimensão do ser.

Apresentamos a integração destas duas vias complementares já no citado I CHI. A hologia, por meio das conferências, simpósios e sessões de temas livres. A holopraxis, por meio de espaços vivenciais, facilitados por representantes de diversas tradições ocidentais e orientais. Da mesma forma, estes dois métodos encontram-se presentes na FHB e em todos os programas e projetos da UNIPAZ, pois é o seu exercício conjugado que abre caminho para a compreensão humana que, por sua vez, é a via direta para a paz.

Método analítico e sintético

Para a elucidação do processo da compreensão, considero imprescindível um aprofundamento na reflexão metodológica envolvida. O que me remete a uma pesquisa, que desenvolvo há mais de duas décadas, no contexto clínico e educacional, sobre a sinergia de dois caminhos de apreensão da realidade: o da análise e o da síntese.

Todos nós, ocidentais, fomos condicionados para a análise, já que o método analítico encontra-se no cerne do paradigma da modernidade, que representou um resgate necessário, compensatório e iluminista, da razão crítica, cuja grande contribuição, no século XVII, foi a de ter evidenciado a consciência dual de diferenciação.

Esboçando um breve resumo, o método analítico é um importante

REFLEXÕES V

fruto do racionalismo científico, que se ergueu como saudável e necessária resposta ao momento decadente de um indiferenciado obscurantismo medieval, que fazia uma simbiose perversa entre religião e ciência, sob a tirania da Inquisição. Focaliza a parte, buscando as unidades constitutivas, atuando como eficiente bisturi retalhador de totalidades. Diz respeito ao conceito grego de *diabolos*, o que divide. Gerou o enfoque disciplinar de onde é modelado o especialista, caracterizado pela tendência reducionista e unilateralidade de visão e de ação. A sua base é somática, substancialista. Fundamenta-se nas funções psíquicas do pensamento e da sensação. Sustentado na física mecânica, inclinou-se para um enfoque mecanicista e o seu realismo clássico, que destaca a continuidade, a simplicidade, a causalidade local e a objetividade. Caracteriza-se pelo aspecto quantitativo, perseguindo o ideal da codificação matemática. Conformava a base da identidade egóica, de cunho pessoal. Parte da lógica linear da causalidade local, prescrevendo a existência de leis necessárias e gerais, que engendram o determinismo, com pretensão de controle e de previsibilidade. Veste o aparamento sofisticado da exatidão. É progressivo e acumulativo. Parte de uma atitude básica extrovertida, afirmando-se como excelente instrumento de estudo e de exploração do espaço exterior. Tem como meta ideal a objetividade e a isenção valorativa, excluindo o sujeito do campo da ciência. Sua vocação é experimental: seu produto típico é gerado em laboratórios sofisticados com manipulação impecável de variáveis. Seu substrato metafórico neurofisiológico – levando em conta a interconexão cerebral – é o hemisfério dominante, geralmente o esquerdo, da racionalidade, predição e também da angústia humana. Caracteriza a mentalidade típica do ocidental. Postula uma função explicativa: objetiva explicar ativamente o universo. Denominamos de analista ao agente deste método clássico.

Após o grande avanço do Iluminismo do século XVIII, este método iniciou a dar mostras de um esgotamento e de insuficiência, tornando-se fonte de cada vez mais visíveis contradições. Como afirmou Ken Wilber, o que era consciência de diferenciação e espírito científico no século XVII degenerou-se, no século XIX, em dissociação e cientificismo. Esta via, trilhada exclusivamente, nos

REFLEXÕES V

conduziu ao que denomino de uma síndrome de analisicismo, caracterizada por sintomas como os da fragmentação, dissociação, desvinculação, perda de valores fundamentais e de uma atrofia da subjetividade, da intersubjetividade, enfim, da própria interioridade. Como afirmava G. K. Chesterton, o pior louco é o que perdeu tudo, exceto a razão.

Coube ao gênio do filósofo alemão, Wilhelm Dilthey, no século XIX e início do XX, demonstrar a necessidade de outro método, além do analítico. Denunciando as contradições do caminho reducionista científico-natural, na sua teoria da compreensão expressiva, Dilthey fundamenta as ciências do espírito, posteriormente designadas de ciências humanas, afirmando o ser humano como uma unidade, muito além de um conglomerado de átomos. Transcendendo o positivismo, na sua proposta histórico-biográfica, Dilthey prescreve dois caminhos: o da descrição da vida e o da compreensão da vida por si mesma. “A natureza se explica, a alma se compreende”, bradava o filósofo, afirmando a vida como um mistério insondável, suscetível de ser compreendida por si mesma, como um ritmo todo-e-parte, que pode ser vivenciado, o que desvela significados –, mas não explicado.

Segundo Christine Delory-Momberger, afirmando a diferença radical que constitui o sujeito humano, Dilthey desenvolveu, contra os métodos analíticos e generalizantes do positivismo sociológico, uma epistemologia fundada sobre o reconhecimento do humano pelo humano, ou seja, sobre a experiência vivida e a compreensão, sendo que o ser humano e a sociedade encontram-se numa relação de inclusão e de ação recíprocas. Tendo consolidado as bases da atual abordagem biográfica, Dilthey considerava a autobiografia como um paradigma de inteligibilidade, a forma mais elevada e instrutiva, a partir da qual se manifesta, para nós, a compreensão da vida.

Seguindo-se a contribuição singular e marcante de Dilthey, outras significativas vozes se levantaram, clamando pela síntese. Jan Smuts, no seu enfoque evolutivo, desvelou o conceito de holismo, definido como um princípio único, organizador de totalidades e criador de conjuntos, num Universo que é sintético, vital e criativo.

REFLEXÕES V

Carl G. Jung desenvolveu uma interpretação de sonhos em termos de sujeito, denominando-a sintética. Roberto Assagioli desenvolveu uma psicossíntese. Viktor Frankl criou a sua escola de Logoterapia, suportada numa metodologia sintética. Karlfried Graf-Durckheim fundou a terapia iniciática, prescrevendo o que denominava de exercício – uma prática meditativa, de natureza sintética –, para que a essência possa transparecer na existência. Ramon Soler fundou, na Argentina, uma Universidade de Síntese, na qual o método da síntese é também uma via de integração humana. O sábio hindu J. Krishnamurti cuja vida e obra, dedicadas absolutamente ao essencial, mereceu um significativo destaque na abordagem transversal de René Barbier, pode ser considerado um símbolo vivo de encarnação da síntese.

Resumindo, o método sintético delineou-se no final do século XIX como uma resposta à crise de fragmentação, de dissociação, de desvinculação, enfim, de desumanização. Focaliza a totalidade, a interconexão, a forma, o contexto, visando ao processo de vinculação e de unificação. Sua tendência é amplificadora e integrativa. Diz respeito ao conceito grego, oposto ao do *diabolos*, de *symbolos*, o fator que religa e restabelece a inteireza.

Valorizando a visão inclusiva e global, encontra-se na base do ideal do generalista. É uma via qualitativa, que se indica mais por uma linguagem mitopoética e arquetípica. Fundamenta-se nas funções psíquicas do sentimento e da intuição. Parte de um espaço de indeterminismo, de liberdade e de responsabilidade. A sua base é psíquica e noética. Enfatiza a participação e a singularidade. Ocorre na instantaneidade, no salto abrupto, no *insight*: é não cumulativo. Por meio de uma lógica da simultaneidade, abre-se para o universo aberto da sincronicidade, as coincidências significativas ou princípio de conexões acausais, da transcausalidade, de acordo com a pesquisa junguiana. Reveste-se de tecido vivo, flexível, impreciso, desapegado da exatidão. Amplia-se no aspecto descritivo e biográfico. Guia-se por uma visão introspectiva que descortina e investiga o espaço interior.

Abre-se para o além do ego, para a consciência transpessoal. Sustenta-se na microfísica e no realismo quântico, caracterizado

REFLEXÕES V

pela descontinuidade, princípio de superposição, não separatividade, não localidade e indeterminismo. Assume um caráter consciencial subjetivo, a intersubjetividade e os valores. Focaliza a finalidade, o significado, o sentido. Sua vocação é experiencial: seu produto típico é fruto do laboratório vibrante da vivência humana. Seu substrato metafórico neurofisiológico é o hemisfério cerebral não dominante, geralmente o direito, da *gestalt*¹⁹, da musicalidade, da poesia e da mística. Caracteriza a mente clássica do oriental. Não se distingue do sujeito. Exerce uma função compreensiva e de comunhão participativa. Denomino de sintetista ao agente deste caminho de apreensão da realidade.

Arte da integração: o três

É fundamental sublinhar que o método analítico e o sintético não se encontram na relação de antagonismo e, sim, na de complementaridade. O conceito de complementaridade advém da quântica, tendo sido proposto por Niels Bohr, para solucionar o paradoxo partícula-onda, da microfísica. O mesmo pode ser aplicado ao paradoxo metodológico análise-síntese. Uma ênfase unilateral na análise nos conduz ao reducionismo enquanto, na síntese, nos leva ao totalitarismo, extremos equivocados, que precisamos evitar. Gosto de representar o valor inestimável desta heurística²⁰ sinergia metodológica com o símbolo do infinito aliando, numa dinâmica de interações constantes e paradoxais, o método analítico e o sintético:

Arthur Koestler, sustentando que parte e todo inexistem no domínio da vida, conciliou o atomismo com o holismo, por meio do seu conceito de hólón – onde holos se refere ao todo e on à parte – referindo-se a um sistema aberto e autorregulável que apresenta, ao mesmo tempo, propriedades autônomas de um todo e dependentes de uma parte. No seu enfoque, o organismo é considerado como

¹⁹ **Gestalt**: é uma palavra de origem germânica, com uma tradução aproximada de “forma” ou “figura”.

²⁰ **Heurística**: arte de inventar, de fazer descobertas; ciência que tem por objeto a descoberta dos fatos.

REFLEXÕES V

uma hierarquia multinível de subtodos, dotados de autonomia relativa.

O símbolo koestleriano para hólón é uma divindade da mitologia romana, Jano, que portava duas faces, voltadas em sentido contrário: uma para frente, representando o futuro e a outra mirando para trás, simbolizando o passado. Assim também cada subtudo, inserido numa escala em ordem ascendente de complexidade possui uma face do “todo”, voltada para os níveis subordinados, enquanto a outra face, voltada para o ápice, é a de uma “parte” dependente.

“Homem algum é uma ilha: cada ser humano é um hólón. Uma entidade bifronte como Jano que, olhando para o seu interior vê-se como um todo único e completo em si mesmo e, olhando para fora, vê-se como uma parte dependente. A sua tendência autoafirmativa é a manifestação dinâmica de sua condição de todo único, da sua autonomia e independência como hólón. A tendência antagônica, também universal, que é integrativa, expressa a sua dependência do todo maior que integra a sua condição de parte”, afirma Koestler.

Falando de outro modo, há duas tendências básicas na natureza viva: uma de diferenciação e outra de fusão. A de diferenciação é autoafirmativa, uma força centrífuga que impulsiona para a diferença, a singularidade. A de fusão é integrativa, uma força centrípeta que impulsiona ao pertencimento, à interconexão. A tarefa da saúde é a de manter um equilíbrio sinérgico entre essas duas dinâmicas, já que o excesso de diferenciação conduz à patologia do individualismo excludor e do isolamento. Enquanto o excesso de fusão determina a alienação da simbiose e do absolutismo.

Em convergência, Martin Buber afirma que o duplo movimento de separação e relação define o princípio da vida humana e que só ocorre a relação autêntica quando o outro é colocado na distância justa, para que seja possível o Eu-Tu. Caso contrário, ficamos condenados a uma relação objetual e redutora, que Buber denomina de eu-isto. Assim, necessitamos da sinergia entre o método analítico – de diferenciação – e o sintético – de fusão. Nem um, nem dois,

não mesclar, não separar: eis um princípio transdisciplinar, que solicita o três.

A riqueza do três é a de conter, em si, o um da fusão e o dois da diferenciação. Falando na metáfora do substrato neurofisiológico, o exercício salutar e sábio da integração respalda-se no corpo caloso, que liga os dois hemisférios cerebrais, o da análise e o da síntese. O que a tradição sapiencial simboliza como a terceira visão ou o chifre do unicórnio. Por esta razão, Carl Sagan afirma que o futuro da educação depende do corpo caloso. Podemos acrescentar: também o da compreensão!

O Tao da compreensão

Lao Tsé afirmava que o alto descansa no profundo. Parodiando o sábio taoista, podemos afirmar que a síntese descansa na análise. O todo descansa na parte, o céu descansa na terra, as asas descansam nas raízes...

Na sua obra, Edgar Morin insiste muito num pensamento de Pascal, uma verdadeira pérola da visão holística: “Todas as coisas sendo causadas e causadoras, ajudadas e ajudantes, mediatas e imediatas e todas se entrelaçando umas às outras, por um laço natural e insensível que liga as mais distantes e as mais diferentes, acho impossível conhecer as partes sem conhecer o todo; também acho impossível conhecer o todo sem conhecer as partes.”

O sábio e inspirador conceito do Tao, da tradição chinesa, indica a integração do princípio masculino Yang com o feminino Yin, numa simbólica de interpenetração dos contrários e de harmoniosa transcendência dos opostos. Podemos considerá-lo um símbolo do caminho que conduz à compreensão.

Por outro lado, uma pedagogia da compreensão solicita, de forma imperiosa, a ciência e arte da hermenêutica, sobretudo por meio do resgate da inteligência simbólica. Inteligência advém de *inteligere*, que significa ler dentro – das letras, dos fatos, das vivências. É esta leitura simbólica que nos permite superar a estupidez normótica de certo literalismo simplista de superfície, fonte dos fundamentalismos e fanatismos tão atuais, não apenas religiosos,

REFLEXÕES V

mas também ideológicos, mercadológicos, pedagógicos, entre outros. É a hermenêutica que possibilita a necessária apreensão e compreensão da pluralidade de significados e sentidos inerentes a cada fenômeno, a cada crise, a cada vivência.

A capacidade de interpretar vai além do exercício analítico da explicação, incluindo a via sintética, que sonda o sutil e o interior, capaz de extrair uma polissemia de sentidos implicada em cada experiência humana. É também a interpretação que nos eleva da condição de objeto de fatos e de circunstâncias, para o estatuto de sujeito da própria existência, dotado do dom da liberdade. Não somos livres com relação ao que nos acontece; nossa liberdade consiste naquilo que fazemos com o que nos acontece, o que solicita uma arte da escuta que, além da mera audição é, também, interpretação. Um sujeito habilitado no exercício de interpretar, no sentido amplo e transdisciplinar, é também capaz de superar os mais árduos desafios existenciais. Pois a única crise destrutiva que pode ser fatal é aquela, para a qual, não conseguimos extrair nenhum sentido, pela incapacidade de escuta e de hermenêutica.

Os grandes mestres e educadores da humanidade sempre nos alertaram para o perigo do julgamento, que se encontra na fonte de tantos conflitos e dilaceramentos. A compreensão é um eficaz antídoto deste destrutivo jogo bélico de poder, pois quem compreende não julga. O julgamento é o fracasso da escuta e da compreensão.

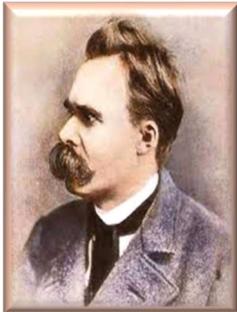
Edgar Morin afirma, de forma lúcida e ousada, a missão espiritual da educação, na tarefa intersubjetiva de ensinar a compreensão, por meio das virtudes conjugadas da abertura, da simpatia e da generosidade. Trata-se de uma arte de viver com solidariedade intelectual e moral e com dialogicidade, capaz mesmo de compreender a incompreensão, sem complacência nem acusação, a serviço do Homo sapiens demens, da metamorfose e da nossa comunidade de destino.

O Tao da compreensão é o da Aliança entre o saber e o ser. Uma utopia realizável, um caminho para a Paz. ●

Roberto Crema: psicólogo

Sobre a verdade e a mentira no sentido extramoral

Friedrich Nietzsche



No desvio de algum rincão do universo inundado pelo fogo de inumeráveis sistemas solares, houve uma vez um planeta no qual os animais inteligentes inventaram o conhecimento. Este foi o minuto mais soberbo e mais mentiroso da história universal, mas foi apenas um minuto. Depois de alguns suspiros da natureza, o planeta congelou-se e os animais inteligentes tiveram de morrer.

Esta é a fábula que se poderia inventar, sem com isso chegar a iluminar suficientemente o aspecto lamentável, frágil e fugidio, o aspecto vão e arbitrário dessa exceção que constitui o intelecto humano no seio da natureza. Eternidades passaram sem que ele existisse; e se ele desaparecesse novamente, nada se teria passado; pois não há para tal intelecto uma missão que ultrapasse o quadro de uma vida humana. Ao contrário, ele é humano e somente seu possuidor e criador o trata com tanta paixão, como se ele fosse o eixo em torno do qual girasse o mundo.

Se pudéssemos entender a mosca, perceberíamos que ela navega no ar animada por essa mesma paixão e sentindo em si que voar é o centro do mundo. Nada há de tão desprezível e de tão insignificante na natureza que não transborde como um odre²¹ ao menor sopro dessa força do conhecer, e assim como todo carregador quer também ter o seu admirador, o homem mais arrogante, o filósofo, imagina ter também os olhos do universo focalizados, como um telescópio, sobre suas obras e seus pensamentos. É admirável que o intelecto seja responsável por esta situação, ele a quem, todavia, não

²¹ **Odres:** são peles (de porco, carneiro ou outro animal) confeccionadas na forma de um saco para reter líquidos.

REFLEXÕES V

foi dado senão servir precisamente como auxiliar dos seres mais desfavorecidos, mais vulneráveis e mais efêmeros, a fim de mantê-los na vida pelo espaço de um minuto – existência da qual eles teriam todo o direito de fugir, tão rapidamente como o filho de Lessing²², não fosse esta ajuda recebida. Este orgulho ligado ao conhecimento e à percepção, névoa que cega o olhar e os sentidos do homem, engana-os sobre o valor da existência, exatamente quando vem acompanhada da avaliação mais lisonjeira possível com relação ao conhecimento. O seu efeito mais comum é a ilusão, mas seus efeitos mais particulares implicam também qualquer coisa da mesma ordem.

O intelecto, enquanto meio de conservação do indivíduo, desenvolve o essencial de suas forças na dissimulação, pois esta é o meio de conservação dos indivíduos mais fracos e menos robustos, na medida em que lhe é impossível enfrentar uma luta pela existência munidos de chifres ou das poderosas mandíbulas dos animais carnívoros. É no homem que esta arte da dissimulação atinge o seu ponto culminante: a ilusão, a lisonja, a mentira e o engano, a calúnia, a ostentação, o fato de desviar a vida por um brilho emprestado e de usar máscaras, o véu da convenção, o fato de brincar de comediante diante dos outros e de si mesmo.

Em suma, o gracejo perpétuo que em todo lugar goza unicamente com o amor da vaidade, são nele a tal ponto a regra e a lei, que quase nada é mais inconcebível do que o aparecimento, nos homens, de um instinto de verdade honesto e puro.

Eles estão profundamente mergulhados nas ilusões e nos sonhos, seu olhar somente desliza sobre a superfície das coisas e vê apenas as formas. Sua percepção não leva de maneira alguma à verdade, mas se limita a receber as excitações e a andar como que às cegas no dorso das coisas. Além disso, durante a vida toda, o homem se deixa enganar à noite pelos sonhos, sem que jamais o seu sentido moral procure impedi-lo disso, embora deva haver homens que, por força

²² A referência aqui é ao filho de Lessing [1729-1781] que morreu com apenas dois dias de nascido. Lessing foi citado por Nietzsche pelo menos 50 vezes.

REFLEXÕES V

da vontade, tiveram sucesso em se livrar do ronco.

Mas o que sabe o homem, na verdade, de si mesmo? E ainda, seria ele sequer capaz de se perceber a si próprio, totalmente de boa-fé, como se estivesse exposto numa vitrine iluminada? A natureza não lhe dissimula a maior parte das coisas, mesmo no que concerne a seu próprio corpo, a fim de mantê-lo prisioneiro de uma consciência soberba e enganadora, afastado das tortuosidades dos intestinos, afastado do curso precipitado do sangue nas veias e do complexo jogo de vibrações das fibras?

Ela atirou fora a chave; e infeliz da curiosidade fatal que chegar um dia a entrever por uma fresta o que há fora desta cela, que é a consciência e aquilo sobre o que ela está assentada, e descobrir então que o homem repousa, a despeito da sua ignorância, sobre um fundo ímpiedoso, ávido, insaciável e mortífero, agarrado a seus sonhos assim como ao dorso de um tigre. Nessas condições, haveria no mundo um lugar de onde pudesse surgir o instinto de verdade?

No estado de natureza, na medida em que o indivíduo quer conservar-se diante dos outros indivíduos, ele não utiliza sua inteligência o mais das vezes senão com fins de dissimulação. Mas, na medida em que o homem, ao mesmo tempo por necessidade e por tédio, quer viver em sociedade e no rebanho, necessário lhe é concluir a paz e, de acordo com este tratado, fazer de modo tal que pelo menos o aspecto mais brutal do *bellum omnium contra omnes*²³ desapareça do seu mundo. Ora, este tratado de paz fornece algo como um primeiro passo em vista de tal enigmático instinto de verdade. De fato, aquilo que daqui em diante deve ser a verdade é então fixado, quer dizer, é descoberta uma designação uniformemente válida e obrigatória das coisas, e a legislação da linguagem vai agora fornecer também as primeiras leis da verdade, pois, nesta ocasião e pela primeira vez, aparece uma oposição entre verdade e mentira.

²³ *Bellum omnia omnes* ou *Bellum omnium contra omnes*: é a tradução para o latim da expressão "A guerra de todos contra todos".

REFLEXÕES V

O mentiroso utiliza as designações pertinentes, as palavras, para fazer parecer real o que é irreal; ele diz, por exemplo: Eu sou rico, ainda que, para qualificar sua condição, fosse justamente a palavra pobre a designação mais correta. Ele mede as convenções estabelecidas, operando substituições arbitrárias ou mesmo invertendo os nomes. Se age assim de maneira interessada e demasiadamente prejudicial, a sociedade não lhe dará mais crédito e, por causa disso, o excluirá. Nesse caso, os homens fogem menos da mentira do que do prejuízo provocado por uma mentira.

Fundamentalmente, não detestam tanto as ilusões, mas as consequências deploráveis e nefastas de certos tipos de ilusão. É apenas nesse sentido restrito que o homem quer a verdade. Deseja os resultados favoráveis da verdade, aqueles que conservam a vida; mas é indiferente diante do conhecimento puro e sem consequência, e é mesmo hostil para com as verdades que podem ser prejudiciais e destrutivas.

Mas, por outro lado, o que são as convenções da linguagem? São produtos eventuais do conhecimento e do sentido da verdade? Coincidem as coisas e suas designações? É a linguagem a expressão adequada de toda e qualquer realidade?

Somente graças à sua capacidade de esquecimento é que o homem pode chegar a imaginar que possui uma verdade no grau que nós queremos justamente indicar. Se ele recusa contentar-se com uma verdade na forma de tautologia²⁴, quer dizer, como cascas vazias, ele tomará eternamente ilusões por verdades.

O que é uma palavra? A transposição sonora de uma excitação nervosa. Mas, concluir a partir de uma excitação nervosa uma causa primeira exterior a nós, isso é já até onde chega uma aplicação falsa

²⁴ **Tautologia:** A tautologia (do grego τὰὐτολογία "dizer o mesmo") é, na retórica, um termo ou texto que expressa a mesma ideia de formas diferentes. Como um vício de linguagem pode ser considerado um sinônimo de pleonasma ou redundância. A origem do termo vem de do grego tautó, que significa "o mesmo", mais logos, que significa "assunto". Portanto, tautologia é dizer sempre a mesma coisa em termos diferentes.

REFLEXÕES V

e injustificável do princípio da razão. Se a verdade tivesse sido o único fator determinante na gênese da linguagem e se o ponto de vista da certeza o fosse quanto às designações, como teríamos então o direito de dizer, por exemplo, que esta pedra é dura, como se conhecêssemos o sentido de duro de outro modo que não fosse apenas uma excitação totalmente subjetiva?

Classificamos as coisas segundo os gêneros, designamos *l'arbre* (*l'arbre* = eixo, planta) como masculino e a planta como feminino: que transposições arbitrárias! A que ponto estamos afastados do cânone da certeza! Falamos de uma serpente: a designação alcança somente o fato de se contorcer, o que poderia convir igualmente ao verme. Que delimitações arbitrárias, que parcialidade é preferir ora uma ora outra propriedade de uma coisa! As diferentes línguas, quando comparadas, mostram que as palavras nunca alcançam a verdade, nem uma expressão adequada; se fosse assim, não haveria efetivamente um número tão grande de línguas. A coisa em si [como sendo precisamente a verdade pura e sem consequência], enquanto objeto para aquele que cria uma linguagem, permanece totalmente incompreensível e absolutamente indigna de seus esforços. Esta designa somente as relações entre os homens e as coisas e para exprimi-las ela pede o auxílio das metáforas mais audaciosas.

Transpor uma excitação nervosa numa imagem! Primeira metáfora. A imagem por sua vez é transformada num som! Segunda metáfora. A cada vez, um salto completo de uma esfera para outra completamente diferente e nova. Imaginemos um homem que seja totalmente surdo e que jamais tenha percebido o som e a música: da mesma maneira que ele sem dúvida se espanta com as figuras acústicas de Chladni²⁵ feitas de areia e descobre sua causa na vibração das cordas, jurará então por esta descoberta que não poderá ignorar daí por diante o que os homens chamam de som, assim como ocorre com todos nós no que concerne à linguagem. Acreditamos possuir algum saber sobre as coisas propriamente,

²⁵ Ernst Florenz Friedrich **Chladni**: foi um físico e músico alemão. Investigou a vibração de placas e o cálculo da velocidade do som para diferentes gases. Devido a estas suas investigações é atualmente denominado o "pai da acústica".

REFLEXÕES V

quando falamos de árvores, cores, neve e flores, mas não temos, entretanto, aí mais do que metáforas das coisas, as quais não correspondem absolutamente às entidades originais.

Assim como o som enquanto figura de areia, também o **x** enigmático da coisa em si é primeiramente captado como excitação nervosa, depois como imagem, afinal como som articulado. A gênese da linguagem não segue em todos os casos uma via lógica, e o conjunto de materiais que é por conseguinte aquilo sobre o quê e com a ajuda de quem o homem da verdade, o pesquisador, o filósofo, trabalha e constrói, se não provém de Sírius²⁶, jamais provém em todo caso da essência das coisas.

Pensemos ainda uma vez, particularmente, na formação dos conceitos: toda palavra se torna imediatamente conceito, não na medida em que ela tem necessariamente de dar de algum modo a ideia da experiência original única e absolutamente singular a que deve o seu surgimento, mas quando lhe é necessário aplicar-se simultaneamente a um sem-número de casos mais ou menos semelhantes, ou seja, a casos que jamais são idênticos estritamente falando, portanto a casos totalmente diferentes.

Todo conceito surge da postulação da identidade do não idêntico. Assim como é evidente que uma folha não é nunca completamente idêntica à outra, é também bastante evidente que o conceito de folha foi formado a partir do abandono arbitrário destas características particulares e do esquecimento daquilo que diferencia um objeto de outro. O conceito faz nascer a ideia de que haveria na natureza, independentemente das folhas particulares, algo como a folha, algo como uma forma primordial, segundo a qual todas as folhas teriam sido tecidas, desenhadas, cortadas, coloridas, pregueadas, pintadas, mas por mãos tão inábeis que nenhum exemplar teria saído tão adequado ou fiel, de modo a ser uma cópia em conformidade com o

²⁶ **Sírius**: é a estrela mais brilhante no céu noturno, com uma magnitude aparente de -1,46, localizada na constelação de Canis Major. Pode ser vista a partir de qualquer ponto na Terra, sendo que, no Hemisfério Norte faz parte do Hexágono do Inverno.

REFLEXÕES V

original.

Dizemos de um homem que ele é honesto; perguntamos a nós mesmos porque ele agiu hoje tão honestamente. Respondemos geralmente que foi por causa da sua honestidade. Honestidade! Isto significa novamente dizer que a folha é a causa das folhas. Não sabemos mesmo absolutamente nada de uma qualidade essencial chamada honestidade, no entanto conhecemos inumeráveis ações individualizadas e, por conseguinte, dessemelhantes, mas que postulamos como idênticas ao deixarmos de lado o que as torna diferentes; assim, designamos as ações honestas a partir das quais afinal formulamos uma *qualitas occulta*²⁷ com o termo: a honestidade.

A omissão do particular e do real nos dá o conceito, assim como nos dá a forma, contrariamente ao que revela a natureza, que não conhece formas ou conceitos e, portanto, nenhum gênero, mas somente um **x** para nós inacessível e indefinível. Pois a oposição que introduzimos entre o indivíduo e a espécie é também antropomórfica²⁸ e não provém da essência das coisas, mesmo quando ousamos dizer que esta oposição não corresponde à essência das coisas, pois isto seria de fato uma afirmação dogmática e, enquanto tal, tão indemonstrável quanto a afirmação contrária.

O que é portanto a verdade? Uma multidão móvel de metáforas, metonímias e antropomorfismos; em resumo, uma soma de relações humanas que foram realçadas, transpostas e ornamentadas pela poesia e pela retórica e que, depois de um longo uso, pareceram estáveis, canônicas e obrigatórias aos olhos de um povo: as verdades são ilusões das quais se esqueceu de que são, metáforas gastas que perderam a sua força sensível, moeda que perdeu sua efigie e que não é considerada mais como tal, mas apenas como metal.

Não sabemos ainda, todavia, de onde provém o instinto de verdade, pois até agora só temos falado do constrangimento que a sociedade

²⁷ Em latim no texto: significa qualidade oculta.

²⁸ **Antropomorfo**: cuja forma aparente evoca a de um ser humano; antropomorfo.

REFLEXÕES V

impõe como condição da existência: é necessário ser verídico, quer dizer, empregar metáforas usuais; portanto, nos termos da moral, só temos falado da obrigação de mentir segundo uma convenção estabelecida, mentir como rebanho e num estilo obrigatório para todos.

Na verdade, o homem esquece que é assim que se passam as coisas. Ele mente, portanto, inconscientemente, tal como indicamos, conformando-se a costumes seculares... E é mesmo por intermédio dessa inconsciência, desse esquecimento, que ele chega ao sentimento da verdade. Ao experimentar o sentimento de estar obrigado a designar uma coisa como vermelha, outra como fria, uma terceira como muda, ele é seduzido por um impulso moral que o orienta para a verdade e, em oposição ao mentiroso a que ninguém dá crédito e que todos excluem, o homem é persuadido da dignidade, da confiança e da utilidade da verdade.

Enquanto ser racional, deve agora submeter seu comportamento ao poder das abstrações; não suporta mais ser levado pelas impressões súbitas e pelas intuições, mas generaliza em primeiro lugar todas as impressões em conceitos mais frios e mais exangues²⁹, a fim de atrelar neles a condução da sua vida e do seu agir.

Tudo o que eleva o homem acima do animal depende dessa capacidade de fazer desaparecer as metáforas intuitivas num esquema ou, em outras palavras, dissolver uma imagem num conceito. Sob o domínio desses esquemas, é possível ser bem-sucedido em relação àquilo que jamais se alcançaria submetido às primeiras impressões intuitivas: edificar uma pirâmide lógica ordenada segundo divisões e graus, instaurar um novo mundo de leis, privilégios, subordinações e delimitações, que se opõe desde logo ao outro mundo, o mundo intuitivo das primeiras impressões, como sendo aquele melhor estabelecido, mais geral, melhor conhecido, mais humano e, por esta razão, como uma instância reguladora e imperativa. Enquanto toda metáfora da intuição é particular e sem igual, escapando sempre, portanto, à qualquer

²⁹ **Exangue**: que está fraco, sem força.

REFLEXÕES V

classificação, o grande edifício dos conceitos apresenta a estrita regularidade de um columbário³⁰ romano, edifício de onde emana aquele rigor e frieza da lógica que são próprios das matemáticas.

Aquele que estivesse impregnado desta frieza hesitaria em crer que mesmo o conceito – duro como o osso e cúbico como um dado e como ele intercambiável – acabasse por ser somente o resíduo de uma metáfora e que a ilusão própria a uma transposição estética de uma excitação nervosa em imagens, se não era a mãe, era, entretanto, a avó de tal conceito. Mas nesse jogo de dados dos conceitos, chama-se – verdade – o fato de se utilizar cada dado segundo a sua designação, de computar exatamente seus pontos, de formular rubricas corretas e de jamais pecar contra o ordenamento das divisões ou contra a série ordenada das classificações.

Assim como os romanos e os etruscos dividiram o céu segundo linhas matemáticas estritas e destinaram este espaço assim delimitado para *templum* de um deus, assim também todo povo possui um céu conceitual semelhante a que está adstrito; a exigência da verdade significa então para ele que todo conceito, a exemplo de um deus, somente deve ser procurado na sua própria esfera. Bem poderíamos, a respeito disso, admirar o homem pelo fato de ser ele um poderoso gênio da arquitetura: ele conseguiu erigir uma catedral conceitual infinitamente complicada sobre fundações movediças, de qualquer maneira sobre água corrente. Na verdade, para encontrar um ponto de apoio em tais fundações, precisa-se de uma construção semelhante às teias de aranha, tão fina que possa seguir a corrente da onda que a empurra, tão resistente que não se deixe despedaçar à mercê dos ventos. Enquanto gênio da arquitetura, o homem supera em muito a abelha: esta constrói com a cera que recolhe da natureza, o homem o faz com a matéria bem mais frágil dos

³⁰ **Columbário:** lugar, geralmente num cemitério, em que são depositadas as urnas contendo as cinzas dos mortos depois da cremação dos cadáveres. Na Roma Antiga os columbários eram grandes câmeras subterrâneas onde os restos mortais, depois de cremados, eram colocados em pequenos nichos nas paredes, normalmente decorados com placas comemorativas e esculturas com a imagem do morto.

REFLEXÕES V

conceitos que é obrigado a fabricar com seus próprios meios. Nisso, o homem é bem digno de ser admirado, mas não por seu instinto de verdade ou pelo conhecimento puro das coisas.

Se alguém esconde algo atrás de uma moita e depois a procura exatamente nesse lugar acabando por encontrá-la aí, não há nenhum motivo para a glorificação dessa procura e dessa descoberta. Mas é, todavia, isso o que ocorre com a procura e a descoberta da verdade no domínio que concerne à razão. Quando dou a definição de mamífero e quando, depois de ter examinado um camelo, declaro: eis aqui um mamífero, isto é certamente uma verdade que vem à luz, mas o seu valor é limitado; quero dizer com isso que ela é em tudo uma definição antropomórfica e que não contém qualquer coisa que seja verdade em si, real e universal, independentemente do homem.

Aquele que se põe à busca de tais verdades, no fundo procura somente a metamorfose do mundo no homem; luta para alcançar uma compreensão do mundo enquanto coisa humana e conquista no melhor dos casos o sentimento de uma assimilação. Semelhante a um astrólogo, aos olhos de quem as estrelas estão a serviço dos homens e relacionadas com sua felicidade ou infelicidade, tal pesquisador considera o mundo inteiro como estando ligado aos homens, como o eco sempre deformado de uma voz primordial do homem, como a cópia multiplicada e diversificada de uma imagem primordial do homem. Seu método consiste no seguinte: considerar o homem como medida de todas as coisas, porém, assim fazendo, parte do erro que consiste em acreditar que as coisas lhe seriam dadas imediatamente enquanto puros objetos. Ele esquece, portanto, que as metáforas originais da intuição são já metáforas, e as toma pelas coisas mesmas.

Foi somente o esquecimento desse mundo primitivo das metáforas, foi apenas a cristalização e a esclerose de um mar de imagens que surgiu originariamente como uma torrente escaldante da capacidade original da imaginação humana, foi unicamente a crença invencível em que este sol, esta janela, esta mesa são verdades em si, em suma, foi exclusivamente pelo fato de que o homem esqueceu que ele próprio é um sujeito e certamente um sujeito atuante

REFLEXÕES V

criador e artista, foi isto que lhe permitiu viver beneficiado com alguma paz, com alguma segurança e com alguma lógica. Se ele pudesse por um instante transpor os muros desta crença que o aprisiona, adquiriria imediatamente a consciência de si.

Já lhe custa bastante reconhecer até que ponto o inseto ou o pássaro percebem o mundo de uma maneira totalmente diferente do homem, e confessar que a questão de saber qual das duas percepções é a mais justa é completamente absurda, já que para respondê-la precisaria em primeiro lugar que se as medisse segundo o critério da percepção justa, quer dizer, segundo um critério do qual não se dispõe. Mas me parece, sobretudo, que a percepção justa – que significaria a expressão adequada de um objeto num sujeito – é um absurdo pleno de contradições: pois, entre duas esferas absolutamente distintas como são o sujeito e o objeto, não há qualquer laço de causalidade, qualquer exatidão, qualquer expressão possível, mas, antes de tudo, uma relação estética, quer dizer, no sentido que dou, uma transposição aproximativa, uma tradução balbuciante numa língua totalmente estranha. Contudo, isto exigiria em todo caso uma esfera intermediária e uma força auxiliar onde a criação e a descoberta pudessem operar livremente.

A palavra fenômeno esconde muitas seduções; eis porque eu evito empregá-la o mais que posso, pois não é verdade que a essência das coisas se manifeste no mundo empírico. Um pintor que fosse maneta e quisesse exprimir pelo canto o quadro que ele projeta pintar dirá sempre mais, passando de uma esfera a outra, do que revela o mundo empírico sobre a essência das coisas. A própria relação entre uma excitação nervosa e a imagem produzida não é em si nada de necessário; mas se precisamente esta mesma imagem for reproduzida milhões de vezes e se inúmeras gerações de homens deixam-na de herança, enfim, sobretudo se ela aparece ao conjunto da humanidade sempre nas mesmas circunstâncias, ela acaba por adquirir, para o homem, a mesma significação como se ela fosse a única imagem necessária e como se esta relação entre a excitação nervosa de origem e a imagem produzida fosse uma relação de estrita causalidade.

Assim também, um sonho eternamente repetido seria

REFLEXÕES V

experimentado e julgado como absolutamente real. Mas a cristalização e a esclerose de uma metáfora não daria nenhuma garantia quanto à necessidade e à legitimidade exclusiva desta metáfora.

Todo homem familiarizado com tais considerações experimentou evidentemente uma desconfiança profunda a respeito de todo idealismo desse tipo, a cada vez que se mostrou claramente persuadido pela lógica, pela universalidade e pela infalibilidade eternas das leis da natureza, e disso tirou a seguinte conclusão: aí tudo é certo, elaborado, infinito, regrado, desprovido de falha até onde pode levar o nosso olhar – graças ao telescópio apontado para as alturas do mundo e graças ao microscópio dirigido para as suas profundezas. A ciência terá sempre material para explorar com êxito este poço e tudo quanto ela puder encontrar concordará sem se contradizer.

Quão pouco se assemelha isto a um produto da imaginação, pois, se assim o fosse, seria, todavia, necessário que algo da ilusão e da irrealidade que lhe são próprias se revelasse. Ao contrário, é preciso dizer primeiramente o seguinte: se tivéssemos em cada parte nossa uma percepção sensível de natureza diferente, poderíamos perceber ora como um pássaro, ora como um verme de terra, ora como uma planta; ou, se um de nós percebesse uma excitação visual como vermelha, se outro a percebesse como azul ou se, para um terceiro, fosse uma excitação auditiva, ninguém diria que a natureza é regida por leis, mas contrariamente a conceberíamos somente como uma construção altamente subjetiva. Assim: o que é então para nós uma lei da natureza? Ela não nos é conhecida em si, mas apenas nos seus efeitos, ou seja, nas suas relações com outras leis da natureza que, por sua vez, somente são conhecidas enquanto relações.

Portanto, todas as relações nada fazem senão remeter-se umas às outras e nos são absolutamente incompreensíveis quanto à sua essência.

Unicamente o que aí colocamos, o tempo e o espaço, quer dizer, as relações de sucessão e os números, nos é realmente conhecido. Mas tudo o que precisamente nos surpreende nas leis da natureza, que

REFLEXÕES V

reclama nossa análise e que poderia nos levar à desconfiança do idealismo, reside de fato e unicamente no rigor matemático, unicamente na inviolabilidade das representações do tempo e do espaço, e não em outro lugar. Ora, produzimo-las em nós e projetamo-las fora de nós segundo a mesma necessidade que leva a aranha a tecer sua teia.

Se somos obrigados a conceber todas as coisas apenas sob tais formas, então não há nada de admirável em captar sob estas mesmas formas o que verdadeiramente procuramos nas coisas. De fato, todas elas necessariamente se referem às leis do número, e o número é justamente o que há de mais surpreendente nas coisas. Toda presença das leis que se nos impõe sobre o curso dos astros e sobre os processos químicos coincide no fundo com aquelas propriedades que acrescentamos às coisas para assim dar-mos respeito a nós mesmos.

Disso resulta, sem dúvida nenhuma, que esta criação artística de metáforas que marca em nós a origem de toda percepção pressupõe já aquelas formas nas quais, por via de consequência, ela se efetua. É apenas a persistência invariável dessas formas originais que explica a possibilidade que permite assim construir um edifício conceitual apoiado novamente sobre as próprias metáforas. Este edifício é, com efeito, uma réplica das relações de tempo, espaço e número, reconstruído sobre a base das metáforas.

Como vimos, na elaboração dos conceitos trabalha originariamente a linguagem e depois a ciência. Como a abelha que constrói os alvéolos de sua colmeia e logo os preenche com mel, a ciência trabalha incansavelmente no seu grande columbário de conceitos que é o cemitério das intuições, constrói ininterruptamente novos e mais elevados estágios, escora, limpa e renova os velhos compartimentos e se esforça, sobretudo para preencher este colossal andaime até a desmedida e para fazer entrar e arrumar aí a totalidade do mundo empírico, isto é, o mundo antropomórfico.

Enquanto o homem de ação chega a ligar sua existência à razão e a seus conceitos, a fim de não se ver arrastado e não se perder, o pesquisador constrói o seu

REFLEXÕES V

tugúrio³¹ ao pé da torre da ciência para buscar auxílio no seu trabalho e encontrar proteção sob o baluarte já edificado. Ele tem necessidade de fato de proteção, pois há poderes terríveis que o ameaçam constantemente e que opõem à verdade científica verdades de um tipo totalmente diferente, com os sinais mais diversos.

Esse instinto que compele à criação de metáforas, esse instinto fundamental do homem do qual não podemos prescindir um só instante, pois assim fazendo não levaríamos em conta o homem mesmo, esse instinto não está submetido à verdade, apenas encontra-se disciplinado na medida em que, a partir de produções evanescentes, como são os conceitos, edificou-se um novo mundo regular e resistente que se ergue diante dele como uma fortaleza.

Ele procura um novo domínio e outro canal para a sua atividade, e os encontra no mito e de maneira geral na arte. Embaralha continuamente as rubricas e os escaninhos dos conceitos ao estabelecer novas transposições, novas metáforas e novas metonímias³²; continuamente manifesta o seu desejo de dar ao mundo, tal como este é aos olhos do homem acordado, tão diverso, irregular, vão, incoerente, uma forma sempre nova e cheia de encanto, semelhante a do mundo onírico³³. Em si, o homem acordado não tem consciência do seu estado de vigília senão graças à trama dos conceitos, e por esta razão chega mesmo a crer que sonha quando a arte despedaçou esta trama dos conceitos.

Pascal tem razão quando afirma que, se tivermos o mesmo sonho toda noite, ficaríamos preocupados com ele, assim como o fazemos com as coisas que vemos durante o dia: – Se um artesão estivesse certo de sonhar toda noite, durante doze horas plenas, que era um

³¹ **Tugúrio:** cabana, choça, habitação rústica. Fig. Refúgio, abrigo.

³² **Metonímia:** figura de retórica que consiste no uso de uma palavra fora do seu contexto semântico normal, por ter uma significação que tenha relação objetiva, de contiguidade, material ou conceitual, com o conteúdo ou o referente ocasionalmente pensado.

³³ **Onírico:** que diz respeito a ou tem o caráter, a natureza de sonhos.

REFLEXÕES V

rei, creio, diz Pascal, que ele seria quase tão feliz quanto um rei que toda noite sonhasse durante doze horas que era um artesão.

Graças ao milagre que se produz continuamente, assim como o concebe o mito, o estado de vigília de um povo estimulado pelo mito, por exemplo, os antigos gregos, é de fato mais parecido com o sonho do que com o mundo acordado do pensador desiludido pela ciência. Já que qualquer árvore pode falar como uma ninfa, ou quando, sob a máscara de um touro, um rei pode raptar virgens, quando se é posto subitamente a contemplar a própria deusa Atena em companhia de Pisístrato³⁴ atravessando o mercado de Atenas em sua bela parelha – e é isso que o ateniense honrado acredita ver – tudo se torna possível desde esse instante, como num sonho, e toda a natureza cerca o homem com uma ronda prodigiosa, como se fosse uma mascarada dos deuses a brincar de enganar os homens por meio de todas as formas das coisas.

Mas o próprio homem tem uma invencível tendência para se deixar enganar e fica como que enfeitado de felicidade quando o rapsodo³⁵ lhe recita, como se fossem verdades, os contos épicos ou quando um ator desempenhando o papel de um rei se mostra mais nobre no palco do que um rei na realidade. O intelecto, esse mestre da dissimulação, está aí tão livre e dispensado do trabalho de escravo que ordinariamente executou durante tanto tempo, que pode agora enganar sem trazer prejuízo; ele festeja então suas saturnais e não é mais exuberante, mais rico, mais soberbo, mais lesto³⁶ e mais ambicioso senão aí. Com um prazer de criador, lança as metáforas desordenadamente e desloca os limites da abstração a tal ponto, que pode designar o rio como o caminho que leva o

³⁴ **Pisístrato** [cerca de 600-527 a.C.], tirano de Atenas, contemporâneo de Sólon e Licurgo.

³⁵ **Rapsodo** (em grego clássico ραψοδός / rhapsôidós) é o nome dado a um artista popular ou cantor que, na antiga Grécia, ia de cidade em cidade recitando poemas (principalmente epopéias).

³⁶ **Lesto**: leve, ágil nos movimentos: este velho é ainda lesto. Fig. Decidido, pronto; desembaraçado; ativo.

REFLEXÕES V

homem aonde ele geralmente vai. Ele está livre então do sinal da servidão: empenhado habitualmente na sombria tarefa de indicar a um pobre indivíduo que aspira a existência o caminho e os meios de alcançá-lo, extorquindo para o seu senhor a presa e o produto do saque, ele agora tornou-se o senhor e pode então apagar do rosto a expressão da indignação.

Tudo o que faz daí por diante, comparado com a maneira como agia antes, envolve a dissimulação, assim como o que fazia antes envolvia a distorção. Ele imita a vida do homem, mas a toma por uma boa coisa e parece estar com isso verdadeiramente satisfeito. Esta armadura e este chão gigantesco dos conceitos, aos quais o homem necessitado se agarra durante a vida para assim se salvar, não é para o intelecto liberado senão um andaime e um brinquedo para suas obras de arte mais audaciosas; e quando ele o quebra, parte-o em pedaços e o reconstrói juntando ironicamente as peças mais disparatadas e separando as peças que se encaixam melhor, isto revela que ele não precisa mais daquele expediente da indignação e que não se encontra mais guiado pelos conceitos, mas pelas intuições.

Nenhum caminho regular leva dessas intuições ao país dos esquemas fantasmagóricos, ao país das abstrações: para aquelas, a palavra ainda não foi forjada; o homem fica mudo quando as vê, ou só fala por metáforas proibidas e por encadeamentos conceituais até então inauditos, para responder de maneira criativa, pelo menos pelo escárnio e pela destruição das velhas barreiras conceituais, a impressão que dá o poder da intuição atual.

Houve épocas em que o homem racional e o homem intuitivo conviviam lado a lado, um com medo da intuição, o outro desprezando a abstração. Sendo este último tão irracional quanto o primeiro, era insensível com relação à arte. Ambos desejavam dominar a vida: o primeiro sabendo responder às necessidades mais imperiosas por intermédio da previsão, da engenhosidade e da regularidade; o outro, o – herói transbordante de alegria –, vendo nessas mesmas necessidades e admitindo unicamente como real a vida disfarçada sob a aparência e a beleza. Lá onde o homem intuitivo, um pouco como na Grécia antiga, aplica seus golpes com

REFLEXÕES V

mais força e eficácia do que seu adversário, uma civilização pode surgir sob auspícios favoráveis e a dominação da arte sobre a vida pode aí se estabelecer.

Tal dissimulação, tal recusa da indignação, tal brilho das intuições metafóricas e, sobretudo, tal imediatidade da ilusão acompanham todas as manifestações de uma existência. Nem a casa, nem o passo, nem a roupa, nem o cântaro de argila revelam qual foi a necessidade que os criou: parece como se em todos eles devesse exprimir-se uma felicidade sublime e uma serenidade olímpica, como que num jogo levado a sério. Enquanto o homem orientado pelos conceitos e pelas abstrações somente os utiliza para se proteger da infelicidade, sem retirar dessas abstrações, para seu proveito próprio, qualquer felicidade, enquanto ele se esforça para se libertar o máximo possível desses sofrimentos, o homem intuitivo, estabelecido no seio de uma civilização, retira, como fruto de suas intuições, além da proteção contra a infelicidade, uma clarificação, um desabrochar e uma redenção transbordantes.

É verdade que ele sofre mais violentamente quando sofre e sofre mesmo mais frequentemente porque não sabe tirar lição da experiência e por isso cai sempre novamente na mesma vala em que já caíra antes. Portanto, é tão desarrazoado no sofrimento quanto na felicidade; grita sem obter qualquer consolação. Como é diferente, no meio de um destino também funesto, a atitude do homem estoico, instruído pela experiência e senhor de si graças aos conceitos! Aquele que ordinariamente só busca a sinceridade e a verdade só procura livrar-se da ilusão e proteger-se contra surpresas enfeitadas; aquele que experimenta na infelicidade a obra-prima da dissimulação, tal como o homem intuitivo na felicidade, este não tem mais o rosto humano sobressaltado e transtornado, mas leva uma espécie de máscara de admirável simetria de traços; não grita e não altera a voz.

Quando uma boa chuva cai sobre ele, ele se envolve com o seu manto e se distancia com passos lentos sob a chuva. ●

Friedrich Nietzsche: (1844-1900) foi um influente filósofo alemão do século XIX

Tudo mentira

Revista Super Interessante



Ninguém gosta de admitir esta dura verdade: todos mentem. Seja para agradar a alguém, escapular de uma encrenca, ser o herói de alguma aventura nunca vivida, levar vantagem na vida. Com suas pernas curtas, a mentira caminha no passo do homem desde que o mundo é mundo – e não dá o menor sinal de perder o fôlego, muito pelo contrário. Todos temos um pouco – ou muito – de Pinocchio.

Há milhares de anos, como se estivesse conformado com o fato de que viver sem pregar uma mentirinha é tão impossível como viver sem respirar, o filósofo chinês Confúcio (551-479 a.C.) recomendava que se apelasse para esse antiquíssimo recurso apenas quando a verdade prejudicasse uma família ou a nação. É um conselho maroto, como sabem os chefes de clãs e dirigentes políticos para quem nunca foi difícil fazer o que pregava o venerando sábio.

Aristóteles (384-322 a.C.), o pensador grego, só aceitava duas maneiras de mentir: diminuindo ou aumentando uma verdade. O teólogo Santo Agostinho, no século IV, resolveu complicar o assunto descrevendo seis tipos diferentes de mentira: a que prejudica alguém, mas é útil a outro; a que prejudica sem beneficiar ninguém; a que se comete pelo prazer de mentir; a que se conta para divertir alguém; a que leva ao erro religioso; e, finalmente, a que ele considerava a "boa" mentira, que salva a vida de uma pessoa. Para as modernas ciências do comportamento, porém, seja qual for a história falsa, a realidade é uma só: mentira é aquilo que se queria que fosse verdade.

O ato de mentir, contudo, é menos ou mais tolerado conforme os valores de cada povo e cada época. E até numa mesma sociedade podem coexistir graus diferentes de aceitação (ou repúdio) da

REFLEXÕES V

mentira, de acordo com as expectativas que cada grupo social pode ter em relação aos demais. Os povos antigos, de maneira geral, condenavam a mentira, mas podiam mudar de ideia a partir do contato com outras culturas. Por exemplo, os povos da velha Índia tinham o preceito de só mentir para salvar um hóspede. No mais, os budistas pregavam que mentir equivalia a matar dez homens. Em tempos recentes, com a chegada dos colonizadores ingleses, a mentira passou a ser aceita com naturalidade pelos indianos, que a ela recorriam até para salvar a própria pele.

Mas, ontem ou hoje, na Índia ou no Brasil, segundo os psicólogos, existe um período da vida em que sempre se mente: a infância. Nela, a mentira é um modo de satisfazer, para si mesmo ou perante os outros, uma necessidade ou alcançar um desejo. Por exemplo, o garoto que diz que seu pai, uma pessoa modesta, é um "grande homem" quer que isso seja verdade. É parte do desenvolvimento psíquico de cada um fazer da mentira uma espécie de varinha mágica.

Também existem as mentiras por motivos óbvios, em que o pequeno mentiroso sacrifica a verdade para proteger-se da esperada punição por um mau desempenho na escola ou uma travessura que custou a vida de um valioso vaso em casa. A criança mente ainda para extravasar agressividade ou vingar-se de alguém: por exemplo, acusa o irmão de uma falta imaginária para vê-lo castigado e assim aplacar o próprio ciúme. Tudo isso, com mais refinamento, os adultos também fazem. Há, porém, uma diferença. "Não existe uma idade exata para parar de mentir. Mas quando se deixa de viver mentindo é sinal de que já se está maduro", acredita a psicóloga paulista Maria Helena de Brito Izzo, que há vinte anos trabalha com crianças.

Se a mentira é tão comum, por que todo pai vira uma fera quando flagra o filho mentindo? "Porque esse mesmo pai, embora também minta na sua vida, não deixa de dar o devido valor à verdade", responde Maria Helena. "Ele quer que o filho faça o certo pelo mesmo motivo que deseja vê-lo o melhor em tudo". A repressão familiar à mentira faz bem: sem ela, explica a psicóloga, não se aprende a lutar pelas coisas que se quer, usando meios legítimos,

REFLEXÕES V

nem se assume o que se faz – enfim, não se cresce. No final das contas, o adulto que mente constantemente é uma criança que só cresceu por fora. Pois então a mentira é prova de que algo vai mal na cabeça do cidadão – e precisa ser tratado.

Por isso mesmo, a mentira é uma das principais manifestações analisadas no divã do psicoterapeuta: os assuntos sobre os quais a pessoa mente fornecem ótimas pistas sobre as áreas mais problemáticas de seu temperamento, aquilo que ela não enfrenta ou quer esconder – de si mesma, para começo de conversa. Não menos importante, porém, é a influência da sociedade.

Assim como a censura da família é fundamental para conduzir a criança ao bom caminho da verdade, a forma como a sociedade pune a mentira também o é. "Num país como o Brasil, em que a impunidade corre solta, mesmo um adulto pode não ver mal algum em mentir", observa a psicóloga Maria Helena. Aí a mentira muda de figura. Já não se trata da necessidade compulsiva de enganar, típica da pessoa imatura, nem das pequenas inverdades que todos contam, seja por piedade, como dizer a um doente que sua aparência está ótima, seja para poupar-se de uma chateação, ao mandar dizer que não se está em casa no momento de atender a um telefonema.

Quando a mentira passa a fazer parte rotineira do jogo social – uma técnica de ataque e defesa na competição entre as pessoas por mais riqueza, prestígio ou poder, e ainda na guerrilha entre governados e governantes –, é claro sinal de que o país onde isso acontece não vai bem das pernas. O pior é quando as pessoas mentem e já nem ficam vermelhas – ao contrário, até invocam justificativas para as rasteiras que praticam, como o contribuinte que lesa o fisco porque se diz lesado pelo governo que não cumpre o que promete. A mentira envergonhada ainda é uma prova de que se sabe distinguir o certo do errado: assim como a hipocrisia é a homenagem do vício à virtude, ela é uma demonstração indireta do respeito pela verdade. Mesmo o mais descarado dos mentirosos, porém, se entrega – só não o nota quem não quer ou não presta suficiente atenção.

Descontadas as mudanças imperceptíveis diretamente, aquelas

REFLEXÕES V

captadas somente pelo detector de mentira, o corpo mostra um grande número de sinais de que a verdade está passando longe naquela hora. Sabe-se, por exemplo, que é mais fácil mentir com o rosto do que com as pernas e os pés.

Isso mesmo: cientistas descobriram que, pelo fato de todos conhecerem as próprias expressões faciais, de tanto vê-las no espelho, é mais simples controlá-las no momento de mentir. Mas é quase impossível disciplinar pernas e pés – que à sua maneira também "falam", e às vezes bem alto, durante uma conversação. O mentiroso bate os pés, cruza e descruza as pernas. É por isso que em negociações complicadas as pessoas ficam inconscientemente mais à vontade sentadas a mesas que escondem a metade inferior do corpo.

Numa das mais bem trabalhadas pesquisas sobre a mentira e o organismo, cientistas americanos pediram a um grupo de estudantes de enfermagem – uma profissão cujos praticantes são de certo modo treinados para mentir – que dissessem ora a verdade, ora a mentira sobre alguns filmes a que haviam assistido. Enquanto as enfermeiras falavam, uma câmara oculta tratava de flagrar os sinais mentirosos.

Um deles é o ato de esconder as mãos, que normalmente se movimentam numa conversação para dar força a uma ideia. Sem perceber o que está fazendo, o mentiroso tende a tirar as mãos de cena, afundando-as nos bolsos, por exemplo, para evitar que desmintam a mentira que sai da boca.

As enfermeiras da pesquisa americana aumentaram a frequência de autocontatos com o rosto, enquanto mentiam sobre os filmes. Ou seja, começaram a passar a mão pela face, alisar os cabelos, apoiar a mão no queixo. Mas dois gestos se destacaram: o de encobrir parcialmente a boca – nem que apenas por um momento – e o de tocar o nariz. O primeiro, segundo os psicólogos, traduz uma vontade de amordaçar-se, porque ninguém se sente totalmente à vontade ao contar mentiras. Tende a ser um gesto rápido porque exprime um conflito: uma parte do mentiroso não quer amordaçar-se coisa nenhuma – e sim continuar com a sua mentira. Já o toque

REFLEXÕES V

no nariz tem duas explicações: a primeira seria basicamente a impossibilidade de cobrir a boca –, portanto encontra-se apoio no nariz, que está convenientemente próximo; a segunda explicação refere-se a certas mudanças fisiológicas, nos momentos de tensão, que aumentam a sensibilidade da mucosa nasal. Assim, ao mentir, o nariz coça, embora possa ser uma sensação tão suave que mal se perceba.

Finalmente, as enfermeiras mentirosas se mexiam mais nas cadeiras, como crianças que querem escapar de algum lugar. Na verdade, o que todos querem é escapar desse desconforto psicológico que é enganar o próximo, mesmo quando não se o ama. As crianças podem dizer "sou mentiroso e sou feliz; mais mentiroso é quem me diz". Mas não é verdade: mentira raramente rima com felicidade. Principalmente quando a pessoa se vê forçada a esconder de seu parceiro a realidade.

Nas relações amorosas, diz o psicoterapeuta paulista Jacob Pinheiro Goldberg, a mentira costuma ser confundida com a fantasia, pois ambos os processos servem à mesma finalidade: suavizar as situações de tensão. "Mas, na mentira", explica Goldberg, "existe a intenção de iludir o outro em causa própria, e isso implica lesões e mutilações para o relacionamento. Já a fantasia serve muitas vezes para sustentar a qualidade da relação." A mentira no jogo amoroso também sofre a influência dos costumes da sociedade em que vivem os amantes. Quanto mais tabus houver maior será a tendência para a hipocrisia e o fingimento. Poucas coisas são tão complicadas como o conflito entre a verdade e a mentira numa relação afetiva, e os rios de tinta já gastos pelos psicólogos para explicar a questão não conseguem cobrir suficientemente toda a gama de emoções envolvidas nessas situações.

Há quem vive para mentir e há quem mente para viver – como os que ganham honestamente o pão de cada dia graças ao fingimento, em tempo parcial ou integral. É o caso, por exemplo, dos atores, que fingem ser personagens; dos médicos, que ostentam nas horas mais graves uma calma fictícia; dos diplomatas, que por dever do ofício blefam à mesa de negociações.

REFLEXÕES V

Os publicitários, cansados de levar a fama de vender mentiras bem embaladas, resolveram há oito anos criar o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), justamente para vigiar anúncios caídos na tentação de vender gato por lebre. Pois bem: só nos últimos cinco meses do ano de 1987, o Conselho suspendeu sete campanhas publicitárias por causa das chamadas mensagens enganosas. Isso sem contar as campanhas que sofreram pequenas correções porque não explicavam direito o que estavam vendendo. "O problema desses tempos de crise", comenta Álvaro Moura do Conar "é que aumenta o número de produtos, como manuais fantásticos para ter sucesso, figas e cruzeiros milagrosos, receitas para ganhar na loteria. Está na cara que é mentira. Mas, no desespero, o brasileiro pode acabar acreditando".

As pesquisas indicam que os brasileiros menos acreditados pela população são os políticos. É uma revelação inquietante, sem dúvida, mas não é verdade que isso acontece só no Brasil – e só nos dias de hoje. Afinal, quatro séculos antes de Cristo, na Grécia Antiga, Platão ensinava que "a mentira enfeia a alma, mas é perdoável quando atende a interesses de Estado". Depois, no Renascimento, o italiano Maquiavel escreveria que todos veem o que o político parece, mas poucos sabem o que ele é realmente. E assim ninguém tanto quanto o político profissional é uma aparência – ainda que a aparência engane.

A mentira se infiltra na História que se aprende nos livros didáticos – e cada país há de ter sua cota de maus tratos à verdade dos acontecimentos históricos. Dom Pedro I, por exemplo, jamais teria bradado "Independência ou Morte" às margens do Ipiranga, ao receber a carta que o intimava a voltar a Portugal; teria reagido soltando uns sonoros palavrões. Guardadas as diferenças de tempo, lugar e pessoa, não se tem provas de que Nero tenha mandado incendiar Roma em 64 d.C., mas não há quem não tenha sido ensinado a acreditar em sua culpa.

Nos Estados Unidos, quando se ensina às crianças as virtudes da verdade, é inevitável o exemplo de George Washington: aos 6 anos, confessou ter derrubado a cerejeira favorita do pai, dizendo "não posso mentir". Na verdade, nenhuma de suas biografias confirma o

episódio. O nazista Joseph Goebbels, famigerado ministro da propaganda de Hitler, entrou para a História, entre muitas outras coisas, como tendo dito que "a mentira repetida diversas vezes se torna uma verdade". Nunca se provou que ele tivesse de fato dito isso, pelo menos com essas palavras. Mas tanto já se repetiu a frase que ninguém dirá ser mentira.

Mentirosos de mentira

De tanto inventar histórias para distrair seus amigos, o alemão Karl Friedrich Hieronymus, barão de Munchhausen (1720-1797), que serviu como mercenário no exército russo na guerra contra os turcos em 1740, acabou entrando para a História como um grande mentiroso, graças ao livro, por sinal publicado anonimamente em 1785, do escritor alemão Rudolph Erich Raspe (1737-1794). De volta dos campos de batalha, o barão contou, por exemplo, como se safara de um pântano onde caíra: puxando a si mesmo pelos cabelos. Em outra peripécia, salvou-se da morte cavalgando balas de canhão disparadas pelo inimigo. Entre uma aventura e outra, ainda achou tempo para ir à Lua – duas vezes.

Mas não há literatura que não tenha seus campeões da mentira – real ou imaginária. O escritor francês Alphonse Daudet (1840-1897) celebrou-se graças às aventuras mentirosas de seu personagem Tartarin de Tarascon, um burguês baixinho, com certa tendência à obesidade, que se imaginava um valente herói e saía contando peripécias nunca vividas. No Brasil, o mentiroso Macunaíma, de Mário de Andrade, nem fez questão de: se fingir de herói covarde como só ele e sem nenhum caráter, Macunaíma mentia o tempo inteiro para se safar de qualquer problema – dizer a verdade, aliás, lhe dava preguiça.

O mentiroso mais conhecido do mundo da ficção foi semdúvida Pinocchio, o boneco de madeira criado em 1878 pelo escritor italiano Carlo Collodi. Numa tentativa de educá-lo, a fada madrinha de Pinocchio fez com que cada vez que ele mentisse o nariz crescesse. Antes que virasse um Cirano, o boneco acabou desistindo de sua vida de mentiras. Foi, talvez, o único mentiroso da literatura

a optar pela verdade – pela boa e simples razão de que a verdade lhe trazia mais vantagens do que a mentira.

Quando os animais mentem

A mentira, na natureza, é uma arma de sobrevivência. Muitas vezes, na luta contra o predador, a presa só tem chance de escapar se souber mentir bem. É o caso dos camaleões, que, graças à pigmentação especial da pele, se confundem com o ambiente. Ou de certos caranguejos, que vivem com a carapaça coberta por algas ou esponjas. Os insetos são especialistas em se fingir de cortiça ou de gravetos no tronco de árvores. Essas e muitas outras formas de mentira atendem por um único e verdadeiro nome científico: mimetismo.

O fenômeno foi estudado pela primeira vez pelo naturalista inglês Henry Walter Bates (1825-1892), que observou o comportamento das borboletas no vale do rio Amazonas. Ele descobriu uma família de borboletas que conseguia escapar dos pássaros tornando-se parecida na forma e na cor com outra família, cujo sabor não agradava às aves. As borboletas apetitosas tratavam de voar misturadas às outras. Hoje se sabe que os animais memorizam certos padrões de aparência quando associam determinada presa a um gosto nauseante ou à dor. Portanto, mentiroso competente é aquele que consegue assumir uma aparência pouco atrativa para o predador.

Existem, porém, casos de automimetismo: animais que imitam outros da própria espécie. Os zangões, por exemplo, quando estão prestes a ser atacados, voam e zumbem como abelhas, que, como bem sabem os atacantes, têm ferrões para se defender. Se a mentira pega, os zangões se salvam.

Nem sempre, contudo, é a presa o mentiroso. Isso acontece no caso clássico do lobo em pele de cordeiro, ou seja, o animal, que finge ser manso, aproxima-se calmamente de outro com ar de quem não quer nada e sai ganhando uma refeição.

Retrato de um mentiroso

Enquanto a boca mente com a maior desenvoltura, a mente se perde

REFLEXÕES V

entre o que conhece como verdade e o que está sendo afirmado mentirosamente como verdade. Durante esse pequeno curto-circuito, ocorrem mudanças fisiológicas comuns a todo e qualquer mentiroso: a respiração se interrompe por um segundo e depois volta num ritmo acelerado; o coração também passa a bater rápido e a transpiração aumenta. Como nada disso pode ser percebido diretamente, existe o polígrafo, ou detector de mentira, um aparelho que em contato com o peito, o pescoço e as pontas dos dedos registra em gráficos aquelas manifestações fisiológicas.

Certamente, todos os sintomas citados aparecem no mentiroso. A polêmica, porém, surge ao se levantar a possibilidade de que qualquer pessoa em estado de ansiedade – com problemas familiares, por exemplo, – pode apresentar as mesmíssimas características. No Brasil, apenas a polícia de São Paulo usa o detector de mentiras.

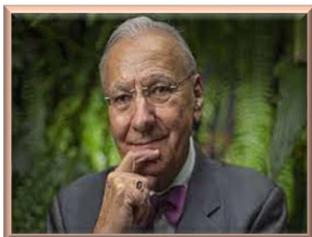
Segundo o delegado Nelson Silveira Guimarães, "apesar da confiança que temos no exame, ele não é considerado prova judicial, mas apenas um indício que pode influenciar a opinião do juiz". O detector de mentiras, diz Guimarães, só não é ainda mais usado porque apenas um em cada dez suspeitos consente em submeter-se ao aparelho. Além disso, enquanto nos Estados Unidos cerca de 10 mil policiais sabem manipular o detector, no Brasil não há mais de uma dúzia de funcionários habilitados. ●

Revista Super Interessante

Artigo publicado na revista em abril 1988

A tribo dos selfies

Michel Maffesoli



O retrato, aliás, o autorretrato é o seguinte: de manhã despertamos com o celular, zapeamos as notícias no *tablet*, conferimos o trânsito na rádio; tarde adentro zigzagueamos no trabalho entre abas e abas repletas de imagens, letras e *links*; à noite assistimos à TV para pensar na vida – e às vezes para não pensar –; marcamos um bar com os amigos no **Facebook**, narramos o evento no **Twitter** e fotografamos o quão divertido está o encontro no **Instagram**. Socializamos o tempo todo, compartilhamos o tempo todo, curtimos o tempo todo. Curtimos?

No fim de abril, o diretor londrino Gary Turk postou seu “manisfesto” **Look Up** que já soma mais de 37 milhões de visualizações – ironicamente, uma crítica à midiatização da vida se tornou um *hit* no YouTube. Outro *hit*, já na casa dos 42 milhões de *views* desde agosto foi protagonizado pela atriz Charlene deGuzman. No vídeo **I Forgot My Phone**, a americana é ignorada por todos ao seu redor, intensamente vidrados nos “*likes*” de seus *smartphones*, o que levou o jornalista Nick Bilton a publicar no **New York Times** uma pensata³⁷ atilada à nossa sociedade: “Assistir ao vídeo de DeGuzman é desconfortável. É um golpe direto na nossa cultura obcecada com *smartphones*, cutucando-nos sobre nosso vício naquela pequena tela e sugerindo que talvez a vida possa ser mais bem direcionada quando é vivida – em vez de visualizada”.

“Dizia Hegel, o jornal é a ‘oração’ matinal do homem moderno. As redes sociais serão a oração do homem pós-moderno”, considera o sociólogo francês Michel Maffesoli, diretor do Centre d’Études sur

37 **Pensata**: pequeno texto opinativo publicado ao lado de uma notícia ou reportagem em jornal que tem por objetivo comentá-la.

L'Actuel et le Quotidien (CEAQ) da Université Paris Descartes – Sorbonne. Autor de O Ritmo da Vida (2007), O Tempo das Tribos (2006) e Sobre o Nomadismo: Vagabundagens Pós-Modernas (2001), entre outros, o teórico da pós-modernidade é um dos principais pensadores debruçados sobre questões culturais e ciberculturais³⁸ da atualidade. Vê nos *selfies* mais uma expressão contemporânea da iconofilia, essa adoração imagética num *looping* rumo ao infinito como o que vimos nos últimos dias: Macaulay Culkin vestindo uma camiseta de Ryan Gosling, vestindo uma camiseta de Macaulay Culkin e assim por diante.

Mas Maffesoli, aos 69 anos, é otimista sobre determinados aspectos da *internet*. Na sua visão, o avanço tecnológico não nos direciona ao antissocial. “Tende, ao contrário, a consolidar uma *mise et relation*. E uma das pistas que será preciso estudar sobre o desenvolvimento tecnológico próprio às mídias sociais é a emergência de novas formas de generosidade e de solidariedade”, diz.

Nesta entrevista ao Aliás, às vésperas do Dia Mundial da *Internet* (celebrado no dia 17 de maio), o intelectual comenta as relações entre os “nativos digitais” nessas tribos contemporâneas. Pondera que, evidentemente, não estamos mostrando quem somos nas redes sociais – mas quem desejamos ser aos olhos dos outros. “Qual é o *status* dessas determinadas personalidades? De fato, elas não são mais consubstanciáveis a um indivíduo, mas representam uma máscara – a persona – de quem escolhe se posicionar nessa ou naquela rede social”.

Parra Maffesoli, essas relações tribais, especialmente entre os jovens, levam a outro quadro: quer-se tanto viver em sociedade que os jovens se preocupam mais em se acomodar ao mundo – e não a querer transformá-lo.

Qual é o papel das mídias sociais na pós-modernidade?

Podemos dizer que, na pós-modernidade, as mídias estão se

³⁸ **Cibercultura:** diz respeito aos novos comportamentos e padrões de interação adotados pela sociedade devido à influência das novas tecnologias.

tornando mais e mais importantes, especialmente as chamadas “mídias sociais”. Lembremos Hegel, que dizia no século XIX: a leitura do jornal é a oração do homem moderno. Podemos pensar que as mídias interativas serão a oração do homem pós-moderno. Contrariamente às críticas tradicionais, porém, acredito que essas mídias favorecem a mediação, isto é, a relação e a inter-relação entre as pessoas. Se a modernidade, particularmente no seu momento final, viu o triunfo da “multidão solitária”, a pós-modernidade nascente verá se desenvolver uma multiplicidade de novas tribos urbanas, cuja essência é o *relacionismo*.

Com os avanços tecnológicos, nós estamos observando a emergência de uma geração *selfie*?

Certamente o *selfie* está no ar. Entretanto, na minha opinião, essa *mise en scène* de si mesmo não é, como se costuma dizer, o símbolo de um aprisionamento de si. Nessa perspectiva, discordo dos teóricos que abordam abusivamente o narcisismo. Prefiro dizer que os *selfies* compõem a forma contemporânea da iconofilia³⁹. Assim podemos indicar um narcisismo tribal. Isso quer dizer que, ao difundir essas fotografias, nós pretendemos nos posicionar em relação aos outros da tribo. Se traçarmos um paralelo com uma imagem religiosa, o *selfie* tem uma finalidade sacramental, que torna visível a força invisível do grupo. O que me liga aos outros da minha tribo? Nós nos definimos sempre em relação ao outro. Assim, o fenômeno tribal repousa essencialmente no compartilhamento de um gosto (sexual, musical, religioso, esportivo, etc.). É preciso dizer que essa “partilha” cresce exponencialmente com o desenvolvimento tecnológico.

Nas mídias sócias, publicamos *selfies* sempre felizes. Somos tão felizes ou filtramos nossos retratos justamente para esconder nossas angústias atuais?

De fato, as mídias sociais (Facebook, Instagram, Twitter, etc.)

³⁹ **Iconofilia:** amor às imagens, às representações figuradas, ou arte de colecioná-las.

tendem a dar uma figuração feliz de nós mesmos. Certamente não estamos sempre felizes. Mas há aí um movimento de pudor: nós tendemos a dar à tribo, ou às diversas tribos às quais pertencemos, imagens reconfortantes de nós mesmos. No entanto, historicamente, é preciso lembrar que os quadros e as esculturas, as imagens próprias a todas as civilizações destacaram essencialmente essa figuração de felicidade. Os últimos livros de Michel Foucault (*História da Sexualidade: O Cuidado de Si e História da Sexualidade: O Uso dos Prazeres*) mostram que isso marcou a Grécia e a Roma antiga. Foi o caso também na Idade Média. Para resumir em uma expressão: isso traduz um “pudor antropológico”, que é um elemento essencial do viver em sociedade.

Há quem argumente que a tecnologia está nos tornando antissociais. Temos muitos amigos no Facebook, mas estamos mais solitários?

Contrariamente aos críticos que sublinham o isolamento crescente, que seria característico das megalópoles pós-modernas, considero que a multidão solitária – na minha expressão, a solidão gregária – é uma das especificidades da modernidade decadente. Paradoxalmente, o desenvolvimento tecnológico não nos direciona ao antissocial. Tende, ao contrário, a consolidar essa *mise et relation* – no seu sentido forte e etimológico, o comércio das ideias, dos bens, dos afetos.

É evidente que o termo “amigo” particularmente no Facebook não pode ser reduzido à concepção de amizade clássica, feita de relações intensas e recíprocas. Entretanto, a multiplicidade de amigos nos permite saber, se necessário for, onde e com quem manter relações sociais. É uma das pistas que será preciso estudar sobre o desenvolvimento tecnológico próprio às mídias sociais é a emergência de novas formas de generosidade e de solidariedade, nas quais os uns e os outros são causa e efeito de uma “horizontalização societal”.

Divulgado nos últimos dias, um estudo da OMS mostrou que a depressão é a principal enfermidade entre os jovens.

A vida virtual e a fragilidade das relações *tête-à-tête* teriam impacto nessa geração?

É preciso ter bastante cuidado com os institucionais focados principalmente no diversos estudos no campo da saúde, que tendem a dizer que a depressão é a doença específica das jovens gerações. Valeria questionar se essa depressão não é característica das gerações no poder, quer dizer, das próprias gerações que comandam esses estudos e que talvez, num processo de compensação, como destacou o psicanalista Carl Gustav Jung, tendem a projetar ao exterior o mal-estar que nós mesmos sofremos.

Há tempo para contemplação do mundo atualmente?

No livro *A Contemplação do Mundo*, tento demonstrar que a tendência geral da pós-modernidade, perceptível particularmente nas jovens gerações, consiste menos em querer mudar o mundo – e mais em se acomodar ao mundo. Adaptar-se, ajustar-se a ele. Isso pode nos conduzir a evitar a devastação, cujos “saques” ecológicos são exemplos cotidianos. Com o sociólogo italiano Massimo De Felice, no Centro de Pesquisa Atopos da Universidade de São Paulo (USP), tentamos justamente desenvolver pesquisas sobre essa “ecosofia”. Acredito que é assim que precisamos compreender o “ritmo da vida”, isto é, pensar a existência a partir de um ponto fixo – a natureza, o território –, todos os elementos que fazem com que o ambiente social dependa do ambiente natural. Se a modernidade foi um pouco paranoica, levando à dominação e à devastação do mundo, na pós-modernidade uma nova sabedoria está em gestação.

Por fim, a tecnologia é um meio? Ou uma mensagem?

É habitual considerar que, com a prevalência de um racionalismo exacerbado, a tecnologia moderna contribuiu para um desencantamento do mundo. No entanto, em minha opinião, é paradoxal observar que, atualmente, esse desenvolvimento tecnológico, especialmente nos seus usos sociais, nos direciona a um reencantamento do mundo. Nessa perspectiva, as mídias sociais são ao mesmo tempo um meio e uma mensagem, que confortam a vida em sociedade. Se a modernidade se firmou a partir de um princípio

REFLEXÕES V

individualista, a tecnologia pós-moderna abriga um relacionismo galopante – uma relação, como frisei, entre nós e os outros. ●

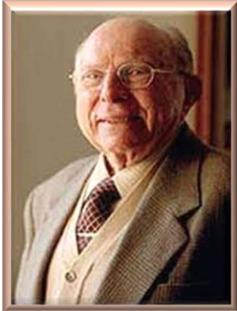
Michel Maffesoli: sociólogo, teórico da pós-modernidade e autor de *O Tempo das Tribos*, entre outros livros.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 18 de maio de 2014

LUIZ BIANCHI

A ditadura do relativismo existe?

Gilberto de Mello Kujawski



Joseph Ratzinger, ainda cardeal, defende a fé católica contra o que chama a “ditadura do relativismo”, exemplificada no marxismo e no liberalismo de livre mercado, no libertarismo, no coletivismo, no ateísmo, na religiosidade vaga, no agnosticismo e no sincretismo. O ilustre historiador Boris Fausto, em artigo na Folha de S. Paulo, contesta a posição de Ratzinger, negando a ameaça de uma ditadura do relativismo: “Na verdade, dentre as ameaças que rondam o mundo atual não se encontra a

chamada ‘ditadura do relativismo’. Encontram-se, sim, as visões fundamentalistas, de métodos e matizes variados, mas com alguns traços essenciais comuns” (A ditadura do relativismo, 12/5). Exemplifica com o “fundamentalismo religioso americano” e o “fundamentalismo islâmico”.

Ora, não é preciso ser sábio para perceber que o fundamentalismo a que se refere o prestigiado professor não passa da reação ao relativismo imperante na História contemporânea, acusado naquelas opções mencionadas pelo então cardeal Ratzinger, o marxismo, o liberalismo de livre mercado (porque há outro liberalismo que não é o de livre mercado), o libertarismo, o coletivismo, as religiões vagas, o sincretismo, etc.

São esses fenômenos que formam o clima cultural em que respiramos e vivemos, em período de tremenda instabilidade de todos os paradigmas, em crise inegável desde o século anterior. Fundamentalismos não passam de reações desastradas à unanimidade do relativismo, cada vez mais generalizado e consolidado. Interessante a distinção entre pluralismo e relativismo, devida a Isaiah Berlin, lembrada no artigo por Fausto.

Em resumo, o pluralismo admite, com direitos iguais, distintas

REFLEXÕES V

visões da realidade, diferentes formas de pensar, crer, avaliar, viver e agir, todas elas igualmente legítimas. A nosso ver, a diferença, em contraposição ao relativismo, é que o pluralismo argumenta com ideias, crenças e valores inteiros, completos, tomados em sua integridade, ao passo que o relativismo se contenta com visões fragmentárias, meias-verdades, meios-valores, meias-crenças, etc.

Em outras palavras, o pluralismo é uma atitude generosa e tolerante que admite a multiplicidade do real e dos caminhos para chegar a ele por meio das crenças ou das ideias. O relativismo, diversamente, representa o ponto final do ceticismo e do niilismo⁴⁰, essa posição que “considera que as crenças e os valores tradicionais são infundados e que não há qualquer sentido ou utilidade na existência”.

Bento XVI não é nem poderia ser antipluralista. Ele prossegue na linha do Concílio Vaticano II, que abraça o ecumenismo religioso, o qual pressupõe o maior respeito às mais diferentes confissões. A expressão mais completa e acabada do relativismo em nossos dias, sua versão oficial, está no pós-moderno. Em sua investida contra as utopias do iluminismo (razão, ciência, progresso), o pós-modernismo renega todas as utopias sem as quais a cultura não existe: o universal, a totalidade, a verdade, a nação, o Estado, a História e as metas da História. Joga fora a criança junto com a água do banho. As utopias do iluminismo, na medida em que podem e devem ser superadas, também devem ser virtualmente conservadas.

Não se pode condenar o homem a recomeçar sempre do zero. A noção forte do pós-modernismo é a fragmentariedade, assim como no modernismo era a noção de totalidade. Na visão fragmentária do mundo estão contidas todas as demais categorias do pós-moderno: a anarquia, a dispersão, a indeterminação, a antiforma, a antinarrativa, o inacabamento, a metonímia, a mutação, a esquizofrenia, etc., conforme a tabela comparativa entre modernismo e pós-modernismo elaborada por Hassan (1985).

⁴⁰ **Niilismo**: redução ao nada; aniquilamento; não existência.

REFLEXÕES V

O fotógrafo “moderno”, ao focalizar uma cidade histórica, Veneza, por exemplo, fixa os grandes conjuntos, como a Praça S. Marcos, a catedral, os canais e as pontes, os velhos edifícios, etc. O fotógrafo “pós-moderno”, ao contrário, toma somente *flashes* parciais da cidade e de seu movimento, detalhes nem sempre significativos, não a catedral, mas o rosto pela metade de um turista, não a estátua inteira, mas um detalhe de seus pés, por exemplo, organizando um mosaico estilizado do tema, numa visão não integrada, uma mixagem de sintaxe duvidosa.

Ao que parece, o pós-modernismo resulta do excesso de informação que congestionava hoje o conhecimento, corrompendo a integridade do sentido, subvertendo as visões totalizantes, panorâmicas, à distância, pelo registro míope, distorcido e anárquico das coisas. O excesso de informação, implicando informações contraditórias, dá lugar ao relativismo e suas meias-verdades, meias-visões e meios-valores. Passam-se a admitir direitos iguais, igualmente legítimos, para uma frase de *rock* e uma ária de Bach, uma página de Shakespeare e uma história em quadrinhos, a missa solene na catedral e o culto do bispo Edir Macedo.

Pois tudo é, mesmo, muito relativo. Estabelece-se o jogo do vale-tudo, que resulta no vale-nada, na soma zero da cultura. Conclusão inesperada: o pós-moderno deve ser rejeitado em bloco? Será que nele nada se salva? Seu destino inevitável será a lata de lixo? Não é o que pensamos. Uma coisa é o pós-modernismo como doutrina, como tese em polêmica com o modernismo, e outra coisa é sua execução. Nesta deparamos com achados extraordinários, na fotografia, na pintura, na arquitetura, no cinema, na literatura. Lances pós-modernos constam em autores como Fernando Pessoa, J. L. Borges, Ezra Pound, Carlos Drummond de Andrade e muitos outros.

Certos aspectos mais rígidos e calcificados da cultura iluminista podem receber a oxigenação e a revitalização do pós-moderno. O pós-moderno, expurgado da doença senil do relativismo e do excesso de doutrina, em pequenas doses, pode agir à semelhança das vitaminas no organismo combatido da cultura. Tudo é questão de dose. O ideal seria combinar o moderno com o pós-moderno.

REFLEXÕES V

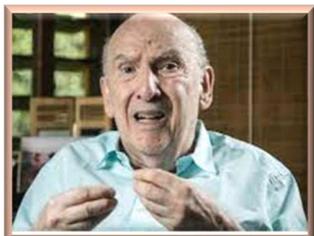
Pois é possível conceber uma grande narrativa feita de pequenas histórias. Não é o caso do próprio Homero? ●

Gilberto de Mello Kujawski: jornalista, filósofo e escritor

LUIZ BIANCI

A ditadura do relativismo

Boris Fausto



Nos muitos textos e falas do cardeal Joseph Ratzinger encontra-se a defesa de uma fé adulta que resista às ideologias e filosofias permissivas. Em suas palavras, "estamos caminhando em direção a uma ditadura do relativismo que não reconhece nada como definitivo e tem como seu maior valor o ego e os desejos

de cada um (...) do marxismo ao liberalismo de livre mercado, até o libertarismo, do coletivismo ao individualismo radical, do ateísmo a uma religião vaga, do agnosticismo ao sincretismo e assim por diante".

"Ter ou não ter fé são decisões igualmente respeitáveis, se superioridade de uma em relação à outra"

Bem sabemos que essa não é a visão de toda a Igreja Católica. As vozes divergentes e as consideradas heréticas conseguiram se expressar na imprensa sem ter, entretanto, nem de longe a força da tendência conservadora dominante, responsável pela escolha dos dois últimos papas. Para ficar num só e breve exemplo de uma voz crítica vinda do universo religioso, lembro uma frase de Leonardo Boff, no final de uma entrevista, sobre o pensamento do cardeal Ratzinger, que cito de lembrança: "Quem tem tanta certeza não pode ter misericórdia".

A visão do mundo monolítica do cardeal tem um problema básico. Está subjacente a ela uma apreciação de que tudo na sociedade contemporânea do ocidente, dos comportamentos individuais às mais variadas formas de pensamento, vem nos conduzindo a uma espécie de caos comportamental e ideológico. O remédio capaz de salvar a sociedade estaria no triunfo das certezas religiosas, ou melhor, de uma determinada certeza religiosa. Na verdade, dentre as ameaças que rondam o mundo atual não se

REFLEXÕES V

encontra a chamada "ditadura do relativismo". Encontram-se, sim, as visões fundamentalistas, de métodos e matizes variados, mas com alguns traços essenciais comuns.

Embora pretendesse distinguir entre o fundamentalismo e a "fé clara", o cardeal Ratzinger representou uma das mais altas expressões dessa corrente, ainda que convenha, em nome da prudência, esperar pelas palavras e ações de seu pontificado. Seja como for, os riscos atuais estão bem presentes no fundamentalismo religioso americano, cuja mistura indigesta de religião e política tem feito estragos consideráveis. E, mais ainda, eles se encontram no fundamentalismo islâmico, combinado com métodos terroristas, cujo impacto é suficientemente conhecido.

Convém esclarecer alguns conceitos. No livro "Limites da Utopia" (Companhia das Letras, 1991), Isaiah Berlin faz uma importante distinção entre relativismo e pluralismo. Berlin afirma que o relativismo corresponde a uma doutrina segundo a qual o juízo de um homem ou de um grupo é algo que se encerra em si mesmo, sem nenhum correlato objetivo determinante de sua validade ou exatidão. Já o pluralismo representa outra coisa: a concepção de que no edifício da história humana existem muitas moradas. Existem muitos valores fundamentais, alguns incompatíveis entre si, assumidos por diferentes sociedades em épocas distintas, ou no interior de uma mesma sociedade, por grupos, classes, igrejas, raças ou indivíduos. Pluralismo de valores não significa a impossibilidade de avaliar seus conteúdos que não estão, entretanto, estruturados hierática e hierarquicamente à margem da mutação histórica.

Tendo em conta essa distinção podemos dizer que, se é justo criticar os aspectos relativistas da sociedade contemporânea ocidental, seu pluralismo é uma conquista preciosa que se encontra em risco. Esse pluralismo baseia-se não no abandono, mas na afirmação dos valores: direito à vida, à liberdade de expressão, à representação política, a condições decentes de existência, etc. A partir dessa afirmação, abre-se o campo das opiniões não hierarquizadas acerca de regimes políticos, ideologias, comportamentos ou religiões. De resto, o mundo da diversidade tem uma riqueza que permite dispensar, para muitas pessoas, o conforto das certezas

REFLEXÕES V

transcendentais; de tal modo que ter ou não ter fé são decisões igualmente respeitáveis, sem superioridade de uma em relação à outra.

Vou mais longe, lembrando um ensaio de Albert O. Hirschman, "Opiniões peremptórias e democracia", que se encontra no livro "Auto-Subversão" (Companhia das Letras, 1996). Hirschman põe em dúvida um postulado de nossa cultura, o de que é muito importante ter opiniões sólidas. Na contracorrente, ele se pergunta se não é o caso de nos abirmos às opiniões alheias, de valorizar tanto o fato de ter opinião quanto o de ter mente aberta, de combinar o júbilo por ganhar uma discussão com os prazeres de ser bom ouvinte.

Por último, permitam-me uma reflexão pessoal. Para quem já viveu muitas e tumultuadas décadas, para quem já teve fé em ideologias que tinham a chave da verdade, a observação de Hirschman faz bastante sentido. Não se trata de abandonar as opiniões sólidas, mas de temperá-las com uma margem de dúvida. Parafraseando Boff, quem tem tanta certeza de suas convicções não pode entender e respeitar a convicção do outro – condição indispensável da vida democrática. ●

Boris Fausto: historiador, é autor de, entre outras obras, "A Revolução de 30" (Companhia das Letras).

Artigo publicado no *Jornal Folha de S.Paulo* no dia 12 de maio de 2005

Relativismo

Wikipedia, a enciclopédia livre



O relativismo é uma doutrina que prega que algo é relativo, contrário de uma ideia absoluta, categórica. Ele, dessa forma, leva em consideração diversos tipos de análise, mesmo sendo análises aparentemente contraditórias.

As diversas culturas humanas geram diferentes padrões segundo os quais as avaliações são geradas. Max Weber, em suas obras sobre epistemologia⁴¹, abre espaço para o relativismo nas ciências da cultura quando diz que a ciência

é verdade para todos que querem a verdade, ou seja, por mais diferentes que sejam as análises geradas por pontos de vista culturais diferentes, elas sempre serão cientificamente verdadeiras, enquanto não refutadas.

O relativismo é um ponto de vista extremo oposto ao etnocentrismo, que leva em consideração apenas um ponto de vista em detrimento aos demais. Porém, os críticos dessa visão apontam que o relativismo torna impossível um avanço científico nas ciências da cultura na medida em que coloca todos os tipos de análise, absurdas ou não, em igualdade de veracidade. Assim, podemos concluir que o Relativismo é um termo filosófico que se baseia na relatividade do conhecimento e repudia qualquer verdade ou valor absoluto. Todo ponto de vista é válido.

Na filosofia moderna o relativismo por vezes assume a denominação de "relativismo cético", relação feita com sua crença na

⁴¹ **Epistemologia:** estudo dos postulados, conclusões e métodos dos diferentes ramos do saber científico, ou das teorias e práticas em geral, avaliadas em sua validade cognitiva, ou descritas em suas trajetórias evolutivas, seus paradigmas estruturais ou suas relações com a sociedade e a história; teoria da ciência.

REFLEXÕES V

impossibilidade de o pensador ou qualquer ser humano chegar a uma verdade objetiva, muito menos absoluta.

Nietzsche na sua obra *A Gaia Ciência*, no tópico intitulado "Nosso novo infinito", assim afirma: "o mundo para nós tornou-se novamente infinito no sentido de que não podemos negar a possibilidade de se prestar a uma infinidade de interpretações"; frase que Michel Foucault objeta: "Se a interpretação nunca se pode completar, é porque simplesmente não há nada a interpretar... pois, no fundo, tudo já é interpretação".

No diálogo platônico *Teeteto*, atribui-se a Protágoras uma concepção relativista do conhecimento, por haver afirmado que "o homem é a medida de todas as coisas". Nesse caso, cada um de nós é, por assim dizer, o juiz daquilo que é e daquilo que não é. Sócrates levanta então uma série de objeções contra essa forma radical de relativismo subjetivista, tentando mostrar a incoerência interna da suposição de que o que parece verdadeiro a alguém é verdadeiro para ele ou ela. Se são verdadeiras todas as opiniões mantidas por qualquer pessoa, então também é preciso reconhecer a verdade da opinião do oponente de Protágoras que considera que o relativismo é falso. Ou seja, se o relativismo é verdadeiro, então ele é falso (desde que alguém o considere falso). Haveria, por assim dizer, uma autorrefutação (ou uma autodestruição) do relativismo cognitivo.

Em nossos dias, o relativismo cognitivo tem assumido várias formas distintas. Nas versões mais radicais, entende-se que quaisquer opiniões são igualmente justificáveis, dadas suas respectivas regras de evidência, e que não há questão objetiva sobre qual conjunto de regras deve ser preferido ("igualitarismo cognitivo" ou tese da "equipolência⁴² das razões"). Em suma, é possível dar boas razões tanto para se admitir quanto para se recusar qualquer opinião. E, portanto, o procedimento de dar boas razões nunca permite decidir entre opiniões rivais, nunca nos obriga a substituir uma crença por outra. Nesse caso, uma crítica do relativismo cognitivo pode ser feita

⁴² **Equipolente**: que tem igual valor, referência, ou relação de identidade; que tem o mesmo efeito ou a mesma significação.

REFLEXÕES V

de acordo com a seguinte linha argumentativa (seguida, por exemplo, por Paul Boghossian em *What the Sokal Hoax Ought to Teach Us*): se toda regra de evidência é tão boa quanto qualquer outra, então para que uma opinião qualquer seja tomada como justificada basta formular um conjunto apropriado de regras em relação ao qual ela está justificada. Em particular, a opinião de que nem toda regra de evidência é tão boa quanto qualquer outra deve poder ser igualmente justificada. (E o relativista assim não consegue mostrar, mas deveria mostrar, que a sua posição é melhor que a de seu oponente). Uma alternativa seria dizer que algumas regras de evidência são melhores do que outras; mas então deveria haver fatos independentes de perspectiva sobre o que as torna melhores do que outras, e nesse caso estaríamos assumindo a falsidade do relativismo cognitivo.

Em contraposição, há espécies de relativismo que são bastante triviais, como, por exemplo, a tese da diversidade (também chamada de "relativismo cultural"): consiste em registrar que diferentes pessoas mantêm crenças diferentes; que as opiniões variam de comunidade para comunidade, de uma época para outra. Nesse caso, não se afirma que tais crenças ou opiniões sejam verdadeiras ou justificadas, e, portanto, não se tem ainda um relativismo cognitivo (epistemológico).

Tal diversidade de crenças é plenamente compatível com uma visão absolutista ou objetivista do conhecimento. Todavia, não são essas formas de relativismo (extremamente fortes ou fracas) que encontramos nas filosofias de Kuhn, Rorty e até mesmo Feyerabend (em alguns de seus últimos escritos). O que eles sugerem, a partir de evidências históricas, é que as preferências por certos padrões de investigação, por certos objetivos cognitivos variam com o tempo e dependem do contexto considerado. E mais do que isso: sua validade e autoridade dependem da prática estabelecida no interior de uma comunidade. Eles questionam as tentativas de codificar a racionalidade científica mediante certo conjunto de regras metodológicas que guiam a atividade científica; mas não apenas isso, questionam também a tese de que a racionalidade científica permaneça em grande parte estável e invariante com o passar do

REFLEXÕES V

tempo, apesar das novas descobertas e das mudanças sociais e culturais. Eles criticam o que Shapere chamou "essencialismo": a suposição de que as marcas características da racionalidade científica não estão elas próprias sujeitas a mudanças e revisões. Eles reconhecem que as normas do que conta como "boa ciência" também se transformam ao longo da história e não devem ser consideradas como uma estrutura rígida que não sofre mudanças substanciais.

No caso específico das ciências naturais, eles reconhecem, fazendo justiça à história da ciência, que as mudanças e as divergências envolvem não apenas as teorias (não apenas afirmações fatuais), mas também os critérios e os valores característicos da prática científica. Por exemplo, é possível, em certas ocasiões, justificar uma teoria T1 com respeito aos princípios e valores de um sistema evidencial E1 (por exemplo, que permite hipóteses sobre inobserváveis) e ainda justificar uma teoria alternativa T2 (incompatível com T1) com respeito aos princípios e valores de outro sistema evidencial E2 (por exemplo, do empirismo indutivista), mesmo na ausência de uma fundamentação independente que sem petição de princípio "favoreça inequivocamente" E1 ou E2 (ou seja, um caso de incomensurabilidade). A justificação de uma crença é sempre relativa a um sistema evidencial e, havendo uma disputa entre E1 e E2, poderia não haver acordo racional quanto à aceitação de T1 ou T2, mesmo que tivéssemos à disposição todas as evidências possíveis.

Por outro lado, quando se dá preferência a um sistema evidencial a partir de um meta-sistema dominante, tal escolha racional não pressupõe que esse meta-sistema represente uma visão objetiva ou correta (em todo tempo e lugar) que permita justificar de modo absoluto. Quando ocorre de abandonarmos a ciência normal anterior, de transcendermos nossa própria tradição de pesquisa, não somos levados a um "ponto arquimediano", fora do espaço e do tempo, que defina absolutamente o que deva ser racional, visto que a própria racionalidade científica pode transformar-se no processo evolutivo da ciência. Como diz Feyerabend (1993), os padrões de um

REFLEXÕES V

debate científico só parecem ser "objetivos" porque se omite a referência à tradição considerada, ao grupo de adeptos que os utilizam.

Assim sendo, o relativismo cognitivo não consiste apenas em afirmar que a verdade (ou a justificação) de toda crença é relativa a princípios e padrões de um sistema de regras de evidência; trata-se ainda de recusar a suposição de um sistema absoluto, neutro (independente) e universal em relação ao qual toda crença possa ser julgada. Nesse sentido, o relativista não atribui "estatuto privilegiado" a nenhuma visão particular, nem mesmo ao relativismo. O relativista não pode impedir que o absolutista sustente que o relativismo é falso; mas ainda assim é permitido ao relativista manter a preferência por sua posição (que a seus olhos se "salienta" em relação às demais), pois (segundo o relativista) o absolutista também não tem como evitar que o relativista se mantenha relativista. As tentativas de mostrar que o relativismo é inconsistente (ou se autorrefuta) baseiam-se na suposição de que o relativista deva apresentar uma defesa em que sua posição se mostre, sem petição de princípio, melhor que a de seu oponente e possa compeli-lo a optar pelo relativismo. Mas o relativista consistentemente admite que não é só o relativismo que tem boas razões em seu favor; também o absolutista pode ter suas boas razões para manter-se em tal posição, numa típica situação de incomensurabilidade. Enfim, não há nada de paradoxal em o relativismo ser mantido por uns e não por outros, pois ninguém está obrigado a aceitar todas as opiniões dos outros como sendo verdadeiras. Por exemplo, um relativista poderia acreditar que a Terra gira em torno de si mesma e que é falso que está fixa, ao mesmo tempo em que está ciente de que alguém acredita que ela se mantenha fixa. (Harré e Krausz, 1996, página 98).

O que o relativista tenciona é, nas palavras de Goodman, converter alguém ao seu ponto de vista, sem tentar fundamentar absolutamente esse seu ponto de vista. O que ele diz é: "Veja como as pessoas naquela época tinham outra concepção de mundo. Se você estivesse no lugar delas, não manteria suas crenças atuais". Com efeito, o relativista não se obriga a demonstrar que a partir de

REFLEXÕES V

certas premissas segue-se inexoravelmente a verdade do relativismo.

Voltando agora ao tema da mudança científica (que envolve teorias, métodos, valores, etc.), coloca-se a seguinte questão central em nossa análise: podemos abandonar o "essencialismo" (isto é, as tentativas de apresentar cânones ahistóricos, absolutos, objetivos e imutáveis de racionalidade científica) sem nos comprometermos pelo menos com uma forma moderada de relativismo acerca do valor cognitivo da ciência?

Dois importantes filósofos contemporâneos, Putnam e Laudan, dizem que sim, ou seja, que podemos encontrar uma alternativa ao essencialismo (positivismo) e ao relativismo. Vejamos como isso ocorre. Putnam utiliza-se de uma proposta de Peirce que consiste em caracterizar a verdade como o limite ideal de uma investigação conduzida racionalmente. Ou seja, a verdade é o que se obtém, em longo prazo, com a aplicação sistemática dos métodos racionais da ciência. Desenvolvida por Putnam em seu realismo interno, essa teoria da verdade encerra duas ideias centrais:

- ◇ A verdade é independente da justificação aqui e agora, mas não de toda justificação. Afirmar que um enunciado é verdadeiro é afirmar que ele poderia ser justificado, e
- ◇ Presume-se que a verdade seja estável e "convergente"; se um enunciado assim como sua negação pudessem ser "justificados", mesmo em condições tão ideais quanto se possa esperar, não haveria sentido em pensar o enunciado como tendo um valor-de-verdade".

Portanto, sem pretender formular uma exata definição de verdade, Putnam explica a noção de verdade como uma idealização da aceitabilidade racional e, portanto, como um conceito-limite objetivo e transcultural. Para Putnam (1983), a verdade é um ideal regulador em direção ao qual nossa investigação racional deve convergir. Para a maioria dos enunciados, existem condições epistêmicas melhores e piores, embora Putnam saliente que "não há uma simples regra geral ou método universal para saber que condições são melhores ou piores para justificar um juízo empírico

REFLEXÕES V

arbitrário" (página XVII). Ainda que Putnam reconheça que a "verdade" é tão vaga e dependente do interesse e do contexto quanto nós, e que não há uma matriz fixa e a histórica de padrões de racionalidade, uma tese central do seu realismo interno é que se trata de uma questão objetiva a de "qual seria o veredicto se as condições fossem suficientemente boas, um veredicto a que a opinião deveria 'convergir' se fôssemos razoáveis" . Em termos comparativos, "deve haver um sentido objetivo em que alguns juízos sobre o que é 'razoável' são melhores que outros" , não importa qual seja o contexto histórico e cultural.

Mas se não temos a mínima ideia de o que pode ser corretamente asseverado por nós em situações epistemicamente ideais e perfeitas, que papel a verdade (no sentido do realismo interno) pode desempenhar na prática e no avanço da ciência? Tal noção idealizada de verdade não seria, do ponto de vista do agente, totalmente indiferente a suas crenças atuais sobre a realidade. Além disso, o que seria para uma investigação ter um final? De fato, é difícil imaginar um resultado da pesquisa científica que sobreviveria a todas as objeções que pudessem ser levantadas, pois não temos como antecipar tudo que possa ocorrer durante uma conversação. Concordamos com Field que não é necessário haver sistemas "maximamente bons", ou seja, para cada sistema científico, sempre poderia haver outro melhor.

Contudo, se "considerar certa investigação como ideal é supor que não se deveria questionar seu resultado", ou que foram eliminadas as possibilidades de erro, então podemos estar seguros (da verdade) das conclusões fundamentadas a partir de uma tal investigação. A afirmação de que uma investigação ideal conduz à verdade torna-se, entretanto, uma consequência trivial da própria caracterização da investigação ideal (como a que estabelece resultados para além de qualquer controvérsia) e da verdade (tal que a proposição de que p é verdadeira se e somente se p), e por isso não detém nenhuma força explicativa. Desse modo, podemos com Davidson (1990) suspeitar que "se fossem explicitadas as condições sob as quais alguém está idealmente justificado em asseverar alguma coisa, ficaria claro que ou essas condições permitem a possibilidade de erro, ou elas são tão

REFLEXÕES V

ideais que não fazem uso da tencionada conexão com as habilidades humanas".

Por outro lado, ainda que toda investigação ideal resulte em conclusões verdadeiras, não se segue que todas as proposições verdadeiras possam ser alcançadas por uma investigação ideal. Talvez existam hipóteses que mesmo em condições ideais não poderíamos justificar sua asserção ou negação. Horwich considera, a título de exemplo, as proposições com conceitos vagos, as teorias subdeterminadas pelos dados e certas suposições probabilísticas.

Além disso, por que haveria uma situação ideal única em que as opiniões poderiam ser corretamente julgadas? Ou, em termos comparativos, por que existiriam objetivamente "melhores e piores situações epistêmicas com respeito a enunciados particulares", como supõe Putnam? Pelo contrário, as evidências históricas indicam que as preferências científicas por certas teorias, métodos e objetivos cognitivos variam com o tempo, dependem do contexto da pesquisa científica, sem que se possa vislumbrar "um término ideal" a que todas essas transformações convergem.

Laudan

Outra importante alternativa de compreensão da mudança científica é apresentada por Laudan. Inicialmente, Laudan (1977) também foi um adepto da tese essencialista de que "existem certas características muito gerais de uma teoria da racionalidade científica que são transtemporais e transculturais", desde o pensamento dos pré-socráticos até hoje. Todavia, a partir de sua proposta de um modelo reticulado de racionalidade, Laudan (1984) muda de posição e considera que a avaliação epistêmica é sempre feita dentro de um amplo sistema de crenças fatuais, metodológicas e valorativas, que dependem uma das outras e podem sofrer mudanças ao longo do tempo. Com o tempo, podem ocorrer revisões e mudanças racionais nos três níveis da rede de compromissos científicos. Num processo holístico de arranjos parciais no interior dessa rede, cada uma de suas partes pode ser modificada e aperfeiçoada, de modo paulatino e local (portanto, sem revoluções científicas), com base em outras partes que

REFLEXÕES V

temporariamente são admitidas, desde que certas condições relevantes sejam satisfeitas. E diferentes caminhos racionais possam ser seguidos no intento de aumentar a consistência entre os valores explícitos e implícitos na ciência. É possível assim compreender a objetividade e racionalidade das reformas científicas (na ontologia, na metodologia ou na especificação dos objetivos epistêmicos) sem assumir que exista algum núcleo fundamental de princípios e juízos de racionalidade que permaneçam invariantes durante a evolução da ciência.

Desse modo, "o reconhecimento do fato de que os valores e objetivos da ciência mudam em nada impede nosso uso de uma noção robusta de progresso científico cognitivo". No caso de uma mudança científica, espera-se um ganho na credibilidade e coerência de diversos tipos de suposições (fatuais, metodológicas e epistemológicas), explícitas ou implícitas, do corpo total da ciência. Todavia, como salientam os críticos, de diferentes modos é possível obter racionalmente coerência no sistema de proposições, regras e valores da ciência. Em certos casos, diante de uma inovação incompatível com a ciência atual, podemos rejeitar a inovação e manter a credibilidade do sistema de hipóteses científicas anterior, utilizando certos tipos de razões que autorizam essa escolha. Mas podemos, em outras circunstâncias, aceitar a inovação científica e alterar algumas suposições do sistema existente, fazendo uso de padrões metodológicos conflitantes com os precedentes. Ou seja, a "racionalidade como coerência epistêmica pode subdeterminar as mudanças científicas que ela sanciona", e assim pode haver boas razões tanto para se manter quanto para se substituir uma parte do sistema. Com isso, volta-se a admitir alguma forma de "essencialismo" (em que a racionalidade se define em termos coerenciais, num nível metametodológico) e também de relativismo cognitivo, pois abrem-se diferentes caminhos igualmente bons para se alcançar a coerência epistêmica.

As referidas propostas de Putnam e Laudan nos mostram as dificuldades dos projetos epistemológicos que buscaram combater o essencialismo sem cair no relativismo. Parece legítimo perguntar: Não seria o caso de se reconsiderar a possibilidade de admitir um

relativismo "moderado"? Afinal, com ele podemos conceder "juízos de superioridade relativa" em certos domínios de investigação (em que um paradigma predomina), ainda que não exista um critério universal de validade pelo qual podemos mostrar que uma mudança científica é racional e progressiva. Como o próprio Laudan reconhece, só podemos dizer que o progresso ocorreu em relação aos padrões que hoje aceitamos. Não temos de pressupor algum tipo de medida objetiva ou investigação ideal para compreendermos as mudanças racionais da ciência. Ou seja, a possibilidade de transcender nossas práticas presentes por outras práticas futuras (que expressem o melhor de nós) não requer uma noção de "validade absoluta e universal" ou de "aceitabilidade para uma comunidade ideal". Como salienta Kuhn (1970), compreendemos o progresso da ciência (as mudanças racionais da ciência) de modo retrospectivo – avaliando comparativamente um paradigma com seus predecessores –, não como um processo dirigido a um fim último e perfeito.

Deve-se notar que em tal relativismo epistemológico "moderado" e limitado, a existência de boas razões para uma mudança científica não exclui a possibilidade de haver outras boas razões para se defender o sistema global anterior, não exclui, portanto, a possibilidade de incomensurabilidade local. O que se considera ser uma "forte razão" também pode sofrer modificações, dependendo das circunstâncias e dos compromissos assumidos. Assim sendo, a apresentação de boas razões nem sempre é decisiva na escolha entre constelações alternativas de crenças científicas. Em outras palavras, mesmo que a mudança científica seja racional (com apresentação de boas razões), isso não quer dizer que não seja racional manter o sistema antigo em vez de optar pelo novo (afinal, eles não lidam com os mesmos problemas, não adotam os mesmos critérios de adequação das respostas, etc.). Isso se nota quando a transição de um paradigma a outro acarreta as chamadas "perdas epistêmicas", que constituem boas razões para se resistir à mudança e manter a tradição. (Por exemplo, a mecânica newtoniana não explicava, até sua plena aceitação, por que todos os planetas do sistema solar giram em um mesmo sentido, embora tal fenômeno fosse naturalmente explicado pela teoria cartesiana dos vórtices.)

REFLEXÕES V

Concluindo, somos levados a reconhecer que a racionalidade científica não garante a formação do consenso, no sentido de que existem legítimos desacordos racionais na ciência. Nem todo procedimento racional produz consenso, assim como nem todo consenso é racionalmente fundado (por exemplo, o consenso obtido por coerção).

Mas então como devemos explicar a mudança científica, a formação do consenso em torno de um novo paradigma científico? A nosso ver, a solução não estaria em negar o relativismo cognitivo (tentando reafirmar o império da razão universal), mas sim em reconhecer os limites do que pode ser estabelecido em um debate racional, mesmo no domínio da ciência. ●

Rayssa Brasil

Artigo publicado no [Wikipedia](#)

Imprensa e poder

Gilberto de Mello Kujawski



◇ A imprensa parece destinada a conviver com a ambiguidade em vários setores, e isso não por acaso, mas em função de seu papel mediador, dividida entre dois ou mais domínios distintos, duas ou mais solicitações, por vezes, contraditórias. Sempre que a mediação não obedece a normas rígidas, ela cai na ambiguidade. Não que a imprensa não se imponha certas normas e não procure respeitá-las, mas não são normas rígidas e imperiosas como as que sujeitam o juiz à decisão de uma

causa, por exemplo. A imprensa, que é a arte da comunicação exercida por meio dos veículos de massa, encontra seu patrono em Hermes (Mercúrio), o deus mensageiro, velocíssimo, com asas nos pés, que podia viajar por toda a parte num piscar de olhos (Mircea Eliade). Hermes era o menos olímpico dos deuses; gostava de misturar-se com todos, sabia indicar aos viajantes o caminho certo, mas também se divertia em enganar os outros. Um deus meio sem-vergonha. Certa vez, advertido por Zeus, seu pai, de que não deveria mentir nunca, respondeu-lhe, atrevidamente, que tudo bem, mas mesmo assim ele não estava obrigado a dizer a verdade por inteiro...

A primeira grande ambiguidade da imprensa, do jornalismo, diz respeito à História. Geralmente, pensa-se que o jornal é o registro diário da História, e o próprio jornal é o primeiro a fazer acreditar nisso, mas não é bem assim. O que o jornal registra é a atualidade, o flagrante do que está ocorrendo, e em seus arquivos armazena a memória dos séculos. Agora mesmo, por ocasião deste final de século e de milênio, os jornais, as revistas, as televisões editam retrospectivas completas dos últimos 100 ou 2.000 anos. Mas será a História uma questão só de memória?

Parece que não. História é, sobretudo, a compreensão dos fatos em sua trama, em seu tempo-espaço, em seus personagens, o que exige

REFLEXÕES V

seleção, análise, reflexão. Será a História questão de flagrante? Existem fenômenos históricos substantivos, de consequências ilimitadas, que jamais afloram como flagrante na atualidade e, por isso, escapam ao registro jornalístico. Se na Renascença existissem tantos jornais como hoje, nenhum deles noticiaria que "foi descoberta a beleza da paisagem" ou que "a natureza tem estrutura matemática" (Marías). Muita coisa de suma importância estará acontecendo agora que não chega às manchetes, e muitas coisas que os jornais anunciam com tanto alarde amanhã estarão tão esquecidas como as nuvens do ano passado.

O jornal reflete o que passa, a História guarda o que fica.

Claro que é fácil falar. Jornalismo e História podem ser gêneros rigorosamente distintos, mas não é possível separá-los com tanto rigor na prática. Ao entrevistar, pela primeira vez, um futuro grande personagem, o repórter não sabe que faz História sem querer, assim como o famoso M. Jourdain fazia prosa sem saber... Eis aí um caso de ambiguidade constitutiva da qual o jornalismo não se livra, mesmo quando quer fugir dela.

◊ Outra ambiguidade intrínseca da imprensa é com a moral. E essa ambiguidade com a ética pode ser assim formulada: a sobrevivência de qualquer órgão de comunicação – jornal, revista, rádio ou televisão – depende da expansão crescente de seu universo de consumidores num mercado de concorrência canibalesca. Para expandi-lo e vencer a disputa, todos os meios afiguram-se válidos: em matéria noticiosa, a divulgação imediata, antes que outros passem na frente, sem apurar devidamente a procedência, e o apelo constante ao sensacionalismo; em matéria opinativa, a manipulação das consciências, a distorção dos fatos e dos valores, a adoção de novidades intelectuais de forma leviana, para não parecer antiquado; e na parte do entretenimento, a vulgaridade e o baixo nível, sob o pretexto cínico de que "é isso que o público quer". É comum as infrações morais resvalarem para o ilícito penal.

Interpelada sobre os excessos cometidos, invoca-se a lei para justificar as piores agressões à lei: a liberdade de imprensa. Claro que nem todos os órgãos de comunicação são iguais e não procedem

REFLEXÕES V

com a mesma complacência moral, com idêntica irresponsabilidade. Mas o perigo é virtual para todos e sua ronda é permanente. A qualquer momento invade a redação e o estúdio mais zelosos e o mal está feito antes que alguém possa evitá-lo.

◇ Outra ambiguidade, esta bastante saudável, desde que convenientemente matizada, é entre o jornalismo e a literatura. Recentemente, recebi consulta de um jovem estudante de um curso de jornalismo sobre o assunto. Com bastante pertinência, aponta ele o perigo do excesso de normatização do texto jornalístico, que resulta na burocratização massacrante e na perda de individualidade do trabalho jornalístico. Tem toda razão Allan de Abreu.

Creio que o jornalismo atual está dominado inteiramente pelos padrões do "politicamente correto". Que há de mal com o tão falado "politicamente correto"? O que há de errado com essa categoria é que ela consagra, dogmaticamente, o que "se diz" ser o certo e o correto, sem maior acuidade e indagação crítica. O "politicamente correto" faz parte daquelas coisas que se sustentam em caráter impessoal – o que "se diz", o que "se pensa", o que "se faz", o que "se deseja", etc. É a opinião do *Uomo qualunque*⁴³, de toda-a-gente e de ninguém.

O "politicamente correto" está articulado nos famosos "manuais de redação", garantindo linguagem uniforme, bitolada, impessoal. É a vitória da burocratização com toda sua intolerância e mediocridade, que se impõe ao velho jornalismo dos tempos heroicos, que se fazia com muita liberdade de opinião e certa dose de simpática boemia. O perfil do jornalista quarenta anos atrás era bem diferente do atual. O jornalista era, muitas vezes, um autodidata, mas dotado de sólida e extensa formação humanística, sobretudo literária, que sabia escrever, de improviso, sobre os assuntos mais variados, sem fazer feio. Hoje, esse personagem virou figura de museu, substituído por legiões de "senhoritos satisfeitos" que ocupam as redações, todos diplomados em escolas de jornalismo, que pouco ouvem os mais

⁴³ *Uomo qualunque*: um homem qualquer.

REFLEXÕES V

velhos, profissionalizados, especializados, mas sem aquele fogo sagrado de outros tempos. Culpa de um jornalismo forçado a adotar os mesmos padrões de trabalho da indústria, a organizar-se em linhas de montagem, como nas fábricas.

Ora, hoje, esse modelo de produção em linha de montagem tem sido acerbamente criticado por Domenico De Masi e outros. Chegou a hora de arejar novamente as redações com mais liberdade de espírito e de vitalizar o texto com mais um pouco de literatura. O toque literário preferencial do jornalismo não seria a ficção, não se pode fazer jornalismo ficcional; mas se pode e se deve fazer jornalismo com estilo.

O estilo é o sal da palavra. Todo texto algo bem escrito tem estilo. O estilo concretiza a plenitude da palavra; é a palavra restituída à sua dignidade de sopro do espírito, e brilhando muitas vezes como a centelha da ação transformadora.

◊ A mais ostensiva e a mais intrincada ambiguidade da imprensa se passa em suas relações com o poder. Ninguém ignora que quando começou a tomar força, no século XVIII, ela afirmou-se e conquistou seu território como um contrapoder. Na aurora do liberalismo, a melhor arma para lutar contra o antigo regime e a monarquia absoluta foram os jornais, abertos ou clandestinos, que se introduziam na velha sociedade como um rastilho de pólvora, contribuindo, decisivamente, para sua explosão. Foi a fase heroica da imprensa. A revolução americana, a revolução francesa e as revoluções liberais e nacionalistas que pipocaram na Europa e na América Latina, durante o século XIX, foram sempre alimentadas por ela, na qual se destacavam grandes tribunos.

No entanto, à medida que foi crescendo em prestígio e em influência, armou para si mesma uma cilada da qual não saiu mais: transformou-se, ela própria, num poder em concorrência com os poderes político e econômico, com objetivos idênticos: mandar e enriquecer-se. De tempos para cá, diz-se que a imprensa é o quarto poder, mas seria mais correto afirmar que ela se erige, hoje, no primeiro poder, ao qual os demais estão sujeitos. Não há nenhum exagero nessa colocação. As campanhas eleitorais são veiculadas

REFLEXÕES V

nos jornais e na televisão, sem o que não atingiriam o grande público; o governo, quando quer falar a todo o país, recorre à TV; a familiaridade do público com o dia a dia da política é noticiada a toda hora, e comentada, pela imprensa. O exercício do poder político está atrelado à mídia, que lhe confere publicidade e eficácia, que determina sua formatação, que aprova ou reprova suas iniciativas junto ao país, ao Estado-membro, ao município. E também o poder econômico não poderia vender em massa sem o concurso diário do jornal, minuto a minuto da TV, sem a propaganda maciça, tenaz e repetitiva.

Mas o domínio da imprensa moderna não cessa aí. Vai muito mais longe ao ampliar-se a toda a extensão das coisas, das pessoas e dos fatos, a ponto de poder dizer que o que não está na mídia não está no mundo. Somente a passagem pela mídia empresta a uma coisa, a uma pessoa, a uma ocorrência foros de realidade, presença no mundo, para que se possa contar com sua existência. O que não chega à mídia não é que não tenha importância; é que não existe. É espantoso e inquietante, mas é assim. Por isso, e não por outra razão, é que dizemos que a mídia constitui em nossos dias o próprio poder, a fonte de eficácia de toda e qualquer outra modalidade de poder. A mídia conquistou direito de vida e de morte sobre os prestígios, as reputações, as avaliações e também sobre a existência. Tornou-se a medida do que é e do que não é.

Eis aí – a imprensa, que foi na origem um contrapoder, cresceu e transformou-se num poder, o poder dos poderes, atuando com força incontrastável sobre a massa e a elite de todos os países. O fenômeno é assustador, não cabendo discutir se é bom ou mau, certo ou errado. Seria impraticável e utópico pretender que a imprensa, depois de seu agigantamento, desse um passo para trás e renunciasse ao uso de suas potências. Não lhe cabe a renúncia. O que tem a fazer é perceber que sua responsabilidade aumenta na proporção direta em que cresce seu poder. Ela tem de buscar a difícil, mas não impossível, conciliação entre a aquisição de tanto poder e a vocação de contrapoder.

Porque na vocação de contrapoder é que reside a razão de ser e a verdade da imprensa. Ou esta se constitui em contrapoder, ou não

REFLEXÕES V

tem mais razão de ser. Eis aí a razão final de como a imprensa está condenada a conviver permanente e constitutivamente com a ambiguidade.

◇ Conclusão - A conclusão da tese aqui exposta, talvez demasiado ousada, é uma só, e totalmente inesperada: a ambiguidade da imprensa reflete, nada mais, nada menos, do que a ambiguidade constitutiva das coisas humanas.

Conta o maior pensador espanhol Ortega y Gasset que certa feita foi abordado por uma senhora que lhe cravou a pergunta: – O senhor é Ortega y Gasset? A ela ele respondeu, de pronto: – Mais ou menos, minha senhora..., querendo dizer que nenhuma pessoa se identifica totalmente consigo mesma, que ninguém esgota a realização de seu projeto vital, ficando sempre a dever muito de si mesmo. "Transforma-te em quem és", incitava Píndaro, nesse mandamento que Ortega considerava o supremo imperativo ético. Pois bem, não conseguimos nunca nos transformar totalmente em quem somos, mas só em parte, na melhor das hipóteses. O homem está vocacionado para a perfeição, mas só a alcança no plano superior da santidade, da ciência e da arte. São Francisco atinge, no amor a Deus e ao próximo, sua plenitude. Um teorema de geometria, uma equação matemática, uma cantata de Bach são perfeitos. Mas na vida pessoal, na vida moral e política, a medida do homem é sempre o mais ou menos. Poderia ser diferente no exercício da imprensa?

Em suma:

◇ Jornalismo e História são coisas distintas, nitidamente demarcadas em suas fronteiras, conforme procuramos mostrar, o que não impede que, na prática, coincidam. Euclides da Cunha, em Canudos, podia pensar que fazia jornalismo: na verdade, fazia História.

◇ A ambiguidade entre a imprensa e a moral, no regime de urgência das redações e no intrincado da estratégia de mercado, pode ser, algumas vezes, inevitável, mas deve ser corrigida com prontidão, e ostensivamente, sempre que detectada.

◇ Já a ambiguidade entre o jornalismo e a literatura é fecunda e

REFLEXÕES V

produtiva, desde que dosada e disciplinada.

◇ Finalmente, a ambiguidade da imprensa com o poder é inevitável. Mas, de nada vale à imprensa ganhar o mundo e perder a alma. A alma da imprensa está em sua vocação de contrapoder. O horizonte do contrapoder não se limita de maneira alguma ao poder constituído no governo, na situação, mas inclui, igualmente, o projeto de poder sustentado pela oposição, o poder real e o poder virtual. E não alcança somente o poder político, ampliando-se ao poder econômico, com seus abusos constantes, e ainda ao poder da indústria do sucesso, consagrando falsos valores e fraudes de todo o tipo no campo da cultura e do entretenimento. ●

Gilberto de Mello Kujawski: jornalista, filósofo e escritor

Mais rápido, mais rápido, mais rápido

Hartmut Rosa



Primeiro quase não havia o tempo. Ainda que o avanço do dia pudesse ser medido pelos relógios de sol e da noite pelos de água (parecidos com esses que ainda enfeitam shopping centers), os horários mais confiáveis ainda eram a alvorada, o sol a pino e o anoitecer. Por milênios, para as civilizações, medir o tempo – exceto os responsáveis pelos sinos das igrejas que anunciavam as missas – nunca foi propriamente uma obsessão. Então, em algum ponto entre os séculos XVIII e XIX, a história mudou. Máquinas e fábricas e, mais tarde, trens e cabos telegráficos lançaram o mundo em um ritmo de vida com relógios, horários e pressa, muita pressa – a Revolução Industrial.

Dois séculos depois, a humanidade vive uma doença do tempo, afirma o sociólogo alemão Hartmut Rosa, em *Beschleunigung und Entfremdung* (Aceleração e Alienação), ensaio ainda não publicado no Brasil. Fazendo eco a uma reclamação generalizada, ele aponta que o excesso de atividades anulou os ganhos que a tecnologia trouxe ao tempo das pessoas. O resultado é uma epidemia mundial de estresse, ansiedade e insônia. “Vivemos para realizar tantas opções quanto possível da paleta⁴⁴ infinita de possibilidades que a vida nos apresenta”, diz. Viver intensamente a vida se tornou o principal objetivo do nosso tempo. “No fim do dia, nunca fizemos todas as coisas que deveríamos ter feito. Não trabalhamos o suficiente, não nos importamos o suficiente com as nossas crianças e pais, não estamos em dia com as notícias. O número de dimensões em que é suposto ‘otimizar’ a nossa vida, literalmente, explodiu nos

⁴⁴ **Paleta:** peça de madeira ou louça, geralmente oval, com um orifício para enfiar o poplegar, onde os pintores põem e misturam as tintas.

REFLEXÕES V

últimos anos e não importa o quão rápidos e eficientes somos, nunca é o suficiente”.

Rosa, autor de outros trabalhos sobre a velocidade na vida moderna e professor da Universidade de Jena, na Alemanha, aponta que nosso atual ritmo de vida é fruto de três tipos de aceleração: mecânica, da mudança social e do passo da vida.

Iniciada com a Revolução Industrial, a aceleração mecânica modificou as comunicações, a produção e os transportes. Como consequência, provocou mudanças nas sociedades que alteraram o ritmo da vida. Resultado: mais aceleração. Se de Júlio César a Napoleão a velocidade máxima para alguém ir de um ponto a outro continuou a mesma – indo a cavalo – os motores, primeiro nos trens e navios no século XIX, depois nos aviões e automóveis cem anos depois, encurtaram distâncias e aproximaram o mundo. O mesmo ocorreu nas comunicações a partir da invenção do telégrafo. As fábricas adotaram os horários para organizar a produção e a humanidade ganhou uma companhia: os relógios. Os operários agora precisavam morar perto do trabalho e isso os agrupou nas cidades, criando as metrópoles modernas.

Vistas na época, essas mudanças traziam a promessa de que seres humanos finalmente seriam capazes de moldar sua vida em comum e criar sociedades que os pensadores clássicos e da Renascença tinham imaginado. O resultado deveria ser uma era de razão em que a felicidade, a prosperidade e a liberdade deveriam ser para todos. No entanto, desde o início, quanto mais a tecnologia economizava tempo, mais ocupados todos se tornaram.

“A lógica da competição militar e dos Estados teve um papel nisso, e a ideia de que podemos ter algo parecido com uma ‘vida eterna antes da morte’ se nós formos rápidos o bastante para fazer um número indefinido de coisas antes de morrer, também”, explica Rosa. Mas o papel mais importante é do capitalismo. “Para crescer, economias capitalistas precisam acelerar e inovar incessantemente. Se param de crescer e acelerar perdem empregos, empresas fecham as portas, as receitas do Estado entram em declínio e, como consequência, o sistema político perde legitimidade”.

REFLEXÕES V

Esse processo, que já seguia em ritmo forte desde a Revolução Industrial, adquiriu uma velocidade alucinante a partir dos anos 1970, com a revolução dos computadores. Cada nova tecnologia passou a ser anulada pela produtividade. E com a globalização, não só trabalhadores, mas também países entraram em competição. “Como o trabalho cada vez mais especializado aumenta a produção, aumenta a quantidade de produtos e serviços que precisam ser consumidos”, diz a dupla de sociólogos americanos John P. Robinson e Geoffrey Godbery. O resultado é um impulso para o consumo constante, seja de produtos, serviços ou viagens.

Em resposta, a própria percepção do tempo começou a mudar. James Tien e James Burnes, professores de matemática aplicada do Instituto Politécnico Rensselaer, nos Estados Unidos, analisaram o crescimento das estatísticas de produtividade e emissão de patentes em 1897 e 1997 para concluir que a percepção da passagem do tempo para um jovem de 22 anos é 8% mais rápida do que para alguém com 62 anos. A vida hoje se passa 7,69 vezes mais rápido. A aceleração, dizem outros estudos, continua aumentando essa sensação.

As consequências são conhecidas de médicos desde quase o surgimento das máquinas. No fim do século XIX, denunciava-se uma epidemia de neurastenia⁴⁵, causada pelo ritmo de vida nas cidades. Com o avanço dos estudos, Larry Dossey, médico americano, criou, nos anos 1980, a expressão “doença do tempo” para descrever a crença obsessiva de que o tempo está passando e a única solução é acelerar o ritmo de vida. Dois psicólogos cardíacos americanos, Diane Ulmer e Leonhard Shwartzburd, da Universidade de Berkeley, concluíram em um estudo, Coração e Mente, que a pressa extrema e constante pode afetar a personalidade e as relações sociais, levando também a estresse, insônia, problemas cardíacos e de concentração.

⁴⁵ **Neurastenia:** perda geral do interesse, estado de inatividade ou fadiga extrema que atinge tanto a área física quanto a intelectual, associado esp. a quadros hipocondríacos e histéricos.

REFLEXÕES V

A sensação de pressa também cria um estado de busca de ganhos imediatos, mesmo se há chance de uma recompensa maior no futuro, e reduz a propensão para fazer economia. “Descobrimos que até mesmo a exposição a símbolos de *fast-food* pode aumentar automaticamente a pressa, mesmo sem a pressão do tempo”, diz Chen-Bo Zhong, psicólogo canadense da Universidade de Toronto que conduziu, com Sanford E. DeVoe o estudo *Fast-food e Impaciência*. No Japão, onde a pressa se junta à pressão social, colapsos são tão comuns que há no vocabulário uma palavra, *karoshi*, para os casos de trabalhadores que morrem com sobrecarga de trabalho.

Economistas se deram conta do fenômeno depois que o sueco Staffan Linder (1931-2000), publicou, nos anos 1970, *A Classe Ociosa Atormentada*, prevendo que os trabalhadores se tornariam atarefados demais para o lazer. Décadas depois, não só as previsões se confirmaram – segundo a socióloga americana Juliet Schor, 37% do tempo de lazer foi perdido nas nações industrializadas desde meados dos anos 1970 – como a aceleração tecnológica mudou drasticamente a economia.

“Tem sempre um mercado aberto. Tem que estar sempre ligado no celular ou Sype”, comenta Gabriel Franke, operador de mesa da corretora XP Investimentos. Com o *home broker* e as bolsas eletrônicas, cotações mudam segundo após segundo, afetando a todos, e as negociações nos mercados podem seguir em qualquer hora ou lugar. “Às vezes tem cliente que está posicionado numa operação que tem influência de mercado lá fora e aí fico de olho mesmo. E alguns mercados, como o de moedas, nunca fecham”. Tempo para o lazer? “Acabo tendo algum no domingo”.

Os efeitos são ainda mais sentidos no mundo digital. Segundo Eric Schimdt, CEO do Google, o volume de informação produzida entre o início das civilizações e 2003 hoje é criado a cada dois dias. A capacidade de processamento dos computadores, seguindo a chamada Lei de (ex-presidente da Intel, Gordon) Moore, continua a dobrar a cada 18 meses. Mas também há aceleração drástica no crescimento da população (o número de pessoas nascidas desde 1950 é o mesmo dos primeiros quatro milhões de anos da

REFLEXÕES V

humanidade) e até no número de doenças descobertas (28 novas infecciosas desde os anos 1970, de acordo com a Organização Mundial de Saúde).

A aceleração, porém, não é a mesma para todos. Em um estudo chamado A Geografia do Tempo, o psicólogo social americano Robert Levine, da Universidade da Califórnia, pesquisou a maneira como os habitantes de 31 cidades pelo mundo vivenciam o tempo. Em um exercício curioso, os pesquisadores mediram a velocidade das pessoas para percorrer um trecho de 18 metros. Os japoneses caminham mais apressados. Os brasileiros – ele viveu por um ano no País e se sentiu torturado pela falta de pontualidade local – ficaram com o 28º lugar. Em um trabalho parecido, pesquisadores da Universidade de Hertfordshire, na Inglaterra, concluíram que a cada dez anos as pessoas faziam o mesmo trecho um segundo mais rápido.

“Embora eu não tenha dados empíricos, acredito que o ritmo acelerou no País, mas seletivamente”, observa Levine. “À medida que a agitação atual demonstra, o crescimento econômico permanece limitado a certas pessoas e lugares e, na maioria das vezes, o mesmo pode ser dito sobre o ritmo resultante da vida”. Empregos, relacionamentos, amizades, até laços familiares, nada mais é para sempre. Um aspecto positivo é que as sociedades se tornaram mais heterogêneas, com o reconhecimento das minorias, direitos das mulheres, estilos de vida alternativos e novas formas de relacionamento.

Quanto mais a tecnologia se acelera, mais rapidamente os países, os ocidentais, por enquanto, se tornam mais plurais. Hoje, 585 milhões de pessoas vivem em países onde o casamento *gay* é legalizado. Doze anos atrás, esse número era zero. Em junho, a suprema corte dos Estados Unidos retirou algumas proteções aos negros americanos, considerando que não são mais necessárias. O lado negativo é o que levou Rosa a escrever o ensaio, um processo que ele chama de “alienação”. O termo, tomado emprestado de Karl Marx, é o resultado final das mudanças sociais, quando o próprio ritmo da vida é alterado, exigindo novas tecnologias, que vão criar mais mudanças sociais e mais alterações do ritmo da vida, como em um

REFLEXÕES V

círculo que se retroalimenta. “Alienação envolve um estado em que as pessoas já não se sentem em casa no seu mundo porque têm que mudar de lugar, trabalhos, ferramentas, rotinas, amigos e, talvez, até mesmo famílias o tempo todo”, aponta Rosa.

Esse fenômeno estaria por trás de alguns conflitos sociais da atualidade. Parte das pessoas, segundo ele, não consegue dar conta das complexidades do mundo atual e busca refúgio no conservadorismo. Se não se tornam dogmáticas, radicalizando posições como no conflito permanente entre democratas e republicanos nos Estados Unidos, propõem, como ocorre atualmente na Alemanha, o abandono das discussões em nome da rápida adaptação às mudanças.

Má notícia para os políticos. Como a sociedade se move a um ritmo cada vez mais alucinante, há um abismo entre a política e as pessoas. “Essa fenda é a consequência de uma falta de sincronia entre o ritmo da política, de um lado, e a velocidade da mudança social no outro. A política tornou-se lenta demais”, reflete o sociólogo alemão. “Em muitos casos, a política não é mais o marcapasso das tendências de mudança social, só está preocupada em apagar incêndios”.

Trata-se de uma ameaça às democracias. Os políticos, afirma, estão deixando de ser relevantes, abrindo espaço ao surgimento de líderes populistas. Os argumentos saem de cena em troca de ressentimentos e instintos irracionais. Seria uma das razões que atualmente levam multidões às ruas em todo o mundo. “O nosso sistema é muito burocratizado e com várias normas que no fim das contas afastam as pessoas”, faz coro o professor Rafael Alcadipani, coordenador de pesquisas organizacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), que tem estudado os protestos recentes no País. “A política precisa dar respostas e isso não tem acontecido”.

Seja com os artistas e escritores do romantismo, transcendentalistas ou os do Arts & Crafts, movimentos pela desaceleração acompanham a própria história da aceleração. Sua versão moderna desde os anos 1990 prega a opção pela lentidão. O pioneiro, o movimento *slow-food*, foi fundado pelo italiano Carlo Petrini em

1986 em reação à presença de uma filial do McDonald's no centro histórico de Roma e reage ao *fast-food*. Inspirados nos viajantes-escritores do século XIX, os praticantes do *slow-travel* advogam o envolvimento dos turistas com os locais visitados. Artistas do *slow-art* produzem – e também defendem que seja assim a apreciação das obras – com todo o tempo do mundo.

Há ainda a *slow-fashion* (rejeita as roupas produzidas em massa, preferindo as costuradas à mão), o *slow-data* (chega de produzir tanta informação) e o *slow-stocks* (prega recompensas do mercado aos acionistas que mantiverem suas ações por mais tempo). Cada um leva a seu campo a luta contra o relógio. E, como tudo começou com a tecnologia, por que não reduzir o ritmo da ciência?

“Precisamos ter tempo para pensar muito cuidadosamente sobre cada avanço científico – a fim de descobrir a melhor maneira de usá-lo no mundo real”, afirma Carl Honoré, escocês radicado no Canadá, autor do *best-seller* *Devagar*. Em 1990, ele esperava um voo no aeroporto de Roma, quando leu um texto chamado *A História de Dormir de um Minuto*, em que autores condensavam clássicos das histórias infantis para pais sem tempo. Foi o ponto de partida para se tornar um militante da desaceleração. “Eu não acho que devemos reduzir a ciência. Pelo contrário. Eu acho que precisamos usar a ciência de forma mais sensata. E a sabedoria e a lentidão andam de mãos dadas”.

Outra iniciativa: na Inglaterra e nos Estados Unidos foi criado o Banco do Tempo, onde pessoas trocam serviço, como pequenos consertos e cuidar de crianças e idosos, por um certo número de horas que dá direito a contratar outras pessoas para as próprias necessidades. A solução lembra a premissa do filme *O Preço do Amanhã*, do diretor neozelandês Andrew Niccol, no qual cada humano precisa comprar mais tempo para seguir vivendo.

“Eu sou muito cético quanto a esses movimentos”, rebate Hartmut Rosa. “Na verdade, sempre houve movimentos sociais e culturais contra a alta velocidade da modernidade. Por exemplo, em Paris, por volta de 1900, houve uma moda de andar com tartarugas em uma coleira, como forma de protesto. Mas, no fim, a velocidade

REFLEXÕES V

sempre vence”.

Resta ainda a pergunta: aonde a aceleração nos levará? Alguns estudiosos como Raymond Kurzweil, otimistas, apontam para a singularidade tecnológica, um grande salto científico, previsto para o século XXI, capaz de resolver quase todos os problemas – econômicos, ambientais, sociais.

Para o sociólogo alemão, contudo, o pior perigo é a aceleração se tornar uma forma de totalitarismo. E ele não tem nenhuma sugestão para controlar o monstro. “No momento eu não tenho sequer um esboço de como isso poderia ser feito”. ●

Hartmut Rosa

Publicado no jornal Valor Econômico em agosto de 2013

O poder que humilha será o poder contestado

Manuel Castells



Capitalismo informacional transforma de modo irreversível o exercício da cidadania

Tão logo as manifestações populares ocuparam as ruas de várias capitais, em junho, o nome de Manuel Castells passou a ser lembrado por muitos que tentam compreender os novos movimentos sociais. Nenhuma surpresa. Diretor do Instituto Interdisciplinar de *Internet* da Universidade

Aberta da Catalunha, o sociólogo espanhol é um dos acadêmicos mais citados no mundo. Surpreendente mesmo é a sociologia, depois de passar décadas sob a pecha de uma ciência em decomposição, ver universidades fecharem seus departamentos ou reduzirem orçamentos para pesquisa na área, e até levar Anthony Giddens a sair em sua defesa, testemunhar um sociólogo chegar ao século XXI como o grande intérprete dos novos tempos. Pois é isso que é Castells. Seu *Redes de Indignação e Esperança* torna-se indispensável para quem está nas ruas ou para quem quer, ou precisa, entendê-las em toda sua complexidade. No entanto, antes de abrir o livro, é preciso explicar por que o autor alcançou tal estatura.

No Brasil, Castells é muito citado e pouco lido além das fronteiras da universidade. São convenientes algumas informações sobre a construção de seu pensamento a respeito do capitalismo pós-*internet*. A empreitada começou na década de 1970. Nessa fase, com uma coloração marxista – que iria empalidecer no futuro, mas, de forma alguma, seria abandonada na essência –, iniciou sua reputação acadêmica com estudos sobre urbanismo. Seu livro *A Questão Urbana* até hoje é referência no tema da especulação imobiliária e o conluio desta com os poderes municipais. Mas é com

REFLEXÕES V

a trilogia *A Era da Informação*, formada pelo famoso *A Sociedade em Rede*, seguido de *O Poder da Identidade e Fim de Milênio*, publicado aqui em 1999, que Castells ganha maior amplitude como formulador de teses e conceitos que hoje o fazem referencial.

O que Castells antecipou do que o planeta vê hoje nas ruas? Simplesmente, tudo. Uma releitura atenta da trilogia à luz dos movimentos Primavera Árabe, Comboio da Liberdade, Occupy Wall Street, Los Indignados ou Passe livre e Mídia Ninja constata a justiça feita por Anthony Giddens quando o comparou ao Max Weber de *Economia e Sociedade*.

Com base em uma metodologia historicista, Castells analisa a passagem do capitalismo industrial para um processo definido por ele como informacionalismo. Enquanto no capitalismo industrial as fontes de energia determinavam o ritmo de “modernização”, no capitalismo informacional a produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimento, de processamento da informação e de comunicação em símbolos.

O leitor deve, a esta altura, estar inclinado a trancar Castells atrás dos portões da universidade. Aos poucos, porém, perceberá quanto suas categorias explicam a prática. O capitalismo informacional cria, segundo ele, um “tempo intemporal”, um “espaço de fluxos”, uma nova divisão do trabalho, com consequências cruéis para quem vive (ou pretende ainda viver) de salário, um enfraquecimento do Estado, elimina a família patriarcal e alimenta o crime globalizado. Feminismo, ambientalismo, envelhecimento populacional, sexualidade, religião são temas visitados por Castells, como se em 1996, quando escreveu, já quisesse interpretar a imensa variedade de bandeiras dos manifestantes materializados pelas redes sociais.

“A repentina aceleração do tempo histórico, aliada à abstração do poder em uma rede de computadores, vem desintegrando os mecanismos atuais de controle social e de representação política”, alertou Castells há 17 anos. A releitura da trilogia, hoje, espanta pela precisão com que o sociólogo antecipa os tempos atuais.

Quando a novidade na comunicação mediada por computadores era o *e-mail*, ele previa a conversa on-line, que ainda estava em

“pesquisas incipientes”, e a chamou de “um telefone que escreve”. A tudo isso definiu como “a virtualidade real” ou, também em suas palavras, “a sociedade interativa”, que deixaria o espaço cibernético a partir da “grande fusão: a multimídia como ambiente simbólico”. Ao contrário de outros pesquisadores da época, ele considerou o vídeo *on demand* e os games como os grandes protagonistas desse novo sistema. São eles, escreveu, “que darão forma de maneira considerável aos usos, percepções e, em última análise, às consequências sociais da multimídia”.

Em 1.644 páginas, Castells errou em apenas uma linha – literalmente. Sua hipótese era que “devagar, mas com toda certeza, as práticas comerciais com cartão de crédito e números de contas bancárias desenvolverão redes separadas, enquanto a *internet* se expandirá como uma ágora⁴⁶ eletrônica global”. Nada comprometedor para quem oferece, em exposição histórica de tamanho fôlego, um diagnóstico do capitalismo constituído a partir da década de 1980, com a junção das redes com a crença de que uma economia desregulamentada e com total liberdade para o capital resultaria em geração de riqueza, igualdade e desenvolvimento econômico.

Ao descrever o “cassino global” do “funcionamento em tempo real” do mercado financeiro, Castells retorna à sua base marxista e filia-se ao economista francês François Chesnais, expoente da tese da financeirização da economia. É aí que Castells encontra explicações para sustentar parte do conceito do seu capitalismo informacional e para explicar como os desdobramentos dessa lógica serviram de combustível para a crise de 2007/2008 e moldaram a indignação das ruas. Em resumo: a sociedade em rede hipertrofiou o capital financeiro, foi impulsionada por aquilo que Antônio Cândido chama de “platibanda liberalóide” e, agora, traz o grande desafio de reinventar a democracia.

⁴⁶ **Ágora:** praça principal das antigas cidades gregas, local em que se instalava o mercado e que muitas vezes servia para a realização das assembleias do povo; formando um recinto decorado com pórticos, estátuas, etc., era tb. um centro religioso.

REFLEXÕES V

Em *Redes de Indignação e Esperança*, Castells segue o itinerário intelectual de sua trilogia, mas também, sobretudo, de seu livro *Poder e Comunicação*, embora em *A Sociedade em Rede* já antecipe, ao analisar os fatos da Praça da Paz Celestial, na China, em 1989, o poder de mobilização pela internet. Outros exemplos pioneiros que Castells oferece do que ocorre hoje é a utilização política da rede, no início da década de 1990, por grupos fundamentalistas cristãos, milícias americanas e zapatistas mexicanos. Ele mesmo se espanta e crava um ponto de exclamação do fim de uma frase: “Um debate acirrado sobre o problema dos sem-teto (com participação eletrônica dos próprios sem-teto!) foi um dos resultados mais divulgados desse experimento no início dos anos 1990 [nos Estados Unidos]”.

Tudo que Castells registra agora é apenas a materialização de sua teoria do fim do século passado. Mas essa seria uma forma simplista de definir seu novo livro. Seu trabalho é resultado de ampla investigação empírica e teórica e um diálogo com uma imensa bibliografia. Seu objetivo é analisar o que há em comum entre todas essas experiências de revolta. Castells aponta como causa básica para a união global dos indignados “a humilhação provocada pelo cinismo e pela arrogância das pessoas no poder, seja ele financeiro, político ou cultural” nas últimas décadas.

E por que só agora? Síntese: o capitalismo informacional, depois de alterar os modos de produção e de comunicação no século passado, transforma, de maneira irreversível, o exercício da cidadania. O “contrapoder” sempre existiu, mas agora é exercido pelos movimentos sociais municiados pela poderosa ferramenta da comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional. As redes sociais, vedetes dessa nova configuração, são apenas um componente do processo comunicativo. É preciso, na visão indignada de Castells, construir “comunidades livres no espaço urbano, uma vez que o espaço público institucional está ocupado pelos interesses das elites dominantes e suas redes”, incluindo aí a imprensa institucionalizada. A proximidade é condição imprescindível para a construção da comunidade. A proximidade também é um mecanismo psicológico para a superação

REFLEXÕES V

do medo e explicação da violência de grupos como os *Black Blocs*. Castells repete Elias Canetti, autor de *Massa e Poder*, para quem as pessoas superam o medo quando juntas.

Em todos os países onde os movimentos prosperaram, a violência das forças policiais despertou solidariedade e abriu caminho para grupos defensores da luta armada. Todas as manifestações surgiram de algum fato banal ou aparentemente ordinário, mal interpretado pela imprensa e, principalmente, por governos. Em Túnis, começou com um vendedor de frutas que se autoimolou por fogo para recuperar sua barraca confiscada. Aqui, foram os 20 centavos da tarifa de ônibus. Entre as similaridades, estão as tentativas de governos de censurar a *web*. Assim como a polícia do Rio de Janeiro ensaiou impedir a transmissão de fotos do acampamento diante do prédio onde mora o governador Sérgio Cabral, o governo do Egito arriscou cortar a *internet*. Falhou. Afinal de contas, “a *internet* é a linha de vida da economia global interconectada”. Sete dias sem *internet* custaram ao Egito mais de 4% do PIB.

Fica a recomendação do autor: jamais menosprezar o que surge na rede e interpretar manifestações individuais como pequenas ou insignificantes porque, em minutos, a solidariedade fecha a rede e faz de um mínimo fato algo relevante politicamente, pois tudo é movido pela emoção. As manifestações permanecem ativas no “espaço de fluxo” e retornam rapidamente. O Egito, neste aspecto, é o melhor exemplo.

Castells é implacável com a imprensa e aponta seus sucessivos erros em todos os países, igualando-se à classe política em termos de perda de credibilidade. O primeiro manifesto divulgado pelos “Indignados” na Espanha, lembra, “não teve o apoio de nenhum partido político, sindicato ou associação civil e foi ignorado pela mídia”. O fato de o *Jornal Nacional*, da *Rede Globo*, ser obrigado a explicar por que seu principal âncora estava diante de um estádio de futebol em Fortaleza no dia da maior manifestação de rua da história do País é apenas a repetição de um equívoco mundial.

Esse erro coletivo, porém, alimentou a tendência à autocomunicação, vizinha da autorrepresentação. Castells cita

REFLEXÕES V

Javier Torret, pesquisador de tecnopolítica e criador do Indymedia sob o slogan “Não odeie a mídia, torne-se ela”. O Indymedia é um dos coletivos internacionais similares ao Mídia Ninja, experiência baseada no poder de a mensagem construir o meio. A crise de representação destituiu o “formador de opinião”, o jornalista como único intermediário da notícia e sua função de organizador das mensagens em meio do “jornalismo de multidão”. Até mesmo o Facebook foi posto em xeque, por ser uma plataforma com proprietários. Como a rede de Mark Zuckerberg identifica pessoas com um *software* de reconhecimento facial, era acusado de ter baixa segurança, pois a empresa poderia quebrar a privacidade dos manifestantes “caso intimada por autoridades”. Essa suspeita, a princípio, soou como radicalismo – antes do caso Edward Snowden.

Castells ajuda a entender indagações feitas aos movimentos. A ausência de liderança se explica porque, segundo ele, os novos movimentos são contra a adoção de padrões da sociedade que está sendo contestada. Hierarquia é compreendida na concepção de Sérgio Buarque de Holanda, isto é, como sinônimo de algum privilégio. Os movimentos são marcados também por privilegiarem “o processo”, em vez do “produto” ou “resultado” das manifestações. Por isso, são horizontais, apartidários e raramente são programáticos (exceto contra ditaduras). São voltados para a mudança dos valores da sociedade e propõem a democracia deliberativa direta. Nessa ruptura, surgem, inclusive, moedas virtuais, como a do Occupy Wall Street. A primeira consequência de tudo isso é a mudança da agenda, mas talvez a mais relevante, no caso do Brasil, ainda esteja por vir com a alteração de critérios para o voto. Nos outros países foi assim e Castells explica por quê: as redes estão mudando a mente das pessoas. ●

Manuel Castells

Jornalista. Artigo publicado no jornal Valor Econômico em agosto de 2013

Não vai ter copa

Alexandre Rodrigues



A campanha "Não vai ter Copa" é criação de um dos 178 coletivos que no ano passado se autodenominavam Anonymous, "uma superconsciência com base na *internet*".

A sessão do Senado do dia 22 de abril não teve apenas a aprovação do Marco Civil da *Internet*. Durante seus discursos, 15 senadores fizeram questão de citar a Avaaz, comunidade virtual conhecida pelas petições on-line, e outros grupos ativistas pela luta na aprovação do projeto, que, depois de cinco anos de discussões, definiu os parâmetros para a *internet* no país. Mais do que só um rapapé político, foi o reconhecimento do peso que o ativismo on-line atingiu na política brasileira.

O sucesso no Marco Civil define o auge no Brasil, até agora, das campanhas nascidas na *internet*. Há quase um ano, em junho de 2013, protestos iniciados na rede contra o aumento das passagens de ônibus em São Paulo levaram milhões às ruas contra os gastos da Copa do Mundo, a corrupção e a falta de serviços básicos. Na esteira, aumentos de passagens foram cancelados em todo o País e o Congresso – invadido em uma das manifestações – aprovou às pressas projetos parados há anos, como o fim do voto secreto no caso de cassações e a destinação de *royalties* do petróleo para a educação e a saúde.

"O *net* ativismo é um novo tipo de ecologia social", diz Massimo Di Felice, coordenador do Centro de Pesquisa Atopos, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). "As redes sociais levantam o desejo de um novo tipo de participação da população, que não se limita apenas a eleger alguém a cada quatro anos".

Neste ano, o calendário brasileiro faz com que sejam também

temidas ações mais radicais de grupos de "Hack ativismo", segundo relatórios de previsões de ameaças. "O ano de 2014 tem um caráter político muito forte. No Brasil, vai ter Copa, estamos em um ano de eleições. No ano passado, vimos muito ativismo ocorrendo nas ruas e no ano retrasado muito ativismo ocorrendo de forma digital. O ativismo digital é uma tendência", afirma Bruno Zani, gerente de sistemas da McAfee Brasil, empresa de segurança digital, subsidiária da Intel Corp.

O "hack ativismo" tem como uma de suas características provocar a indisponibilidade de *sites* de governo e de grandes corporações, entre outros alvos, com ataques que os especialistas chamam de negação de serviço. "Isso vai continuar acontecendo porque é uma forma de chamar a atenção", afirma Zani. E explica que a indisponibilidade de um *site* ou de uma aplicação não é o mesmo que uma invasão. "Não necessariamente porque o *site* do seu banco ficou fora do ar por causa de um *hacker* ele teve acesso aos seus dados. O ataque ativista é, em essência, um ataque que causa indisponibilidade, até porque é mais fácil de ser realizado."

Usar a tecnologia para divulgar e atrair seguidores para causas políticas não é exatamente novidade. Em 1990, a Lotus, então um gigante da informática, teve de recuar depois do lançamento de um produto chamado Marketplace: Household, que trazia em um CD-ROM nomes, endereços e hábitos de consumo de 120 milhões de americanos, depois que 30 mil pessoas enviaram *e-mails* ou mensagens eletrônicas para a empresa, no que é considerado o primeiro protesto on-line. Diante da pressão, a Lotus cancelou o lançamento.

Este ano, com os jogos da Copa e as eleições, faz com que sejam temidas ações mais radicais de grupos dedicados ao "hack ativismo". Em 1994, veio o acontecimento que moldaria boa parte da atuação do ativismo on-line. No dia 1º de janeiro daquele ano, o Exército Zapatista de Libertação Nacional iniciou uma rebelião no Estado mexicano de Chiapas que durou 12 dias e teve repercussão internacional. Com os rostos cobertos, os guerrilheiros, comandados pelo misterioso subcomandante Marcos, pediam justiça e direitos para os povos indígenas e pobres do México. A forma bem-

humorada e articulada de se comunicar, usando um meio nascente, a *internet*, criou o primeiro protesto global, mobilizando apoiadores em várias partes do mundo e inspirando uma imprensa alternativa internacional. "Foi um marco. O rosto coberto dos *black blocs* e dos *Anonymous* vem dos zapatistas, assim como a recusa da luta pelo poder, a aversão às tradicionais bandeiras ideológicas e aos partidos políticos de qualquer tendência e a possibilidade de criar uma comunicação própria, como alternativa às mídias oficiais", diz Di Felice. "Esses elementos já se encontravam todos no zapatismo."

Mas foi com o surgimento das redes sociais, a partir de 2004, que o ativismo digital chegou às massas. Naquele mesmo ano, mobilizações on-line levaram a protestos de rua e à anulação das eleições na Ucrânia, movimento chamado de "revolução laranja". Em 2009, o Twitter foi a ferramenta da "revolução verde", as manifestações contra a reeleição, com suspeita de fraude, do presidente Mahmoud Ahmadinejad, no Irã. A *internet* facilitou ainda os levantes contra as ditaduras no Egito, Tunísia e Líbia em 2010 e 2011, durante o que se passou a chamar de Primavera Árabe.

Também se coloca na conta do ativismo a derrubada, em 2012, de projetos antipirataria, conhecidos como Sopa, nos Estados Unidos, e Acta, na Europa. Grupos ativistas tiveram outras vitórias, menos conhecidas: no Paquistão, impediram planos para um bloqueio da *internet* pelo governo e nas Filipinas levaram a Suprema Corte a engavetar uma lei contra crimes cibernéticos. E ainda há os protestos de rua na Turquia, no ano passado. Cabe, então, a pergunta: a *internet* criou uma nova forma de se fazer política?

"Claro que não é a *internet* em si, mas certamente ela facilita que as causas cheguem a mais gente", diz Michael Freitas Mohallem, do *Avaaz*. Criado em 2007, nos Estados Unidos, o *site* tem versões em 15 línguas e atua globalmente, com 35 milhões de associados. Não apenas põe no ar abaixo-assinados, como mobiliza financiamento de campanhas, organiza a pressão sobre governos e congressistas e, em algumas causas, também protestos nas ruas. "O ativismo funciona. Um movimento on-line pode aglutinar mais pessoas e de uma forma rápida."

REFLEXÕES V

A mobilização pela *internet*, em 2004, fez a "revolução laranja" na Ucrânia e impediu a posse de Victor Yanukovych na Presidência. As campanhas de doação do Avaaz – o nome quer dizer "voz" em algumas línguas do Oriente Médio e "canção" em persa – já arrecadaram US\$ 18 milhões. Sua atuação é alvo de críticas e cercada de suspeições, como a de que o *site* pertenceria a um bilionário americano de origem húngara e seria um braço de seu "anarco-capitalismo", um movimento pela radicalização da democracia e do liberalismo. O jornal inglês *The Guardian* definiu a organização como "a maior e mais poderosa rede ativista mundial on-line".

Na verdade, o Avaaz pertence a dois "*think tanks*" (centros de debates de ideias), o britânico ResPublica e o americano MoveOn. Ambos também organizam petições on-line e campanhas por doações. Uma delas, em 2008, foi a do senador Barack Obama para presidente dos Estados Unidos. As duas organizações criaram o Avaaz como um braço internacional, um sucesso desde o primeiro momento. Já em 2007, o vídeo *Stop the Clash*, produzido pelo grupo, foi visto 2,5 milhões de vezes e eleito o vídeo político do ano por usuários do YouTube.

Entre alguns feitos, o Avaaz levou a rede de hotéis Hilton a passar a treinar os funcionários para identificar e prevenir a presença de escravas sexuais e o governo do Quênia a prender e levar a julgamento os estupradores de uma jovem de 16 anos. Na segunda-feira, a página brasileira convidava os visitantes a pressionar o Banco Mundial contra o despejo de famílias no Quênia, a lutar contra a execução de militantes islâmicos no Egito, a financiar o primeiro estudo mundial sobre a extinção das abelhas e, com mais de 1,1 milhão de apoios, a pressionar Dilma Rousseff a conceder asilo a Edward Snowden, o vazador do escândalo de espionagem da *internet* e telefones pelo governo americano. No Brasil, conta com 6,5 milhões de assinantes.

As causas são apoiadas em pesquisas anuais sobre os temas que os associados acham que devem ser divulgados. Para manter a independência, o *site* não aceita doações acima de R\$ 110 mensais. A atuação não se restringe a tentar influenciar eventos, mas, às

REFLEXÕES V

vezes, a se envolver neles. O Avaaz organizou a fuga da Síria de um refém, o fotógrafo irlandês Paul Conroy. O episódio terminou com 13 mortos e críticas à organização, pelo amadorismo.

Se o Avaaz é a maior organização, a face mais barulhenta e anárquica do ativismo digital é constituída de ativistas como o site Wikileaks, de Julian Assange – condenado na Suécia por estupro e que vive na embaixada do Equador em Londres desde 2012, alegando ser um perseguido político – que vaza informações de governos e corporações. Há também os *hackers* do Anonymous, responsáveis por ataques a *sites* de governos e até de bancos.

Integrantes da comunidade virtual Avaaz levaram a Brasília petição com mais de um milhão de assinaturas, recolhidas pela *internet*, pedindo a concessão de asilo a Edward Snowden.

O Anonymous não é um grupo, mas um modo de ação. "Só no Brasil, havia no ano passado 178 coletivos que reivindicavam ser o Anonymous", afirma Sérgio Amadeu, sociólogo, professor-adjunto da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar) e autor de um estudo que identificou as páginas do Anonymous como as mais influentes nos protestos de rua do ano passado. O Anonymous se define como uma "superconsciência com base na *internet*".

"Não há um centro de adesão. Torna-se Anonymous quem quiser. Há coletivos com duas pessoas e ativistas individuais. Também não há uma ideologia única e sim militantes que vão da extrema-direita à extrema-esquerda." *Hackers* brasileiros costumam se envolver em causas mais amplas do que as observadas em países desenvolvidos. É criação de um coletivo do Anonymous a campanha "Não vai ter Copa" na *internet*, que mereceu resposta da própria presidente Dilma Rousseff (com a hashtag #VaiTerCopa) em seu perfil no Facebook. Também tiveram a marca desse grupo os ataques a *sites* de prefeituras, que passaram a exibir mensagens contra o Mundial da Fifa, em janeiro. "Os *hackers* americanos são basicamente preocupados com a ação do governo contra a liberdade e os grupos pró-democracia", diz Amadeu. "Aqui, temos mais diversidade de temas."

Por trás das ações desses ativistas está a ideia de uma espécie de

REFLEXÕES V

sociedade civil mundial, apoiada no que o sociólogo espanhol Manuel Castells chama de "a cultura da *internet*": praticamente todos os grupos ativistas pregam a livre informação, o progresso via tecnologia, comunidades virtuais e empreendedorismo. Exceto em casos como o atual conflito na Ucrânia, onde o ex-presidente Victor Yanukovych foi deposto após quatro meses de protestos, por sua proximidade com a Rússia, também não costumam lutar pelo poder.

Quer dizer, quase nunca. O Partido Pirata surgiu em 2006 na Suécia, mesmo país do Pirate Bay, o principal *site* de compartilhamento de arquivos do mundo, para protestar contra as legislações antipirataria na *internet*. Espalhou-se pela Europa e na Alemanha o Piratenpartei, eleito para quatro cadeiras em parlamentos regionais em 2011.

Também está organizado no Brasil e realizará em Curitiba, nos dias 23 e 24, seu primeiro encontro nacional. A trajetória lembra a dos partidos verdes nascidos dos primeiros movimentos ambientalistas, nos anos 1960, que chegaram a ser importantes na Europa até a década passada.

No Brasil, ainda que nenhum "pirata" tenha sido eleito, o peso da *internet* na política reflete sua importância na vida nacional. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, o país tinha em setembro 80,9 milhões – ou 49% da população total – de conectados à rede, que passam em média 3 horas e 39 minutos on-line nos dias úteis e outras 3 horas e 43 minutos nos fins de semana, aponta outro estudo, do Ibope. É mais tempo que o dedicado à TV, ao rádio ou qualquer outro meio de comunicação. Pelo menos um terço desse tempo é passado nas redes sociais, palco por excelência das campanhas on-line.

A Primavera Árabe começou em Túnis, em 2010, com manifestações estimuladas pela *internet*, como também aconteceria depois em outros países árabes. "A *internet*, aqui, é parte da vida de todos e isso se reflete na política. As pessoas querem opinar e participar e isso leva a uma politização das redes sociais", diz Mohallem. "Nossos políticos também costumam ser mais conectados e ter uma presença on-line, ao contrário do que vemos mesmo nos países

REFLEXÕES V

desenvolvidos, e levam várias causas para o mundo real", faz coro Sérgio Amadeu.

Foi assim, por exemplo, na aprovação do Marco Civil da *Internet*. Grupos de ativistas se uniram, em 2009, contra o projeto original da lei contra crimes na *internet*, que criminalizava a pirataria. Da rejeição do projeto, que na época reuniu meio milhão de assinaturas, nasceu uma nova proposta de regulamentação, baseada em um documento do Comitê Gestor de Internet (CGI), que acabou contando com a adesão de políticos e do governo. A pressão do ativismo também foi importante para manter itens como a neutralidade da rede – a cobrança não discrimina o uso de cada usuário para a *internet* – contra a influência das empresas de telecomunicação.

Mesmo assim, há limites. Toda a mobilização digital não bastou para impedir a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, ou a eleição do deputado e pastor Marco Feliciano (PSC-SP) para a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, casos que fizeram barulho na *internet*. Tampouco houve grandes avanços na saúde e na educação com os protestos que tomaram as ruas em 2013.

Para o escritor bielorrusso Evgeny Morozov, autor do livro *The Net Delusion: the Dark Side of Internet Freedom* (A desilusão com a rede: o lado obscuro da liberdade na *internet*), a mais forte crítica ao ativismo on-line publicada até agora, o problema é que um "like" no Facebook, mudar a foto de perfil para aderir a uma causa ou assinar uma petição on-line podem até parecer ações com resultados, se existem, supostamente próprios, quando, na verdade, levam crédito devido ao trabalho de grupos ativistas tradicionais. E, não raro, as causas podem voltar à estaca zero.

O argumento tem peso. No Egito e na Tunísia, por exemplo, grupos que lutaram por mudanças se desenvolveram e amadureceram por uma década antes do início dos protestos de rua, também motivados pela crise econômica e o preço dos alimentos nos dois países. E se a *internet* é capaz de mobilizar pessoas para uma causa, ditadores também aprenderam a usá-la para a sobrevivência de seus próprios

REFLEXÕES V

regimes, seja como forma de divulgação ou para vigiar a oposição. O venezuelano Hugo Chávez foi um notório usuário do Twitter, assim como Fidel Castro, o ex-ditador cubano, e o presidente da Rússia, Vladimir Putin ainda são.

Victor Yanukovych, impedido de assumir a Presidência da Ucrânia em 2004, pela mobilização surgida na *internet* contra uma eleição fraudada, acabou eleito seis anos depois, para ser retirado do poder pelas ruas em março deste ano.

No Egito, a Primavera Árabe, que começou derrubando a ditadura militar de Hosni Mubarak no Egito, levou ao poder a Irmandade Muçulmana, grupo islâmico radical, e terminou numa nova ditadura, do general Abdul Fattah el-Sisi, depois do golpe militar que afastou em 2013 o presidente eleito Mohamed Morsi, atual prisioneiro do governo local. A "revolução verde" também não impediu a reeleição de Mahmoud Ahmadinejad no Irã em 2009. Sem falar na China, onde a censura, atingindo até o Google, neutraliza qualquer pressão por abertura política.

Um estudo de dois sociólogos americanos, Kevin Lewis e Kurt Gray, respectivamente das Universidades da Califórnia e da Carolina do Norte, e um alemão, Jens Meierhenrich, da London School of Economics, também mostra que a mobilização on-line, mesmo se extensa, tende a se esvaziar. Eles acompanharam por Evgeny Morozov dois anos e meio a página "Save Darfour", uma das mais importantes causas divulgadas no Facebook. Embora a campanha tenha recebido mais de um milhão de adesões, apenas 3 mil pessoas aceitaram doar dinheiro – um total de US\$ 90 mil – para os 2,5 milhões de refugiados do conflito no Sudão. Em comparação, a coalizão "Save Darfour", que reúne organizações religiosas e ONGs, mas em geral não divulga os nomes dos doadores, arrecada US\$ 1 milhão por ano. "A página simplesmente oferece a ilusão de ativismo mais do que algo real", afirmam os autores. Mais do que aderir à causa, a participação na *internet* foi um fim em si mesmo.

Outro estudo, do canadense Kirk Kristfferson e dos americanos Katherine White e John Peloza, da Universidade de Chicago, chegou às mesmas conclusões. Há uma razão, segundo uma teoria repetida

pelos dois estudos e também no livro *The Net Delusion*: quanto maior a adesão a uma causa, maior a segurança de cada apoiador para não se envolver. Para a imensa maioria, apenas aderir à denúncia de uma tragédia na África – com o Facebook informando a todos os amigos que alguém acaba de curtir a campanha – já é suficiente. "Quando alguém em um grupo desempenha a mesma tarefa dos outros, é impossível avaliar contribuições individuais e as pessoas se tornam negligentes", diz Morozov. "Essa crítica deixa de olhar alguns aspectos", rebate Mohallem. "Na história, formas de protesto surgiram de meios pouco tradicionais. As pessoas gostam de se posicionar e isso é politização."

Na visão mais otimista, a confluência de causas e grupos hoje estaria mobilizando o "superávit cognitivo", conceito de Clay Shirky, professor da Universidade de Nova York e autor do livro *Cognitive Surplus*. Ele diz acreditar que a *internet* leva hoje pessoas comuns a usarem o tempo livre de maneira muito mais construtiva do que no século XX, quando a televisão era o principal lazer. "Vivemos em um mundo em que pequenas coisas eram feitas por amor e grandes coisas por dinheiro. Agora existe a Wikipedia e grandes coisas também são feitas por amor."

Nesta semana, os consulados da Inglaterra, da Alemanha e dos Estados Unidos alertaram os turistas de seus países para o risco de novos grandes protestos na Copa, principalmente no Rio. Os protestos neste ano, por enquanto, não conseguiram mobilizar as mesmas multidões de antes, mas não é possível antecipar o futuro. "Não podemos prever, pois a ação não é liderada por algum ator em particular ou por um sujeito político", diz Di Felice. "Não é o caso. Um ano atrás, ninguém podia imaginar que iria acontecer o que aconteceu", concorda Mohallem. Mas, mesmo que as ruas estejam vazias, uma coisa é certa: na *internet*, vai ter barulho. ●

Alexandre Rodrigues: jornalista.

Artigo publicado no jornal *Valor Econômico* no dia 9 de maio de 2014

Boa fase do mercado de trabalho ficou no passado, diz economista

Pierre Salama



Pierre Salama: "A época feliz do salário e do mercado de trabalho chegou a um limite e está acabada no Brasil"

Professor da Universidade Paris 13 e pesquisador das economias latino-americanas, o francês Pierre Salama acredita que o aumento da financeirização da economia brasileira levará a uma maior precarização no mercado de trabalho e a uma tendência de redução da taxa de crescimento dos salários. A boa fase do mercado de trabalho doméstico, segundo ele, já dá sinais de que acabou.

Autor de livros publicados no País como *O Desafio das Desigualdades*, Salama esteve no Brasil há poucos dias para debater o mercado de trabalho mundial, e especificamente o mercado de trabalho brasileiro. Ele participou de evento na União Geral dos Trabalhadores (UGT) e deu uma palestra na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Salama entende que o fato de as grandes empresas cada vez mais estarem voltadas a fornecer ganhos aos seus acionistas do mercado financeiro, de forma que destinam uma parcela crescente de seus lucros para pagamentos de dividendos, ocorre em detrimento da aplicação do lucro em investimentos em capital produtivo. Esse processo de financeirização, segundo ele, está por trás do baixo nível de investimentos industriais em economias como a brasileira e também é pano de fundo para a falta de melhoria na produtividade industrial. Segundo Salama, se não há investimentos produtivos e nem preocupações significativas com avanços tecnológicos para ganhos de competitividade, a saída buscada pelas empresas para melhorar sua situação acaba sendo, em última instância, em cima da precarização do trabalho e na

pressão sobre os salários, algo que ele já vê ocorrendo na França.

Segundo ele, a evolução de 2009 para cá no pagamento mundial de dividendos é grande e muito mais frequentemente as empresas tomam decisão de aumentá-los. "Hoje, você pode ter aumento de lucro e aumento de dividendo distribuído; uma queda do lucro e um crescimento dos dividendos; e uma alta no lucro e uma queda dos investimentos", destacou.

O economista vai publicar em 2015 no Brasil, pela editora Unesp, o livro *As Economias Emergentes Latino-Americanas: Entre Cigarras e Formigas*. O título é uma metáfora de uma fábula de Jean de La Fontaine, no qual as cigarras gostam de dançar, as formigas, de trabalhar. Na avaliação dele, o Brasil estaria entre esses dois "mundos": uma economia bastante rentista (os aspectos das cigarras), mas que tem também possibilidade maior do que tinha nos anos 1990 de obter um taxa de crescimento um pouco mais forte. Mas ele mesmo diz que talvez, quando escreveu a edição em francês (publicada em 2012), estivesse otimista demais porque hoje acredita que o Brasil está frente a um enfraquecimento do seu crescimento.

Para Salama, o País está perto de entrar em um processo que ele chama de "financeirização perversa", parecido ao que está em vigor em diversos países centrais. Isso alteraria o cenário dos últimos oito anos, quando, segundo ele, o País chegou a viver uma "financeirização feliz", porque, ao mesmo tempo em que a preponderância das finanças avançava sobre as operações das corporações, ainda conseguia melhorar os ganhos reais dos salários e havia uma diminuição da taxa de desemprego. Mas esse período passou, afirma.

A seguir, confira trechos da entrevista concedida ao Valor:

Valor: O sr. tem dito que o aumento da financeirização leva a uma aceleração da precarização no mercado de trabalho em várias economias do globo. O sr. pode explicar melhor essa relação?

Pierre Salama: Estou certo disso. A financeirização perversa, como a

que existe hoje na França e em muitos outros países, especialmente nos países centrais, implica em um aumento mais fraco do salário, aumento da rotatividade, e da flexibilização da jornada de trabalho. A onda negativa sobre o mercado de trabalho resulta do peso mais forte do poder dos acionistas. "Financeirização significa que hoje se paga mais dividendos aos acionistas das empresas em prejuízo do investimento".

Valor: Mas o sr. comentou recentemente que aqui no Brasil o processo de financeirização da economia seria por enquanto um "processo feliz". O que o sr. quis dizer com isso?

Salama: O uso do termo 'financeirização feliz' foi uma provocação. Quis dizer que, ao contrário do que se passa nos países avançados, a financeirização não veio acompanhada no Brasil por enquanto de taxa de desemprego bastante alta nem de redução de salários. Aqui nos últimos anos, oito anos mais ou menos, o aumento da financeirização veio acompanhado de crescimento dos salários e de uma taxa de emprego alta. É o contrário do que se passa na França hoje e em outros países da Europa. Aparentemente, aqui no Brasil estamos frente a uma 'financeirização feliz'. Mas isso pode se transformar em uma espécie de miragem.

Valor: Por que uma miragem?

Salama: A financeirização aqui se parece com um tigre de papel, mas o problema é saber se esse tigre de papel tem ou não dentes atômicos, e eu acho que ele tem. No último ano, pudemos ver os primeiros efeitos negativos da financeirização, com um enfraquecimento da taxa de crescimento do PIB e do salário, etc. Isso, na verdade, começou a ocorrer há cerca de um ano no Brasil. A época feliz do salário e do mercado de trabalho de maneira geral chegou a um limite e está acabada no Brasil. O Brasil entra agora num processo de círculo vicioso que implica hoje mudar de modelo e não fazer como se isso não fosse nada. É preciso ter uma retomada da taxa de crescimento, aumento dos investimentos em saúde e educação. Isso passa por uma postura contra a financeirização. O Brasil deve aprender o que foi e o que é a financeirização nos países

avançados.

Valor: O Sr. poderia indicar quais elementos o levam a crer que esse limite no mercado de trabalho tenha sido de fato atingido?

Salama: O País está às vésperas de medidas de austeridade, você verá isso depois das eleições. E isso significa que a política favorável aos salários encontra limites. O *gap* entre consumo de bens e produção é cada dia mais importante e só as importações de bens permitem fechar essa brecha. O saldo da balança comercial é quase negativo. O saldo do balanço de transações correntes é muito negativo. A situação é difícil porque a única maneira de superar os problemas é a entrada de capitais, vale dizer, mantendo uma taxa de câmbio apreciada, favorecendo ainda mais a desindustrialização (salvo se a produtividade aumentar), o que significa um aumento da taxa de desemprego e que o aumento dos salários será mais fraco. Então, o Brasil está perto da financeirização infeliz como temos na Europa.

Valor: O momento é bem mais difícil?

Salama: Sim, você pode ver que há um enfraquecimento bastante forte da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e da taxa de aumento dos salários. A balança comercial hoje tem muitos problemas, especialmente a balança comercial industrial, que está completamente em déficit. Agora, o País depende ainda mais de entrada de capitais. É uma situação de bastante vulnerabilidade. Há pouco tempo, a sorte do Brasil era que o preço das matérias-primas havia subido e também os volumes cresceram nos últimos anos. Isso permitiu que o problema da balança comercial fosse resolvido por algum tempo. Em lugar de déficit, houve um excedente comercial bastante forte. Isso permitiu que a questão da desindustrialização do País – uma realidade para a indústria de transformação – e a capacidade de o industrial responder à demanda não fosse um problema grave na medida em que se podia comprar bens importados. Mas hoje não é mais assim.

Valor: Há então alguns equívocos na política econômica

recente do governo brasileiro, ao não dar prioridade para a indústria?

Salama: Acho que se fala muito e se faz pouco no Brasil. A política do governo é uma política pendular. Um dia se favorece uma coisa e noutro dia se favorece uma coisa completamente contrária. Basta olhar o nível da taxa de câmbio – apreciada ou não apreciada – e da taxa de juro, um dia vamos baixá-la, noutro vamos aumentá-la na perspectiva do combate à inflação. Não me parece uma política coerente.

Valor: O sr. está se referindo ao governo Dilma Rousseff?

Salama: Sim, aos dois últimos anos do governo Dilma. O País deve ter taxa de câmbio mais depreciada e taxa de juros muito menos alta. E deve haver um esforço do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para favorecer alguns setores industriais. Se você favorece setores com uma taxa de juros menos alta, você faz uma aposta contra o sistema financeiro. Isso [a relação com o sistema financeiro] explica a questão pendular que se vive hoje.

Valor: O sr. comentou que o País deveria adotar uma postura contra a ampliação da financeirização da economia brasileira, qual deveria ser essa postura?

Salama: Deveria adotar postura contra a financeirização e contra a primarização excessiva. Isso não quer dizer que sou contra as finanças, no sentido da concessão do crédito para desenvolver a economia. Eu sou absolutamente contra a financeirização, porque ela significa que hoje se paga mais e mais juros e dividendos para os acionistas das empresas, de forma que há um peso cada vez mais forte dos acionistas do mercado financeiro na empresa. Esse é um processo que se faz em prejuízo dos investimentos no setor produtivo. Isso explica os efeitos indiretos sobre a primarização da economia e sobre a desindustrialização precoce. A única maneira de sair de tudo isso é limitar a financeirização. Isso implica uma mudança bastante grande em termos de controle de capitais e também em termos de sistema tributário, para que o capital pague mais imposto do que hoje paga. Isso poderia limitar a importância

dos acionistas.

Valor: Falta apoio ao setor industrial no Brasil, o que deveria ser feito em sua opinião?

Salama: Não sou contra o País se aproveitar da existência de recursos naturais, mas não sou favorável a isso a partir do momento que esse processo ocorre contra a industrialização, por meio de uma taxa de câmbio apreciada. O que quer dizer é que de certa maneira seria muito bom que o Brasil descobrisse como usar matérias-primas para favorecer sua própria indústria e não para combatê-la. Isso seria importante para o País não sofrer a doença holandesa. O País terá que fazer duas coisas. A primeira é uma política industrial estratégica. E, felizmente, existe um banco de desenvolvimento bastante forte no País que se chama BNDES, coisa que não existe em vários outros países, e ele poderia favorecer uma política industrial mais agressiva por parte do Estado. E a segunda coisa é que o dinheiro que vem da primarização da economia deveria ser usado para preparar o futuro e não para favorecer políticas sociais. Essas deveriam ser favorecidas por uma mudança no sistema tributário. O dinheiro de exportação de matérias-primas deveria ser usado para favorecer os esforços de pesquisa para o futuro. O esforço aqui no Brasil para isso é quase nada. Fala-se muito em pesquisa, mas só 1% do PIB do Brasil vai para pesquisa. Em países como Coreia do Sul isso representa quase 4% do PIB, na França são 2,4% e é insuficiente.

"Sou otimista com o Mercosul. A integração latina é a única maneira de resistir à China, senão Golias vai comer Davi".

Valor: Essa preferência de pagamento de dividendos com o lucro das empresas em detrimento de usar esses recursos do lucro para novos investimentos explica, em sua opinião, a baixa taxa de investimento em economias como o Brasil nos últimos anos?

Salama: Esses 18% de taxa de investimento em relação ao PIB como ocorre atualmente no Brasil é quase nada. Na China, isso é bem mais alto, entre 45% e 48%. E todos os países que tiveram uma

decolagem, durante a sua época de decolagem [em inglês, *catch up*], como a Coreia do Sul, era entre 30% e 35%.

Valor: Quais os riscos dessa balança mais favorável para a remessa de lucros como dividendos persistir em longo prazo em detrimento dos investimentos?

Salama: Os riscos são a desindustrialização precoce. A taxa de câmbio muito apreciada [devido à entrada maciça mais recente de investimento de *portfólio*], mais a política em favor da distribuição dos dividendos, não deixam muitos recursos aos investimentos e favorecem políticas em curto prazo. Vou te dar um dado. Se eu me lembro bem, no ano passado o pagamento de dividendos e lucros repatriados da parte das firmas multinacionais no Brasil foi de US\$ 32 bilhões. Isso representa uma quantia muito grande. Os dados são muito mais elevados do que diz a lei, que diz que 25% dos lucros podem ser transformados em dividendos e lucros repatriados. Isso deve ser 50% no Brasil, o que implica que não há dinheiro para investir.

Valor: Com esse foco em pagar dividendos, na sua interpretação há um comprometimento do investimento das empresas especialmente em tecnologia e isso prejudica a competitividade e faz uma pressão negativa sobre os salários?

Salama: A produtividade média é bastante baixa no Brasil. Em setores como o automobilístico e o de aeronaves, como a Embraer, a produtividade é alta, mas nos demais, não. Se você não tem uma melhora no nível da produtividade em geral, porque você não tem uma taxa de investimento importante, a única maneira de obter melhor competitividade é favorecendo a queda do salário direto e indireto – por piora na saúde e da aposentadoria dos trabalhadores [com redução dessas políticas].

Valor: Como pesquisador dos países latinos, como o sr. analisa o conflito atual entre Brasil e Argentina, na questão do bloqueio na exportação de manufaturados brasileiros para a Argentina?

Salama: Sou otimista com a Argentina. Quantas vezes o Mercosul devia explodir e não explodiu? Como quando houve uma hiperinflação no Brasil no início dos anos 1990 e não na Argentina. A história da integração latina é uma história de disputa. Não é a primeira vez que esse tipo de problema existe. Não digo que deveria explodir. E nem que este não é um problema importante. Mas, se fosse explodir, isso já teria ocorrido antes. O fato é que, se o Mercosul não existir mais, será pior. Sou a favor da integração desses países. Deve existir não só integração comercial, mas também integração política. É preciso mais coordenação, um centro de decisão que seja mais ou menos independente da parte do governo.

Como resistir à China?

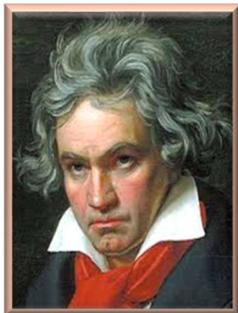
A integração latina é a única maneira de resistir à China, senão Golias vai comer Davi. ●

Pierre Salama: economista especializado em América Latina, professor da Universidade de Paris-13 e diretor do Grupo de Pesquisa sobre Estado, Internacionalização de Técnicas e Desenvolvimento. Sua obra tem se voltado, desde os anos 1960, para a apreensão dos principais movimentos do capital e das relações de trabalho. No Brasil publicou, entre outros livros, *Economia em decomposição e Dolarização: ensaio sobre a moeda, industrialização (Nobel)*.

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 13 de maio de 2014

Surdo como um gênio

João Luiz Sampaio



De onde vem o eterno fascínio que as nove sinfonias de Ludwig van Beethoven provocam, mantendo-se como música permanentemente atual, imersa no subconsciente coletivo da humanidade? E o que o transformou no maior compositor de todos os tempos? As duas perguntas recorrentes voltaram a ser formuladas depois do imenso sucesso da *rave*⁴⁷ Beethoven promovida pela Filarmônica Alemã de Câmara de Bremen, regida por Paavo Järvi: em quatro noites, de quinta-feira a domingo passado, o público teve a inédita chance de ouvi-las em ordem cronológica de composição. Um sucesso que não se limita aos cerca de 6 mil privilegiados que pagaram de R\$ 512,00 a R\$ 1.216,00 pelos quatro concertos: a Rádio Cultura FM promete mostrar essa *rave* proximamente, com as nove sinfonias em sequência: e a TV Cultura leva ao ar, em setembro, os quatro concertos. Portanto, quem ainda não está contaminado por esse vírus tão maravilhoso pode entrar para a tribo sem custo.

Beethoven merece. É o mais sublime e adequado sinônimo para a palavra compositor. Sinfonias como a Terceira (“Eroica”), a Quinta (“Do Destino”) e a Nona (com sua “Ode à Alegria”) continuam no topo da lista das obras mais gravadas desde o nascimento da indústria do disco, há pouco mais de um século, e frequentam o imaginário de pessoas de todas as idades. Estão presentes em nossas vidas.

E nos foram apresentadas num projeto artístico tão ousado que soaram novíssimas. Em vez de uma orquestra moderna de 90

⁴⁷ **Rave**: festa com muitos participantes e de longa duração, geralmente num espaço amplo, com música eletrônica de dança.

músicos, a de Bremen fez a odisseia com 47, o número de intérpretes de que o compositor dispôs quando as escreveu nas primeiras décadas do século XIX.

Ele assimilou o gênero das mãos de Haydn e Mozart; levou-os ao clímax introduzindo música vocal na mais ambiciosa forma instrumental com os solistas e coral no último movimento da Nona Sinfonia. Anunciou o futuro, implantou as bases do romantismo musical. Não teve medo de sujar as mãos com a política, dedicando (e depois ‘desdedicando’) a Sinfonia no 3, “Eroica”, a Napoleão Bonaparte. Alforriou os compositores, afirmando a primazia da obra de arte sobre sua condição até então utilitária nas centenas de cortes espalhadas pela Europa. E fez música de alta qualidade.

A surdez, que impediria qualquer ser humano de trabalhar com sons, em vez de condená-lo ao silêncio fez de seus dez últimos e mais surdos anos os mais revolucionários da história da música. A Nona Sinfonia, os últimos quartetos de cordas e as derradeiras sonatas para piano foram escritos por um homem que jamais as ouviu. E, no entanto, praticamente ditaram os termos em que se desenvolveria a arte musical dali em diante. O mais impressionante é que Beethoven impacta com igual intensidade – e há praticamente dois séculos – os músicos e estudiosos de todas as latitudes e todos os tipos de público.

Em volume de gravações e livros, também é um dos campeões. Sua imensa bibliografia só se compara à escrita sobre Richard Wagner. E não para de crescer. Nos dois últimos anos, pesquisadores escolheram obras ou anos específicos como temas de livros inteiros. Harvey Sachs esquadrinhou o ano de 1824, famoso porque no dia 7 de maio estreou a Nona, em *The Ninth – Beethoven and the World in 1824* (Random House, Nova York, 2011). O jornalista Matthew Guerrieri escreveu sobre o tchan-tchantchan-tchan, tema mais famoso da história da música, o do Destino, que abre a Quinta Sinfonia, em *The First Four Notes – The Fifth and the Human Imagination* (Knopf, Nova York, 2012).

Nesse balaio, sobressai *Journeys with Beethoven – Following the Ninth, and Beyond* (Sinclair Books, Nova York, 2012). O cineasta

Kerry Candaele e o jornalista Greg Mitchell percorreram o mundo para capturar a força e o poder da Nona Sinfonia. Além da mais óbvia e conhecida – a execução de 1989, em tributo à queda do Muro de Berlim, em que Leonard Bernstein substituiu ‘alegria’ por ‘liberdade’ na famosa ode de Schiller usada como texto no movimento final da sinfonia. Candaele e Mitchell descobriram, por exemplo, que ela foi usada como forma de protesto no Chile dos anos 1970 e nos protestos de 1989 na Praça Tiananmen em Pequim; conversaram com o músico punk britânico Billy Bragg, que colocou nova letra na Ode à Alegria; e esmiuçaram as conhecidas *performances* megalomaniacas da obra no Japão, com milhares de coralistas e músicos. Prometem um documentário para breve.

“Beethoven era 1/16 negro’, anuncia o apresentador de rádio de um programa de música clássica, juntamente com o nome dos músicos que serão ouvidos nos Quartetos de Cordas n° 13, op. 130, e 16, op. 135. O apresentador declara isso como reparação a Beethoven?

Sua voz e cadência o entregam como irremediavelmente branco. Será que 1/16 é o tácito desejo dele mesmo? Houve tempo em que tinha negro querendo ser branco. Agora tem branco querendo ser negro. O segredo é o mesmo”. Sua popularidade pode ser medida por esse início do conto *Beethoven Era 1/16 Negro*, da escritora sul-africana Nadine Gordimer como símbolo dos vira-casacas: durante os duros anos do racismo no país, os negros queriam ser brancos para se darem bem; com a reviravolta comandada por Mandela, os brancos é que escarafuncharam seu sangue buscando um tiquinho de negritude para *sarneyzar* o novo regime. Por causa dessa liberdade criativa de Gordimer, pesquisadores musicais malucos foram em busca dos tais 1/16 de negritude de Beethoven. E chegaram à conclusão inútil de que não, ele não tinha sangue negro algum.

De onde vinha ele? A dramaturga inglesa Enid Bagnold certa vez perguntou a uma feminista que conselho ela daria a uma dona de casa de 23 anos de idade que, tendo perdido quatro filhos, engravidasse outra vez de um marido alcoólatra e violento. “Eu insistiria para que ela interrompesse a gravidez”, respondeu a

REFLEXÕES V

feminista. “Neste caso”, concluiu Bagnold, “você teria abortado Beethoven”.

Além desses antecedentes familiares negativos, sua figura também não ajudava. Atarracado, tinha 1,65 metro de altura, ombros largos, pescoço curto, cabeça grande, cabelos grossos, pretos, olhos castanhos e mãos grandes e peludas (a tez morena provavelmente deu o mote a Gordimer para o conto).

A surdez constatada em 1800 deixou-o desesperado. Não tinha mais nenhuma chance como pianista em Viena. Já simpatizava com a **Revolução Francesa**, frequentava a Embaixada da França e conheceu as músicas festivas de Gossec, Mehul e outros compositores franceses. Pensou em mudar-se para Paris. Dedicou a **Eroica** a Napoleão, enfiou uma marcha fúnebre na sinfonia para agradecer aos franceses.

Os nobres locais – o arquiduque Rodolfo, Lobkowitz e Lichnowsky – insistiram para que não fosse. Ele exigiu uma polpuda mesada anual e uma orquestra à disposição para estrear suas obras. Numa penada, alforriou os compositores, retirando-os da condição de meros serviçais de nobres para a de criadores. E instaurou o conceito de autonomia para a música, ou seja, nascia ali o conceito de obra musical – sepultou a música utilitária do passado: “O cérebro humano não pode ser vendido como grãos de café, ou como um queijo qualquer, que, como todos sabem, primeiro precisa ser produzido, com leite, urina, etc. O cérebro humano em si não é um produto vendável”.

Isso fica claro numa carta de 1801, quando já sentia os efeitos da surdez, para o editor Hoffmeister: “Deveria haver um único mercado de arte no mundo; o artista simplesmente enviaria para lá suas obras e receberia tanto quanto necessita; da maneira como as coisas são, cada um deve ser meio comerciante acima de tudo, e a sensação que isso desperta em mim – por Deus! – qualifico-a de lastimável”.

Pensou em direitos autorais quando esse conceito ainda não existia. Logo depois de chegar a Viena, em 1793, reclamava de ter sido roubado em seus improvisos à amiga Eleonore Von Breuing:

REFLEXÕES V

“Observei frequentemente que aqui em Viena de vez em quando há quem, tendo eu devaneado⁴⁸ ao piano durante a noite, anote muitas das minhas variações e no dia seguinte se vanglorie com elas”. Queixava-se muito também dos editores, dizendo que queria “encontrar um editor que se decidisse de uma vez por todas a me pagar um salário anual, em troca do qual teria direito de publicar tudo que componho, e então eu não teria preguiça de compor”.

Enquanto não conseguia esse nirvana, vendia a mesma obra a dois, três e até quatro editores ao mesmo tempo. O pesquisador norte-americano Scott Burnham tem uma boa explicação para o sucesso permanente da música de Beethoven. “Ele continua a nos estimular, a nos provocar, e não podemos deixá-lo ir embora porque sua música permanece uma provocação sonora que nos coloca diante do que adoramos pensar que é o melhor de nós mesmos”.

Ok, ele nos dá a deixa para nos sentirmos melhor do que somos e assim de certo modo, esquecer os nossos defeitos e lembrar só das qualidades. Mas é certo que também não corresponde exatamente ao modelo virtuoso que dele construímos, ao longo de quase dois séculos, como figura impoluta, heroica, de superação. Beethoven, saibam, era de carne e osso mesmo, como demonstra o mais recente e provocador livro sobre o compositor, intitulado **Political Beethoven**. Nicholas Mathew se debruça sobre o período mais sombrio de sua carreira, entre 1809, quando a Áustria declarou guerra à França, e o Congresso de Viena, de 1815, quando, derrotado Napoleão, redesenhou-se politicamente a Europa. Chama, com razão, Beethoven de adesista. Ou seja, o compositor que tinha glorificado os ideais da Revolução Francesa agora lambia as botas dos poderosos de plantão com obras laudatórias. Não só isso. Celebrou a vitória de Wellington sobre Bonaparte em 1813, bajulou os donos do poder em Viena e no continente. Beethoven, diz Mathew, nem sequer quis colocar número de opus oficial nessas obras. Preferia vê-las varridas para debaixo do tapete. Tinha consciência de que as usou como moeda de troca para ficar bem

⁴⁸ **Desvanear**: divagar com o pensamento; perder-se em cogitações.

com os *big bosses*.

É sintomático que a crítica e a opinião pública tenham silenciado tanto tempo sobre esse lado reacionário de Beethoven. Afinal, gente, ele era de carne e osso. E, como todo mortal, enquadra-se na genial frase de mestre Billy Wilder: “Ninguém é perfeito”.

As sinfonias

As sinfonias de Beethoven formam a parte mais conhecida de sua obra. São nove ao todo. A maior parte está na fase intermediária de sua criação, exceto a primeira e a última sinfonia. Entretanto, o musicólogo Paul Bekker classifica as sinfonias em dois grupos – as oito primeiras e a Nona. De fato, a Sinfonia Coral é um caso à parte, com sua enorme formação instrumental e o final com coro, até então inédito.

A Primeira Sinfonia, composta nos primeiros anos vienenses do compositor, está fortemente ligada à tradição de Haydn e Mozart. A Segunda é uma obra de transição e já apresenta algumas das suas características pessoais. Beethoven só encontraria sua linguagem sinfônica definitiva na Sinfonia no 3, Eroica. Planejada para ser uma grande homenagem a Napoleão Bonaparte, que admirava, esta Terceira é uma obra grandiosa, de concepção monumental e temática épica. Porém a dedicatória napoleônica foi retirada quando este coroou-se imperador da França. Beethoven, decepcionado, alterou o programa da obra, incluindo uma marcha fúnebre "à morte de um herói".

A Quarta é uma sinfonia mais relaxada, conhecida por sua longa introdução, quase independente do restante da obra. Já a Quinta é a mais trágica das nove. Dita "do Destino", esta é uma sinfonia que faz a trajetória das trevas (os dois primeiros movimentos) para a luz (os dois últimos), de maneira original, que abriu precedentes na história da música (a Primeira de Brahms, a Segunda de Sibelius).

A Sexta Sinfonia, Pastoral, é outra ousadia. Organizada em cinco movimentos, cada um retratando um aspecto da vida no campo, abriu espaço para as experiências de Liszt e Berlioz no gênero da música programática.

REFLEXÕES V

A Sétima ficou famosa pelo seu movimento lento, um Allegretto pouco definido entre o elegíaco⁴⁹ e o sombrio, que encantou compositores como Schumann e Wagner. A Oitava é seu par, e tem no terceiro movimento um minueto, o que é novidade – é a única que não tem um scherzo, o substituto beethoveniano do minueto de Haydn e Mozart.

Enfim, a Nona, talvez a obra mais popular de Beethoven. Sua grande atração é o final coral, com texto de Schiller, a Ode à Alegria. É uma obra que marcou época. Sem ela, seria difícil conceber as sinfonias posteriores de Bruckner, Mahler, e até a ópera de Wagner.

"Escutar atrás de si o ressoar dos passos de um gigante". A definição famosa de Brahms da Nona Sinfonia pode ser aplicada igualmente à toda obra beethoveniana, uma das maiores e mais profundamente humanas de toda história da música. ●

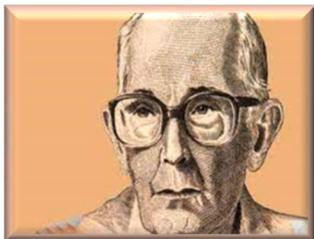
João Luiz Sampaio: jornalista.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo em agosto de 2013

⁴⁹ **Elegíaco:** que expressa tristeza (ger. por algo já passado); lamentoso.

Pensamento e drama mesclam lirismo não puro

Davi Arrigucci Jr.



Na sua obra, tudo se desenvolve a partir do conflito e a reflexão é condição para chegar à poesia. Para todos nós, Carlos Drummond de Andrade é a figura emblemática da poesia moderna no Brasil. Não creio que Manuel Bandeira seja, como muitos creem, um poeta menor e inferior a Drummond, mas Bandeira é o grande poeta da passagem para a modernidade, enquanto Drummond é o poeta central da experiência moderna brasileira. Ao considerar este fato, dei com o seguinte ponto que me pareceu fundamental: tudo na obra desse poeta não acontece senão por conflito.

Realmente, tudo é conflitivo em Drummond e conflitivo desde o começo de sua carreira. Ele experimentou contradições e dificuldades desde o início para forjar o denso lirismo meditativo que o caracteriza. Quando consideramos seus grandes poemas, logo nos damos conta do atrito dos elementos contraditórios e da densidade reflexiva de sua lírica. Até a figura humana do poeta, sua atitude característica, parece estar associada a essa densidade da reflexão: o ser e o dizer ensimesmado. É raro que uma foto sua escape ao ar pensativo com que nos habituamos a vê-lo.

E desde o princípio, estamos diante desse traço decisivo do estilo ou do modo de ser da obra: a exigência de uma mediação reflexiva para se chegar à poesia. Um caminho atravessado por dificuldades. Se compararmos com Manuel Bandeira, de imediato se notará a diferença: Bandeira dá a impressão da mais fluente naturalidade. O próprio Drummond chamou nossa atenção, porém, para a “fábrica altamente engenhosa” de Bandeira, como está dito em seus Passeios na Ilha, percebendo com precisão o quanto havia de cuidadosa

construção naquela aparente espontaneidade.

A primeira impressão que nos dá Bandeira é a do poeta “ingênuo”, na acepção que Friedrich Schiller empregou o termo no seu ensaio dos fins do século XVIII: Poesia ingênua e sentimental. “Ingênuo” seria o poeta que procede instintivamente, conforme a natureza, enquanto que “sentimental” – este seria o caso de Drummond – seria o poeta reflexivo, ou antes, o poeta que tendo se perdido da natureza busca, por meio da reflexão, restabelecer a sensibilidade “ingênua”.

Com efeito, para Drummond a naturalidade parece constituir um problema, e a poesia, o objeto de uma procura dificultosa. Assim, a questão fundamental é esta poesia travada pela dificuldade que parece ser a sina drummondiana. Procura da Poesia é não apenas um dos melhores poemas de A Rosa do Povo, mas o traçado do esforço que caracteriza sua aproximação ao poético.

E basta lembrar outros poemas na mesma direção, como Consideração do Poema, Oficina Irritada ou O Lutador, para sentir o peso dessa dificuldade e quanto a mediação do esforço reflexivo é uma exigência íntima para o poeta. Se dermos alguma folga aos conceitos de Schiller, Drummond será nosso poeta moderno e “sentimental”.

No caso de Bandeira, a criação poética se mostra como natureza prolongada e a crença na inspiração, na súbita manifestação do poético que constitui para ele o alumbramento, confirma o modo de ser “ingênuo”. No entanto, sabemos que o alumbramento bandeiriano – essa linda palavra parece trazer consigo, pela trama dos sons, ecos simbolistas, entremeando luz à sombra e levando a “iluminação”, a confundir-se com o mistério – é uma noção complexa. Exige do poeta uma atitude de “apaixonada escuta” e só se dá quando ela, poesia, quer, mas tampouco basta para concretizar em palavras a inspiração, uma vez que esta depende também dos “pequeninos nada” da linguagem, que podem estropiar um verso ou uma imagem.

Um poema pode ser, então, o resultado de um esforço construtivo de anos a fio. Bandeira gostava de lembrar a história de sua sofrida

REFLEXÕES V

estatuazinha de gesso, renitente ao laque verbal com que busca encerrá-la num verso. E assim o Itinerário de Pasárgada é o caminho difícil da aproximação à poesia e a história da aprendizagem do ofício de poeta enquanto artista da palavra. Bandeira que acreditava na importância da inspiração até para atravessar uma rua, não tinha, porém, nada de ingênuo.

O caso de Drummond, porém, é mais complicado. Sua concepção do poético exige a reflexão como mediação necessária para o encontro da poesia. Ora, essa modalidade de pensamento que é a reflexão tem uma origem romântica. Os pré-românticos alemães é que desenvolveram esse tipo de pensamento reflexivo que nasce como uma fantasia do Eu sobre o Eu, como uma forma de pensar sobre o pensar. É um pensar sem-fim que lembra o sonho, mediante o qual fundaram suas principais concepções.

O dobrar-se do Eu sobre si mesmo, tal como o leitor se depara na obra drummondiana parece evocar, então, a meditação romântica centrada sobre si mesma, sobre o próprio coração onde se acha o inalcançável da reflexão. A fórmula “O meu coração é maior que o mundo” exprime essa tendência do pensamento para o infinito e o que não se pode alcançar, a vastidão impreenchível do coração em que se perde o pensamento.

Na verdade, a reflexão se torna, para Drummond, a condição para chegar à poesia e, a uma só vez, a dificuldade que o impede de alcançá-la. Este é o paradoxo central de que parte sua obra, a contradição que está na raiz de seu percurso poético e que ele vive dramaticamente desde o princípio, e não apenas, como se poderia supor, no tempo da madureza e dos densos poemas meditativos, à maneira dos Versos à Boca da Noite, um dos mais belos poemas que escreveu. Neste e em tantos outros, podemos sentir a presença viva da tradição da lírica meditativa do Romantismo que, nos países de língua inglesa deu a linhagem que de Shelley, Keats e Swinburne, vem até Yeats e alguns dos modernos, como o norte-americano Wallace Stevens.

Em Drummond, sentimos a força do pensamento como em nenhum outro poeta nosso; e desde o começo, ele experimenta

REFLEXÕES V

dramaticamente as contradições que enfrenta: seu lirismo nunca é puro, mas, sem prejuízo de sua alta qualidade, sempre mesclado de drama e pensamento.

Alguns dos melhores críticos do poeta, como Antônio Candido, autor do notável ensaio *Inquietudes na Poesia de Drummond*, acham que a obra inicial, marcada pelo humor modernista, em linguagem anticonvencional e irreverente, se organiza em torno do fato.

No meu modo de entender, porém, nunca se trata propriamente do fato direto, mas do fato envolvido pela reflexão; há sempre mediação do pensamento, e o fato surge interiorizado: é a repercussão do mundo na interioridade do Eu, no movimento característico da reflexão, do pensar sobre o pensar, mesmo nos poemas-piada.

Esse pensar sobre o pensar não tende apenas a criar uma infinidade da progressão no tempo; ele é também um infinito da conexão. Benjamin, que estudou detidamente a reflexão dos românticos em suas relações com o pensamento de Fichte, chamou a atenção para esse aspecto da questão, tal como aparece em Novalis, para quem pensar é conectar infinitamente... O chiste, o Witz dos pré-românticos alemães, é uma forma de conexão, de articulação de elementos díspares ou contraditórios. E a essa tradição pode ser conectado também o poema-piada modernista de Drummond.

No caso de nosso poeta, trata-se do diálogo com a herança romântica baseado numa atitude profundamente antirromântica. Drummond é o primeiro a desconfiar de qualquer sentimento; é o primeiro a criticar e ironizar todo sentimentalismo, no sentido vulgar e lacrimoso do termo.

Em *Sentimental*, famoso poemeto de *Alguma Poesia* – trata-se da anedota do namorado que tenta escrever o nome da amada com letras de macarrão e é impedido pela voz da família mineira: “– Está sonhando? Olhe que a sopa esfria!” – notam-se como os fatos se articulam com a reflexão nas complicadas dobras em que se envolve o sentimento na busca de expressão. O poema objetiva na cena

REFLEXÕES V

figurada pelo Eu a situação exemplar de um idílio⁵⁰ constrangido que serve, por sua vez, de mediação reflexiva para a dificuldade de exprimir o próprio sentimento, a confissão amorosa pura e simples. Vê-se como o poeta se perdeu da naturalidade, e a busca do natural deve ser mediada pela reflexão. Os fatos servem ao pensamento e só por meio deste se exprime o sentimento, transformado em sentimento refletido.

O “poema-piada”, designação ao que parece criada por Sérgio Milliet, facilita a compreensão do sentido humorístico reinante entre os modernistas, mas é muito diferente em cada um dos poetas, como se observa em Oswald de Andrade, Manuel Bandeira ou Murilo Mendes. Nas mãos de Drummond está realmente perto do espírito do chiste pelo casamento de comicidade com seriedade, de graça acintosa com severa gravidade, envolvendo a ambiguidade de tom, própria da conexão dos elementos opostos. Raramente se observa a redução de seus poemets do início ao mero anedótico: a articulação de elementos divergentes ou contrastantes conduz à ressonância dos fatos na alma, sem se esgotar na pura piada.

Assim, por exemplo, um poema mínimo como Cota Zero (“Stop./ A vida parou/ ou foi o automóvel”), a atitude de avaliação implicada no título e o tom interrogativo com que ela se desenvolve, no qual contrastam perspectivas diversas sobre coisas muito diferentes, põem em movimento reflexivo os ritmos opostos da província e da cidade grande, da existência arrastada e da máquina, do atraso e do moderno, mas também da cota de vida e de morte que um ícone da vida moderna como o automóvel introduz na avaliação da própria existência. Mínimo, mas complexo.

O chiste drummondiano é uma espécie de engenho poético associativo, que dá lugar à ironia porque permite uma avaliação refletida das coisas discrepantes que nele se juntam e se chocam, como num relâmpago iluminador.

Embora o termo chiste (**chiste** = dito espirituoso, ger. de humor

⁵⁰ **Idílio**: colóquio amoroso; relações entre namorados.

fino e adequado gracejo; facécia, pilhéria) não seja o ideal – ele não recobre exatamente o campo semântico do *Witz* alemão, ou do *wit* dos ingleses, nem do *mot d'esprit* dos franceses – parece melhor, no entanto, do que o poema-piada. Em Drummond, ele constitui também um meio de articulação, ou seja, uma forma de sintaxe, por meio da qual a reflexão conecta a multiplicidade na unidade. É o que se pode constatar pela leitura analítica do Poema de Sete Faces, que abre seu universo lírico, sob o espírito do chiste.

Poema de Sete Faces

Quando nasci, um anjo torto
Desses que vivem na sombra
Disse: vai, Carlos! Ser *gauche*⁵¹ na vida

As casas espiam os homens
Que correm atrás das mulheres.
A tarde talvez fosse azul,
Não houvesse tantos desejos.

O bonde passa cheio de pernas:
Pernas brancas, pretas, amarelas.
Para que tanta perna, meu Deus, pergunta meu coração.
Porém meus olhos
Não perguntam nada.

⁵¹ **Gauche:** diz-se de ou indivíduo canhestro, inseguro, sem determinação, Quase não conversa.

O homem atrás do bigode
É sério, simples e forte.
Tem poucos, raros amigos
O homem atrás dos óculos e do bigode.

Meu Deus, por que me abandonaste,
Se eu me chamasse Raimundo
Seria uma rima, não seria uma solução.
Mundo, mundo, vasto mundo,
Mais vasto é meu coração.

Eu não devia te dizer
Mas essa lua
Mas esse conhaque
Botam a gente comovido como o diabo.

Como vários dos grandes poemas de Drummond, este já foi muito citado e se incorporou à experiência banal do leitor, de modo que perdeu muito do poder de surpresa. É preciso restituir-lhe a força originária, pela leitura renovada. W. H. Auden afirmou certa vez: “(...) *every poem is rooted in imaginative awe*”⁵². E, de fato, essa raiz que o poema tem na surpresa, sua capacidade de despertar nossa imaginação pelo assombro, é preciso escavá-la pela leitura, deixando-a à mostra. No caso do Poema de Sete Faces, trata-se de resgatar até a sua dificuldade: a complexidade das múltiplas faces que nele se articulam, mas que começam por nos levar à perplexidade. A cada uma das sete estrofes, temos uma face nova e

⁵² Em tradução livre: cada poema tem suas raízes no temor imaginativo.

REFLEXÕES V

surpreendente, sem que se perceba de imediato a coerência do conjunto. Há uma lógica interna, no entanto, que é preciso desentranhar.

As sete estrofes são irregulares, assim como os versos, mas a irregularidade não é a do verso livre modernista, em que o poeta escapa aleatoriamente da contagem das sílabas, mas quase sempre para ajustá-lo, com base na entoação e nas pausas sintáticas, ao movimento do sentido, adequando o corte da linha à sentença. Aqui a discrepância não é muita e parece guardar ainda um senso da medida, com variações pequenas em torno das sete sílabas da redondilha maior.

Irregulares, sem serem polimétricos ou completamente livres, mascaram a desordem, acompanhando as variações do assunto. Os mais discrepantes chamam a atenção, como este: ‘Para que tanta perna, meu Deus, pergunta meu coração’.

Parece a combinação de um de nove sílabas com outro de sete, e nele se introduz o motivo fundamental do coração, ponto recorrente da interrogação reflexiva de onde se pode compreender as variações múltiplas e aparentemente aleatórias do assunto.

Basta parafrasear um pouco para se ter uma ideia da descontinuidade ostensiva da matéria, mas o princípio é a retomada de um lugar-comum da tradição. Com efeito, na primeira estrofe, temos a cena do nascimento maldito do poeta, um tópico rodeado de ecos bíblicos e modernos, até o célebre: Vai, Carlos, ser gauche na vida, uma visão paródica, rebaixada e irônica dessa verdadeira expulsão do paraíso. O termo gauche, galicismo corrente ao tempo do Modernismo, evoca a visão baudelairiana do poeta, no famoso *L’Albatros*: “Ce voyageur ailé, comme il est gauche et veule”⁵³! A figura desajeitada e fraca – uma estrofe inteira desenvolverá aqui o motivo da fraqueza e do abandono de Deus – resultante desse destronamento paródico ressurgue submetida à errância do desterro transcendental. Ocorre, pois, uma inversão realista de expectativas

⁵³ Em tradução livre: Como um viajante alado, à esquerda e covarde.

romanescas ou sublimes em torno da figura do poeta, enquanto ser bafejado pela inspiração divina, obrigado agora ao destino errante e dessacralizado na cidade moderna.

Na segunda e na terceira estrofes se monta um cenário de cinema mudo, como numa comédia de Mack Sennett ou Carlitos, onde reinam os desejos frenéticos e desencontrados, às voltas com a ideia fixa das pernas. O motivo erótico rege a desordem urbana, tornando impossível toda harmonia: ‘A tarde talvez fosse azul,/ não houvesse tantos desejos’. A intromissão de uma frase de elegância culta em meio à estripulia enumerativa das pernas demonstra como a mistura de níveis de estilo se tornou essencial à visão modernista de Drummond, certamente muito chocada pela novidade da cidade grande em contraste e confronto com as expectativas que deveria trazer seu olhar da província.

Compacta nessa passagem, estará de fato contida toda a história de uma experiência pessoal e histórica, em seu trânsito de Itabira do Mato Dentro para Belo Horizonte e depois, o Rio de Janeiro: a mudança da província para a cidade grande, que longe de ser a Paris de Baudelaire, é apenas a metrópole brasileira em que o bonde tem ainda cara de novidade. Mas a mudança é grande para quem sai do interior e vem para a cidade desconhecida, pois para quem cumpre o percurso, o mundo é vasto e complexo. O tratamento realista e um tanto grotesco se ajusta a essa mistura discrepante da matéria, marcada pela fixação sexual, correspondendo concretamente a uma expansão da visão do mundo, de repente mudada pela chegada dos tempos modernos.

O que aqui se dá é a abertura ao sentimento do mundo que se expandiu após a **Primeira Grande Guerra**. É essa a experiência histórica básica que a poesia inaugural de Drummond traz consigo como uma descoberta pessoal, como algo intensa e dramaticamente experimentado até as camadas profundas de sua subjetividade, tocada pelas mudanças do mundo vivido. A poesia dessa descoberta, a princípio grotescamente materialista, parece aumentar aos olhos de hoje, recoberta por uma pátina (**pátina**: em sentido figurado ‘o envelhecimento’) de pureza lírica então inesperada, como o próprio poeta soube captar mais tarde, recordando os filmes de Carlitos que

REFLEXÕES V

viu mocinho, no Canto do Homem do Povo Charlie Chaplin. O motivo das pernas contrasta com o tema meditativo do coração, introduzido pelo verso longo da terceira estrofe. Esse coração interrogativo pergunta pelo que não tem resposta. O homem sério que de repente aparece em meio à bagunça dos desejos, lembra a cara parada de outro cômico: Buster Keaton. Atrás de tudo, na defensiva, ele é uma espécie de *raisonneur* da comédia clássica, personagem que se interroga sobre o sentido das coisas e faz as vezes do autor, constituindo um notável contraponto à desabalada corrida atrás das pernas.

Ele corresponde ao coração interrogativo, como outra face do Eu; por meio dele, percebe-se como o poema vai se armando como a imagem projetiva do sujeito, como a cena urbana em que pululam os desejos em desacordo é, como em *Sentimental*, um meio para a reflexão do Eu sobre o seu próprio sentimento de estar no mundo.

O Poema de Sete Faces encarna o drama da expressão deste sentimento, cujo centro, o coração, fornece o caminho da reflexão e o princípio de coerência estrutural: por essa via, as múltiplas faces se articulam na unidade. As duas estrofes que restam, tão famosas, recolocam o motivo do coração, centro irradiador do poema. Para nossa surpresa, agora vemos que o coração não é apenas o lugar da interrogação meditativa em contraste com a errância exterior do desejo, mas também o lugar da vastidão, do desejo ilimitado. Chegamos ao ponto do ensimesmamento e da descoberta de uma vastidão interior maior que a exterior.

Este último aspecto se torna perceptível pela medida do coração quando relacionado com o vasto mundo: ‘mais vasto é meu coração’.

Esse sentimento da vastidão tem sido lido pela crítica como um sentimento egotista de onipotência do sujeito, arrebatado por uma ilusão juvenil de poder diante do mundo. Nesse sentido, creio, foi lido por Antônio Candido, no referido ensaio, em que formula as diversas equações entre o coração e o mundo ao longo da trajetória do poeta. Contudo, a coerência quanto à posição do sujeito, tal como apresentada desde o início do poema – o ser rebaixado, desajeitado e fraco que é o poeta, abandonado em seu exílio terreno – exige, ao

REFLEXÕES V

contrário, que se considere a vastidão – lugar da falta que ama – a imagem do sentimento de não poder do Eu, da impotência que é a base de sua visão irônica. O coração é o lugar do desejo impreenchível, do ilimitado, de que a vastidão é um símbolo. O lugar da unidade, o coração, é também o lugar da multiplicidade, da máxima dispersão, o lugar onde, refletido, o sentimento de estar no mundo é também sentimento de não poder. Por isso, também é aí que se aguça o senso de insuficiência da linguagem na qual não se encontra a consonância adequada à expressão desse ilimitado que não se pode dizer: aquilo a que falta nome. Essa insuficiência é ironizada na referência à rima; ao explicitar um procedimento construtivo como esse, o poeta dá curso ao tratamento cômico, de paródia e farsa, que adota em passagens anteriores, buscando por meio do chiste a conexão da matéria discordante.

Sabemos que a rima, para que seja eficaz, deve configurar não apenas uma harmonia entre sons de palavras correlatas, mas corresponder àquela unidade entre som e sentido, cuja aliança secreta faz a força da linguagem da poesia, como notou Valéry. No caso, o que se explicita é a inadequação do procedimento, a desarmonia profunda que a rima não pode vencer, pois que será sempre aleatória e gratuita diante do que deveria exprimir, mas não pode. A insuficiência da linguagem, a luta por vezes vã com as palavras se formula como um problema já neste início da poesia de Drummond.

A poesia, para este poeta “sentimental”, se torna o produto de um esforço, de um trabalho difícil, mediado pela reflexão. Essa impossibilidade de exprimir o que é necessário é dramatizada, no extremo, na última estrofe, e de novo ironicamente, como a cena de um idílio constrangido, análogo ao de Sentimental. Essa confiança difícil, tratada num quadro de conversa de botequim, mostra de uma vez por todas que o desajeitamento, a *gaucherie* do poeta, é a expressão condizente da naturalidade impossível: a natureza que se busca, porque já não se tem, é também um problema para a linguagem. O fazer dificultoso ou problemático é uma exigência do que se procura exprimir.

Desde o começo, portanto, dizer o que vai no coração é um caminho

REFLEXÕES V

aporético⁵⁴, no qual se enfrenta o risco da não passagem, o infinito que desafia o dizer ensimesmado do poeta, debruçado sobre o próprio coração.

Visto assim, o Poema de Sete Faces, mediante o chiste, linguagem de articulação, dá forma unitária às discórdias do coração, que é preciso de algum modo exprimir: as faces tumultuadas que pululam no mundo, mas se organizam como sentimento refletido na forma do poema. No princípio, o chiste é já meditação, e sua forma reflexiva prepara os grandes e longos poemas que virão depois e nos darão, por fim, o perfil fino e preciso de um Drummond meditativo.

Disfarce

Na manjedoura? No presépio?
No chão, diante do pórtico arruinado, como em Siena o pintou
Francesco di Giorgio?
Na capelinha torta de São Gonçalo do Rio Abaixo?
Na bigue⁵⁵ cesta de natal?
.... repousa o infante esperado.

As luzes em que o esculpíram tornam-lhe o corpo dourado.
O Cristo é sempre novo, e na fraqueza deste menino há um
silencioso motor, e uma confiança e um sino.

Nasce a cada dezembro e nasce de mil jeitos.
Temos de pesquisá-lo até na gruta de nossos defeitos.

Ministros, deputados, presidentes de sindicatos prosternam-se
estabelecendo os primeiros contatos.

Preside (oculto) as assembleias de todas as sociedades anônimas,
anônimo ele próprio, nas inumerabilidades de sua pobritude.

E tenta renascer a cada pessoa e hora em que se distrai nossa
polícia, assim como uma flora sem jardineiro apendoa, e sem

⁵⁴ **Aporia**: dificuldade ou dúvida racional decorrente da impossibilidade objetiva de obter resposta ou conclusão para uma determinada indagação filosófica.

⁵⁵ **Bigue**: aportuguesamento da palavra inglesa *big*. Grande, bonita.

REFLEXÕES V

húmus, no espaço restaura o dinamismo das nuvens.

Sua pureza arma um laço à astúcia terrestre com que todos nos defendemos da segunda face do amor, a face dos extremos.

Inventou ser menino para ser pelo menos contemplado, senão querido (pois amamos a nosso modo limitado, e de criança temos pena, porque submersos garotos ainda fazem boiar em nós seus barcos rotos, e a tristeza infantil, malva⁵⁶ seca no catecismo nunca se esquece).

Assim o Cristo vem, numa cantiga sem dono, mais do que na prece. ●

Carlos Drummond de Andrade: (1902-1987) poeta, contista e cronista brasileiro, considerado por muitos o mais influente poeta brasileiro do século XX. Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo em agosto de 2007

⁵⁶ **Malva:** planta típica da família das malváceas, cuja infusão é usada como desinflamatório e calmante. A família da malva inclui cerca de mil espécies de ervas, arbustos e árvores que crescem nas regiões tropicais e temperadas do mundo. As plantas dessa família possuem caules fibrosos e seiva pegajosa.

Grandes pintores e suas homossexualidades!

Blog Homorrealidade



Pintores e artistas plásticos de um modo geral são, com certeza, grandes referências de contestação social desde que os tempos são tempos. Nesta postagem queremos evidenciar um pouco da história de alguns pintores que tiveram relações homoafetivas ao longo de suas vidas ou que foram considerados *gays*, lésbicas ou bissexuais por seus estudiosos. Nem todos lidavam bem com essa condição, mas se tornaram grandes personalidades da arte e, conseqüentemente, contribuem para a visibilidade da questão LGBT. Eles são o exemplo de que lésbicas, *gays* e bissexuais contribuíram e continuam contribuindo para o desenvolvimento da nossa cultura e evolução da humanidade. É claro que nossa lista é resumida, focada apenas em alguns dos mais famosos, pois certamente inúmeros outros existiram e continuarão existindo.

Leonardo Da Vinci – (Italiano, 1452-1519) Um dos maiores gênios da história, Leonardo da Vinci mantinha sua vida privada em segredo, mas sua sexualidade sempre foi alvo de estudos, análises e especulações, especialmente a partir de Sigmund Freud. Em 1476, da Vinci foi acusado de sodomia — nessa época relações homossexuais eram crime em Florença. Ele e mais três jovens do ateliê onde trabalhava teriam mantido relações com um prostituto chamado Jacopo Saltarelli. No entanto, por falta de provas, a acusação de sodomia foi arquivada. Anos mais tarde, em 1490, Giacomo Salai, um jovem florentino, passou a morar com o pintor, reacendendo em Florença os boatos sobre sua homossexualidade. A relação foi se

REFLEXÕES V

fragmentando por conta de contravenções do pupilo. Outro discípulo do artista, o conde Francesco Melzi, filho de um aristocrata da Lombardia, foi igualmente acolhido por Da Vinci em 1506.

Melzi, estudante predileto de Leonardo, viajou com o tutor para a França, onde esteve ao seu lado durante todo o fim de sua vida. Com a morte de Da Vinci, Melzi herdou as coleções, manuscritos e obras artísticas e científicas de Leonardo, patrimônio que ele administrou fielmente a partir de então. Para alguns cientistas, a homossexualidade de Da Vinci estaria expressa na Mona Lisa, quadro que, segundo eles, seria um autorretrato feminino do pintor.

Michelangelo - (Italiano, 1475-1564) Pintor, escultor, poeta e arquiteto renascentista, Michelangelo nunca se casou e hoje existe praticamente um consenso que tenha sido homossexual, mesmo com a negação de seus primeiros biógrafos. Há indícios que o artista teve casos amorosos concretos com vários jovens como Cecchino dei Bracci, para quem desenhou o túmulo, e



Giovanni da Pistoia, que conheceu enquanto trabalhava no teto da Capela Sistina e para quem escreveu alguns sonetos. No entanto, nenhuma prova concludente se encontrou sobre relacionamentos concretos. É bastante possível que o próprio Michelangelo tenha reprimido sua sexualidade ao longo da vida, tornando seus amores quase platônicos. Entre todas as histórias, quem ocupou o maior lugar em seus pensamentos foi Tommaso dei Cavalieri, um patrício amante das artes. Cavalieri era um jovem de 17 anos de idade, descrito como calmo e despretensioso, de fina inteligência e educação, e uma beleza incomparável. Michelangelo escreveu cerca de quarenta poemas para ele e também o presenteou com desenhos. Cavalieri foi o único que teve um retrato pintado pelo artista, numa obra infelizmente perdida. Entre os desenhos que Michelangelo deu a Tommaso estão Rapto de Ganimedes, a Queda de Phaeton, a Punição de Tytus e Bacanal de Crianças, cujos temas são sugestivos e até polêmicos.

Caravaggio (Italiano, 1571–1610) Pintor que deu origem ao estilo barroco, Michelangelo Merisi de Caravaggio era considerado um homem enigmático, fascinante, perigoso e um bissexual que não lidava bem com sua atração por homens. Uma das personalidades mais fascinantes da história da arte, destacou-se como o mais vigoroso e influente pintor do século XVII. Dono de um temperamento agitado, envolveu-se numa série de atos de violência.



Caravaggio conquistou fama com pouco mais de 30 anos, época em que seu traço vigoroso e o uso dramático do claro-escuro criaram um novo estilo. Embora tenha se envolvido com prostitutas, há indícios de que o pintor viveu vários relacionamentos homossexuais. Durante sua curta carreira, Caravaggio foi apoiado pelo Cardeal Del Monte, clérigo rico e sofisticado, colecionador de arte e patrono oficial da escola dos pintores de Roma. O cardeal recebeu o pintor em sua casa, oferecendo-lhe alojamento, alimentação e uma pensão regular. Em troca, Caravaggio pintou uma série de quadros de jovens efeminados, pois Del Monte demonstrava gostar de rapazes. Caravaggio parecia compartilhar desse gosto, o que foi evidenciado em vários de seus trabalhos. Os corpos masculinos parcialmente ou totalmente desnudos retratados em sua obra são indícios para essa teoria. Acumulando inimigos, o pintor foi acusado de homicídio e teve de fugir de Roma no auge da carreira, vivendo como um nômade até a morte.

Salvador Dalí (Espanhol, 1904-1989) Pintor, desenhista, fotógrafo e escultor, Salvador Dalí foi um importante artista catalão conhecido pelo seu trabalho de aspecto surrealista. Jovem, ele frequentou a “Residência de Estudantes” em Madri, onde conheceu o poeta Federico García Lorca, com quem manteve uma amizade especial com muitos elementos de paixão. Essa



REFLEXÕES V

relação, que pode ter sido a primeira experiência homoafetiva de Dalí, foi negada pelo artista até pouco tempo antes de sua morte, mas não foi a única. No livro *Sexo, Surrealismo, Dalí e Eu*, o escritor britânico Clifford Thurlow descreve a intimidade de Dalí a partir dos relatos do pintor e bailarino colombiano Carlos Lozano, que conheceu o artista em Paris, em 1969, e foi amigo íntimo de Dalí até sua morte. Segundo Lozano, Dalí era totalmente homossexual e sempre ocultou isso. Ele viveu durante toda sua vida uma espécie de tormento que o levou a pensar em sexo além da conta.

Frida Kahlo (Mexicana, 1907-1954) A vida de Frida Kahlo foi um



tumulto desde o princípio: aos seis anos contraiu poliomielite e isso a deixou capangando de uma perna. Sofreu um acidente ao sair da adolescência, em um ônibus, onde além de fraturas generalizadas, foi perfurada por uma barra de ferro que entrou pela bacia e saiu pela vagina. Sofreu dezenas de cirurgias ao longo da vida, tendo uma saúde sempre frágil. Depois do acidente, Frida recebeu da mãe material de pintura. Como não podia levantar-se, olhava para si mesma, na cama,

através de um espelho e assim começou a pintar autorretratos, adotando estilo surrealista e primitivista, inspirados na arte popular de seu país. Era bissexual e casou-se aos 21 anos com Diego Rivera. O casamento foi tumultuado, visto que ambos tinham temperamentos fortes e casos extraconjugais. Rivera aceitava abertamente os relacionamentos de Kahlo com mulheres, embora não aceitasse seus casos com homens. Frida descobre que Rivera mantinha um relacionamento com sua irmã mais nova, Cristina. Separam-se, mas em 1940 unem-se novamente, mas os conflitos continuaram. Apesar de certa liberdade sexual para a época, a artista acumulou tentativas de suicídio com facas e martelos. Alguns anos depois, não se sabe se por suicídio ou por complicações de uma forte pneumonia, ele acabou sendo encontrada morta.

Andy Warhol (Americano, 1928-1987) O artista multimídia Warhol se impôs como um dos nomes mais influentes na segunda

REFLEXÕES V



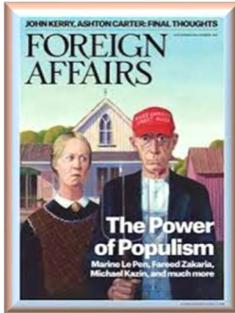
metade do século XX, sendo um dos marcos da *Pop Art* – movimento que extraía seus temas da cultura de massa americana. Entre as obras mais famosas estão os retratos de Marilyn Monroe, feitos logo após a morte da atriz (uma sequência de fotos com várias cores sugerindo que a musa tinha muitas matizes, mas estava presa numa imagem só). *Gay* assumido, Warhol circulava ao lado de *socialites* em discotecas e restaurantes e aguçava a curiosidade da imprensa com suas perucas e os

excessos de festas na *Factory*, seu estúdio em Nova York. Por conta de suas excentricidades, acumulou fãs que não se interessavam tanto por suas obras, mas sim pela vida do artista. Em 1968, Warhol levou dois tiros de uma feminista extremada chamada Valerie Solanas – que defendia nada menos do que o extermínio dos homens. O artista chegou a ser dado como clinicamente morto, mas sobreviveu graças a uma ressuscitação artificial. Após esse fato, mudou um pouco seu estilo de vida e suas obras. Um dos seus trabalhos mais comentados após esse período foi a série de duas mil imagens de Mao Tsé-tung, o ditador da China comunista, retratado com batom e lápis nos olhos. ●

Postado por blog [Homorrealidade](#)

O retorno da geopolítica

Walter Russell Mead



Até agora, este ano de 2014 tem sido tumultuado, à medida que as rivalidades geopolíticas retornam tempestuosamente ao centro do cenário global. Sejam as forças russas que confiscam a Crimeia, a China reivindicando agressivamente suas águas costeiras, o Japão respondendo com uma estratégia cada vez mais assertiva, ou o Irã tentando usar suas alianças com Síria e Hezbollah para dominar o Oriente Médio, o fato é que jogos de poder anacrônicos voltam a predominar nas relações

internacionais.

Para Estados Unidos e União Europeia (EU), pelo menos, essa é uma tendência preocupante. Ambos gostariam de deixar para trás essas disputas geopolíticas de territórios e poder militar e se concentrar, pelo contrário, em assuntos de ordem mundial e governança global, como a liberalização do comércio, a não proliferação nuclear, direitos humanos, o império da lei, mudanças climáticas e assim por diante. Na verdade, desde o fim da Guerra Fria, o objetivo mais importante da política empreendida por EUA e EU tem sido mudar as relações internacionais de assuntos envolvendo soma zero (em que sempre há um vencedor e um vencido) para aqueles em que todos ganham.

Retornar às disputas ao estilo da velha guarda, como observamos na Ucrânia, não só é um desvio de tempo e energia que poderiam ser consagrados a questões importantes, mas também altera o caráter da política internacional. À medida que a atmosfera fica mais sombria, a tarefa de promover e manter a ordem mundial torna-se mais gigantesca.

Os ocidentais, porém, jamais deveriam ter esperado que a geopolítica obsoleta desaparecesse por completo. Eles agiram assim

REFLEXÕES V

porque interpretaram de modo totalmente errado o que o colapso da União Soviética significou: o triunfo ideológico da democracia capitalista liberal sobre o comunismo, não a obsolescência do *hard power* (poder duro, ligado à força militar). China, Irã e Rússia nunca aceitaram como válido o acordo geopolítico firmado após a Guerra Fria e vêm fazendo tentativas cada vez mais contundentes para subvertê-lo.

Esse processo não será pacífico e mesmo que os revisionistas não vençam seus esforços, já abalaram o equilíbrio de poder e mudaram a dinâmica da política internacional. Numa falsa sensação de segurança quando a Guerra Fria chegou ao fim, as questões geopolíticas mais preocupantes foram em grande parte solucionadas. Com exceção de um punhado de problemas relativamente menos importantes, como os infortúnios da ex-Iugoslávia e a disputa palestino-israelense, as disputas mais contundentes no âmbito da política mundial, eles achavam, não teriam mais relação com fronteiras, bases militares, autodeterminação ou esferas de influência.

Não podemos culpar as pessoas por terem esperança. O enfoque do Ocidente no tocante às realidades do mundo pós-Guerra Fria teve muito sentido e é difícil ver como a paz mundial poderia ser alcançada sem substituir a competição geopolítica pela construção de uma ordem mundial liberal. No entanto, os ocidentais com frequência esquecem que esse projeto se alicerça em bases geopolíticas particulares estabelecidas nos anos 1990.

Na Europa, o acordo pós-Guerra Fria envolveu a unificação da Alemanha, o desmembramento da União Soviética, a integração dos antigos Estados do Pacto de Varsóvia e as repúblicas do Báltico na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e na EU. No Oriente Médio, implicou o domínio dos poderes sunitas que foram aliados dos EUA (Arábia Saudita, seus aliados no Golfo, Egito e Turquia) e a dupla contenção de Irã e Iraque. Na Ásia, significou o domínio incontestado dos EUA, implícito numa série de pactos de segurança com Japão, Coreia do Sul, Austrália, Indonésia e outros aliados.

Guerra de ideias

Esse acordo pós-Guerra Fria refletiu as realidades em termos de poder naquele momento e manteve-se tão estável quanto as relações que o apoiaram. Infelizmente, muitos observadores reuniram as condições geopolíticas temporárias do mundo pós-Guerra Fria com o resultado final mais provável da disputa ideológica entre democracia liberal e comunismo soviético.

O famoso conceito do cientista político Francis Fukuyama, de que o fim da Guerra Fria significou o “fim da história”, foi uma formulação sobre ideologia, mas, para muitas pessoas, o colapso da União Soviética não significou apenas que a disputa ideológica da humanidade havia acabado para sempre; elas entenderam que a própria geopolítica tinha chegado ao fim de modo permanente.

À primeira vista, essa conclusão parece ser apenas uma extrapolação do argumento de Fukuyama e não uma distorção dele. Afinal, a noção de fim da história baseava-se nas consequências geopolíticas das lutas ideológicas desde que o filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel assim se expressou no início do século XIX. Para Hegel, foi a Batalha de Jena⁵⁷, em 1806, que pôs fim à guerra de ideias. Para ele, a destruição total do Exército da Prússia por Napoleão Bonaparte naquela rápida campanha representou o triunfo da Revolução Francesa sobre o melhor exército que a Europa pré-revolucionária produziu.

Ela marcou o fim da história, afirmou Hegel, porque, no futuro, somente Estados que adotassem os princípios e as técnicas da França revolucionária seriam capazes de competir e sobreviver.

Adaptado ao mundo pós-Guerra Fria, esse argumento foi adotado para indicar que no futuro os Estados teriam de adotar os princípios

⁵⁷ A Batalha de Jena aconteceu em 14 de outubro de 1806, quando se enfrentaram o exército francês de Napoleão contra as tropas prussianas comandadas por Frederico Guilherme III da Prússia. Esta batalha, junto com a Batalha de Auerstedt, significou a derrota da Prússia e sua saída das Guerras Napoleônicas até 1813.

do capitalismo liberal para sobreviver. Sociedades comunistas fechadas, como a União Soviética, haviam se mostrado excessivamente não criativas e improdutivas para concorrer econômica e militarmente com Estados liberais. Seus regimes políticos eram também instáveis, uma vez que nenhuma fórmula social além da democracia liberal ofereceria a liberdade e a dignidade necessárias para uma sociedade permanecer estável.

Mais por menos

Para combater o Ocidente com sucesso, você teria de se tornar igual ao Ocidente e, se isto ocorresse, teria se tornado o tipo de sociedade pacifista pusilânime⁵⁸, vacilante, que não luta por praticamente nada.

Os únicos perigos remanescentes para a paz mundial seriam os chamados Estados renegados, como a Coreia do Norte. E, embora tais países tivessem vontade de desafiar o Ocidente, estariam muito incapacitados para isso diante das suas estruturas sociais e políticas obsoletas, não se tornando mais do que simples amolação (salvo se desenvolverem armas nucleares, naturalmente).

Assim, antigos Estados comunistas, como a Rússia, tinham de optar: aderir à modernização e se transformar em países liberais, abertos e pacíficos ou se agarrar com todas as forças a suas armas e a sua cultura ao mesmo tempo em que são ignorados pelo mundo. De início tudo pareceu funcionar. Com o fim da história, o foco mudou da geopolítica para a teoria econômica do desenvolvimento e a não proliferação, e grande parte da política externa centralizou-se em questões como mudança climática e comércio. A combinação do fim da geopolítica e fim da história ofereceu uma perspectiva especialmente sedutora para os EUA: a noção de que o país poderia começar a colocar menos no sistema internacional e tirar mais. Poderiam enxugar seus gastos com defesa, cortar verbas destinadas ao Departamento de Estado, diminuir sua presença em zonas de

⁵⁸ **Pusilânime**: que revela pusilanimidade, fraqueza moral; covarde, medroso, fraco.

conflito no exterior – e o mundo se tornaria mais próspero e mais livre.

Essa ideia seduziu liberais e conservadores nos EUA. O governo do presidente Bill Clinton, por exemplo, reduziu tanto o orçamento do Departamento de Estado quanto o da Defesa e conseguiu convencer o Congresso a manter as contribuições americanas para as Nações Unidas. Ao mesmo tempo, as autoridades políticas presumiam que o sistema internacional sairia mais fortalecido e com maior escopo, continuando ao mesmo tempo favorável aos interesses americanos.

Republicanos neoisolacionistas, como o ex-parlamentar Ron Paul, do Texas, afirmaram que diante da ausência de desafios geopolíticos sérios, os EUA poderiam reduzir enormemente as despesas militares e a ajuda externa e que continuariam a se beneficiar do sistema econômico global. Depois do 11 de Setembro de 2001, o presidente George W. Bush formulou sua política externa com base na crença de que terroristas do Oriente Médio constituíam um oponente singularmente perigoso e lançou o que, segundo afirmou, seria uma longa guerra contra eles. Sob alguns aspectos, pareceu que o mundo voltava à esfera da história.

No entanto, a crença do governo Bush de que a democracia poderia ser implantada rapidamente no Oriente Médio, a começar pelo Iraque, baseava-se na profunda convicção de que o curso dos acontecimentos favorecia os EUA. De maneira muito diferente, China, Irã e Rússia vêm procurando reformular o *status quo*.

O presidente Barack Obama formulou sua política externa com a convicção de que a “guerra ao terror” foi exagerada, que a história realmente acabou e, como nos anos Clinton, as grandes prioridades dos EUA eram promover a ordem mundial liberal e não mais insistir na geopolítica clássica. O governo articulou um programa extremamente ambicioso para corroborar essa ordem: conter o ímpeto do Irã, no sentido de produzir armas nucleares, solucionar o conflito entre israelenses e palestinos, negociar um tratado sobre mudanças climáticas, firmar tratados envolvendo o controle de armamentos com a Rússia, restaurar a confiança perante os aliados europeus e pôr fim à guerra no Afeganistão. Ao mesmo tempo,

porém, Obama planejava cortes enormes nos gastos de defesa e reduziu a presença dos EUA em cenários-chave mundiais, como Europa e Oriente Médio.

Revisionistas

Um eixo de três males? Todas essas felizes convicções ainda devem ser testadas. Após 25 anos da queda do Muro de Berlim, se nos concentrarmos nas rivalidades entre EU e Rússia sobre a Ucrânia, o que levou Moscou a se apossar da Crimeia; na competição cada vez mais intensa entre China e Japão na Ásia Oriental; ou na incorporação do conflito sectário⁵⁹ nas rivalidades internacionais e guerras civis no Oriente Médio, o mundo parece, a cada dia, menos pós-histórico. De maneiras muito diversas, com objetivos muito diferentes, China, Irã e Rússia estão todos opondo resistência ao acordo político que pôs fim à Guerra Fria. O relacionamento entre essas três potências revisionistas é complexo. Em longo prazo, a Rússia teme a ascensão da China. A visão de mundo de Teerã tem pouco em comum com a de Pequim ou de Moscou. Irã e Rússia são países exportadores de petróleo e querem que seu preço aumente. A China é uma grande consumidora de petróleo e quer preços baixos.

A instabilidade política no Oriente Médio pode beneficiar Rússia e Irã, mas implica grandes riscos para a China. Não devemos falar de uma aliança estratégica entre esses países. Com o tempo, se conseguirem corroer a influência dos EUA na Eurásia, as tensões entre eles, provavelmente, aumentarão, e não diminuirão. O que une essas potências, contudo, é o seu acordo no sentido de que o *status quo* tem de ser revisto. A Rússia deseja refazer ao máximo o mapa da União Soviética. A China não se contenta com um papel secundário nos assuntos globais, nem aceitará o nível atual de influência dos EUA na Ásia e o *status quo* territorial nessa região. O Irã deseja substituir a atual ordem no Oriente Médio – liderada pela

⁵⁹ **Sectário:** que ou aquele que pertence a uma seita; sequaz, partidário, partidário apaixonado, extremado de uma doutrina ou posição religiosa, política ou filosófica, que ou aquele que segue outro em seu modo de pensar e de agir, e lhe obedece cegamente.

Arábia Saudita e dominada pelos Estados árabes sunitas – por outra centralizada em Teerã. Líderes dos três países também concordam que o poder dos EUA é o principal obstáculo para alcançar seus objetivos revisionistas. Sua hostilidade com relação a Washington e sua ordem são tanto ofensivas quanto defensivas; não só esperam que o declínio do poder americano torne mais fácil para eles reformular a ordem em sua região, mas também se preocupam que Washington possa tentar derrubá-los no caso de a discordância com esses países aumentar.

No entanto, os revisionistas evitam confrontos diretos com os EUA, salvo em raras circunstâncias, quando as probabilidades forem maiores a seu favor (como no caso da invasão da Geórgia pela Rússia, em 2008, e a ocupação e a anexação da Crimeia, em 2014). Em vez de continuarem a contestar o *status quo*, eles buscam debilitar as normas estabelecidas e as relações que as sustentam.

Desde que Obama assumiu a presidência, cada uma dessas potências tem adotado uma estratégia distinta de acordo com suas próprias forças e fraquezas. A China, que está mais bem aparelhada entre as três, paradoxalmente, tem sido a mais frustrada. Seu esforço para se afirmar na sua região somente intensificaram os vínculos entre EUA e seus aliados asiáticos e fortaleceram o nacionalismo no Japão. À medida que os recursos de Pequim aumentam, da mesma maneira aumenta a sua frustração. E também, à medida que o poder da China cresce, também cresce a determinação do Japão e as tensões na Ásia, provavelmente, transbordarão para a política e a economia global.

O Irã, sob muitos aspectos o mais frágil dos três Estados, tem se saído melhor. A invasão do Iraque pelos EUA, combinada com a sua retirada prematura do país, permitiu a Teerã estreitar de modo mais profundo e duradouro seus laços com centros de poder importantes ao longo de toda a fronteira iraquiana, fato que mudou o equilíbrio sectário e de poder da região. Na Síria, com a ajuda do seu antigo aliado Hezbollah, Teerã conseguiu mudar o curso dos acontecimentos e reforçar o governo de Bashar Assad diante da forte oposição do governo dos EUA. Esse triunfo da

*realpolitik*⁶⁰ aumentou consideravelmente o poder e o prestígio do Irã. Em toda a região, a Primavera Árabe debilitou os regimes sunitas, fazendo pender ainda mais a balança em favor do Irã. Daí a crescente divisão entre os governos sunitas sobre o que fazer com relação à Irmandade Muçulmana e suas ramificações e seguidores.

A Rússia, por seu lado, surgiu como uma revisionista mediana: mais poderosa do que o Irã, porém mais frágil do que a China. Mais bem-sucedida do que a China no campo da geopolítica, mas menos bem-sucedida do que o Irã. A Rússia tem sido moderadamente eficaz em provocar atritos entre Alemanha e EUA. No entanto, o objetivo do presidente Vladimir Putin de reconstruir a União Soviética é limitado pelo poder econômico do seu país. Para criar um bloco eurasiático, como sonha Putin, a Rússia teria de assumir as contas das ex-repúblicas soviéticas e ela não tem condições para isto.

Velhas rivalidades

Mas, apesar disso, Putin tem conseguido frustrar projetos ocidentais no antigo território soviético. Conteve a expansão da Otan, desmembrou a Geórgia, trouxe a Armênia para sua órbita, aumentou seu controle sobre a Crimeia e a sua aventura ucraniana foi uma surpresa desagradável e humilhante para o Ocidente. Do ponto de vista ocidental, Putin parece estar condenando seu país a um futuro cada vez mais sombrio de pobreza e marginalização. Putin, porém, não acredita que a história acabou e, segundo sua perspectiva, ele consolidou seu poder internamente e lembrou às

⁶⁰ ***Realpolitik***: (do alemão real "realístico", e Politik, "política") refere-se à política ou diplomacia baseada principalmente em considerações práticas, em detrimento de noções ideológicas. O termo é frequentemente utilizado pejorativamente, indicando tipos de política que são coercitivas, imorais ou maquiavélicas. Pensadores como Maquiavel e Nietzsche defendem a Realpolitik como um tipo de realismo político segundo o qual as relações de poder tendem a solapar todas as pretensões de fundamentação moral, num tipo de ceticismo moral análogo ao do argumento de Trasímaco na República de Platão. Henry Kissinger conceitua Realpolitik como sendo "política exterior baseada em avaliações de poder e interesse nacional".

potências estrangeiras hostis que o urso russo ainda tem garras afiadas.

Obama hoje se encontra atolado exatamente nas mesmas rivalidades geopolíticas que esperava transcender. As potências revisionistas têm poderes e recursos tão diversos que nenhuma oferece o tipo de oposição global e sistemática que a União Soviética mostrou. Como resultado, os americanos têm sido lentos em perceber que esses Estados subverteram a ordem geopolítica eurásiana de uma maneira que complicou os esforços europeus e dos EUA para construir um mundo pós-histórico em que todos ganham. No entanto, podemos ver os efeitos dessa atividade revisionista em muitos lugares. Na Ásia Oriental, a posição cada vez mais assertiva da China ainda não produziu concretamente um grande progresso geopolítico, mas alterou fundamentalmente a dinâmica política da região que tem as economias que mais rápido crescem no globo. Hoje, a política asiática se desenvolve em torno de rivalidades nacionais, reivindicações territoriais conflituosas, aumento das forças navais e disputas históricas similares. O renascimento do nacionalismo no Japão, numa resposta direta aos planos chineses, acarretou um processo em que o nacionalismo em um país alimenta o mesmo nacionalismo no outro.

China e Japão estão elevando o tom da sua retórica, aumentando seus orçamentos militares, causando crises bilaterais com maior frequência e cada vez mais fixados numa competição de soma zero. Embora a UE permaneça num momento pós-histórico, as repúblicas da antiga União Soviética não integradas ao bloco vivem numa era bastante diferente. Nos últimos anos, as esperanças de transformar a antiga União Soviética numa região pós-histórica esvaneceram. A ocupação russa da Ucrânia é apenas a mais recente de uma série de medidas que transformaram a Europa Oriental numa zona de conflito geopolítico e tornou impossível uma governança democrática eficaz e estável fora dos Estados do Báltico e da Polônia.

No Oriente Médio, a situação é ainda mais crítica. Os sonhos de que o mundo árabe estaria próximo de uma transformação democrática – sonhos que orientaram a política dos EUA durante os governos

Bush e Obama – desapareceram. Em vez de construir uma ordem liberal na região, as autoridades políticas americanas estão às voltas com o fim de um sistema estatal que remonta ao Acordo Sykes-Pico, de 1916, que dividiu as províncias médio-orientais do Império Otomano, à medida que a governança desaparece no Iraque, Líbano e Síria.

Obama fez o melhor possível para separar a questão do poder crescente do Irã em toda a região do problema envolvendo o seu respeito ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP). No entanto, o temor de sauditas e israelenses quanto às ambições regionais do Irã dificultam essa separação. Outro obstáculo para firmar acordos com o Irã e a Rússia, que tem usado seu assento no Conselho de Segurança da ONU e o apoio a Assad para retardar os objetivos dos EUA na Síria.

Estratégico

A Rússia considera sua influência no Oriente Médio um ativo importante na sua competição com os EUA. O que não significa que Moscou se oporá automaticamente aos objetivos americanos em todas as ocasiões, mas indica que o resultado em que todos ganham, buscado pelos americanos com tanto entusiasmo, às vezes, estará refém dos interesses geopolíticos russos. Por exemplo, ao decidir a que ponto deve pressionar a Rússia no tocante à Ucrânia, a Casa Branca não pode deixar de avaliar o impacto da posição russa na guerra da Síria ou o programa nuclear do Irã. A Rússia não pode ser tornar um país mais rico ou mais amplo, mas pode acabar sendo um fator importante nos cálculos estratégicos dos EUA e os russos podem usar esse fato para obter concessões que sejam importantes para eles.

Se essas potências revisionistas conquistaram espaço, aquelas que defendem o *status quo* foram prejudicadas. A deterioração é mais aguda na Europa, onde o desastre implacável da moeda comum dividiu a opinião pública e levou a União Europeia a concentrar-se em si mesma. A EÚ pode ter evitado algumas consequências piores da crise do euro, mas tanto sua vontade como sua capacidade para uma ação efetiva além das suas fronteiras ficaram debilitadas.

Os EUA não sofreram tanto economicamente como a Europa tem sofrido, mas com o país passando por uma ressaca de política externa induzida pelas guerras iniciadas durante o governo Bush, um Estado de vigilância cada vez mais intrusivo, uma recuperação econômica lenta, uma reforma nos sistema de saúde impopular, o ânimo da sociedade diminuiu. Tanto à esquerda como à direita, os americanos questionam os benefícios da atual ordem mundial e a competência dos seus arquitetos.

Além disso, a sociedade aceita o consenso da elite no sentido de que em um mundo pós-Guerra Fria os EUA têm de oferecer menos ao sistema e extrair mais dele. Quando isso não ocorre, as pessoas acusam os seus líderes. De qualquer modo, não se verifica muito entusiasmo em meio à população por grandes e novas iniciativas, tanto interna como externamente, e essa população mais cética vem se distanciando de uma visão polarizada de Washington com um misto de enfado e desdém.

Obama assumiu o governo planejando cortar as despesas militares, diminuir a importância da política externa dos EUA e, ao mesmo tempo, fortalecer a ordem mundial liberal. A pouco mais de meio caminho na sua presidência, Obama se vê cada vez mais envolvido nessas rivalidades geopolíticas que esperava transcender. O revanchismo chinês, iraniano e russo não desapareceu com o acordo pós-Guerra Fria na Eurásia e talvez jamais desapareça. No entanto, transformou um *status quo* incontestado numa situação contestada. Os presidentes americanos não têm mais liberdade quando procuram aprofundar o sistema liberal e estão cada vez mais preocupados em escorar suas bases geopolíticas.

Há 22 anos, Fukuyama publicou *O Fim da História e o Último Homem* e é tentador ver o retorno da geopolítica como uma refutação definitiva da sua tese. A realidade é mais complicada. O fim da história, como Fukuyama lembrou seus leitores, era um conceito de Hegel e, apesar de o Estado revolucionário ter triunfado sobre os velhos tipos de regimes para sempre, segundo Hegel, a competição e o conflito continuariam a existir. Ele previu distúrbios nas províncias, mesmo quando os centros da civilização europeia entravam numa fase pós-histórica. Como as chamadas províncias de

Hegel incluíam China, Índia, Japão e Rússia, não surpreende que, mais de dois séculos depois, os distúrbios não cessaram. Estamos vivendo o ocaso da história, mas não o seu fim de fato.

Escrevendo a história

Hoje, uma visão hegeliana do processo histórico sustentaria que basicamente pouco mudou desde o início do século XIX. Para se tornarem poderosos, os Estados precisam desenvolver as ideias e instituições que lhes permitirão empregar as forças titânicas do capitalismo industrial e da informação. Não existe alternativa: sociedades incapazes ou que não desejam seguir esse caminho acabarão se tornando objetos da história, não autoras dela. No entanto, o caminho para a pós-modernidade ainda é acidentado. Com vistas a aumentar seu poder, a China, por exemplo, claramente terá de seguir um processo de desenvolvimento econômico e político que exigirá que o país vença os problemas que as sociedades ocidentais modernas também enfrentarão. Não há garantias, porém, de que o caminho da China para uma modernidade liberal estável seja menos tumultuada do que o empreendido pela Alemanha. O ocaso da história não é um momento tranquilo.

A segunda parte do livro de Fukuyama recebeu menos atenção, talvez porque exalte menos o Ocidente. Quando Fukuyama investigou o que seria uma sociedade pós-histórica, fez uma descoberta perturbadora. Num mundo onde as grandes questões foram solucionadas e a geopolítica subordinada à economia, a humanidade se assemelhava muito ao “último homem” niilista descrito pelo filósofo Friedrich Nietzsche: um consumidor narcisista sem maiores aspirações além da sua próxima visita aos centros de compras. Em outras palavras, essas pessoas seriam muito semelhantes aos burocratas europeus e lobistas de Washington dos dias atuais. São competentes para administrar seus negócios entre os indivíduos pós-históricos, mas compreender os motivos e se opor às estratégias dos políticos de um poder ultrapassado é difícil para eles. Ao contrário de seus rivais menos estáveis e menos produtivos, esses indivíduos não estão dispostos a fazer sacrifícios, estão concentrados em curto prazo, facilmente se desviam do caminho e lhes falta coragem.

REFLEXÕES V

As realidades da vida política e os indivíduos nas sociedades pós-históricas são muito diferentes daqueles em países como China, Irã e Rússia, onde o sol da história ainda brilha. Não porque essas sociedades diferentes tenham valores e personalidades diferentes diante delas. O fato é que suas instituições também trabalham de modo diferente e a opinião pública desses países é influenciada por ideias distintas. Sociedades em que os últimos homens (e mulheres) de Nietzsche predominam não compreendem e subestimam seus oponentes supostamente primitivos de sociedades supostamente atrasadas – um fato que pode, pelo menos temporariamente, contrabalançar outras vantagens de seus países.

O curso da história pode seguir inexoravelmente na direção da democracia capitalista liberal e o sol da história pode estar se pondo atrás das colinas. Mas, mesmo quando as sombras aumentam e as estrelas começam a surgir, figuras como Putin ainda caminham com passos largos no palco mundial. Eles não acolherão tão gentilmente a noite e se queixarão do fim da luz do dia. ●

Walter Russell Mead (Foreign Affairs): (born 12 June 1952, Columbia, South Carolina) is James Clarke Chace Professor of Foreign Affairs and Humanities at Bard College and Editor-at-Large of *The American Interest* magazine. Until 2010, Mead was the Henry A. Kissinger Senior Fellow for U.S. Foreign Policy at the Council on Foreign Relations. He is a co-founder of the New America Foundation, a think tank that has been described, oxymorically, as radical centrist in orientation.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 4 de maio de 2014

A ilusão da geopolítica

G. John Idenberry



Walter Russell Mead pinta um retrato perturbador das mazelas geopolíticas dos EUA). Tal como ele as vê, uma coalizão cada vez mais formidável de potências não liberais – China, Irã e Rússia – está determinada a desmontar o acordo pós-Guerra Fria e a ordem global liderada pelos EUA que o sustenta. Por toda a Eurásia, ele argumenta, esses Estados insatisfeitos estão propensos a construir esferas de influência para minar os fundamentos da liderança americana e a ordem global. Em vista

disso, os EUA precisariam repensar seu otimismo, incluindo sua crença pós-Guerra Fria de que Estados não ocidentais em ascensão podem ser persuadidos a se unir ao Ocidente e jogar pelas suas regras. Para Mead, chegou o momento de enfrentar as ameaças desses inimigos geopolíticos cada vez mais perigosos.

O alarmismo de Mead tem base num equívoco colossal sobre a realidade das potências modernas. A ordem mundial existente é mais estável e expansiva do que Mead retrata. Ele se equivoca sobre China e Rússia, que não são potências revisionistas em plena escala, mas, na melhor das hipóteses, desmancha-prazeres em tempo parcial, tão desconfiadas uma da outra como são do mundo em geral.

É fato que elas buscam oportunidades para resistir à liderança global dos EUA e, recentemente, como no passado, elas a peitaram, particularmente quando confrontadas em suas próprias vizinhanças. No entanto, mesmo esses conflitos são alimentados mais por fraqueza – de seus líderes e seus regimes – do que por força. Elas não têm uma marca atraente. E, no que toca seus interesses dominantes, a Rússia e, em especial a China, estão profundamente integradas na economia mundial e em suas instituições governantes.

REFLEXÕES V

Mead também caracteriza de maneira equivocada os fundamentos da política externa americana. Desde o fim da Guerra Fria, ele argumenta, os EUA ignoraram questões geopolíticas envolvendo territórios e esferas de influência. Adotaram uma ênfase excessivamente otimista na construção da ordem mundial. Mas essa é uma falsa dicotomia.

Os EUA não se concentram em questões de ordem global, como controle de armas e comércio, por supor que o conflito geopolítico acabou de uma vez por todas; eles empreendem tais esforços precisamente porque querem gerir a competição entre grandes potências. A construção da ordem não tem como premissa o fim da geopolítica, ela diz respeito a como responder às grandes questões da geopolítica. Aliás, a construção de uma ordem global liderada pelos EUA não começou com o fim da Guerra Fria; ela venceu a Guerra Fria. Nos quase 70 anos desde a 2.^a Guerra, Washington empreendeu esforços contínuos para construir um abrangente sistema de instituições multilaterais, alianças, acordos comerciais e parcerias políticas. Esse projeto ajudou a atrair países para a órbita dos EUA. Ele ajudou a fortalecer normas e regras globais que questionaram a legitimidade das esferas de influência, tentativas de dominação regional e roubos territoriais ao estilo do século XIX. E deu aos EUA as capacidades, parcerias e princípios para enfrentar grandes potências estraga-prazeres e revisionistas de hoje, tal como são.

Alianças, parcerias, multilateralismo, democracia – essas são as ferramentas da liderança americana e elas estão vencendo, não perdendo, as disputas do século XXI sobre geopolítica e ordem mundial. Em 1904, o geógrafo inglês Halford Mackinder escreveu que a grande potência que controlasse o coração da Eurásia comandaria "a Ilha do Mundo" e, com isso, o próprio mundo. Para Mead, a Eurásia voltou a ser o grande prêmio da geopolítica. Nos extremos longínquos de seu supercontinente, ele argumenta, China, Irã e Rússia procuram estabelecer suas esferas de influência e desafiam interesses americanos, tentando lenta, mas inexoravelmente, dominar a Eurásia e, com isso, ameaçar os EUA e o restante do mundo.

REFLEXÕES V

Essa visão desconsidera uma realidade mais profunda. Em questões de geopolítica (para não mencionar de demografia, de política e de ideias), os EUA têm uma vantagem decisiva sobre China, Irã e Rússia. Embora os EUA algum dia certamente descerão do pico de hegemonia que ocuparam durante a era unipolar, seu poder continua sem rival. Sua riqueza e vantagens tecnológicas continuam muito fora do alcance de China e Rússia, que dizer do Irã. Sua economia em recuperação, agora fortalecida por novos e volumosos recursos em gás natural, lhes permite manter uma presença militar global e compromissos de segurança confiáveis. Aliás, Washington tem uma habilidade única para ganhar amigos e influenciar Estados.

Segundo um estudo chefiado pelo cientista político Brett Ashley Leeds, os EUA mantêm parcerias militares com mais de 60 países, enquanto a Rússia tem oito aliados formais e a China apenas um (Coreia do Norte). Como me contou um diplomata britânico, "a China não parece fazer alianças". Mas os EUA sim e elas pagam um dividendo duplo: não só fornecem uma plataforma global para a projeção do poder americano, como distribuem a carga de fornecer segurança.

A capacidade militar agregada nesse sistema de alianças liderado pelos EUA sobrepuja qualquer coisa que China ou Rússia possam criar nas próximas décadas.

Era atômica

Depois, há as armas nucleares. Essas armas, que EUA, China e Rússia possuem (e o Irã está buscando), ajudam Washington de duas maneiras. Primeiro, graças à lógica da destruição mútua garantida, elas reduzem radicalmente a probabilidade de uma guerra entre grandes potências. Tais confrontos forneceram oportunidades para grandes potências do passado, incluindo os EUA na 2.^a Guerra, firmarem suas próprias ordens internacionais. A era atômica privou a China e a Rússia dessa oportunidade. Segundo, armas nucleares também tornarão China e Rússia mais seguras, dando-lhes uma garantia de que os EUA jamais as invadirão. Isso é uma coisa boa, porque reduz a probabilidade de

REFLEXÕES V

que elas recorram a medidas desesperadas, nascidas da insegurança, que possam provocar uma guerra e solapar a ordem liberal.

A geografia reforça outras vantagens dos EUA. Como única grande potência não rodeada por outras grandes potências, o país pareceu menos ameaçador a outros Estados e conseguiu ascender dramaticamente ao longo do último século sem provocar uma guerra. Após a Guerra Fria, quando os EUA eram a única superpotência do mundo, outras potências globais, a oceanos de distância, nem sequer tentaram se equiparar a eles. Aliás, a posição geográfica levou outros países a se preocupar mais com abandono do que com domínio. Aliados na Europa, Ásia e Oriente Médio tentaram fazer os EUA jogar um papel maior em suas regiões. O resultado é o que o historiador Geir Lundestad chamou de "império por convite".

A vantagem geográfica dos EUA está plenamente evidente na Ásia. A maioria dos países da região vê a China como um perigo potencial maior – em razão de sua proximidade – do que os EUA. Tirando os EUA, toda grande potência do mundo vive numa vizinhança geopolítica apinhada onde mudanças no poder rotineiramente provocam contramedidas. A China está descobrindo essa dinâmica com a reação de Estados circundantes que em resposta a sua ascensão estão modernizando suas forças militares e reforçando suas alianças. A Rússia a conheceu há décadas e a enfrentou mais recentemente na Ucrânia, que nos últimos anos vinha aumentando seus gastos militares e tentando estreitar laços com a União Europeia (UE).

O isolamento geográfico também deu aos EUA razão para capitanear a defesa de princípios universais que lhe permitem acesso a várias regiões do mundo. O país promove há muito uma política de porta aberta e o princípio da autodeterminação, e se opôs ao colonialismo – menos por um senso de idealismo do que pelas realidades práticas de manter Europa, Ásia e Oriente Médio abertos ao comércio e à diplomacia.

No fim dos anos 1930, a principal questão que se colocava para os

REFLEXÕES V

EUA era qual espaço geopolítico, ou "grande área", eles precisariam para existir como grande potência num mundo de impérios, blocos regionais e esferas de influência.

A 2.^a Guerra deixou clara a resposta: prosperidade e segurança do país dependiam do acesso a cada região. E nas décadas seguintes, com algumas exceções importantes e danosas, como o Vietnã, os EUA adotaram princípios pós-imperiais. Foi durante esses anos do pós-guerra que geopolítica e construção da ordem convergiram. Um arcabouço internacional liberal foi a resposta que estadistas como Dean Acheson, George Kennan e George Marshall ofereceram ao desafio do expansionismo soviético. O sistema que eles construíram fortaleceu e enriqueceu os EUA e seus aliados, em detrimento de seus oponentes não liberais. Também estabilizou a economia mundial e estabeleceu mecanismos para enfrentar problemas globais. O fim da Guerra Fria não mudou a lógica por trás desse projeto. Felizmente, os princípios liberais que Washington promoveu gozam de um apelo quase universal, porque eles tenderam a se ajustar bem às forças modernizadoras do crescimento econômico e do progresso social. Como colocou o historiador Charles Maier, os EUA surfaram a onda de modernização do século XX. Mas alguns disseram que essa congruência entre o projeto americano e as forças da modernidade enfraqueceu nos últimos anos. A crise financeira de 2008, dizem, marcou um ponto crítico da história mundial no qual os EUA perderam seu papel de vanguarda na promoção do progresso econômico.

Mesmo que isso fosse verdade, não seria por isso que a China e a Rússia substituiriam os EUA como paradigmas da economia global. Nem Mead defende que China, Irã ou Rússia oferecem ao mundo um novo modelo de modernidade. Para essas potências não liberais realmente ameacarem Washington e o restante do mundo capitalista liberal, elas terão de encontrar e surfar a próxima grande onda de modernização. É improvável que o façam.

Democracia

A visão de Mead de uma disputa pela Eurásia entre EUA e China, Irã e Rússia não leva em consideração a transição de poder mais

REFLEXÕES V

profunda em curso: a crescente ascendência da democracia capitalista liberal. De fato, neste momento, muitas democracias liberais estão às voltas com lento crescimento econômico, desigualdade social e instabilidade política. Mas a disseminação da democracia liberal pelo mundo, a partir de fins da década de 1970, acelerando-se após a Guerra Fria, fortaleceu dramaticamente a posição dos EUA e endureceu o círculo geopolítico em torno de China e Rússia.

É fácil esquecer como era rara a democracia liberal no passado. Até o século XX, ela estava confinada ao Ocidente e partes da América Latina. Após a 2.^a Guerra, começou a ir além desses domínios à medida que Estados agora independentes estabeleciam sua autodeterminação. Durante os anos 1950, 1960 e começo dos 1970, golpes militares e novos ditadores frearam transições democráticas. Mas no fim dos anos 1970, o que o cientista político Samuel Huntington chamou de "a terceira onda" de democratização varreu o sul da Europa, a América Latina e o Leste Asiático.

Aí a Guerra Fria terminou, e uma legião de ex-Estados comunistas na Europa Oriental foram trazidos para o redil democrático. Em fins dos anos 1990, 60% de todos os países haviam se tornado democracias.

Apesar de alguns retrocessos, a tendência mais significativa tem sido o surgimento de um grupo de potências médias democráticas, entre as quais Austrália, Brasil, Índia, Indonésia, México, Coreia do Sul e Turquia. Essas democracias ascendentes estão agindo como partes interessadas no sistema internacional: promovendo a cooperação multilateral, buscando maiores direitos e responsabilidades, exercendo influências por meios pacíficos. Tais países levaram a ordem mundial liberal a novas alturas geopolíticas.

Como observou o cientista político Larry Diamond, se Argentina, Brasil, Índia, Indonésia, África do Sul e Turquia recuperarem seu equilíbrio econômico e fortalecerem seu regime democrático, o G-20, que também inclui os EUA e países europeus, "se tornará um forte 'clube de democracias', deixando de fora apenas Rússia, China e Arábia Saudita". A ascensão de uma classe média global de

REFLEXÕES V

Estados democráticos transformou China e Rússia em pontos fora da curva – e não, como Mead teme, legítimos disputantes da liderança global. Aliás, o crescimento democrático foi extremamente problemático para ambos os países. No Leste Europeu, ex-Estados soviéticos e satélites tornaram-se democráticos e se uniram ao Ocidente. Por preocupantes que possam ter sido as medidas do presidente russo, Vladimir Putin, na Crimeia, elas refletem a vulnerabilidade geopolítica da Rússia e não sua força. Nas duas últimas décadas, o Ocidente foi paulatinamente se aproximando das fronteiras da Rússia.

Em 1999, República Checa, Hungria e Polônia entraram na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Juntaram-se a elas em 2004 outros sete antigos membros do bloco soviético e, em 2009, Albânia e Croácia. Nesse intervalo, seis ex-repúblicas soviéticas tomaram o caminho da participação ao aderir ao programa Partnership for Peace da Otan.

Mead dá muita importância às façanhas de Putin na Geórgia, Armênia e Crimeia. Apesar de Putin estar ganhando algumas pequenas batalhas, ele está perdendo a guerra. A Rússia não está em ascensão; ao contrário, está experimentando uma das maiores contrações geopolíticas de qualquer grande potência na era moderna.

A democracia também está cercado a China. Em meados dos anos 1980, Índia e Japão eram as únicas democracias asiáticas, mas de lá para cá, Indonésia, Mongólia, Filipinas, Coreia do Sul, Taiwan e Tailândia entraram no clube. Mianmar deu passos cautelosos rumo a um regime pluripartidário – passos que vieram acompanhados, como a China não deixou de notar, de um aquecimento das relações com os EUA. A China vive hoje, decididamente, numa vizinhança democrática.

Essas transformações políticas puseram a China e a Rússia na defensiva. Considerem-se os recentes desdobramentos na Ucrânia. As correntes econômicas e políticas na maior parte do país estão fluindo inexoravelmente para oeste, uma tendência que apavora Putin. Seu único recurso foi pressionar a Ucrânia para resistir à UE

e permanecer na órbita russa. Embora ele possa ser capaz de manter a Crimeia sob controle russo, seu domínio sobre o restante do país está diminuindo. Como observou o diplomata da UE Robert Cooper, Putin pode tentar retardar o momento em que a Ucrânia "se filiará à UE, nas não pode impedi-lo". Na verdade, Putin pode nem ser capaz de fazer isso, pois suas medidas provocadoras só aceleraram a aproximação da Ucrânia da Europa.

A China enfrenta um problema similar em Taiwan. Dirigentes chineses sinceramente acreditam que Taiwan faz parte da China, mas os taiwaneses não. A transição democrática na ilha tornou as pretensões de independência de seus habitantes mais profundamente sentidas e legítimas. Uma pesquisa de opinião em 2011 revelou que se os taiwaneses pudessem receber garantias de que a China não atacaria Taiwan, 80% deles apoiariam a declaração de independência. Como a Rússia, a China quer o controle geopolítico sobre sua vizinhança, mas a disseminação da democracia para todos os cantos da Ásia tornou a dominação à moda antiga a única maneira de alcançar isso e essa opção é dispendiosa e autodestrutiva.

Enquanto a ascensão de Estados democráticos torna a vida mais difícil para China e Rússia, ela torna o mundo mais seguro para os EUA. Essas duas potências podem se considerar rivais dos EUA, mas a rivalidade ocorre num campo de jogo muito desigual: os EUA têm mais amigos e os mais capazes também. Washington e seus aliados respondem por 75% dos gastos militares globais. A democratização pôs China e Rússia numa caixa geopolítica.

O Irã não está cercado de democracias, mas é ameaçado por um movimento pró-democracia insubmisso em casa. Mais importante, o Irã é o membro mais fraco do eixo de Mead, com economia e capacidade militar muito menores do que os EUA e as outras grandes potências. Ele é alvo também do mais forte regime de sanções internacionais jamais montado, com ajuda da China e da Rússia.

A diplomacia do governo Obama para o Irã pode ter sido bem-sucedida ou não, mas não está claro o que Mead faria de diferente

REFLEXÕES V

para impedir o país de conseguir armas nucleares. A abordagem de Obama tem a virtude de oferecer a Teerã um caminho pelo qual ele pode mudar de potência regional hostil para ser um membro não nuclear mais construtivo da comunidade internacional – um fator de mudança de jogo que Mead não analisa.

O revisionismo revisitado por Mead não só subestima a força dos EUA como a ordem que eles construíram. Ele também exagera no grau em que China e Rússia estão buscando resistir. Tirante suas ambições nucleares, o Irã parece um Estado empenhado mais em protestos fúteis do que numa verdadeira resistência, por isso não deve ser considerado próximo de uma potência revisionista.

Sem dúvida, China e Rússia desejam uma maior influência regional. A China exibiu pretensões agressivas a direitos marítimos e ilhas próximas contestadas. Embarcou num reforço de armamentos. Putin pretende reclamar o domínio da Rússia sobre seu "exterior próximo". As grandes potências se erijam contra a liderança americana e resistem a ela quando podem. Mas China e Rússia não são verdadeiras revisionistas. Como disse o ex-chanceler israelense Shlomo Ben-Ami, a política externa de Putin é "mais um reflexo de seu ressentimento com a marginalização geopolítica da Rússia do que um grito de guerra de um império em ascensão".

A China, é claro, é uma genuína potência em ascensão e isso convida a uma competição perigosa com aliados americanos na Ásia, mas a China não está tentando romper essas alianças ou derrubar o sistema mais amplo de governança da segurança regional concretizado na Associação de Nações do Sudeste Asiático e na Cúpula do Leste Asiático. E mesmo que ela abrigasse ambições de eventualmente fazê-lo, as parcerias de segurança americanas na região são, no mínimo, mais fortes, não mais fracas.

China e Rússia são, na melhor hipótese, estraga-prazeres. Elas não têm interesses – para não mencionar ideias, capacidade ou aliados – para levá-las a subverter regras e instituições globais existentes.

Soberania e interesses

Aliás, embora se ressintam de que os EUA estão no topo do sistema

REFLEXÕES V

geopolítico atual, elas adotam a lógica subjacente desse arcabouço, e por boa razão. A abertura lhes dá acesso a comércio, investimentos e tecnologia de outras sociedades. As regras lhes dão ferramentas para proteger sua soberania e seus interesses. Apesar das controvérsias sobre a nova ideia de "responsabilidade de proteger" (que só tem sido aplicada seletivamente), a ordem mundial atual só preserva normas antigas de soberania de Estado e não intervenção.

Aqueles princípios westfalianos continuam sendo a base da política mundial – e a China e a Rússia amarraram neles seus interesses nacionais (apesar do irredentismo⁶¹ perturbador de Putin). Não deve surpreender, portanto, que China e Rússia tenham se integrado profundamente na ordem internacional existente. Ambas são membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, com direito de veto, e ambas participam ativamente na Organização Mundial de Comércio (OMC), no Fundo Monetário Internacional (FMI), no Banco Mundial e no G-20. Elas são atores geopolíticos, participando de todos os organismos de peso na governança global.

A China, a despeito de sua rápida ascensão, não tem uma agenda global ambiciosa. Ela continua concentrada em sua situação interna, em preservar o regime do Partido Comunista. Algumas figuras políticas e intelectuais chineses, como Yan Xuetong e Zhu Chenghu, têm uma lista de desejos de objetivos revisionistas. Elas veem o sistema ocidental como uma ameaça e estão à espera do dia em que a China poderá reorganizar a ordem internacional. Mas essas vozes não vão muito além da elite política. Aliás, a liderança chinesa se afastou de seus primeiros apelos a uma mudança radical.

Em 2007, numa reunião de seu Comitê Central, o Partido Comunista Chinês substituiu propostas anteriores de uma "nova ordem econômica internacional" por apelos a reformas mais modestas centradas em equidade e justiça. O pesquisador chinês

⁶¹ **Irredentismo:** política ou doutrina política por meio da qual uma nação advoga a recuperação de terras que lhe tenham sido tomadas ou a incorporação de um território cultural e historicamente ligado a ela mas que se acha sob domínio estrangeiro.

REFLEXÕES V

Wang Jisi argumentou que esse movimento é "sutil, mas importante", mudando a orientação da China para as de uma reformadora global. A China agora deseja um papel maior no FMI e no Banco Mundial, mais influência em fóruns como o G-20 e maior uso global de sua moeda. Essa não é a agenda de um país tentando revisar a ordem econômica.

China e Rússia também são membros em boa posição no clube nuclear. O centro do acordo da Guerra Fria entre os EUA e a União Soviética (e depois a Rússia) foi um esforço compartilhado para limitar armas nucleares. Apesar de as relações russo-americanas terem azedado depois disso, o componente nuclear de seu acordo se manteve. Em 2010, Moscou e Washington assinaram o tratado New Start, que dispõe sobre reduções mútuas em armas nucleares de longo alcance.

Antes dos anos 1990, a China era uma estranha no clube nuclear. Apesar de ter um arsenal modesto, ela se via como uma voz do mundo em desenvolvimento não nuclear e criticava os acordos de controle de armas e proibição de testes. Numa mudança notável, a China passou a apoiar o conjunto dos acordos nucleares, incluindo o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares e o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares. Ela tem afirmado uma doutrina de "não ser a primeira a usar", tem mantido pequeno seu arsenal e tirou da condição de alerta toda sua força nuclear. A China também jogou um papel ativo na Cúpula de Segurança Nuclear, uma iniciativa proposta por Obama em 2009, e entrou no "processo P5", um esforço cooperativo para proteger essas armas.

Em todo um amplo leque de questões, China e Rússia estão agindo mais como grandes potências estabelecidas do que como revisionistas. Elas com frequência optam por evitar o multilateralismo, mas isso também ocorre com os EUA e outras democracias poderosas. Pequim ratificou a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar; Washington não.

China e Rússia estão usando regras e instituições globais para defender seus próprios interesses. Suas disputas com os EUA referem-se a ganhar influência dentro da ordem existente e

REFLEXÕES V

manipulá-la para servir a suas necessidades. Elas querem melhorar suas posições no sistema, mas não estão tentando substituí-lo. ●

G. John Ikenberry: colaborador da Foreign Affairs e professor de relações internacionais da Universidade de Princeton.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 11 de maio de 2014

LUIZ BIANCI

O pântano

Vladimir Sorokin



No curso de três dias em agosto de 1991, durante o fracassado *putsch*⁶² contra (o ex-presidente soviético Mikhail) Gorbachev, o decadente império soviético oscilou e começou a cair. Alguns amigos e eu nos vimos na Praça Lubianskaya, no lado oposto da temível e poderosa KGB. Uma enorme multidão estava se preparando para derrubar o símbolo dessa sinistra instituição – a estátua de seu fundador, (Felix) Dzerchinski, “Felix de Ferro” como seus camaradas bolcheviques o chamavam. Alguns rapazes ousados haviam escalado o monumento e enrolado cabos em volta de seu pescoço, e um grupo os estava puxando sob os gritos e berros cada vez mais altos da multidão presente.

De repente, apareceu do nada um aliado de Boris Yeltsin com um megafone e pediu que os presentes se contivessem, porque, assim ele disse, quando a estátua de bronze caísse, “sua cabeça poderia arrebentar a calçada e danificar importantes equipamentos e comunicação subterrâneos”. O homem disse que um guindaste já estava a caminho para remover Dzerchinski do pedestal sem efeitos colaterais danosos. A multidão revolucionária esperou duas boas horas por esse guindaste, mantendo o ânimo exaltado com gritos de “Abaixo a KGB!”.

Naquelas duas horas me assaltaram dúvidas sobre o sucesso da iminente revolução antissoviética. Tentei imaginar a multidão parisiense, em 16 de maio de 1871, esperando polidamente por um arquiteto e trabalhadores para remover a Coluna Vendôme. E caí na

⁶² ***Putsch***: golpe, ou tentativa de golpe, com o objetivo de tomar o poder, não raro com a participação de militares e baseando-se em conspiração secreta; golpe de Estado.

risada.

O guindaste finalmente chegou. Dzerchinski foi baixado, colocado num caminhão, e levado embora. As pessoas corriam ao seu lado e cuspiam na estátua. Desde então, ele pode ser visto no parque de monumentos soviéticos desmontados perto da Galeria Nova Tretiakov.

Há pouco tempo, um membro da Duma (a câmara baixa do Parlamento russo) propôs uma resolução para devolver o monumento ao seu antigo local. Tendo em vista os eventos recentes em nosso país, é bem provável que este símbolo do terror bolchevique retorne à Praça Lubianskaya.

O rápido desmonte recente dos monumentos soviéticos restantes na Ucrânia fez lembrar-me do episódio com Dzerchinski. Dezenas de estátuas de Lenin caíram em cidades ucranianas; ninguém na oposição pediu para as pessoas as tratarem “de maneira civilizada”, porque, neste caso, um desmonte “polido” só poderia significar uma coisa: preservar um símbolo potente do poder soviético.

“Djugashvili (Stalin) está lá, preservado num jarro”, como escreveu o poeta Joseph Brodsky em 1968. Esse jarro é a memória do povo, seu inconsciente coletivo. Em 2014, Lenins foram derrubados na Ucrânia e deixaram que eles caíssem. Ninguém tentou preservá-los. Esta “queda-de-Lenin” ocorreu durante o brutal confronto na Praça da Independência (Maidan) de Kiev, quando o poder de Viktor Yanukovich também ruiu, demonstrando que uma Coluna Vendôme genuína revolução antissoviética finalmente ocorrera na Ucrânia.

Na Rússia, não houve uma verdadeira revolução. Lenin, Stalin e seus associados sangrentos ainda repousam na Praça Vermelha, e centenas de estátuas continuam de pé, não só em praças e pracinhas da Rússia, mas nas mentes de seus cidadãos.

A fúria da resposta de nossos políticos e burocratas à destruição em massa de ídolos soviéticos na Ucrânia é reveladora. O leitor poderia pensar: por que lastimar a perda de símbolos do passado? Mas os burocratas russos entendem que seu amado *Homo sovieticus* desmoronou com Lenin. “Eles estão destruindo monumentos a

REFLEXÕES V

Lenin porque ele personifica a Rússia!”, exclamou um político.

Sim: a Rússia soviética e a URSS, o império implacável, construído por Stalin, que escravizou povos inteiros, criou uma fome devastadora na Ucrânia e realizou expurgos e repressões em massa. A revolução ucraniana recente foi, de fato, dirigida contra os herdeiros desse império – Putin e Yanukovich. É revelador que as manifestações pró-russas na Crimeia e nas partes orientais da Ucrânia tenham ocorrido invariavelmente perto de estátuas de Lenin.

Infelizmente, o que houve nas últimas semanas na Ucrânia não ocorreu na Rússia em 1991. A revolução de Yeltsin acabou sendo de “veludo”: ela não enterrou o passado soviético e não fez o julgamento de seus crimes, como foi o caso na Alemanha após a 2ª Guerra Mundial. Todos aqueles funcionários do partido que se tornaram “democratas” do dia para a noite simplesmente empurraram o cadáver soviético para um canto e o cobriram de serragem. “Ele vai apodrecer sozinho!”, disseram.

Ai de nós, ele não apodreceu. Em sondagens recentes de opinião pública, quase metade dos pesquisados considerou que Stalin foi um “bom líder”. Na nova interpretação da história, Stalin é visto como “um administrador competente”, e os expurgos são caracterizados como uma rotação de quadros necessária para a modernização da URSS. A União Soviética desmoronou geograficamente e economicamente, mas ideologicamente ela sobrevive nos corações de milhões de *Homo soviecticus*. A mentalidade soviética se revelou tenaz; ela se adaptou ao capitalismo selvagem dos anos 1990 e começou a sofrer uma mutação no Estado pós-soviético. Foi essa tenacidade que preservou um sistema piramidal de poder que remonta a Ivan, o Terrível, e foi fortalecido por Stalin.

Yeltsin, que estava cansado após ter subido ao topo da pirâmide, deixou a estrutura absolutamente intacta, mas trouxe consigo um herdeiro: Putin, que imediatamente informou à população que via no colapso da URSS uma catástrofe geopolítica. Ele também citou o conservador *tzar* Alexandre III, para quem a Rússia tinha somente

REFLEXÕES V

dois aliados: o Exército e a Marinha. A máquina do Estado russo se moveu para trás, para o passado, tornando-se cada vez mais soviética a cada ano.

Para mim, esta jornada de 15 anos de volta à URSS sob a liderança de um ex-tenente-coronel da KGB mostrou ao mundo a natureza viciosa e os sustentáculos arcaicos da estrutura de “poder vertical” do estado russo, mais do que qualquer “grande e terrível” Putin. Com semelhante estrutura monárquica, o país fica automaticamente refém dos caprichos psicossomáticos de seu líder. Todos seus medos, paixões, fraquezas e complexos se tornam política de Estado. Se ele for paranoico, o país todo deve temer inimigos e espíões; se tiver insônia, todos os ministros terão de trabalhar à noite; se for abstêmio, todos terão de parar de beber; se for um bebum, todos deveriam encher a cara; se não gostar dos EUA, contra os quais lutou sua amada KGB, a população toda não deve gostar dos EUA. Um país assim não tem um futuro previsível, estável; o desenvolvimento gradual é extraordinariamente difícil.

A imprevisibilidade já era um trunfo da Rússia, mas desde os eventos ucranianos, ela atingiu níveis sem precedente: ninguém sabe o que ocorrerá com nosso país daqui a um mês, uma semana, ou no dia seguinte. Eu acredito que nem mesmo Putin sabe: ele é hoje refém de sua própria estratégia de se fazer de durão com o Ocidente. A roda da imprevisibilidade girou: as regras do jogo foram estabelecidas. O trunfo da primeira década de Putin foi a estabilidade, que ele usou para destruir a oposição e empurrá-la para a clandestinidade. Agora, ele está se fazendo de caprichosa, imprevisível, Dama de Espadas. Esta carta vencerá qualquer ás.

A expressão Rússia nas Sombras, como H. G. Wells intitulou seu livro sobre a Rússia bolchevique esteve na lembrança de muitos cidadãos russos ultimamente. Ouvem-se coisas como “O chão tremeu sob nossos pés!” o tempo todo. O enorme iceberg Rússia, congelado pelo regime de Putin, rachou após os eventos na Crimeia; ele se separou do mundo europeu e flutuou para o desconhecido. Ninguém sabe o que ocorrerá ao país agora, para que mares ou pântanos levará sua deriva. Em momentos assim, é melhor confiar mais na intuição do que no senso comum. Meus compatriotas mais

perceptivos sentem que quando a Rússia tomou a Crimeia da Ucrânia, ele abocanhou mais do que poderá mastigar ou digerir. Os dentes do Estado já não são o que eram, e, aliás, seu estômago já não funciona como antigamente.

Quando se compara o urso pós-soviético ao soviético, a única coisa que eles têm em comum é o rugido imperial. Mas o urso pós-soviético está infestado de parasitas corruptos que o infectaram durante os anos 1990, e se multiplicaram exponencialmente na última década. Eles estão consumindo o urso por dentro. Alguns poderiam tornar esse movimento fremente⁶³ sob o couro do urso por músculos poderosos em ação. Isto é uma ilusão, contudo. Não há músculos, os dentes do urso estão gastos, e seu cérebro está tolhido pelos disparos aleatórios de impulsos neurológicos contraditórios: “Ficar rico!”, “Modernizar!”, “Roubar!”, “Orar!”, “Construir a Grande Mãe Rússia!”, “Reviver a URSS!”, “Precaver-se contra o Ocidente!”, “Investir em imóveis ocidentais!”, “Manter as poupanças em dólares e euros!”, “Férias em Courchevel (estação de esqui nos Alpes franceses)!”, “Ser patriota!”, “Buscar e destruir inimigos internos!”.

Por falar em inimigos internos... Em seu discurso sobre o ingresso da Crimeia na Rússia, o presidente Putin mencionou uma “quinta coluna” e “traidores nacionais” que supostamente estão impedindo a Rússia de avançar vitoriosamente. Como muitos já podem ter notado, a expressão “traidor nacional” vem de *Mein Kampf*. Estas palavras, ditas pelo chefe de Estado, causaram grande alarme em muitos cidadãos russos. A *intelligentsia* entrou em choque. A *intelligentsia* russa, melhor dizendo, está especialmente alarmada. Enquanto o povo grita “A Crimeia é nossa!” em manifestações do governo, nossa *intelligentsia* prossegue com suas conversas derrotistas usuais: “Haverá expurgos como em 1937...”; “Ele não vai parar na Ucrânia...”; “Parece que chegou a hora de sair do país...”; “Não consigo mais assistir à TV, tudo que eles mostram é propaganda”; “O Ocidente vai virar as costas para nós...”; “A Rússia será um pária...”; “Tudo isso está me deixando realmente

⁶³ **Fremente:** que freme, que agita; agitado, trêmulo "mar fremente".

REFLEXÕES V

deprimido...”; “A Samizdat (cópia e distribuição de livros e textos proibidos, a fim de driblar a censura na era soviética) e a clandestinidade voltarão...”.

Eu confesso que conversas como essas me deixam mais doente do que a anexação da Crimeia. Eu quero dizer a meus colegas da *intelligentsia*: “Amigos, nos últimos 15 anos, o camarada Putin se tornou o que ele é agora somente por causa de nossas próprias fraquezas”.

A Ucrânia ensinou à Rússia uma lição de amor à liberdade ao se recusar a tolerar um regime vil, ladrão. A Ucrânia encontrou forças para se desgarrar do iceberg pós-soviético e navegar em direção da Europa. Maidan – a Praça da Independência – mostrou ao mundo o que um povo pode realizar quando assim o deseja. Mas quando vi as reportagens sobre Kiev não pude imaginar nada semelhante na Moscou de hoje. É difícil imaginar moscovitas lutando dia e noite contra as forças especiais do governo na Praça Vermelha e enfrentando as balas de franco-atiradores com escudos de madeira. Para isso, alguma coisa precisa mudar não só no ambiente, mas nas cabeças das pessoas. Mudará?

Não devíamos ter esperado a chegada do guindaste na Praça Lubianskaya em agosto de 1991. Devíamos ter derrubado o ídolo de ferro mesmo que sua cabeça arrebetasse o calçamento e danificasse “importantes equipamentos de comunicação subterrâneos”. Estaríamos vivendo num país diferente agora.

É importante deixar o passado ruir na hora certa... ●

Vladimir Sorokin: escritor e intelectual russo. Nos anos 1980, teve sua obra banida da União Soviética. Atualmente, vive em Moscou e escreveu este texto para *The New York Review of Books*.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 11 de maio de 2014

Dilma caiu na armadilha da polarização

Cristian Klein, Denise Arakaki e Maria Cristina Fernandes



Campos com Marina: "Lula não é burro; como candidato colocaria em risco a história, o poder e a perspectiva dele; Dilma só arrisca o poder".

Longe de assustar, a estratégia do medo utilizada pelo PT – em inserções que começaram a ser exibidas nesta semana no rádio e TV – já representaria o erro das previsões do marqueteiro João Santana, guru da pré-campanha à reeleição da presidente Dilma Rousseff, e pode significar a oportunidade para furar a lógica polarizada da eleição presidencial. É assim que os pré-candidatos a presidente e vice-presidente do PSB, Eduardo Campos e Marina Silva, avaliaram, em visita ao Valor, a forte cartada lançada pelo PT, em propaganda que mostra brasileiros temendo a volta ao passado ao olharem para eles mesmos em piores condições de vida. Para Campos, a estratégia de *marketing* do PT sinaliza desespero e demonstra que o partido recorre ao "último bastião" de seus eleitores – um núcleo duro formado por beneficiados por programas federais como o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida, Prouni e Fies.

"Não somos os anões de que falava o João Santana", afirmou Campos, ao se referir à entrevista em que o publicitário do Planalto exalou otimismo. Em outubro do ano passado, Santana afirmou que Dilma será reeleita no primeiro turno em decorrência do que chamou de "antropofagia de anões" a abater seus principais adversários – além de Campos, o senador Aécio Neves (PSDB-MG). Eles vão se comer, lá embaixo, e ela, sobranceira (**sobranceiro**: que encara as coisas ou as pessoas com superioridade, que se percebe em estágio mais elevado), vai planar no Olimpo", disse à época.

REFLEXÕES V

O ex-governador de Pernambuco afirma que a previsão simplesmente não se confirmou. As intenções de voto de Dilma têm caído nas últimas pesquisas eleitorais e já indicam a possibilidade de haver um segundo turno. E o efeito foi justamente o contrário ao previsto pelo marqueteiro presidencial. "Você vê numa campanha de reeleição que, pela primeira vez, uma candidata que está na frente sai batendo no outro. Quem está na frente não bate no outro; ignora", diz.

O outro, no caso, é o PSDB. Ao falar sobre o passado, a propaganda do PT chamou para o ringue seu adversário predileto e tenta repetir o duelo que venceu nas últimas três eleições (2002, 2006 e 2010) contra os tucanos. Para Campos, será a oportunidade para furar o bloqueio da polarização. "À medida que Dilma começa a falar em medo, ela arma a cena para a gente entrar. À medida que, para segurar seu núcleo duro, começa a falar para trás, ela arma a cena da polarização [de troca de acusações entre PT e PSDB]. Aí, entramos dizendo que os dois têm razão e você [eleitor] tem razão também maior – que é mudar isso aí. Do ponto de vista estratégico, ela está no pior dos tons. Se ela estivesse falando para o futuro... Mas não está", disse Campos, para quem Dilma já teria caído mais, para 27%, de acordo com pesquisa da qual, no entanto, não revelou o instituto e diz ter "ouvido falar".

Por outro lado, Eduardo Campos acena para onde e como poderia ser sua reação à estratégia petista. "Tem certa arrogância naquilo de dizer: você está aí porque eu lhe dei tudo. Meio que desconsidera o esforço individual, a luta, a conquista, a batalha. Esse negócio pode dar muito errado, se acertarmos em tirar esse medo", afirma, para em seguida acrescentar: "Não restou um argumento que não seja o medo. Se você já começa por aí, é porque já derrotou todos os outros argumentos. É um discurso que já é uma confissão da incapacidade de fazer. 'Não mude não, porque senão vai piorar'", diz.

"Quem nega as conquistas dos governos do PT é Aécio, eu não nego; o que estou dizendo é que tem uma pauta nova".

Numa subida de tom contra Aécio – a quem vem criticando desde que o Datafolha apontou o crescimento do senador tucano –,

REFLEXÕES V

Eduardo Campos disse que não nega o legado e as conquistas sociais dos governos do PT, desde o primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Quem nega isso é Aécio. Eu não nego isso, não. Aécio e o PSDB é que fazem o discurso negando. O que estou dizendo é que tem uma pauta nova", pontuou.

A declaração é mais um reflexo da inflexão de Campos à esquerda, numa tentativa de impingir ao senador mineiro a pecha de candidato que representa segmentos mais à direita da sociedade. Questionado sobre o esvaziamento de sua candidatura entre o empresariado, desde que anunciou a aliança com a ex-senadora e ambientalista Marina Silva, o ex-governador enfatizou que sua pretensão nunca foi a de ser representante do setor produtivo. "Nunca tive ilusão de que seria o candidato do empresariado brasileiro. Claro que tem muito empresário apoiando nossa candidatura, mas a essência da base social da nossa candidatura é outra", afirmou.

Campos insinuou ainda que o candidato do PSDB dá poder excessivo ao economista Armínio Fraga na determinação de suas diretrizes. "Ninguém nega a competência do Armínio. Reconhecida dentro e fora do País. Mas é uma pessoa sem legitimação do voto. Não se arruma essa economia só com o tripé macroeconômico. Precisa de um projeto para o País. Passa por educação, inovação, infraestrutura, capacidade de dialogar com setores que estão lutando por direitos. Há uma agenda microeconômica que o Armínio não fez no governo FHC. A sociedade brasileira é mais complexa do que a nomeação de um chefe de equipe econômica que vai botar o Brasil nos trilhos", disse.

Indagado sobre que medidas tomaria nos cem primeiros dias de seu governo, Campos tergiversou: "Precisa marcar na chegada a capacidade de dialogar com a sociedade; há um enorme desejo da sociedade de contribuir; encontro em torno de novos valores. Mais que um projeto, é a atitude do novo governo e essa fica clara na chegada, na formação da equipe, na articulação com o Congresso, que não é um problema, o Congresso vai querer ajudar".

Campos deixou claro o desagrado causado pela declaração de Aécio

REFLEXÕES V

de que ele e Marina estariam em seu governo em 2015. "Não posso dizer que Dilma vai trabalhar no nosso governo ou que Aécio vai trabalhar no nosso governo. É desrespeitoso com o concorrente. Somos forças com posições comuns, e temos um bocado de coisa diferente na nossa própria caminhada. A nossa sempre foi muito mais próxima das lutas sociais, da luta por terra, liberdade, que a luta do PSDB".

Campos enumerou mais diferenças com o PSDB: "No dia 1º de maio o Aécio falou em flexibilizar as leis trabalhistas e eu disse que não se tira direito de trabalhador. Também não dá para falar em redução de idade penal. É ignorância jurídica. O Supremo já disse que precisa mudar a Constituição. Há coisas concretas que mostram as diferenças".

Em sua opinião, o crescimento de Aécio deve-se a atuação do senador no Congresso em defesa da CPI da Petrobras e à maior exposição do tucano no Sudeste, onde o PSDB é forte, e região, ao mesmo tempo, onde Dilma caiu mais. O pessebista confia que seu crescimento nas pesquisas virá do eleitorado que compõe a taxa anormal dos entrevistados que dizem que votarão em branco ou nulo, a maior desde 1989.

"Quando a gente pega quem nos conhece [a ele e a Marina], a gente já pontua próximo do que Marina teve no dia da eleição [de 2010, quase 20%]. Quando a coloca na chapa e comunica assim, a gente vai para o primeiro lugar em São Paulo, Rio, Brasília e Paraná", diz.

A associação com Marina Silva é a aposta para a subida. "Isso vai ficar evidenciado lá para agosto. Com TV, *internet*, cobertura diária. A partir daí, na primeira quinzena de setembro, você vai ver a confusão", empolga-se.

"Nunca tive ilusão de que seria o candidato do empresariado brasileiro, a base social de nossa candidatura é outra".

O entusiasmo, porém, dá lugar ao choque de realidade quando Campos é indagado se concorda com Aécio sobre a necessidade de se tomarem medidas impopulares, seja qual for o vencedor de

outubro. Nisso os dois estão de acordo, embora o pessebista prefira dar tons mais amenos aos ajustes na economia.

O pré-candidato do PSB reconheceu que o presidente da República eleito terá que adotar um conjunto de medidas para "restabelecer o equilíbrio macroeconômico" a partir de 2015.

O ex-governador afirmou que as medidas vão tirar o Brasil da "recuperação". "O pessoal só não vai ser reprovado porque nós vamos vencer as eleições", acrescentou Campos, que desviou-se do adjetivo "impopular". "Todas as medidas que venham a restabelecer o equilíbrio macroeconômico e puderem fazer o País crescer não são impopulares. São em busca da popularidade, em busca da compreensão da população de que são necessárias. Temos que falar a verdade para a população", disse. Sua pré-candidata a vice, completou: "Se as pessoas querem mágica, um salvador da pátria, não somos nós, temos agenda".

Sobre o papel dos bancos públicos, o ex-governador de Pernambuco disse que estes têm que voltar "ao seu leito natural". "Vai ter um processo de desmame do tesouro nacional, de animar o mercado de capital, passar segurança para os bancos privados poderem exercer o crédito em longo prazo. É um processo, não um decreto. Hoje há uma exposição importante desses bancos no crédito. Tem muito título do Tesouro lastreando essas operações, que estão impactando o orçamento fiscal".

Para Marina, as mudanças já poderiam ter sido feitas, desde que as ruas se encheram de manifestantes, em junho do ano passado. A ex-senadora afirma que Dilma Rousseff teria perdido uma oportunidade histórica de se livrar da "velha política" e respondeu às demandas de um modo tradicional, como se fosse uma pauta de reivindicações de um movimento sindical.

"Se a presidente Dilma tivesse, naquele momento, ligado para algumas pessoas, que mesmo sendo de posição diferente e poderiam contribuir... Se perguntasse a mim, eu diria: entre para a história em quatro anos. Chame as pessoas, chame todas as lideranças independentes dos partidos e monte uma agenda para o País. E dê um xeque-mate.

REFLEXÕES V

Chame para montar uma agenda para o Brasil", disse. "Ninguém nega a competência do Armínio. Mas é uma pessoa sem a legitimação do voto".

Campos argumenta que, com isso, Dilma, eleita com o apoio de Lula, teria se legitimado ali, pela iniciativa coerente com sua própria trajetória, de alguém que não galgou carreira pelos degraus da política profissional.

Marina concordou: "Essa não é uma pauta de reivindicação em moldes sindicais. Isso é uma energia para mudar a nação. Aposentemos a Velha República. Você tem uma bala de prata que é o Lula. E você entra para a história pilotando essa agenda", disse.

Citando "um amigo" da área da Sociologia, Marina disse que se faz uma análise de que, quando foi feita a escolha por Dilma, Lula não queria um sucessor, queria "um intervalo". "Se fosse Tarso [Genro, governador do Rio Grande do Sul] ou Patrus Ananias [candidato derrotado ao governo de Minas Gerais] seria um sucessor, da genealogia histórica do PT. Dilma seria um intervalo. Se ele tivesse trabalhado com a ideia de intervalo, provavelmente não seria tão traumático", disse.

Questionada se isso não seria impossível, pela tendência dos governantes de se encantarem pelo poder, a ex-senadora ponderou. Lembrou o caso do ex-governador de seu Estado, o Acre, o petista Binho Marques, quando Marina ainda era filiada ao PT. "Isso ocorreu no governo do PT do Acre quando preferi ficar no Ministério [do Meio Ambiente] e não saí [candidata] para o governo. Binho, um educador, foi [candidato] com muita resistência, e foi dizendo que não queria voltar e iria cumprir uma tarefa", disse Marina.

Para Eduardo Campos, Lula é uma carta fora do baralho e não se deve perder muito tempo perguntando sobre a possibilidade de sua volta. "Ele pode ter todos os defeitos do mundo, mas não é burro. Sabe ler as cartas. É intuitivo e tem a percepção das circunstâncias do que está vivendo. Vai colocar em questão três coisas que está vivendo? A história, o poder e a perspectiva de poder? Se Dilma vai [à reeleição], só está colocando uma coisa em disputa: o poder.

Ele tem as três", diz.

Em tom irônico, o ex-governador de Pernambuco afirma que Dilma terá que encarar o desafio de qualquer maneira. "Dilma vai ter que lamber essa barrinha de sal. E achando doce", diz, aos risos.

Para completar a blague⁶⁴, Campos desenha o cenário que ocorreria entre a presidente da República e seus apoiadores da coalizão governista. "Aquela base dela, quando vir a água entrando dois dedos no porão, não fica um para segurar a mão dela a descer as escadas", diz.

Para o pessebista um dos problemas do governo Dilma foi o voluntarismo da presidente, que teria tomado as rédeas da política econômica por conta própria, centralizando decisões que seriam mais afeitas ao ministro da Fazenda. "Ela não queria a permanência do Guido [Mantega, ministro da Fazenda] e resolveu assumir o ministério. E ela mesma foi conduzindo isso, com uma pauta, achando que ia animar o investimento, estudando a regulação dos setores, ela mesma estudando. E deu no que deu", disse Campos.

"Nos protestos, Dilma perdeu a oportunidade de virar uma grande liderança e se consagrar mais do que nas eleições". Segundo o ex-governador, Dilma "começou a fazer um negócio paradoxal". "É o desenvolvimentismo que gera o mais baixo crescimento da República. Quem ia 'peitar' a banca e baixar os juros, no ato de vontade, está levando os juros num patamar mais alto. [Dilma] é intervencionista e estatizante para alguns e está quebrando as estatais brasileiras", criticou.

O pré-candidato do PSB afirmou que o partido enxerga na estratégia de lançar candidaturas próprias no Sudeste uma forma de penetrar em Estados como São Paulo e Minas Gerais. O presidenciável negou ainda que haja divergências com o Rede Sustentabilidade na formação dos palanques. "Nossa posição é a busca da candidatura própria. Agora, temos um partido consolidado aqui em São Paulo que tem diretório permanente, com prefeitos e deputados que

⁶⁴ **Blague**: gracejo.

REFLEXÕES V

passaram por alianças na eleição passada com [o governador Geraldo] Alckmin", ressaltou Campos, acrescentando que PPS e PV também estão divididos sobre o quadro eleitoral no Estado. Uma ala do PSB paulista defende a reeleição do tucano, enquanto os aliados preferem um nome próprio.

"Nesses 40 dias temos que encontrar um caminho para todo mundo, mas se não der para todo mundo, que seja para uma parte", disse, sinalizando o abandono do projeto inicial de se coligar com o PSDB.

Sobre Minas, Campos lembrou que a relação entre PSDB e PSB vem desde os tempos em que os dois partidos se uniram ao PT para apoiar a eleição de Marcio Lacerda (PSB) à Prefeitura de Belo Horizonte, em 2008. O presidenciável, no entanto, afirmou que os tucanos não levaram em conta a possibilidade de Lacerda concorrer ao governo mineiro em outubro e isso despertou em setores do partido o interesse em lançar um nome próprio.

"Esse movimento que manteve o Marcio Lacerda na prefeitura quando ele desejava sair frustrou um time que começou a ficar animado por um ambiente que está gerado em Minas, de uma eleição que não é exatamente do jeito que se imaginava, polarizada desde agora [entre PT e PSDB]", afirmou.

"Fiz uma reunião com o Rede para ver os caminhos. E o pessoal lá disse que vai colocar a candidatura do Apolo [Heringer] nos órgãos partidários. Não podemos impedir". Além disso, argumentou Campos, o fato de Marina ter tido um bom desempenho no Estado na eleição presidencial de 2010, também animou o grupo que defende a candidatura própria. Com isso, o PSDB já avisou que deve reagir e lançar um candidato a governador em Pernambuco, Estado de Eduardo Campos.

O ex-governador reconheceu as dificuldades que enfrentarão com o tempo mais reduzido na propaganda eleitoral, mas espera que a cobertura jornalística equitativa das TVs equilibre o quadro. Deixou claro que ainda aposta em fratura na coalizão governista. "Acho que as mídias sociais vão ter uma importância grande. A gente pode chegar perto dos três minutos, o ideal seria ter quatro minutos.

REFLEXÕES V

Pode ser que a gente ganhe isso sem que a gente faça grande esforço.

Imagine um PMDB não dando os votos [na convenção] porque Rio de Janeiro brigou com Dilma, Ceará também. Junta os delegados do PMDB autêntico, o [senador Ricardo] Ferraço do Espírito Santo, essa turma se junta com os rebelados. E que o PMDB fique neutro nacionalmente. Aí esse tempo vai ser distribuído [entre todos]. Admita-se que isso também aconteça no PP, no PR. A confusão no meio deles pode nos beneficiar". ●

Jornal Valor Econômico do dia 16 de maio de 2014

Um país, duas faces

Patrick Cruz



O Brasil ainda é uma economia em desenvolvimento, mas é seguro dizer que nunca fomos tão ricos quanto somos hoje.

A renda *per capita*, superior a US\$ 12 mil em 2013, atingiu um patamar inédito. Continuamos em uma posição intermediária nos comparativos internacionais – em 79º no mundo no ano passado, segundo o Fundo Monetário Internacional –, mas já estamos anos-luz à frente das mais pobres nações africanas, com as quais nos equiparávamos até os anos 1980. O Brasil é também um País muito mais educado do que jamais foi. Se o analfabetismo funcional – pessoas que sabem ler e escrever, mas que têm dificuldade de compreensão do conteúdo de um texto – ainda é um problema, o analfabetismo considerado nas estatísticas nunca foi tão baixo. Pessoas que não sabem ler ou escrever coisa alguma já são menos de 9% da população com mais de 15 anos de idade, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (o analfabetismo estatístico deixou a casa dos dois dígitos pela primeira vez apenas em 2008). Na outra ponta do universo educacional, a população universitária dobrou na última década e chegou aos atuais 7 milhões de pessoas.

Somos mais ricos e letrados hoje do que em qualquer outro momento da história do País – e, em aparente contradição, tornamo-nos também mais violentos. Um em cada dez homicídios cometidos no mundo é registrado no Brasil. Em 2012, mais de 50 mil pessoas foram assassinadas no País, segundo o Anuário Estatístico de Segurança Pública, divulgado no fim do ano passado. Isso representou um crescimento de 8% em comparação com o ano anterior. Os 50 mil assassinatos equivalem a mais de 25 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes – bem próximo, por exemplo, da taxa da República Democrática do Congo, que está em

REFLEXÕES V

guerra civil há duas décadas, o maior conflito armado do planeta desde a Segunda Guerra Mundial. Se temos uma população mais educada e com melhor condição econômica do que tínhamos no passado, a violência não deveria também ter caído?

Se a explicação-clichê é válida para quase todas as áreas de atuação do setor público, é particularmente verdadeira para o problema da violência: trata-se de uma questão complexa – e daí que a melhora dos níveis educacionais e socioeconômicos não necessariamente derruba os de homicídios, assaltos, estupro, latrocínios.

O Valor ouviu pesquisadores e alguns dos principais especialistas em violência para tentar entender o fenômeno em um país que, no exterior, vende-se com a imagem da alegria. Se um tema tão complexo não se esgota em uma única abordagem, os argumentos a seguir ajudam a ligar os pontos do debate.

Houve uma ou outra queda pontual, mas, nos últimos anos, ficou patente a trajetória ascendente do número de assassinatos. Em 2012, foram 50.108 homicídios no País, segundo o Escritório sobre Drogas e Crime das Nações Unidas (UNODC, na sigla em inglês). Mas quantos desses foram crimes passionais? Ou por acertos de contas? Quantos estariam relacionados a apenas um disparo de revólver? Ou a múltiplas facadas? Ou ocorreram em áreas dominadas por organizações criminosas? Os dados são imprecisos – e a imprecisão prejudica as investigações, o que afeta diretamente os resultados conseguidos pelas forças públicas de segurança.

Julio Jacobo Waiselfisz, coordenador da pesquisa Mapas da Violência, estima que apenas 8% dos homicídios do País sejam solucionados – e essa baixa taxa de sucesso tem íntima relação, também, com o parco material de que a polícia dispõe para investigar. "A qualidade das informações ainda é muito ruim. Nos últimos 15 anos, não houve evolução tecnológica dos sistemas de registro de crimes", diz Marcelo Batista Nery, pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência, da Universidade de São Paulo (USP). "Isso afeta até a avaliação do impacto das ações de segurança do poder público. Não se sabe ao certo quando uma medida está funcionando ou não." Para um governante, é sempre mais lustroso

apresentar números sobre quantas delegacias foram construídas ou quantas viaturas policiais foram compradas, mas nem sempre o que se mostra em peças publicitárias é do que a população precisava naquele momento. É muito comum, aliás, que se ouça de governantes a palavra "investimento" nas manifestações sobre segurança pública, como se o problema fosse dinheiro.

Mas os comparativos internacionais mostram que o enrosco não está aí. O Brasil investe cerca de R\$ 60 bilhões por ano em segurança, que equivalem a 1,4% do PIB. Proporcionalmente, é o mesmo valor investido pela França. A diferença dos resultados é abissal: lá, a taxa de homicídios é de 1,8 para cada 100 mil habitantes; aqui, de 25 para cada 100 mil.

A fragilidade dos números que balizam as políticas de segurança pública no País não se deve apenas às falhas dos sistemas de registro e comunicação de crimes. Em crimes como estupros, há o que se chama de subnotificação – as vítimas deixam de procurar a polícia para prestar queixa.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, houve 50.617 estupros no Brasil em 2012. "Mas é possível que o número seja até dez vezes maior", afirma Renato Sérgio de Lima, vice-presidente do conselho do Fórum. E é um círculo vicioso que se forma: as vítimas não se sentem apenas constrangidas de registrar um crime tão traumático, mas também desmotivadas por detectarem, na prática, que poucos crimes têm de fato solução.

No caso específico dos estupros, as estatísticas insuficientes não se devem apenas à falta de boletins de ocorrência. Há números que não batem. De acordo com o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp), ligado ao Ministério da Justiça, foram registrados 38.893 estupros no Brasil em 2012 – número menor, portanto, que o apurado pela pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O Sinesp também informa que ocorreram 38.847 assassinatos, nesse mesmo ano – número que, se não deixa de ser alto, ao menos não chega aos alarmantes 50 mil informados pelo UNODC, o escritório das Nações Unidas para as questões de crime e drogas.

REFLEXÕES V

O Valor solicitou entrevista ao Ministério da Justiça para esta reportagem, mas não obteve resposta.

Em dezembro, a Conecta, plataforma de pesquisas on-line do Ibope, ouviu 1,8 mil pessoas para saber o que elas gostariam de ganhar de presente de Natal. A resposta mais frequente, dada por um terço dos entrevistados, foi: o fim da violência. (Na mesma pesquisa, apenas 1% dos entrevistados disseram que gostariam de ter como presente de Natal o título da Copa do Mundo para a seleção brasileira). Três meses atrás, a Confederação Nacional da Indústria divulgou a pesquisa "Retratos da Sociedade Brasileira: Problemas e Prioridades do Brasil para 2014". No levantamento, feito pelo Ibope com mais de 15 mil eleitores de todo o País, a melhora dos serviços de saúde – tradicional campeã em pesquisas do gênero – apareceu como maior prioridade dos entrevistados. Em segundo lugar – à frente de outros dois tradicionais campeões nessas pesquisas, a educação e o emprego – estava a segurança, preocupação de 31% das pessoas ouvidas.

Quando a população é ouvida, fica evidente como a segurança pública tomou a atenção das pessoas que não ocupava há 20 ou 30 anos. Nas políticas de segurança, ouvir a população – ou, em outras palavras, estar próximo dela – é ação materializada, por exemplo, pela adoção das polícias comunitárias. No Canadá, que tem um dos casos mais bem-sucedidos de polícia comunitária do mundo, a adoção do modelo, a partir dos anos 1990, demorou oito anos, mas ajudou a transformar a opinião pública, até então bastante crítica dos serviços de segurança. Em um episódio que virou epítome⁶⁵ do modelo canadense, a polícia começou a receber denúncias de que os telefones públicos de um bairro estavam sendo usados para esconder drogas. Resultado: em 30 dias, todas as cabinas telefônicas passaram a ser de vidro, transparentes.

As iniciativas de polícia comunitária no Brasil são exceção. "Tem um ou outro Estado que diz adotar policiamento comunitário, mas são projetos muito incompletos", diz Nery, do Núcleo de Estudos da

⁶⁵ **Epítome**: o que resume, simboliza, serve como modelo ideal de.

Violência da USP. Nos Estados Unidos, iniciativas como a Cure Violence usam até ex-presidiários regenerados na intermediação de conflitos. "Quando se está a par da vida das pessoas e comunidades, os conflitos podem ser mediados com eficiência", diz Brent Decker, diretor da área internacional daquela organização não governamental americana, que atua em áreas violentas de grandes cidades americanas e também de outros países.

Na década passada, o físico José Roberto Iglesias, professor do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Unisinos, começou a aplicar princípios da física e da economia para estudar o fenômeno da violência no Brasil. Iglesias valeu-se, entre outras, da teoria do economista americano Gary Becker, vencedor do Prêmio Nobel de Economia, morto no início do mês. Nos anos 1960, Becker sustentou a ideia de que – dilemas morais à parte –, se um criminoso acha que o dinheiro a ser ganho em um delito vale o risco de ser apanhado pela polícia, ele vai cometer o crime. Trata-se de uma decisão de negócio – e por isso o potencial de crescimento de atividades criminosas como o tráfico de drogas pode ser analisado sob a luz de preceitos econômicos.

Controversa ou não, essa ideia abriu mais um caminho para se entender o crime, suas origens e seu potencial crescimento. "Não se pode pensar no crime apenas sob o aspecto socioeconômico", diz o professor Iglesias. "Quem comete um crime não necessariamente é uma pessoa pobre precisando de dinheiro para comer." É possível, aliás, enxergar o aumento de delitos como tráfico de drogas e homicídios como uma decorrência da melhora da economia do Brasil, sustenta o professor. Afinal, se mais pessoas têm dinheiro no bolso, o consumo aumenta. Quem não consome vai buscar meios para fazê-lo – inclusive ilícitos.

Esse raciocínio ajuda a explicar o aumento do número de crimes no Rio Grande do Sul, um dos Estados mais prósperos – não é a única explicação, frise-se, mas é uma delas. Em 2012, segundo os dados do Anuário Estatístico de Segurança Pública, divulgados no fim de 2013, o número de homicídios cresceu 15% no Estado. E, no ano passado, o volume de drogas apreendidas foi o maior em mais de uma década. "A maior parte dos homicídios está relacionada com

REFLEXÕES V

o tráfico de drogas, mas evita-se o debate sobre as drogas, que fica quase sempre limitado apenas ao aspecto do consumo", diz Mônica Concha, professora da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, que defendeu seu doutorado com uma tese que trata da relação entre as drogas, a violência e o desenvolvimento do Estado.

São abordagens que não costumam ser ouvidas rotineiramente, mas que ajudam a lançar luz sobre o problema da violência a partir de outros ângulos. É preciso compreender para agir.

No início do mês, a dona de casa Fabiane Maria de Jesus, de 33 anos, foi linchada no Guarujá, no litoral de São Paulo. Fabiane foi vítima de um boato de que estaria sequestrando crianças de sua vizinhança, no bairro Morrinhos IV, para usá-las em rituais de magia negra. Segundo os relatos que surgiram nos dias depois de sua morte, a dona de casa foi agredida por cerca de cem pessoas, enfurecidas com a suposta participação de Fabiane nos sequestros e nos rituais, enquanto outras mil assistiram ao linchamento. Ela morreu em decorrência dos ferimentos – e a polícia informou que nenhum caso de sequestro de crianças para uso em rituais de magia negra foi registrado na cidade. Fabiane era inocente.

O linchamento da dona de casa foi um dos mais rumorosos registrados nos últimos tempos no País. Ocorreu na esteira de uma série de outros casos de linchamento e também do chamado "justiçamento", quando supostos criminosos foram amarrados a postes ou despídos em praça pública como resposta popular aos crimes cometidos pelos "condenados". Essa sequência de episódios parece fazer parte de uma inédita onda de linchamentos e justiçamentos no País.

Embora não haja estatísticas oficiais sobre essa modalidade de crime, é precipitado afirmar que nunca houve tantos linchamentos quanto atualmente. Ariadne Natal, pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da USP, fez um levantamento dos casos ocorridos em São Paulo a partir de registros dos crimes na imprensa. Ela cobriu um intervalo de 20 anos – e o maior volume de notícias sobre linchamentos ocorreu em 1991, na sequência de

REFLEXÕES V

um outro caso famoso ocorrido em Mato Grosso. "Um caso de grande repercussão acaba desencadeando outros, mas isso não significa que haja mais linchamentos hoje que no passado", diz a pesquisadora.

Assim como os dados incompletos das estatísticas sobre homicídios atrapalham a solução dos casos, a falta completa de informações sobre outros crimes põe essas ocorrências nas sombras – e pode acabar até criando uma sensação de insegurança maior do que a que realmente existe. Sobre transparência, mais um exemplo que vem de fora: no Chile, o trabalho da polícia é dividido por distritos, e cada um tem de informar semanalmente, e em detalhes, as ocorrências de sua área. A população sabe o que está ocorrendo em suas cercanias e as autoridades sabem se as metas de cada distrito estão sendo cumpridas. Não é uma ideia rebuscada –, mas, para quem vê o problema da violência no Brasil como insolúvel, a iniciativa soa como a reinvenção da roda. ●

Patrick Cruz: jornalista.

Artigo publicado no jornal Valor Econômico em maio de 2014

O mal está em todos nós

Philip Zimbardo



O psicólogo americano, que demonstrou como as circunstâncias podem fazer aflorar a maldade nos homens, diz que prisões são inúteis e que o mal se autoalimenta

Boa parte dos 80 anos do psicólogo americano Philip Zimbardo foi dedicada a buscar resposta a uma questão ao mesmo tempo fascinante e assustadora: o que leva as pessoas a praticar o mal? Seu ponto de partida foi uma revolucionária pesquisa realizada nos anos 1970, na Universidade Stanford: ao isolar e dividir um grupo de jovens entre guardas e prisioneiros no ambiente imaginário de uma prisão⁶⁶, ele constatou que os maus-tratos de uns e a submissão de outros extrapolaram todos os limites. Hoje, o psicólogo tem críticas ao próprio experimento. “Foi antiético porque causou sofrimento aos participantes”, diz.

No livro *O Efeito Lúcifer*, lançado no Brasil, Zimbardo se debruça sobre as lições da experiência de Stanford. De seu escritório na universidade, ele falou a *Veja* sobre os padrões que levam pessoas ordinárias a cometer maldades fora do comum.

O Brasil está chocado com os indícios de que um menino de 13 anos, de comportamento considerado normal, tenha assassinado toda a família e se matado. O que poderia explicar tamanha barbárie?

Felizmente, casos horrendos assim em que um suposto bom menino faz uma coisa muito má, são únicos e raros. Eles não se enquadram em nenhuma categoria-padrão da psicologia, nem se encaixam em uma análise “normal” da natureza humana. Nesse caso, poderíamos

⁶⁶ Essa experiência gerou dois filmes chamados *Experiência*.

investigar se, nesse menino, a consciência da mortalidade, decorrente de sua doença degenerativa, gerou a sensação de que a vida não valia a pena, e, em vez de morrer passivamente, ele escolheu agir e ceifar a vida de pessoas que amava. Mas não conheço detalhes do episódio e, pelo que você me diz, nem mesmo se sabe se ele ocorreu dessa forma.

Onde reside a origem do mal?

Freud dizia que a tendência a destruir e a praticar o mal tem suas raízes na própria natureza da mente humana e que todos nós, sem exceção, carregamos um componente que incita a maldade. Os pensadores que vieram depois reforçaram essas descobertas, ao concluir que o mal está no caráter, na personalidade. Ou seja, ele repousa dentro das pessoas – e pode vir à tona ou não. Minha contribuição foi pesquisar a fundo quais ambientes e situações estimulam de forma decisiva a expressão desse lado ruim de cada um. Sim, as circunstâncias têm um peso determinante para que o mal viceje. Submetida a forte pressão, muito pouca gente é capaz de resistir e se manter no espectro do bem.

Qualquer um de nós pode cometer uma atrocidade, então?

Os estudos mostram, um após o outro, que não mais do que 10% das pessoas conseguem permanecer imunes a situações que as compelem a agir de forma má. Quando os caminhos familiares e seguros são trocados por uma situação totalmente nova, o inesperado pode despertar no ser humano reações completamente contrárias a tudo aquilo em que acredita, fazendo emergir uma face bastante cruel, é assim que surgem, muitas vezes, os regimes tiranos, violentos, usurpadores das liberdades individuais e transgressores dos limites.

Até mesmo aqueles indivíduos que todos consideram boas pessoas estão sujeitos a se converter ao mal nessas situações?

Sem dúvida, e a história reforça bem isso. Os seres humanos são flexíveis em relação a seus valores e crenças. Tendem a se adaptar ao *status quo*. Se ele muda, as pessoas logo trocam seus padrões

REFLEXÕES V

habituais de resposta por outros que façam mais sentido na nova ordem. Pergunte a alguém o que faria em uma situação de pleno poder sobre os outros e muito provavelmente ouvirá: “Faria o bem, claro”. Mas eu questiono: se essa pessoa nunca esteve diante de uma situação de pressão extrema, como saberá ao certo? Na verdade, não há como prever. Eu mesmo, no experimento que coordenei em Stanford, percebi uma transformação assustadora nos meus alunos e em mim mesmo.

No senhor também?

Eu não me preparei como deveria para uma pesquisa de tantos dias ininterruptos. Era o único especialista formado do grupo e comecei a perder a perspectiva objetiva.

Relembrando a experiência: dividi 24 jovens brilhantes e saudáveis em dois grupos, um de “guardas” e outro de “prisoneiros”, com a intenção de observar seu comportamento durante quinze dias. Naquele ambiente de prisão, os “guardas” imediatamente se puseram a submeter os “presos” a abusos constantes e cada vez mais cruéis, enquanto estes afundavam na submissão e na depressão. Eu, de minha parte, fui me deixando controlar pelo papel de diretor da prisão e perdendo o distanciamento indispensável em minha posição. O processo foi tão violento que decidi encerrar o experimento em seis dias. Foi tempo suficiente para comprovar que, diante de circunstâncias favoráveis, pouquíssimos são capazes de resistir ao mal.

À luz desse experimento, o senhor interpretou o extermínio de judeus pelos nazistas...

Sim. Nossa mente possui uma capacidade infinita de racionalizar e justificar nossas ações. Para os nazistas, essa justificativa era a crença de que aqueles atos se faziam necessários em prol de uma causa, um “bem maior”. Outros, menos idealistas, diziam apenas estar realizando seu trabalho, e isso, para eles, tornava qualquer ação razoável. O fato é que havia milhões de pessoas em cumplicidade, prontas para exercer o mal em sua pior forma dentro de um sistema muito bem engendrado. Hitler corrompeu todas as esferas da sociedade – da educação ao Judiciário – criando

mecanismos de controle e dominação que o tornaram a si próprio dispensável. A meu ver, a história não mudaria seu curso se um dos planos para assassinar Hitler tivesse prosperado. A máquina para fazer o mal já estava montada, e a maioria se juntaria a ela, como sempre faz. Repare que um ingrediente essencial dessa engrenagem foi a desumanização das vítimas – no caso, os judeus. Quando isso acontece, a disseminação do mal se trivializa.

Há pessoas que são mais propensas a praticar o mal?

Sim. O grupo mais propenso a se engajar em violência e ser destrutivo é o dos psicopatas, que até têm consciência de seus atos, mas não sentem culpa, empatia ou vergonha do que fazem e desprezam o sofrimento alheio. Esses indivíduos, felizmente, representam apenas 1% da população. Outra evidência que temos é que cerca de metade das pessoas que sofreram alguma espécie de violência brutal, na infância ou mesmo na idade adulta, tende a praticar tais atos mais tarde, ainda que não necessariamente na mesma intensidade. Mas as pesquisas não forneceram até este momento uma resposta razoável sobre por que alguns conseguem superar o trauma e outros vivem enredados nele.

Algumas pessoas resistem mais à maldade do que outras?

Sim, e elas têm muito em comum. São pessoas que, segundo venho observando ao longo de décadas, repetem um mesmo padrão de comportamento: não se submetem a um sistema que consideram injusto e se rebelam contra autoridades tiranas, ainda que quase todo mundo à sua volta seja simpático a elas.

Ao afirmar que as circunstâncias podem corromper as pessoas, o senhor não está tirando delas a responsabilidade por seus atos?

Por favor, não confundam o que digo com “desculpologia”. As pessoas são, sim, responsáveis por suas ações e devem responder por elas perante as instituições de direito, mesmo que o sistema as tenha empurrado para a direção errada. O julgamento de Nuremberg trouxe essa questão à tona ao tratar da carnificina nazista. Os oficiais de Hitler alegavam no tribunal: “Eu estava

apenas seguindo ordens. Não tinha como fazer diferente”. Queriam banalizar o mal, como a filósofa alemã Hannah Arendt bem pontuou. Mas a Justiça condenou a todos, enfatizando uma ideia essencial: se você prejudicou o próximo, ceifou vidas, disseminou o mal, as razões são absolutamente irrelevantes. Você é culpado da mesma forma.

Uma vez que alguém tenha cometido um ato de maldade, fica mais fácil repetir o gesto?

Sim, todos os estudos mostram que o mal vai subindo de nível numa progressão gradativa. Se a pessoa comete um pequeno desvio, tende a considerar o seguinte só “um pouquinho pior”. Então, vai-se abrindo uma fresta perigosa para que ela traia, minta ou machuque os outros cada vez mais. E o indivíduo vai encontrando razões para justificar seus atos, de forma que suas atitudes não lhe pareçam malignas, mas, ao contrário, essenciais. Como é da espécie humana acreditar que é movida pelo bem, os valores começam a se distorcer para legitimar aquela situação. Passamos a acreditar que o que costumava ser errado agora é certo, ou pelo menos apropriado para um determinado contexto.

Por que o senhor foi à corte defender um dos soldados americanos que apareceram em fotos maltratando prisioneiros iraquianos em 2004?

A administração Bush dizia que soldados como aqueles eram “maçãs podres”, quando, na verdade, esse tipo de conduta se disseminava por muitas outras prisões iraquianas nos mais variados escalões. No caso de Abu Ghraib, ficou claro que militares de alta patente haviam incitado os abusos, instruindo seus subordinados a fazer o que fosse preciso durante a noite para que os prisioneiros abrissem a boca nos interrogatórios da manhã. Testemunhei em favor do sargento Chip Frederick argumentando que, sim, ele era culpado, mas sua pena deveria ser calculada levando-se em conta sua responsabilidade em comparação com a dos outros. Só que nenhum desses altos oficiais foi punido. Pior ainda: alguns acabaram até promovidos, num exemplo de como o sistema protege a si mesmo. Deveriam ter ido todos para a cadeia.

A prisão consegue reabilitar quem já praticou atos de crueldade?

De jeito nenhum. No mundo inteiro, o modelo de hoje só reforça o mal como um valor. Não há ali nenhum bom padrão de comportamento em que se mirar. Um claro equívoco. Se uma pessoa vai passar anos e anos na cadeia bancada pelos impostos que cada um de nós paga, deveríamos refletir sobre como ensinar a ela algo de novo, para evitar que reincida no crime. No entanto, a maior parte das pesquisas mostra que 70% dos detentos, ao ser soltos, acabam cometendo outros atos criminosos e voltam para detrás das grades. O sistema prisional precisa ser repensado – trata-se de um fracasso multibilionário. Uma de minhas ideias é criar um sistema de prêmio para o carcereiro: a cada ano que um ex-detento que esteve sob sua responsabilidade ficasse longe do crime, ele receberia um bônus. É um caminho para incentivar melhores práticas e valores na prisão.

Uma parte das suas pesquisas foi feita no Brasil, onde o senhor entrevistou torturadores que atuaram na ditadura militar. O que descobriu?

Eu queria entender que tipo de gente aceita um trabalho desses. Analisamos a história de vida dessas pessoas – havia muitos policiais civis – para saber se existia algum fato no passado que as tivesse levado a isso. Não achei nada. Em geral, eram indivíduos normais, com vida comum, até assumirem a função. Não apresentavam desvios de personalidade nem eram sádicos. A triste conclusão foi que qualquer um pode ser treinado para se tornar torturador.

Há algo que se possa fazer para resistir ao poder das circunstâncias?

Primeiro, temos de compreender que somos todos vulneráveis. Depois, prestar atenção ao que acontece à nossa volta, identificar discrepâncias entre o que as pessoas dizem e o que elas fazem e aprender a questionar a autoridade quando ela for injusta, amoral, antiética. Por fim, é essencial parar de justificar decisões

REFLEXÕES V

equivocadas. A melhor vacina contra a prática do mal é o exercício permanente da autocrítica. ●

Philip Zimbardo: professor da Universidade de Stanford desde 1968. Em 2003 recebeu o Prêmio IgNobel de psicologia pela sua tese em que descrevia os políticos como Uniquely Simple Personalities. Em 2005 recebeu o Havel Foundation Prize pela sua vida de pesquisas sobre a condição humana

LUIZ BIANCI

Ela está no meio de nós

Slavoj Žižek



Para filósofo esloveno, o medo da criminalidade e do terror oculta a 'violência invisível' das relações socioeconômicas

Vivida como paradoxo no mundo contemporâneo, a violência afeta nossa sensibilidade nos gestos mais banais do cotidiano, ao mesmo tempo em que é ignorada em sua dimensão mais profunda e estrutural. Esse é o ponto central da argumentação do filósofo esloveno Slavoj Žižek em um livro que

sai esta semana no Brasil.

Violência: Seis Reflexões Laterais chega às livrarias no contexto favorável – e trágico – do linchamento da dona de casa Fabiane Maria de Jesus, de 33 anos, no Guarujá, após uma notícia falsa de crime nas redes sociais. Para o pensador que trafega entre o marxismo e a psicanálise, velho conhecido do público brasileiro, as irrupções de violência cada vez mais frequentes no mundo causam tanta perplexidade por seu aparente descolamento de uma realidade social "invisível" e ultraviolenta. "Por que só vemos a violência quando algo muda? E ela é invisível no que permanece?", pergunta Žižek na entrevista a seguir, concedida por telefone ao *Aliás*.

Na conversa, diante dos impasses de um mundo acelerado pela globalização e a revolução digital, o professor da Universidade de Liubliana prefere, como diz, levantar questões a esgrimir "velhas teorias totalizantes, sejam marxistas ou liberais". Para ele, é tempo de pensar e não de agir: "Antes de uma teoria sobre o que devemos fazer, precisamos de uma teoria que explique o que diabos está acontecendo".

Por que o tema da violência o interessou?

Eu vejo um paradoxo nos dias de hoje. De um lado, as pessoas têm

se tornando, ao menos nos países desenvolvidos, cada vez mais sensíveis à violência. Não apenas em relação à sua manifestação física e direta, mas a qualquer comentário agressivo, gozação com alguém ou piada de conteúdo sexual considerado "sujo" – quase tudo hoje é experienciado como violência. Entretanto, para além dessa sensibilidade contemporânea que vê violência em tudo, há na vida real talvez mais violência do que nunca – só que de um tipo pouco percebido. Eu me refiro à violência simbólica a que, por exemplo, seja nos Estados Unidos, na Europa ou no Brasil, são submetidas as comunidades indígenas.

Autoridades e mesmo cidadãos bem intencionados podem se referir a esses povos de maneira até respeitosa, ou manifestar suas preocupações sobre as condições de vida das crianças nativas. Só que o fazem de maneira paternalista, que nega a autonomia dessas pessoas. Trata-se de um tipo de violência invisível para a maior parte de nós.

Seu livro faz uma distinção entre a ‘violência subjetiva’ da criminalidade, dos homens-bomba, do terrorismo, e a ‘violência sistêmica ou objetiva’, das condições socioeconômicas. De que maneira uma se liga à outra?

Não digo que a violência sistêmica justifique a violência subjetiva. Nem acho que se alguém é vítima de algum tipo de colapso econômico pode sair por aí matando pessoas no escritório. Todos desejamos a paz, é óbvio. Porém, um fato que não podemos esquecer é que são os vencedores, os detentores do poder, por definição os maiores interessados na "paz". Para eles, essa palavra significa: "Mantemos nosso poder". Nesse sentido, é claro que Israel está sinceramente interessado em paz na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Mas um tipo de paz em que, em 30 ou 40 anos, não haja mais palestinos na região, totalmente assimilados por uma maioria israelense. Este é o problema para mim: "anseios de paz" onde o que existe, de fato, é violência. Claro que sou contra o terrorismo palestino que mata mulheres e crianças israelenses. Mas é preciso ter em mente que, ainda que nenhum protesto ou atentado terrorista ocorra na Faixa de Gaza, uma violência diária prossegue ali. Por que só vemos a violência quando algo muda? E ela é

invisível no que permanece?

O Brasil vive um momento ambíguo. Estabilizou sua economia e avançou nos programas sociais, mas há tensão social e a violência não para de crescer. O que está havendo?

Esse é o paradoxo. Não tenho uma resposta completa para isso, pois cada país tem suas peculiaridades históricas, mas um erro muito comum é pensar que a violência social emerge quando a situação está muito ruim e o sofrimento de não se poder mais viver vira revolta. Não é assim. Se você olhar para a maioria das rebeliões e revoltas pelo mundo elas ocorrem quando a situação está ficando melhor. São mudanças graduais que em dado momento explodem em esperanças de transformação e posteriormente terminam em expectativas frustradas. Foi assim na Revolução Francesa, no maoísmo chinês ou na Praça Tahrir. Não acho que a vida sob Mubarak no Egito era pior do que antes dele, e por isso explodiu a Primavera Árabe. Provavelmente para muita gente a vida tinha até melhorado, pois o regime de Mubarak teve relativo sucesso. É uma verdade simples e cruel: revoltas surgem quando a situação melhora, despertando novas expectativas populares. É por isso que não se deve esperar que ocorra nenhuma rebelião tão cedo na Coreia do Norte (risos). Talvez algo semelhante esteja em curso no Brasil, com protestos e reivindicações crescentes nas mesmas favelas que tiveram significativa melhoria nas condições de vida durante o governo Lula – ainda que tal "progresso" tenha sido contraditório.

O sr. menciona também a contradição de países com ‘enorme degradação ecológica e muita miséria humana’ que, apesar disso, figuram nos relatórios do Banco Mundial ou do FMI como ‘financeiramente sólidos’...

É incrível como para esses organismos a realidade não conta, o que conta é a situação do capital. Foi dessa maneira que se tratou a crise da Grécia. Veja como, apesar do avanço da globalização econômica, crescem os fundamentalismos mundo afora. O Irã, até alguns anos atrás, era considerado um modelo de sucesso na implantação de

reformas liberais... Nos anos 1950 e 1960, os países árabes eram mais seculares⁶⁷ do que são hoje. Até na Noruega, com todo o aparato de bem-estar social, vemos o racismo e o discurso do ódio crescerem. Há uma violência latente, e eu não acho que as esquerdas no mundo estejam preparadas para lidar com ela. O Occupy Wall Street gerou tanto entusiasmo, mas o que resultou de fato do movimento? Sou bastante pessimista nesse sentido.

As manifestações de rua no Brasil também perderam fôlego. Para alguns, por causa da repressão policial. Para outros, foi a violência dos *black-blocs* que afastou as pessoas das ruas. É outro exemplo de disputa ideológica em torno da violência?

Evidentemente. E essa discussão serve para encobrir o que realmente interessa, que é, em primeiro lugar, entender por que os protestos emergiram no Brasil. E, em segundo, por que todas as tentativas de canalizar a energia mobilizada nas ruas em políticas e programas concretos fracassaram. Esse é o grande problema, e não estou muito otimista em relação a ele. Vemos explosões de violência em toda parte, como se algo diferente estivesse por emergir, mas sem que nenhuma delas resulte em uma perspectiva nova de futuro. Não quero soar como um marxista fora de moda, mas até Hollywood percebeu essa tendência perigosa, em filmes como *Jogos Vorazes* (2012, dirigido por Gary Ross) ou *Elysium* (2013, de Neill Blomkamp, com Matt Damos e Wagner Moura no elenco), nos quais o mundo do futuro será uma sociedade de classes extremamente violentas.

O economista francês Thomas Piketty causou grande impacto com o livro *O Capital no Século XXI*, que mostra um processo de concentração crescente da riqueza no mundo, com consequências nefastas para o capitalismo. A desigualdade explica a violência?

⁶⁷ **Secular:** que ou aquele que vive no século, no mundo, que não fez votos religiosos, que não está sujeito a ordens monásticas (diz-se de eclesiástico ou freira que participa do século, da vida civil).

Hoje, todos sabemos que a desigualdade está explodindo no mundo. Obviamente que muita gente considera isso aceitável, já que o que é ou não aceitável não pode ser objetivamente mensurado. Ele é determinado pelas convicções ideológicas de cada um. E aqui acho, de novo, que as esquerdas foram as grandes derrotadas. Mesmo os que fizeram esforços positivos para promover diretamente algum tipo de redução das desigualdades, como (Hugo) Chávez na Venezuela, conseguiram certo sucesso no início – incluindo no processo político pessoas que de nenhuma forma participavam dele. Lula também fez isso a sua maneira, o que é muito importante. Mas Chávez não pôde inventar um novo sistema socioeconômico. Organizou cooperativas, fez reformas aqui e ali, mas em longo prazo a coisa não funcionou.

O sr. também critica iniciativas de cunho liberal como a filantropia ou a ‘responsabilidade social’ das empresas. Chega a dizer que esses são os principais inimigos do movimento progressista. Não é um exagero?

Claro que coloco esse ponto de maneira provocativa. É evidente que é melhor que Bill Gates gaste parte de seus bilhões no tratamento de doenças na África do que não fazer nada. O que quero dizer é que não acho que, globalmente, essa seja a solução. A desigualdade cresce cada vez mais e os ricos tentam manter a situação sob controle dando uma parte do que ganham para os desfavorecidos? No fundo, essa é uma maneira de reproduzir a situação que gerou essa desigualdade brutal. Também não digo que devemos abolir o sistema capitalista mundial. O que estou dizendo – e, nesse sentido, sou um comunista – é que os problemas do mundo hoje são "problemas dos comuns". O que todos compartilhamos não pode ser privatizado. A ecologia é um problema desse tipo, pois a natureza é nosso meio comum – e a crise ecológica só pode ser resolvida por meio de regulações globais, acima dos interesses dos Estados nacionais. Questões de fundo sobre manipulações biogenéticas também. Ou da propriedade intelectual de interesse público. Uma empresa privada não pode decidir isoladamente sobre tais temas. É impressionante como, até hoje, neoconservadores americanos insistem na tecla de que a crise financeira de 2008 foi o resultado

do excesso de gastos públicos dos países. Não foi! Ela aconteceu precisamente por causa da desregulação do capitalismo internacional. Ou seja, estamos lidando com um nível de problemas que o "mercado" ou sistema liberal capitalista não terá condições de resolver sozinho. E o pior é ver que, cada vez mais, países combinam sistemas capitalistas extremamente bem-sucedidos com estruturas políticas autoritárias. China, Singapura, mesmo a Coreia do Sul. A democracia hoje está ameaçada por esse novo fórum de capitalismo autoritário.

O sr. também não se diz muito otimista em relação ao que chama de 'cyberdemocracia'. Não vê potencial emancipatório na *internet*?

Eu vejo, e é por isso que respeito gente como Julian Assange e Edward Snowden. Respeito, mas não idealizo. Já ficou clara a dupla mão que a *internet* representa: de um lado, maior poder de organização e atuação dos indivíduos; de outro, o controle desses mesmos indivíduos por parte de governos e corporações. Eis a lição triste que Snowden nos deu: mesmo nas democracias liberais em que você se sente subjetivamente livre ainda assim está sujeito à possibilidade de controle absoluto.

Diante desses impasses, o sr. diz no livro que, 'às vezes, não fazer nada é a melhor coisa a se fazer'. Por causa disso, o professor da New School for Social Reserch de Nova York, Simon Critchley, o chamou de 'Hamlet esloveno', paralisado pela dúvida sobre cometer ou não um ato violento que modifique a realidade. O que achou da crítica?

Eu nunca disse que nós não deveríamos fazer nada. E sempre que tenho a chance de agir, me engajo. O que disse foi outra coisa, mais simples, até senso comum. Há coisas pragmáticas que podemos fazer. Por exemplo, nos EUA o sistema público de saúde aprovado por Obama é um progresso importante. Mas existem dilemas fundamentais sobre os quais é preciso refletir antes de tomar posição. Para alguns, basta aplicar antigos conceitos marxistas e tudo será solucionado. Mas o que é, por exemplo, a classe

REFLEXÕES V

trabalhadora hoje? Aquele "velho proletariado" que trabalha com emprego fixo em uma grande companhia é quase uma classe privilegiada atualmente – diante do trabalho precarizado por toda a parte. Eu acredito no pensamento. Acho que é preciso mergulhar e analisar a situação. Eu não sei o que está acontecendo hoje no mundo, e as velhas teorias totalizantes sejam marxistas ou liberais não dão mais conta da realidade. Antes de uma teoria sobre o que devemos fazer, precisamos de uma teoria que explique o que diabos está acontecendo. ●

Slavoj Žižek: filósofo e teórico crítico esloveno. É professor da European Graduate School e pesquisador sênior no Instituto de Sociologia da Universidade de Liubliana.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 10 de maio de 2014

Se a sociedade é um corpo, o crime é sua doença

Brent Decker



A organização não governamental Cure Violence foi criada em 2000 em Chicago, nos Estados Unidos, com a ideia de tratar a violência não apenas como uma chaga social, mas, literalmente, como uma doença. Gary Slutkin, médico epidemiologista e professor da Universidade de Illinois, detectou padrões muito similares de disseminação de doenças como aids e tuberculose e os crimes violentos. No caso das doenças, um epidemiologista – como Slutkin – recomenda identificar os doentes para tratá-los e evitar que os agentes causadores do mal, como vírus e bactérias, sejam transmitidos para outras pessoas. Na violência, é preciso identificar seus focos potenciais para evitar que ela se espalhe.

O método da Cure Violence utiliza mediadores em áreas de potencial conflito para, primeiro, por meio do diálogo, evitar que um crime ocorra e, depois, para evitar que o risco de "contaminação" (um assassinato que acaba motivando outros, por vingança, por exemplo) se mantenha. O trabalho da Cure Violence espalhou-se pelos Estados Unidos, chegou a outros países e pode ser adotado também no Brasil, segundo Brent Decker, diretor de programas internacionais da ONG. Leia a seguir a entrevista.

Valor: O senhor concorda com uma percepção geral de que as grandes cidades são mais violentas hoje do que há 30, 40 anos? A violência é de fato maior hoje do que já foi?

Brent Decker: Os dados sobre violência variam muito de cidade para cidade. Nos Estados Unidos, por exemplo, a tendência geral nos últimos anos foi de queda, mas há regiões dentro dessas cidades onde a violência se manteve ou até subiu.

Valor: Por quê?

Decker: Isso se deve a muitos fatores. Segundo nossa perspectiva, a violência se comporta como uma doença. Isso significa que a violência é um comportamento que se aprende – e é, portanto, transmitido como qualquer outra epidemia. Regiões violentas tendem a se manter violentas se não houver uma ação para interromper esse processo. Essa é a essência do trabalho da Cure Violence. Nós sustentamos que, independentemente das circunstâncias ou do contexto cultural de um ato de violência, seu alastramento pode ser evitado.

Valor: Depois de levar a Cure Violence a outras partes dos Estados Unidos e também a outros países, foi possível detectar algum padrão que se repete no comportamento violento, independentemente do local?

Decker: Essa não é uma questão simples para ser esgotada em uma resposta breve, mas o que nós sabemos é que tanto nos indicadores de saúde quanto nos de violência, a situação socioeconômica de uma pessoa é determinante. A pesquisa em saúde também nos mostra que a desigualdade está relacionada com o aumento da violência.

Valor: Há correntes de pensamento, inclusive no Brasil, que creditam parte do aumento dos índices de violência a uma maior exposição a crimes nos noticiários, filmes, jogos e programas de TV. Isso de fato ocorre?

Decker: Pesquisas que sustentam o modelo da Cure Violence indicam que, assim como outros comportamentos, a violência é aprendida – principalmente por meio da imitação de um modelo que se tenha por perto. Aprendemos socialmente com aqueles que nos rodeiam a como agir, o que fazer e o que é esperado de nós. Depois dos dez anos de idade, esses comportamentos tornam-se inconscientemente "regulados" não pela família, mas por nossos pares. As normas sociais são o maior indicador para prever como um indivíduo vai responder a uma determinada situação, e isso inclui reagir violentamente ou não a uma ameaça ou a um insulto. Além disso, a maior probabilidade de uma ação violenta está ligada a eventos anteriores de violência. Assim como não se pode prever

REFLEXÕES V

um caso de gripe, a não ser quando se sabe que há casos de gripe por perto, nada antecipa um ato violento tão precisamente quanto um ato violento anterior cometido contra você ou alguém próximo de você.

Valor: Um dos casos de sucesso mais conhecidos da Cure Violence foi desenvolvido em Chicago. É mesmo a iniciativa mais bem-sucedida?

Decker: Algumas de nossas experiências mais bem-sucedidas foram documentadas por três avaliações independentes: Chicago, avaliada pelo departamento de Justiça e a Northwestern University, em 2008; Baltimore, avaliada pelo centro de controle de doenças, da John Hopkins University, em 2012; e o do Brooklyn, em Nova York, avaliada pela secretaria de assistência à Justiça, em 2013. Também tiveram ótimos resultados projetos como os de Loiza, em Porto Rico, o da Cidade do Cabo e o de um centro de detenção juvenil em Londres.

Valor: No ano passado, Lori Toscano (também integrante da Cure Violence) participou de um debate com algumas autoridades de saúde brasileiras, entre elas Alexandre Padilha, então ministro da Saúde do Brasil. A ONG tem planos de atuar no país?

Decker: A Cure Violence já debateu com muitos atores governamentais e não governamentais, em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Recife. Também já recebemos várias delegações brasileiras em Chicago ao longo dos últimos anos. Estamos avaliando algumas dessas possibilidades no momento. Neste mês, três pessoas de nossa equipe vão concluir uma avaliação em Recife para determinar a viabilidade de adaptar o modelo para o contexto de lá. ●

Brent Decker

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no mês de maio de 2014

A ideia de felicidade ocidental, baseada no individualismo, falhou

Roman Krznaric



Há 20 anos, Roman Krznaric se inscreveu para um curso de culinária na Bahia; mas, como não conseguiu uma bolsa de estudos, declinou a viagem. Hoje, o filósofo australiano, um dos fundadores da The School of Life, na Inglaterra, finalmente conhecerá o Brasil. Abriu uma exceção para viajar de avião – ele se preocupa com as emissões de carbono – e virá ao País para uma palestra sobre trabalho, dia 22, no Teatro Augusta.

Escritor do *best-seller* *Como Encontrar o Trabalho da Sua Vida*, o filósofo continua interessado em culinária, mas se dedica a incentivar o que chama de “questionamentos sobre a vida”. E a vida laboral, segundo o escritor, é uma das questões que causam mais insatisfação e inquietação no mundo contemporâneo. “Hoje, pessoas de todas as classes sociais começam a enxergar o trabalho como algo para além da sobrevivência. É uma ocupação que pode fazer você se sentir preenchido”, conta. A saída para a insatisfação, explica, tem algumas alternativas: aplicar seus valores pessoais no trabalho; procurar um emprego que faça diferença no mundo; e usar seus talentos e habilidades; entre outras. “Uma das maiores razões de satisfação no trabalho não é dinheiro, mas autonomia”, diz.

Além de aulas e conferências pelo mundo, o australiano toca, paralelamente, um projeto definido por ele como “a grande ambição de sua vida”: a criação de um Museu da Empatia. “Trata-se de um lugar onde você poderá entrar e conversar com pessoas que não conhece. Assim como emprestamos livros de uma biblioteca, será possível emprestar pessoas para uma conversa”, explica. O projeto não é de todo utópico. Segundo o filósofo, depois de um vídeo

explicando seu conceito de empatia, com 500 mil visualizações, sua caixa de *e-mail* recebe, pelo menos, uma mensagem por dia de pessoas do mundo inteiro se propondo a ajudar na criação do museu.

É por meio dessa troca e da disseminação desse conceito de empatia que o filósofo acredita ser possível fazer uma revolução: “As pessoas acham que a paz e as revoluções são construções de acordos políticos. Mas acredito que é possível que isso seja feito nas raízes das relações humanas. Desmontando ignorâncias e preconceitos”, diz.

A seguir, os melhores momentos da entrevista.

No seu livro, o senhor fala que 60% das pessoas estão insatisfeitas com a vida profissional. Por que esse desconforto crescente?

Parte dessa insatisfação vem do fato de que, nos últimos 20 ou 30 anos, houve um grande crescimento de expectativa com relação ao trabalho. Antes disso, poucos se questionavam sobre seus empregos. Hoje, pessoas de todas as classes sociais começam a ver o trabalho como algo para além da sobrevivência. Uma ocupação pode fazer você se sentir preenchido. De taxistas a investidores de banco, médicos, faxineiras... todos procuram por mais significado no trabalho. Nasceu o conceito de que trabalho pode ser um lugar para se aplicar os talentos, as paixões, os valores.

Como essa mudança ocorreu?

À medida que as necessidades básicas são alcançadas, como casa, comida, educação, as pessoas buscam mais propósitos na vida. E, claro, hoje em dia há mais profissões. Na Europa do século passado, se você quisesse trabalhar com algo que envolvesse suas visões políticas e sociais, existiam poucas possibilidades. Atualmente, há um enorme mercado de trabalho para isso, como ONGs, órgãos de meio ambiente, sociais, em que as pessoas podem sentir que estão fazendo a diferença diariamente. Isso é algo novo. Ter um trabalho onde me sinto valioso e cheio de significados.

O senhor não acha que essa tendência contemporânea de

que o emprego tem de ter alguma função social pode criar certa culpa coletiva? A maioria das pessoas não trabalha com algo que faz diferença para o mundo.

Sim. Nossos valores são grandes motivadores para o trabalho e para a satisfação laboral. E sim, existe uma culpa de quem pensa “se eu não estou trabalhando com meninos de rua, então sou uma pessoa ruim”. Entretanto, há outras maneiras de encontrar satisfação no trabalho. Uma delas é essa: aplicar seus valores pessoais na prática. Outra é usar seus talentos – sendo um artista ou um jogador de futebol, você não está necessariamente mudando o mundo, mas sua satisfação virá do uso de suas habilidades e paixões. Para mim, o maior problema não é a culpa, mas o arrependimento. É a sensação de chegar ao fim da vida e saber que não fez o que gostaria realmente de ter feito.

O que acha da corrente que defende que as pessoas trabalhem em casa, sozinhas?

Esse é um tópico contemporâneo muito importante. Nos últimos meses, especialmente nos EUA, as empresas não estão deixando seus funcionários trabalharem de casa. O exemplo mais clássico é o da nova chefe-executiva do Yahoo, Marissa Mayer, que há alguns meses não permite que seus funcionários trabalhem de casa. Isso é trágico. Uma das revoluções modernas laborais, no mundo ocidental, é a ideia de trabalhar de casa.

Por quê?

Uma das razões apontadas pela maioria das pessoas que são felizes no trabalho não diz respeito à remuneração, mas à autonomia. É o senso de liberdade, o poder de decisão sobre o próprio trabalho, que cria satisfação. Mesmo que não seja o emprego dos sonhos. Trabalhar em casa é uma dessas possibilidades. Controlar o próprio horário, a disciplina.

Recentemente, um estagiário se suicidou na Inglaterra, depois de trabalhar 72 horas seguidas. O que acha da cultura que incentiva trabalhar demais?

Muitas empresas fazem o culto do *overwork*, em que trabalhar

muito, além da conta, é valorizado. Especialmente em bancos e consultorias. Na Inglaterra, um milhão de pessoas afirmam ser viciadas no trabalho. Ou seja, trabalham mais do que precisariam. A ideia de *work adiction* é um grande problema. O Japão é um caso clássico. Muitas pessoas cometem suicídio ou sofrem de ataque do coração depois de trabalhar demais. Existe, inclusive, uma palavra no dicionário japonês para “morrer de tanto trabalhar”. Espero que isso seja uma mensagem para indivíduos e para essas empresas.

No livro, o senhor afirma que encontrar o “trabalho da vida” é como encontrar o amor perfeito.

Isso eu aprendi com uma mulher que, aos 30, pediu demissão e testou 30 profissões diferentes durante um ano. E ela me disse, no fim desse processo, que encontrar o emprego perfeito é como encontrar um amor perfeito. Você pode fazer uma lista com qualidades que gostaria num parceiro e, no fim, se apaixonar por um que não tenha nenhuma delas. Trabalho é isso. Empregos inesperados podem ser surpreendentemente bons. Por isso, experimentar é importante. Para se dar chance de descobrir novas paixões e talentos. O contrário também acontece.

Como?

Eu, por exemplo, trabalhei como jardineiro em um grande jardim público. O salário era ruim, mas achei que seria fantástico, porque estaria perto da natureza, fazendo algo para o público. No fim, trabalhava o dia inteiro, com um esforço físico enorme e as pessoas nem me notavam. Era invisível. Todos nós precisamos de respeito e sentir que nosso trabalho é válido.

O senhor acredita que o aspecto financeiro não provoca satisfação no emprego. No entanto, existe uma questão social, especialmente nos países em desenvolvimento, como o Brasil.

Sim, o dinheiro importa. Se você tem de ter dois empregos para alimentar a família, claro que não há tempo para ficar experimentando ser um professor de ioga, por exemplo. Nesses

casos, a pergunta é: como posso fazer com que meu trabalho seja mais prazeroso?

Crê que as sociedades contemporâneas continuam incentivando o sucesso por meio das conquistas individuais?

Perseguir o interesse próprio foi a grande propaganda do último século. Entretanto, ser humano não é apenas seguir os desejos individuais. A ideia de felicidade ocidental falhou. A introspecção, o interesse próprio, perseguir valores que não envolvam o coletivo... Temos a tendência a sentir compaixão uns pelos outros. Somos criaturas empáticas. Há estudos que mostram que compaixão dá prazer. Somos também coletivos. Formamos comunidades de todos os tipos o tempo inteiro. As pessoas estão, cada vez mais, querendo fazer parte de algo maior do que elas mesmas.

O senhor tem a ideia de criar um Museu da Empatia. O que é esse projeto?

É a maior ambição da minha vida. Estamos em desenvolvimento ainda. Trata-se de um lugar onde você pode entrar e conversar com pessoas que não conhece. Fazer um “laboratório humano”. Assim como você empresta livros de uma biblioteca, será possível “emprestar pessoas” para uma conversa. Nesse processo também quero criar uma plataforma on-line em que será possível “baixar” exposições.

Como?

Você poderá estar em São Paulo e fazer parte do Museu da Empatia, dividindo histórias de como, por exemplo, você faz uma “conversa-refeição” – que é um conceito criado por nós na The School of Life. “Conversa-refeição” nada mais é do que estranhos que se sentam a uma mesa e, no lugar de um menu gastronômico, recebem um cardápio de ideias. Com questões sobre a vida, do tipo: “De que maneira o amor mudou a sua história?”, “Como ser mais corajoso?” ou “Como ter mais satisfação no trabalho”. Meu objetivo é que as pessoas possam baixar esses menus, com instruções para fazer isso em suas comunidades.

O senhor diz que a “empatia”, no sentido de compaixão, é algo capaz de criar uma revolução. Poderia explicar?

A ideia de empatia é, para mim, o ato de “calçar os sapatos de outra pessoa”. Olhar o mundo pela visão do outro. E, normalmente, quando pensamos nessas coisas, sempre consideramos um relacionamento somente entre duas pessoas. Entretanto, se olharmos a história, em todo o mundo, vemos que movimentos de empatia coletiva tiveram momentos de grande êxito. Em outros, sofreram um colapso e desapareceram, como no Holocausto e no genocídio de Ruanda. As pessoas podem agir juntas. Fazendo esse exercício de se colocar no lugar do outro, é possível, sim, mudar o mundo.

Tem um exemplo de um desses momentos?

Na Europa e nos EUA, no século XVIII, quando houve um grande movimento contra a escravidão. Foi disseminada uma grande reflexão sobre o que era ser escravo. De tempos em tempos, surgem pessoas que se organizam para desafiar atitudes de injustiça. E muitas dessas pessoas são motivadas pela empatia. Hoje, no Oriente Médio, há muitas iniciativas para criar paz entre palestinos e israelenses. As pessoas acham que a paz e as revoluções são construções de acordos políticos, mas acredito que é possível que isso seja feito nas raízes das relações humanas. Desmontando ignorâncias e preconceitos. Há um enorme potencial no diálogo para comandar mudanças profundas nas sociedades.

Como nutrir esse sentimento em épocas de extremismos?

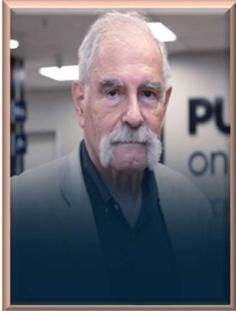
Nutrir empatia em um local cheio de preconceitos é difícil. A saída para isso é alimentar a curiosidade pelo outro. Nós não conversamos com quem não conhecemos. Esse seria um belo exercício de sensibilização. Ficamos muito tempo com pessoas que são como nós. ●

Roman Krznaric: filósofo

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 16 de setembro de 2013

O amor nos tempos do eros

Renato Mezan



Do erotismo da civilização grega à sexualidade descrita por Freud há um século, uma história do sentimento humano

Eros, ágape, philia... Esta foi uma semana rica em novos termos para falar de amor. “Novos” é modo de dizer, claro. As palavras usadas pelo papa Bento XVI em sua primeira encíclica são mais remotas que Cristo, como analisa o psicanalista Renato Mezan: “Então esse é o contexto geral dessa história. De um lado, a

tradição grega do eros⁶⁸. Do outro lado, a ideia judaica de obedecer a Deus e seguir os seus mandamentos. E a ampliação disso, uma ideia original do cristianismo, por intermédio da atribuição a Deus de um amor ainda mais incondicional, justamente o ágape, e que impõe ao homem a obrigação de amar a Deus sobre todas as coisas”.

Doutor em Filosofia e professor titular de Psicologia da PUC-SP, Mezan fala ainda de como a psicanálise entrou na história há cerca de 100 anos. E conclui sobre a encíclica: “Se não digo que se trata de um avanço, pelo menos uma posição mais sensata e menos preconceituosa”. Confira a entrevista.

Em sua encíclica divulgada na quarta, o papa Bento XVI fez referência a duas noções gregas: eros e ágape. Do que se trata o eros?

Eros é o amor sexual, o amor físico, representado na Grécia por um deus jovem – que depois seria representado como o menino que atira flechas, o cupido na tradição latina. Eros é um adolescente que está envolvido com a ninfa chamada Psiquê, o mesmo nome que se dá a alma. No mito, eles estão juntos num local escuro e Psiquê não

⁶⁸ **Eros**: conjunto de pulsões de vida.

pode vê-lo. Curiosa – a curiosidade feminina – ela dá um jeito de enxergá-lo, mas Eros torna sempre a sumir. Essa relação entre amor e alma é representada na mitologia por meio dessa lenda em que eles se aproximam, mas de alguma forma não podem se conhecer completamente.

E quanto ao ágape?

O termo ágape é um termo grego, que acabou significando refeição festiva. Imagino que haja uma relação com a Última Ceia, a Páscoa judaica. Sua ideia é o amor desinteressado, o amor com que Deus ama o ser humano, a humanidade, a ponto de enviar seu filho em sacrifício, conforme toda a temática cristã. Mas de onde essa ideia vem? Consultando o Pentateuco, vemos que nos Dez Mandamentos aparecem duas vezes, uma no capítulo XX do Êxodo e outra no capítulo V do Deuteronômio. Há um mandamento de amar a Deus, sem que se explique muito claramente o que é esse “amar a Deus”. Basicamente é obedecer aos seus mandamentos, pois Moisés adverte os judeus para que temam a Deus e, por isso, cumpram seus mandamentos. E o que acontece se os hebreus obedecerem aos mandamentos? Não se promete em nenhum momento vida eterna ou felicidade. A recompensa é prosperidade, tranquilidade, serenidade, ou seja, uma ideia que depois o protestantismo irá desenvolver. A novidade do cristianismo é a ideia de que esse Deus ama sem razão, sem contrapartida. É um amor desinteressado, sem explicação, sem justificativa e até mesmo absurdo, porque os homens evidentemente pecam e não correspondem a esse amor.

Aproximar eros e ágape pode ser visto como um avanço da Igreja?

Se não digo um avanço, pelo menos uma posição mais sensata e não tão preconceituosa. Isso diante do fato de que a Igreja distorceu deliberadamente as práticas sexuais pagãs, sobretudo a homossexualidade, para mostrar que eram perniciosas, nefastas, pecaminosas, traziam a ruína, e por aí vai. O eros deixou de ser cultuado como uma forma da natureza positiva e merecedora de respeito e de cultivo e, como boa parte das coisas pagãs, entrou na religião sob a forma da demonização. Nada mais claro que a figura

do sátiro, com pés de bode e chifres, que passa a ser a representação típica do diabo. E o sátiro é aquele que corre atrás das ninfas. O que diaboliza o sátiro é exatamente sua luxúria incontrolável. Isso vem, sobretudo, de São Paulo, que tinha ojeriza profunda ao sexo e insistiu para que os sacerdotes cristãos fossem celibatários, coisa que demorou uns 800 anos para se implantar na Igreja.

E como era esse eros grego?

Quem estudou isso com muita clareza e inteligência foi o filósofo francês Michel Foucault na trilogia História da Sexualidade, sobretudo nos livros O Cuidado de Si e O Uso dos Prazeres (ambos de 1984). A imagem que temos é por meio de Platão (428-348 a.C.), em O Banquete, em que o amor físico é o primeiro degrau de um amor espiritual, justamente o amor platônico. Mas que passa pelo contato, o beijo, a penetração, a carícia entre os homens. Sendo que um é mais velho que o outro. No grego, há duas palavras diferentes para isso, que seriam “o amante” e “o amado”. O Sátiro mais velho é o ativo e o mais jovem, o passivo.

Ou passiva...

Não. É sempre entre dois homens, porque sexo com mulher não é digno, digamos assim, de reflexão filosófica, já que elas não têm nenhuma importância no pensamento e na sociedade gregos. Transar com mulher na Grécia é para ter filhos e elas ficarem lá, quietinhas. Como não fazem parte da vida pública, elas não criam problemas do ponto de vista filosófico – ao contrário de Roma, onde a mulher tem uma posição mais destacada. Foucault mostra isso de maneira muito interessante nos escritos romanos sobre saúde, em que ele vai trabalhar com os textos de Galeno e outros médicos da época. Nos séculos I, II e III, o amor físico faz parte das prescrições de higiene: tem de tomar banho, comer bem, dormir cedo, transar. E há uma discussão sobre que hora do dia é a melhor, de manhã, de tarde, depois do jantar, antes do almoço, que posição se deve usar para que o resultado seja um menino ou uma menina. E também há discussões éticas acerca das relações entre marido e mulher, coisa que não existia entre os gregos. O companheirismo, a solidariedade, que tipo de deveres cada um tem com o outro, a questão da

fidelidade, tudo isso é tratado pelos filósofos romanos, mas não pelos gregos. Havia, claro, deboche, orgias, mas eram excessos condenados pela ética antiga. Como toda ética, ela prega, questiona e discute a questão do autocontrole. A ética é sobre isso: como você, podendo abusar do seu poder, encontra meios de não fazê-lo. E obviamente um dos meios fundamentais, essenciais e básicos para isso é você não se aproveitar da fraqueza, ingenuidade, fragilidade ou ignorância do seu parceiro, aquele sobre quem você tem ascendência.

O papa cita ainda uma terceira forma de amor, a *philia*.

É verdade. O amor dos homens entre si, de uma forma que a *philia* tem mais a ver com solidariedade. É a relação que une indivíduos iguais. No *eros*, não há igualdade. Há o amante e o amado, com posições e direitos diferentes. No *ágape* também não, porque claro que Deus é Deus e o ser humano não é nada disso. Já a relação de *philia* é uma relação simétrica. E na *Ética a Nicômaco*, que Aristóteles escreveu a seu filho, está dito que a amizade é o único sentimento que envolve reciprocidade, porque os dois são iguais. Isso produz um tipo de vínculo que não tem paralelo. O amor fraternal envolve a ideia de que todos somos filhos de Deus.

Então o *eros*, ou seja, o amor entre um homem e uma mulher, não pode ser simétrico?

Acho que só no sentido de que podemos gostar na mesma intensidade um do outro. Mas, em termos de qualidade, de modo de ser, penso que homens e mulheres amam de formas muito diferentes. Em parte por razões culturais, em parte por razões biológicas, porque o funcionamento biológico não é o mesmo. A forma de realização sexual do homem é a penetração, implica entrar, abrir, a ejaculação implica jorrar. A mulher, ao contrário, recebe. Não significa de forma alguma que seja passiva. Mas ela recebe dentro de si, abraça e envolve. Isso não pode deixar de ter consequências. Há, sim, diferenças na forma de amar entre homens e mulheres em função do fato de serem homens e mulheres, duas coisas diferentes.

E onde entra a psicologia na história do amor?

Talvez nesse ponto a psicanálise e toda a psicologia sejam herdeiras do filósofo Espinosa. Foi o primeiro, em *A Ética* (1660), a considerar os sentimentos como se fossem linhas e planos e a entender sua mecânica em termos de uma geometria, ou seja, de uma composição e formação de figuras, como triângulos, círculos e poliedros. Tudo isso a partir dos elementos que são os sentimentos humanos. *A Ética*, um verdadeiro manual de psicologia do século XVII, contém a definição de 32 sentimentos, como alegria, tristeza, ódio, todos compostos de ingredientes mais simples, que são o amor, a esperança e o medo. Assim, a imaginação vai produzindo esses sentimentos a partir das experiências que as pessoas têm.

Freud, então, se aproveita dessa ideia de que os sentimentos são compostos por outros mais simples?

O que é possível dizer nesse ponto é que, quando Freud se preocupa em entender o funcionamento da mente humana, ele o faz em termos que incorporam a tradição de estudo das paixões. Dentro dessa tradição de considerar algumas paixões derivadas e outras primitivas, a psicanálise acabou optando por definir duas delas como realmente primordiais: a isso Freud chamou de pulsão, sendo que as duas são a pulsão sexual e a pulsão de morte. E aí ele se dedica ao estudo desse primeiro conjunto e inova ao dizer que a sexualidade não tinha apenas uma função reprodutiva, mas um alcance muito maior do que se supunha. Esse alcance podia ser mostrado por meio da análise do que já se chamava naquele tempo de perversões sexuais. É contemporâneo de seus *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade* (1905) o livro de um psiquiatra alemão chamado Krafft-Ebing, *Psicopatia Sexual* (1886), escrito inclusive em latim para evitar que os adolescentes o usassem no banheiro. Krafft-Ebing narra casos de sadismo, pedofilia, homossexualismo, fetichismo, etc., e tenta entender um pouco essa mecânica. Freud se dá conta de que na verdade essas aberrações sexuais, ao contrário de sua primeira hipótese, nada mais são que prolongamentos e amplificações de elementos que estão presentes em toda a sexualidade.

Elementos presentes desde a infância, não é isso?

Sim. Essas pulsões, num primeiro momento, são autoeróticas. A criança se satisfaz sozinha. Sua tendência na busca de um prazer é satisfeita consigo mesma. Freud faz então uma análise extraordinária do primeiro ato sexual, que é chupar o dedo. Isso é brilhante: ele mostra como no ato de chupar o dedo estão presentes todos os componentes da sexualidade. Há a fantasia, na qual esse dedo substitui o seio da mãe. Há também a busca do prazer pelo prazer, já que daquele dedo não sai leite. Há ainda o caráter autoerótico, porque o dedo está presente a qualquer momento. E tudo isso causa uma enorme satisfação, pois a criança adormece com aquele sorriso beatífico estampado no rosto exatamente como um sujeito adulto que acabou de ter uma relação sexual e se sente relaxado. Mais tarde, na época da puberdade, essas pulsões se reúnem sob o primado da genitália. Deixam de ser autoeróticas, passam a procurar um objeto e passam à sexualidade adulta, onde essa sexualidade infantil permanece como componente na forma das carícias, fantasias. Uma análise, em termos da mecânica das forças sexuais, bastante complexa e avançada.

Sim, mas aqui não se fala em amor, apenas em sexo.

Em relação ao amor mesmo, Freud fala menos. A sexualidade é uma pulsão, um elemento que tem uma base física, como hormônios, zonas erógenas, aparelho reprodutor, glândulas, substâncias, etc., e tem também um lado de fantasia, que se combinam para produzir a vida sexual. Mas não faz parte diretamente dessa sexualidade o vínculo com as emoções. Num certo momento, nesse desejo de analisar, de dissolver o complexo em seus elementos simples, a psicanálise perdeu um pouco de vista a complexidade das emoções.

Isso pode ser visto como uma autocrítica da psicanálise?

Você pode chamar de autocrítica. Mas logo em seguida isso foi reparado. O fato é que, no início, houve certo deslumbramento com a complexidade dessa análise da sexualidade e com sua utilidade em termos terapêuticos. A revelação de que isso era uma coisa natural e a permissão de falar sobre tiveram um efeito colossal há um século. Uma noção emancipatória e liberatória enorme.

O próprio Freud chegou a tratar do assunto mais tarde, certo?

Sim. Freud era um psicólogo muito fino, e acabou se dando conta de que a sexualidade tinha um vínculo com as emoções. Ele descreve então alguns tipos de organização amorosa. Por exemplo, o sujeito que separa o amor que tem por uma mulher idealizada, substituta da mãe, e sua sexualidade *stricto sensu*. Ele não consegue ter prazer com a mulher que ama, porque a respeita demais, e procura uma prostituta ou uma aventura para ter satisfação sexual. Existe uma cisão aqui entre o lado amoroso e o sexual. Ele não pode conspurcar essa mulher pura, seja fazendo com ela o que ele tem vontade, seja pedindo que ela faça o que tem vontade, porque isso seria imoral, indecente, obsceno, etc. É importante dizer que, ao longo da história da psicanálise, a ênfase foi sendo deslocada dessa análise de termos mais puramente sexuais para uma análise do caráter em sentido mais global.

Já se criticou o amor romântico por ser inatingível. Ele, afinal, é positivo ou negativo?

Acredito que a paixão também seja um caminho para a verdade, talvez mais ainda que a razão. A verdade da paixão é mais profunda, mais oculta, mais transcendente. Uma consequência prática do amor romântico na história é que o casamento deve ser resultado do amor. Claro que deve ter tido muita mocinha iludida com a chegada do príncipe encantado, mas sem dúvida isso levou a uma melhora da vida afetiva. Outra ideia positiva vem da Idade Média, do mito de Tristão e Isolda, em que dois amantes precisam se unir, mas a união é proibida. Isso atravessa a literatura, passando por Romeu e Julieta, talvez seu exemplo mais famoso. É a ideia de que o grande amor é aquele proibido, que vai contra as regras da sociedade e os interesses da família. Isso levou a uma série de ampliações na esfera da liberdade. Porque se procurou transgredir esses limites em nome de um valor mais alto, que é justamente o amor. Um exemplo: hoje é corriqueiro, mas há 10 ou 15 anos a união homossexual era considerada tabu.

Muitos estão em busca do “verdadeiro” amor. Podem encontrá-lo?

Em primeiro lugar, esse amor aqui é dito em sentido de objeto, encontrar a verdadeira pessoa, a pessoa ideal para amar. Freud, aliás, fala sobre maneiras diferentes de escolher um objeto sexual. Por exemplo, pode-se fazer uma escolha narcísica: escolher alguém parecido com você, seja homossexualmente, seja alguém que tenha características de caráter semelhantes, como duas pessoas autoritárias ou duas pessoas muito dependentes uma da outra. Ou então se pode fazer uma escolha por complementaridade. Essa ideia, de encontrar a pessoa ideal, pode acontecer, sim. Há casamentos e relações felizes; não são muito comuns, mas existem, não é verdade? É quando os parceiros se complementam mutuamente e têm tolerância com as inevitáveis falhas. Porque todo objeto de amor é um objeto idealizado. Os casais que dão certo são aqueles que aprenderam a viver com a imperfeição. ●

Renato Mezan: psicanalista brasileiro, autor de diversos livros na área. É professor titular da PUC-SP e articulista do jornal Folha de São Paulo, coordenador editorial da Revista Percurso.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 29 de janeiro de 2006

Mil e uma noites no Irã

The Guardian



Usamos uma expressão para o amor que cabe para o amigo, a mãe, o prato predileto. Num país onde a transparência é vista como ingenuidade beirando estupidez, é melhor manter as coisas vagas.

Aqui, todo mundo fica nu. Não digo sem roupa, já que isto é a República Islâmica do Irã. Mas, por baixo de todas aquelas camadas de pano e véus, por baixo de calções e *collants*, túnicas e xadores, as mulheres iranianas – e os homens – não têm pelos pubianos. Embora elas exibam as sobranceiras mais esplêndidas do mundo, essa habilidade para delinear arcos escuros perfeitos no alto não é bem-vinda embaixo. Embaixo é para ficar sem pelos. Sempre achei que, comparada a meus irmãos islâmicos, procedente como sou das plagas tolerantes e individualistas da Grã-Bretanha, eu era a liberada, alguém que há muito se livrou das inibições e perdeu a capacidade de se chocar.

Mas agora, finalmente na cama com S., o homem por quem estive casta e platonicamente apaixonada nos últimos anos, fiquei abismada. Ele não tem pelos pubianos. E mais: pergunta, totalmente à vontade, por que os tenho quando me toca pela primeira vez. “Bem...”, gaguejo. Na verdade sussurro, porque esta é a República Islâmica, estamos num quarto de hotel de uma cidadezinha e o que fazemos é contra a lei.

Pela lei, eu deveria ter chegado com permissão assinada e selada da polícia da moralidade local, mas não fiz nada disso. E o hoteleiro, porque era tarde, porque é da mesma cidade de S. e porque está, com certeza, ilegalmente bêbado, concorda em me dar acomodação. O fato de eu ter um quarto já é por si só perigoso, mas acrescenta-se a isso que estou neste quarto no meio da noite, sem acompanhante feminina, com um homem que não é meu marido, pai ou irmão e

REFLEXÕES V

que estamos nus... Se fôssemos apanhados poderíamos ser presos, provavelmente açoitados e até obrigados a nos casar no local.

O fato é que não penso nisso. Depois de 10 anos de olhares lânguidos por baixo das pálpebras e roçadas “acidentais” cada vez mais confiantes, S. e eu finalmente estamos sozinhos num quarto. Nós nos conhecemos ainda crianças.

Alguns anos antes de partir do Irã para a Grã-Bretanha, minha família viajou de Teerã para um casamento numa província remota do país. A família dele morava na região e passamos a semana juntos, uma montoeira de crianças saltitantes e adultos brincalhões e fofoqueiros fazendo piquenique entre as belezas naturais da província. Em 1996, nós nos encontramos de novo na capital. Ele fazia um curso profissionalizante e eu viera da Inglaterra para a visita anual a minhas raízes. Embora houvesse uma atração imediata, jamais pensei num verdadeiro romance entre nós. Sua vida parecia um mundo distante da minha existência ocidental, mas aqui estamos nós, com a polícia da moralidade povoando nossas mentes.

Faz uma semana que não vejo S. Ele voltou para a cidadezinha onde trabalha e me percebo de novo embrenhada nas coisas de Teerã, onde passo um ano sabático. Estou com minha família, o que significa compartilhar um apartamento de quatro dormitórios com três tias, dois primos adolescentes e minha avó entrevada de 90 anos, que entabula uma luta terrível contra a demência.

S. voltou para a casa que lhe foi concedida com o emprego, embora seu patrão considere um enorme desperdício dar uma moradia só para ele. No Irã, o *status* marital das pessoas não é problema apenas de amigos e familiares, mas dos colegas também. “E aí, quando é que você vai se casar? Não é natural um homem sozinho na sua idade.” Ele tem 35 anos e, com o instinto de sobrevivência de quem se esquia de atiradores ocultos, responde com piadas e promessas que satisfazem os demais por algum tempo. Usa tática semelhante com a família, para a qual o seu celibato é motivo de comentários constantes.

Apesar de termos dito pela primeira vez as palavras “eu te amo”

REFLEXÕES V

anos atrás, S. e eu usávamos uma expressão em farsi para “amor” cabível para o amigo, a mãe, o prato predileto.

Num país onde a diferença entre o que é legal e o que realmente ocorre é tão vasta, onde a transparência é vista como ingenuidade beirando a estupidez, é melhor manter as coisas vagas. A vida sob um regime totalitário implica manter suas opções abertas. Quando nada está sob seu controle, aprende-se a se esconder para, quando as coisas mudarem, você não ser apanhado num canto. O ideal é nunca se envolver, seja com uma ideologia, um encontro para um almoço ou mesmo um relacionamento amoroso.

Recentemente, demos para conversar na cama. Vou dormir mais cedo que todos e me enfiio embaixo das cobertas com o meu celular para ligar para ele. Nossa falta de inibição naturalmente levou àquilo que ainda estava em nossa mente: sexo. Eu ainda não sabia com certeza o que era considerado aceitável para os padrões de relacionamento iraniano, mas, de novo, meu amado me surpreendeu descrevendo com detalhes gráficos o que faria comigo quando estivéssemos juntos.

Os relacionamentos – e certamente o sexo – antes do casamento ainda são tabu em famílias iranianas respeitáveis. Se não tivesse o celular, nossas conversas se limitariam às ocasiões em que pudesse chamá-lo de um telefone público ou nas raras noites em que minhas tias tivessem saído. Mesmo numa família relativamente moderna como a minha, amizades íntimas entre homens e mulheres solteiros não são bem-vistas. Nos fins de semana, S. volta para a casa de sua família. Dorme numa cama no chão. Seus pais, irmãs e irmãos ocupam os dormitórios, e todas as portas ficam abertas, de modo que qualquer excursão ao banheiro ou à cozinha é passível de acordar os pais, que têm sono muito leve. Durante algumas semanas, eu me hospedei com sua família e preferi dormir fora, na varanda para desfrutar do ar balsâmico da noite. Podia acordar todas as manhãs às 5h e, fingindo que estava a caminho do banheiro, parava rapidamente ao lado da sua cama e beijava de leve os seus lábios antes de voltar para a varanda e dormir mais algumas horas. Não podíamos arriscar demais. Amo sua família e ficaria mortificada com o desrespeito que eles sentiriam se fôssemos

apanhados.

Alguns dias depois desse encontro, escapei para uma casa de campo e ali S. e eu desfrutamos de longas conversas por telefone, que nos deixavam exaustos e excitados. Assim foi até que um bate-papo inocente com uma amiga virasse minha mente para coisas mais sóbrias. M. contou que, meses depois de sua chegada ao Irã, telefonaram para o celular dela dizendo, daquela maneira polida que instilaria o terror em nossos corações ocidentais, “Por favor, senhorita M., faça o favor de nos honrar com a sua presença em tal e tal hora e dia”.

M. fora criada no Ocidente e não estava acostumada a aceitar as coisas sem questionar. No Irã, adquiriu uma maneira agressiva de se desviar dos comentários sugestivos nas ruas, das apalpadelas por estranhos em *savaris* (táxis compartilhados) abarrotados, das paradas fortuitas por policiais da moralidade doidos por saber como uma mulher supunha poder fazer alguma coisa sozinha (“Senhoras, onde está o seu homem?”, nos perguntaram várias vezes numa recente caminhada juntas). Assim, em vez de simplesmente anotar o endereço, ela quis saber como conseguiram o número dela.

Ouviu o interlocutor sorrir. “Bem, senhorita, somos do serviço de inteligência.” Ela contou que a entrevista foi tranquila, que as intenções deles pareceram inocentes, que até poderia compreender por que havia sido intimada, mas mencionou o terror de deixar sua acompanhante do lado de fora enquanto entrava no prédio para se apresentar, o coração palpitando à medida que caminhava pelo corredor apertando o lenço de cabeça. Como crianças que passaram pela revolução e pelos primeiros dias de terror do regime islâmico, estávamos plenamente conscientes de como ela poderia ter sido engolida por aquele edifício.

Esparramada na cama naquela noite, atendi uma ligação de S.

“Salaam, inglesa”, murmurou com sua voz de alcova.

“Salaam para você”, eu disse secamente, usando o formal “você” para tentar contê-lo. Isso causou o efeito oposto.

REFLEXÕES V

“Janam, minha vida”, ele exclamou, “meu coração querido, o que está fazendo?”

“Chega disso.”

“Do que, querida do meu coração? Posso morrer por você...”

“Pare com essa coisa iraniana. Estou falando sério.”

Há muito tínhamos decidido que os termos de afeto elaborados e floridos que enfeitam a língua farsi – a maioria sobre se sacrificar pelo amado de uma forma ou outra – eram perfeitos para o amor e os usávamos com liberalidade.

“Ok, inglesa, como vai?”

Contei a história de M. e de como ela despertara em mim o medo de estar sendo vigiada. Ele deu uma risadinha.

“Escute, minha querida”, disse, “se o regime prendesse cada pessoa que faz sexo por telefone, eles não teriam tempo para mais nada, e pode apostar que as ruas estariam vazias.”

Fiquei de boca aberta. Nunca me ocorrera que não estávamos fazendo algo absolutamente único. Eu me sentia orgulhosa de minha própria ousadia, imaginando que havia ensinado a meu amado uma maneira completamente nova de desfrutar o sexo.

“Quer dizer que já fez isso antes?”

“Meu amor, minha vida, querida do meu coração... Claro que fiz”.

“Muitas vezes?”

“Inglesa, acha que sua gente inventou o sexo? Nem sempre é fácil se encontrar com alguém por aqui. E os celulares são ao menos mais privativos. A verdade é que muitas garotas preferem assim. Isso lhes permite obter o prazer sexual sem perder a virgindade, sem o risco de ser descobertas ou sentir que fizeram alguma coisa muito errada. Aliás, virou moda...”

Nestes tempos de ameaça internacional, a vida no Irã deu uma guinada curiosa. Ao longo das avenidas de Teerã colocaram cartazes do líder do Hezbollah, xeque Hassan Nasrallah, com seu turbante

REFLEXÕES V

preto e um fuzil Kalashnikov firme na mão direita. As letras miúdas indicam que foram impressos pelo departamento do governo responsável pelo embelezamento da cidade, mas é duvidoso que algum morador achasse que a onipresença do xeque Hassan Nasrallah contribua minimamente para esse embelezamento.

O povo, porém, está ocupado demais até para comentar os cartazes ou as cenas de horror do Líbano e da Palestina transmitidas pela TV. A maioria dos jovens que conheço não fala de guerra ou sanções, mas planeja festas e feriados. Têm que viver com o que vier, e, como o que vier está fora do seu controle, preferem gastar energia em diversões. O sexo, por exemplo.

Um dia S. ligou para mim tarde da noite e, em vez de discutir a possível ameaça de guerra, perguntei como havia sido o *footing* noturno, com rapazes bem penteados e moças arrumadas como para um casamento, um momento raro de encontrar representantes do sexo oposto. Digo “encontrar”, mas na realidade o que acontece é uma mera troca de olhares; bastam dois deles para se saber que uma garota está interessada. O homem seguirá a moça e suas amigas até ter uma oportunidade para falar.

“Você diz alguma coisa como “Tem algo que preciso lhe contar, mas não aqui; posso lhe dar o meu número?””

“E ela pega?”

“Você sabe como é aqui, inglesa. A moça deve ser supostamente recatada, vai fingir que não o compreende, de forma que você tem que recuar e avançar um bocado até ela aceitar o seu número.”

“E vocês não sabem o nome um do outro”.

“Não, mas pelo telefone cada um descobre isso. Depois procura uma oportunidade para ficar a sós. É fácil para mim, porque tenho minha própria casa. Após dois ou três telefonemas, eu as convido, se ainda estiver interessado nelas.”

Não digo nada. É irracional, mas estou ardendo de ciúme.

Ele prossegue: “Elas chegam com medo do flagrante. Então se sentam na outra ponta do sofá, nem mesmo tiram o lenço da cabeça.

REFLEXÕES V

Dá para desconfiar que não são virgens ou religiosas, mas precisam fingir até o último momento para preservar sua honra. E, quanto mais pequena é a cidade, mais falam de casamento. Você as beija e elas imediatamente dizem que você deveria fazer uma visita para uma corte formal. Sempre afirmo que não se trata de casamento, mas elas simplesmente precisam continuar fingindo. O pior é que querem que você faça o mesmo, que diga que está apaixonado e que não pode viver sem elas.

Mesmo que ambos saibam que provavelmente jamais se verão de novo depois de transarem.”

“E você dá ao trabalho disso tudo?”

“Meu amor, isto é o Irã. Ainda não percebeu? Todos aqui estão atuando num filme. Tudo está mudando, particularmente para mulheres que não vivem mais os papéis tradicionais. Como a sociedade ainda não absorveu isso, elas fazem o que querem e fingem que fazem outra coisa para tornar a vida mais palatável. Chegam a mentir para si mesmas. Há 70 milhões de pessoas neste país, inglesa, e todas desempenham interpretações dignas do Oscar.”

Ainda vivo em Teerã e S. continua a quilômetros de distância. A lei da Sharia do regime islâmico torna nosso relacionamento ilegal enquanto a cultura do país se recusa a aceitar que poderíamos querer nos amar fora dos laços do matrimônio. Sabendo que um dia eu voltaria para a Inglaterra, ele só se refere ao futuro em termos de minhas visitas ao Irã. Sei que não vai pedir que eu abandone a liberdade de minha vida no Ocidente para ficar com ele, mas me vejo contemplando a possibilidade de virar uma esposa iraniana provinciana. É a única maneira de ficarmos juntos, seja em seu país, que não nos permitirá outra forma de contato aberto, seja no meu, para onde ele não teria autorização para ir de outra maneira. Mas casamento é uma palavra assustadora em qualquer língua. Por isso, como em muitos aspectos da vida atual no Irã, adiamos as decisões.

Continuamos do jeito que estamos, conversando na cama e tramando fins de semana ilícitos esperando para ver se haverá uma

REFLEXÕES V

guerra. Nosso amor, como nossas vidas, existe num estado de animação suspensa. ●

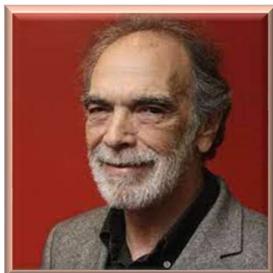
The Guardian

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 19 de novembro de 2006

LUIZ BIANCI

A dor e a *performance*

Joel Birman



A intenção deste artigo é a de colocar em pauta um conjunto de questões em decorrência do suicídio do músico Champignon, da banda Charlie Brown Jr., em seguida à morte por overdose do seu colega Chorão. A esse cenário trágico deve-se acrescentar o suicídio há alguns meses, por enforcamento, do músico Peu de Souza. A história de suicídio de Champignon se complica, já que esse músico, que substituiu o colega morto, foi seguidamente hostilizado por fãs da banda como traidor por ocupar sua posição em uma nova banda. Nessa medida, a tragédia em questão se situa numa linha tênue entre a dor pela perda do amigo e as múltiplas agressões verbais sofridas da parte de seus fãs. Isso porque tais agressões, nessas circunstâncias, tiveram possivelmente o efeito de incrementar a culpa que se coloca para qualquer sujeito na experiência do luto.

Um primeiro comentário sobre isso é que, paralelamente, no Rio de Janeiro, nos últimos meses alguns jovens de classe média alta se suicidaram de forma violenta e inesperada, causando uma grande comoção entre amigos e familiares. Da mesma forma como Champignon se suicidou abruptamente após um jantar afável com a mulher grávida e amigos, histórias parecidas ocorreram nos suicídios dos cariocas.

Portanto, a primeira questão que se impõe é por que tantos suicídios acontecem com jovens bem-sucedidos na atualidade. Isso não quer dizer, evidentemente, que não ocorram suicídios, como esses, em faixas etárias outras. Porém, o fato de ocorrerem com jovens tem a potência de nos consternar particularmente, pois se trata de pessoas que tinham uma vida pela frente e muitas possibilidades de resolução dos impasses existenciais que se colocam para todos nós. Por que então esses jovens são lançados

REFLEXÕES V

abruptamente para o gesto fatal contra si mesmo, sem reconhecerem os horizontes que ainda existiam para eles?

Para responder a isso, é necessário o reconhecimento de que se trata de um fenômeno complexo, que exige uma reflexão que lance mão de um conjunto de saberes, para que não se caia numa banalização psicologista e psicopatológica desse acontecimento limite. Com efeito, é preciso aludir não apenas à teologia e à política, como também ao arsenal das ciências humanas.

Como se sabe, os suicídios não são geralmente divulgados pela mídia. Existe uma interdição em relação a isso, pois se supõe que as narrativas de suicídios possam gerar outros, numa espécie de reação em cadeia. Além disso, essa interdição visa a proteger os familiares dos suicidas, em decorrência do estigma presente nesse tipo de ato fatal. Contudo, não se pode esquecer que o suicídio é um ato proibido por uma longa tradição religiosa no Ocidente, pois, se Deus nos concedeu a vida, só ele teria o poder de retirá-la. O que implica dizer que, nessa tradição, o indivíduo não teria a liberdade de decidir sobre a própria vida/morte, de forma que se impõe a ele ter que suportar as angústias da existência, inventando formas de lidar com elas.

Esse imperativo religioso foi refundado com a constituição da sociedade moderna, de acordo com Foucault em *Vigiar e Punir*. Segundo ele, a modernidade se forjou pelo imperativo de promover a vida e afastar a sedução da morte, na medida em que a vida se transformou no campo fundamental para o exercício do poder. Com efeito, se pelo poder disciplinar e pelo biopoder a vida é promovida e a morte apenas acontece quando se torna inevitável, no poder soberano pré-moderno o soberano fazia morrer e deixava viver. Foi em decorrência disso que a modernidade foi marcada por uma intensa e disseminada medicalização do espaço social, na medida em que a saúde foi transformada num dos indicadores fundamentais da qualidade de vida da população e da riqueza do Estado-nação. Daí porque a eutanásia foi proibida em nossa tradição, interdição essa que se mantém ainda hoje, não obstante as múltiplas reações provocadas face a isso na atualidade, em decorrência dos sofrimentos de doentes terminais.

REFLEXÕES V

Como se pode reconhecer, a interdição do suicídio conjuga intimamente uma dimensão religiosa com uma dimensão política, de forma que a vida seria regulada pelo poder de Deus e do Estado. Não é, pois, espantoso que o suicídio seja objeto de estigma, provocando horror na população em geral e nos familiares e amigos dos suicidas. No que concerne a isso, é preciso reconhecer que se a perda de alguém que nos é próximo, seja amigo ou familiar, nos é sempre dolorosa, a morte por suicídio é trágica. Com efeito, para esses casos a pergunta que sempre se impõe é se não poderíamos ter impedido o desfecho trágico, se não ficamos cegos e surdos aos múltiplos sinais enviados pelo sujeito. Portanto, a culpa é inevitável entre aqueles que foram próximos dos sujeitos que se mataram, culpa essa que vai marcar suas vidas.

Enfim, se os suicidas tiveram que fazer a transgressão limite para realizarem seu ato fatal, pelos interditos religiosos e políticos que delineiam o campo dessa experiência, os familiares e amigos se sentem igualmente responsabilizados por não terem impedido o desfecho.

É inegável que na nossa tradição o ato suicida implica uma situação limite para o sujeito, que se reconhece encontrar num beco sem saída para realizar tal ato. O que implica dizer que, para perpetrar tal transgressão, o sujeito atravessa uma profunda experiência de angústia indizível. Porém, pode-se dizer também que essa experiência se conjuga com o estatuto do individualismo moderno, na medida em que o sujeito aqui em causa não se inscreve numa totalidade social que o subsuma⁶⁹, como ocorria nas sociedades pré-modernas. Nestas, a morte e mesmo o suicídio se inscrevem numa gramática coletiva, ganhando assim foros de heroísmo e grandiosidade, sendo o ato de tais personagens marcados pela coragem e pelos valores éticos superiores. Não é isso que ainda vemos e podemos constatar em diversas culturas asiáticas e árabes, onde os homens-bomba e os camicases se transformam em heróis

⁶⁹ **Subsumir**: incluir, colocar (alguma coisa) em algo maior, mais amplo, do qual aquela coisa seria parte ou componente.

de suas comunidades, louvados pela coragem e pelos valores fundamentais que os impulsionaram para a morte.

Foi na tradição individualista moderna que o suicídio se transformou num ato maldito. Em decorrência disso, a figura do suicida se transformou na figura do anti-herói e mesmo do covarde, isto é, daquele que não teve coragem para suportar os obstáculos que a vida lhe impôs. Por isso mesmo, nessa configuração antropológica o ato suicida foi transformado num sintoma grave de perturbação psíquica, associado principalmente à experiência da melancolia, mas podendo também ser inserido em outras psicoses.

Em sua leitura do sujeito moderno, Freud procurou pensar a melancolia e o suicídio a partir da experiência do luto. Vale dizer, em face da perda de um objeto amado ou de um ideal, o sujeito vive uma experiência de luto, numa espécie de confrontação ética com a figura do morto, num acerto de contas com suas memórias face ao objeto perdido. Dessa maneira, a melancolia seria uma impossibilidade para o sujeito de aceitar a perda do objeto de amor e desse se separar, de forma a ficar identificado com a figura do morto.

Enfim, o ato suicida poderia ser então um ato fatal do sujeito para arrancar de si o objeto que se perdeu ou então continuar a ele ligado para sempre pela morte. Contudo, toda essa discussão na atualidade assume novos aspectos cruciais, considerando-se as condições psíquicas do sujeito na contemporaneidade. Assim, face à feroz competição generalizada que existe hoje no contexto social do neoliberalismo, em que a *performance* se colocou como um imperativo fundamental, a promoção de si mesmo se impôs como uma marca indiscutível da subjetividade contemporânea. Superar os adversários se transformou numa moral disseminada, implicando uma aceleração das formas de viver que são correlatas da aceleração do tempo que se impõe no fluxo das mercadorias e das informações em escala global. Nesse contexto, cada indivíduo se transformou numa microempresa para promoção de si mesmo e da vida de seus produtos, sejam esses materiais ou imateriais, numa multiplicação

REFLEXÕES V

assintótica⁷⁰ de suas *performances*.

Não é por acaso que o consumo de drogas, sejam estas lícitas ou ilícitas, se transformou numa forma de vida. Com efeito, por esse consumo os indivíduos procuram promover sua *performance* para estar à altura da competição frenética existente no espaço social. Face a esse excesso intensivo, o sujeito fica turbinado, mas, em contrapartida, nem sempre dispõe de instrumentos simbólicos para lidar com isso.

Os efeitos disso são múltiplos, nas tentativas dos sujeitos de lidarem com tais excessos. Se esses forem descarregados sobre o corpo podemos reconhecer a origem das múltiplas doenças psicossomáticas na atualidade, assim como da síndrome do pânico. Contudo, se forem descarregadas para o exterior teremos uma chave para a compreensão da multiplicação da violência e da crueldade na atualidade, assim como para a disseminação das adicções no contemporâneo, que se realizam com diversos objetos, num eixo que se polariza entre a comida e as drogas. Além disso, esse excesso intensivo pode ser fazer presente como um corpo estranho para o sujeito, que perde assim suas referências identificatórias, sendo lançado em situações melancólicas.

Assim, pode-se deprender facilmente dessa cartografia como a morte nos assalta como possibilidade, de múltiplas maneiras. Isso porque o excesso como dor não pode ser transformado e metabolizado como sofrimento, pela fragilidade dos operadores simbólicos de que o sujeito dispõe. Como isso, o desamparo que é constitutivo do sujeito, segundo Freud, se transforma em desalento, pois num espaço social permeado pela competição generalizada o sujeito não pode mais contar com o outro como amigo e aliado.

Não é espantoso que as taxas de suicídio se incrementem nesse contexto, marcado pela incerteza e perplexidade. Além disso, não é inesperado que os jovens estejam mais expostos a esses processos, pois tendo que construir seus percursos no espaço de alta

⁷⁰ **Assintota**: que não cabe, que não coincide, que não toca.

REFLEXÕES V

competitividade, muitos deles infelizmente sucumbem. ●

Joel Birman: psicanalista, professor titular do Instituto de Psicologia da UFRJ e professor adjunto do Instituto de Medicina Social da UERJ.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 15 de setembro de 2013

LUIZ BIANCI

Homens, animais e a lei de talião

Eliana Cardoso



Para dizer pouco, em fevereiro deste ano, faltou elegância ao diretor científico do jardim zoológico de Copenhague. Ele fez um espetáculo público do almoço de leões, a se regalarem com a girafa esquartejada para o festim. Infringiu direitos? Não. E, como o diretor bem observou, ninguém protestaria se ele tivesse servido aos leões uma refeição de maminha de alcatra. Ou pernis de porco.

Entretanto, veja bem, os porcos estão mais próximos de nós do que as girafas, pois são mais inteligentes.

Talvez seja a afinidade com os animais (ou será o colesterol alto?) que induza muitos de nós a rejeitar uma fatia de presunto de Parma ou de San Danielle. Outros, ao contrário, adoram um lombinho com tutu e acreditam que o Gênesis foi claro na concessão ao homem do domínio sobre os animais. Nossos direitos à igualdade perante a lei, à vida e à liberdade existem como resultado de um contrato social que não inclui os bichos.

Kant endossou essa visão. Mas reconheceu que devemos evitar sofrimentos desnecessários e proteger os bichinhos. Nem por isso precisamos ir tão longe quanto Peter Singer, o filósofo australiano, que acusa o alemão de pecado similar ao racismo.

O pecado de Kant se chama especismo⁷¹, negando a espécie não humanas os direitos básicos dos quais o *Homo sapiens* desfruta. Ao apontar o dedo contra Kant, Singer insiste, como a grande maioria dos utilitaristas, que a capacidade de sentir dor e prazer aparece em

⁷¹ **Especismo:** ponto de vista de que uma espécie, no caso a humana, tem todo o direito de explorar, escravizar e matar as demais espécies de animais por considerá-las inferiores.

REFLEXÕES V

graus. Portanto, a vida de uma criança seria mais valiosa do que a vida de um velho perto da morte. A de um porco, do que a de um mosquito. A de um gato adulto, do que a do bebê que acabou de nascer, pois o gato desenvolvido está mais propenso a dor do que o recém-nascido.

Meu estômago embrulha só de ler a última linha. Também não concordo com a proposta acadêmica e ambientalista para criação de um estatuto legal dos animais. Estaria aberto o caminho para a representação em juízo das baleias, leões-marinhos e outras espécies ameaçadas. O juiz, comparando o homem ao jumento, poderia ficar incapacitado de determinar qual é um, e qual, o outro. E estaríamos de volta à Idade Média.

Considere a análise de Edward Payson Evans – em *Animal Trials*, (*Julgamentos de Animais*, livro publicado pela primeira vez em 1906 e agora reeditado pela editora Hesperus, ainda sem tradução em português). Aqui vai um resumo.

Em tempos medievais, os porcos responderam por mais da metade das execuções registradas. Vagando pelas cidades, ao lado de crianças desacompanhadas, os porcos cometiam muitos infanticídios. Os registros são claros. Em junho de 1494, por exemplo, confinou-se, em cela junto a prisioneiros humanos, um leitão condenado à forca pelo estrangulamento de um bebê.

Os tribunais medievais da Europa, em particular os da França, julgaram não apenas porcos, mas outros animais, como lagartas, gafanhotos, sanguessugas, caracóis, lesmas, besouros, ratos, toupeiras, rolas, bois, vacas, galos, cães, jumentos, mulas, éguas e cabras.

Em 1610, um tribunal condenou à morte um bando de cachorros loucos que rasgaram em pedaços um noviço franciscano. O tribunal deixou de levar em conta a raiva como circunstância atenuante, embora tais defesas já existissem, pois argumentos legalistas eram comuns. Em 1314, por exemplo, um touro – que ferira fatalmente um transeunte e, levado em custódia por oficiais do conde de Valois, recebera sentença capital – teve a pena revogada por um tribunal de recursos por causa de procedimentos incorretos.

REFLEXÕES V

As autoridades se esforçavam para garantir a legalidade do processo. Em 1576, um carrasco, Jack Ketch, decidiu tomar a lei em suas próprias mãos e enforcou a porca que esperava julgamento por suposto ataque ao filho de um carpinteiro. Denunciado, Ketch fugiu. Suspeita-se que a fonte da irritação das autoridades contra Ketch originou-se na usurpação do poder judicial, mais do que na suspeita de crueldade contra a porca, cuja culpa ainda se discutia.

Interessante que os proprietários dos animais culpados, em geral, não eram considerados responsáveis e, às vezes, recebiam compensação pela perda que a morte de seus animais ocasionava. Os pagamentos a carrascos, carpinteiros e outros beneficiários da indústria da execução constavam entre os custos consideráveis incorridos nos julgamentos.

Alguns animais sofriam em consequência dos pecados da carne cometidos por proprietários: em casos de bestialidade, queimavam-se o homem e sua vítima na mesma fogueira. Os arquivos nos poupam dos detalhes mais escabrosos, mas listam casos, como o do homem e vaca condenados pelo parlamento de Paris; o do homem e égua executados com seus corpos enterrados na mesma cova e, até mesmo, o de um único homem queimado junto com uma vaca, duas novilhas, três ovelhas e duas porcas. Os juízes raramente reconheciam amantes relutantes como vítimas, apesar do caso da burrinha a quem a comunidade de Vanves atribuiu bom caráter em 1750: antes de se ver implicada num encontro, ela sempre se mostrara virtuosa e bem-comportada, sem nunca ter provocado qualquer escândalo até então.

Mais difícil que separar homens e mulas é entender a justiça daqueles tempos. Não a podem explicar nossas modernas teorias de punição, que repousam em boa parte nos princípios da reabilitação e da dissuasão. Mesmo os defensores da pena de morte admitem que ela torna impossível a reabilitação. Também se pode duvidar do efeito salutar sobre os animais da execução pública de um companheiro, apesar do relato de um núncio papal em tribunal húngaro, descrevendo, entusiasmado, a exibição, na entrada de vilarejos africanos, de leões crucificados para manter outros leões à distância, por medo de punição semelhante.

REFLEXÕES V

Não servindo para reabilitar ou dissuadir, resta uma única explicação para a pena de morte dos animais. Naqueles tempos, ainda se praticava a mais antiga e persistente forma de justiça: a do olho por olho.

O filósofo Robert C. Solomon lamenta a eliminação da vingança da nossa maneira de viver, colocando-se ao lado do argumento de Nietzsche de que a vingança, importante fenômeno psicológico e moral, restabelece a igualdade entre indivíduos, sendo essencial para a possibilidade de perdão.

Embora a vingança contra os animais na Idade Média colocasse os justiceiros em pé de igualdade com os animais, o argumento de Nietzsche não me convence: acredito que vingança não engendra perdão, mas, sim, mais violência. Ainda assim, compartilho a emoção do leitor que devora histórias de vingança com avidez.

Voltando à vaca fria, a pena de morte aplicada aos animais hoje nos parece sem sentido. Igualmente insensata é a aplicação da pena capital aos humanos, até mesmo por adultério, em países como o Irã. Se a pena de morte praticamente deixou de existir na Europa, no resto do mundo o número de países que a praticam vem aumentando. A Anistia Internacional informa sobre países que não usavam a força há muito tempo e voltaram a fazê-lo: a Indonésia, pela primeira vez em quatro anos; o Kuwait, depois de seis anos e a Nigéria, depois de sete. A Anistia Internacional lista 778 execuções em 2013, entre as quais 39 nos EUA. As estatísticas subestimam o número da aplicação da pena capital no mundo, pois exclui a China, onde as execuções se contam na casa dos milhares. No mundo, hoje, 23.392 pessoas, condenadas por crimes de traição, peculato e adultério, esperam o dia da execução.

Vivemos sob o signo da insensatez, como em tempos medievais? No filme, *O Exército de Brancaleone*, Mario Monicelli ilustra a dificuldade de separar homens e bestas. Na Idade Média, claro. Pois no mundo civilizado de hoje já não existem pobres, oprimidos, bandidos, ignorantes, nem fanáticos. A violência acabou. A justiça é célere e as notícias sobre linchamentos em Guarujá e Joinville não passam de fantasia. O comportamento irracional das turbas

REFLEXÕES V

desapareceu, porque existe confiança nas instituições. O governo dá o bom exemplo, respeitando as regras da contabilidade transparente e a lei da responsabilidade fiscal. O futuro chegou. ●

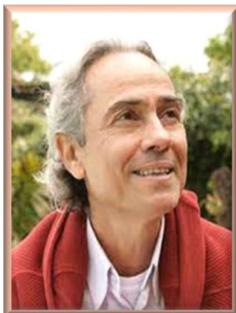
Eliana Cardoso: economista e escritora.

Artigo publicado no jornal **Valor Econômico** no dia 16 de maio de 2014

LUIZ BIANCHI

Da especialização à vocação- a educação do século XXI

Roberto Crema



O que é ser humano? Onde aprendemos a ser humanos?

Talvez a maior tragédia da ultrapassada modernidade aponta para a questão educacional e assim pode ser resumida: logramos o desenvolvimento sofisticado da ciência e tecnologia sem uma correspondente evolução psíquica, ética, noética⁷² e espiritual. A aculturação e educação clássica têm se resumido a um processo de adestramento racional e aquisição de um repertório comportamental adaptativo a um contexto mórbido em grande escala. Nas escolas, o aluno é obrigado a “engolir” informações que se tornam obsoletas em quatro anos e a “vomitá-las” nos exames. Aplica-se o perverso método da comparação, em que uma *performance*-padrão é exigida, com a repressão sistemática da diversidade e originalidade.

O tratamento é maciço e a transmissão autocrática, num clima tristemente paranoico, em que um suposto-saber julga um suspeito-saber. Neste alienante sistema, é solenemente desprezado o mais propriamente humano: o plano do coração, das emoções e sentimentos, da intuição, valores e a dimensão noética e transpessoal.

Assim é que o ocidental típico tornou-se perito na exploração do espaço exterior, vasculhando os confins do sistema solar, enquanto

⁷² **Noética**: parte da lógica que estuda as leis fundamentais do pensamento, conhecidas como os quatro princípios: identidade, contradição, terceiro excluído e razão suficiente [Termo proposto por Hamilton que, entretanto, foi adotado por poucos autores.].

permanece virgem e inexplorada a dimensão do espaço interior, a sua própria alma. Eis o absurdo óbvio: depois de décadas de bancos escolares e universitários, o erudito doutor segue sendo um analfabeto emocional, um bárbaro da vida anímica, desconhecedor de si, enfim, um ignorante existencial.

Há uma história sufi que ilustra bem essa contradição fatídica, que ameaça o futuro das novas gerações. Mulla Nasrudin, um mestre que notabilizou-se por utilizar o humor como instrumento pedagógico, era um barqueiro que levava as pessoas de uma margem do rio para a outra. Esta pode ser considerada a tarefa básica de toda maestria autêntica: facilitar que a pessoa faça a travessia da margem da ignorância para a do esclarecimento e autoconhecimento. Certa ocasião, um erudito professor recorreu aos préstimos de Nasrudin. Quando iniciaram o percurso o importante professor indagou ao humilde barqueiro: “Você estudou física e matemática?” “Não”, respondeu Nasrudin. “Sinto muito”, concluiu enfático o professor – “você perdeu a metade da sua existência!” Um pouco depois, o barco colidiu com uma rocha e começou a naufragar. Então o barqueiro perguntou ao assustado professor: “Você aprendeu a nadar?” “Não”, respondeu o professor, alarmado. “Sinto muito, você perdeu toda a sua existência!”, sentenciou o mestre.

Partindo da constatação de que a educação reducionista-tecnicista tradicional não tomou para si a nobre função de facilitar que o aprendiz aprenda a nadar nos rios da existência, não é para se estranhar o flagelo crítico contemporâneo: a inversão valorativa e falência da ética, o “mar de lama” da corrupção, cinismo e omissão, a onda crescente de violência e injustiça social, o aumento dramático do índice de suicídio infanto-juvenil, a depredação ambiental e o quase fenecimento da cultura ocidental.

É preciso ousar desenvolver, com urgência, uma ecologia do Ser, em que o humano possa ser desvelado e cultivado em toda a sua extensão, altitude e profundidade. Para tal, torna-se imprescindível que esclareçamos os nossos pressupostos antropológicos. É a partir da imagem do ser humano que adotamos, consciente ou inconscientemente, que será modelada a nossa atitude frente ao

mesmo, no contexto da família, da escola e da sociedade. Segundo Jean-Yves Leloup, mentor do Colégio Internacional dos Terapeutas, há quatro pressupostos antropológicos que já eram postulados há mais de dois milênios e continuam sendo sustentados, na contemporaneidade:

◇ O pressuposto somático (materialista)

Nesta visão, o ser humano é matéria, pó que retornará ao pó, um organismo composto que será, um dia, decomposto. O que chamamos mente e consciência são epifenômenos, nada além da dinâmica das sinapses em nossos hemisférios corticais. A matéria é o fator primordial; o psíquico é apenas um derivado, um reflexo da realidade objetiva no cérebro, dirão os reflexologistas.

Neste caso, educar é manter e aprimorar as funções corporais, introduzindo qualidade e um estado de excelência em nossos reflexos condicionados de forma a possibilitar sucesso e êxito material na existência. Subjacente a este postulado, encontra-se uma mensagem, menos ou mais explícita: “Aproveite o máximo que puder, pois a existência é um breve sopro; mais alguns anos e você será um risco no espaço!...”

Trata-se apenas de desenvolver nossa inteligência somática para que seja possível o pleno sucesso material na existência.

◇ O pressuposto psicossomático

Aqui, alarga-se o horizonte com a inclusão da dimensão psíquica: nosso corpo é animado; há informação em nossa matéria. A psique representa o mental e o emocional, nossos pensamentos e emoções.

A educação psíquica é um grande imperativo de nosso momento histórico. Precisamos incluir, em nossos currículos escolares e universitários, o esclarecimento e aperfeiçoamento da dinâmica mental e a exploração e aprimoramento do nosso universo emocional e sentimental, bem como o valorativo. Mais do que nunca, carecemos de inteligência psíquica, mental, emocional e ética. Educar necessita ser mergulho e conquista da alma.

Um excepcional educador já afirmava, há dois mil anos: “O que vale

ganhar o mundo inteiro se você perdeu a sua alma?”

Corpo e psique conformam uma unidade, porém não uma identidade. Este é um tema fundamental: a possibilidade da continuidade da existência psíquica após a morte corporal. Pesquisas abundantes em ciências psíquicas de ponta, como a parapsicologia, psicologia transpessoal e tanatologia⁷³ evidenciam significativamente nesta direção: a psique é transcerebral. Neste caso, é bastante ampliada a nossa responsabilidade individual: temos contas a prestar pela qualidade de nossos desejos, pensamentos, palavras e ações!

◇ O pressuposto psicossomático-noético

Acrescenta-se, agora, outra palavra grega: *nous*. Alguns a traduzem por intelecto ou espírito. O sentido em que a estou empregando é de uma inteligência silenciosa e contemplativa. A dimensão noética é a de uma psique apaziguada e serena; uma consciência sem objeto; uma capacidade de refletir a realidade sem projeção da memória, pensamentos e sentimentos. A inteligência noética é a de um espelho limpo, sem nenhum registro, onde tudo pode ser refletido com clareza. É como a superfície tranquila de um lago que pode refletir a lua e as estrelas.

Conquistar qualidade noética significa aquietar a agitação mental. Em todas as grandes tradições sapienciais há caminhos milenares para esta conquista: a contemplação cristã, a meditação budista, as diversas yogas do hinduísmo, o zazen e o koan do zen, o taichichuan do taoísmo, os diversos caminhos meditativos que podemos encontrar nos caminhos de libertação orientais e ocidentais. Na Universidade Holística, esta prática essencial de cultivo do Ser é denominada de holopráxis.

Uma educação para a inteireza não é possível sem a consideração da qualidade noética, de onde emanam a lucidez dos sábios e a criatividade autêntica e profunda.

⁷³ **Tanatologia:** teoria ou estudo científico sobre a morte, suas causas e fenômenos a ela relacionados.

◇ O pressuposto psicossomático-noético-Espiritual

Eis o quaternário antropológico, concluído com a verticalidade da categoria essencial.

Pneuma é a tradução grega do hebraico Ruah, termo feminino que significa Sopro. Em latim é traduzido por Espírito. Enquanto o soma, a psique e nous referem-se à nossa condição relativa existencial, Pneuma representa a essência, o Absoluto. E como diz o bom filósofo, a grande arte é não relativizar o Absoluto e nem absolutizar o relativo.

O mais próximo desta realidade vital é a dimensão noética, que pode refleti-la, como o espelho pode refletir a luz do sol. Não é possível qualidade total sem a consideração da espiritualidade: uma consciência de participação não dual que se traduz por amor e solidariedade. Também fonte transbordante dos valores fundamentais da espécie que constituem o coração de uma ética essencial, desgraçadamente perdida nos momentos sombrios e desviados da modernidade.

A repressão sistemática do Espírito, pelo cânone dogmático de certo racionalismo fanático positivista, a partir do decantado Iluminismo, tem sido causa de grandes tragédias. A sede de infinito, não sendo aplacada pelos autênticos caminhos da Tradição sapiencial, encontra-se na fonte de toda sorte de compulsividade, do consumismo à drogadição, gerando um terreno propício aos oportunistas, uma “máfia do espírito” que fazem desta triste miséria um rendoso e pervertido negócio.

A inteligência espiritual é o instrumento básico da grande Conspiração dos Despertos pela perpetuação da espécie humana, com qualidade, dignidade e a reconexão do conhecimento com a dimensão do amor e compaixão.

A Questão Metodológica: Análise e Síntese

Após a clarificação da imagem do homem, torna-se necessária a reflexão metodológica: como abrir caminhos para o resgate da inteireza humana?

REFLEXÕES V

A disciplina foi uma das grandes inovações do racionalismo científico. O enfoque disciplinar, essencialmente analítico por dividir o todo em suas parcelas, gerou a especialização.

O sistema educacional tradicional tem sido um modelador básico de especialistas. Vale indagar: o que é um especialista?

Eis a definição mais completa que pude lapidar acerca desta questão: o especialista é uma pessoa exótica, que sabe quase tudo de quase nada, dotado de certa imbecilidade funcional, que aprendeu a fazer um determinando “cacoete”, que se orgulha de sua unilateralidade de visão e de ação e que perdeu, desgraçadamente, a visão de totalidade. A especialização, neste sentido, é uma elegante viseira que impede a pessoa da visão de totalidade, imprescindível no fornecer orientação e sentido à nossa caminhada.

Fazer lúcida crítica ao modelo disciplinar da especialização não significa negar a sua função e importância. A revolução científica e industrial descartou, definitivamente, o ideal do gênio enciclopédico e do “generalista”. Por outro lado, o especialista alienado constitui uma doença coletiva que pode ser fatal. É perigoso apertar parafusos sem saber por que, para que, para quem. Quando a bomba atômica explodiu em Hiroshima e Nagasaki, um dos seus idealizadores, Oppenheimer, depois de atravessar uma profunda crise de consciência, sentenciou: “O maior perigo da humanidade é o cientista alienado!” Para transcender este insuficiente modelo, há uma palavra-chave: transdisciplinaridade.

Desde 1986, por intermédio da Declaração de Veneza, seguida pela Declaração de Vancouver (1989), a Carta de Paris (1991) e a Declaração de Belém (1992), todas sob a égide da UNESCO, foi lançado o maior desafio, sobretudo para o campo da educação: a premente necessidade de desenvolvermos a abordagem transdisciplinar. Destaco, a seguir, algumas contundentes afirmações da Carta de Paris, comunicado final do congresso Ciência e Tradição – Perspectivas Transdisciplinares, Aberturas para o Século XXI:

◇ Assistimos atualmente a um perecimento da cultura. De maneiras diferentes este fato afeta tanto os países ricos quanto os pobres.

REFLEXÕES V

◇ Um destes fatores se encontra na crença da existência de uma via única de acesso à Verdade e à Realidade. No nosso século, esta crença engendrou a potência maciça da tecnociência: Tudo que poderá ser feito será feito! Assim, está presente o germe de um totalitarismo planetário.

◇ Uma das revoluções conceituais deste século, paradoxalmente, veio da ciência. Em particular, a física quântica fez explodir a antiga visão da Realidade, com os seus conceitos clássicos de continuidade, de localidade e de determinismo que, no entanto, predominam ainda de modo bastante difundido no pensamento político e econômico. Ele fez nascer uma nova lógica, isomorfa em muitos aspectos, antigas lógicas esquecidas. Um diálogo capital entre ciência e Tradição (espiritual) pode, a partir de então, se estabelecer de modo cada vez mais rigoroso e aprofundado para construir uma nova abordagem científica e cultural – a transdisciplinaridade.

◇ A transdisciplinaridade não procura construir um sincretismo qualquer entre ciência e tradição: a metodologia da ciência moderna é radicalmente diferente das práticas das tradições. A transdisciplinaridade procura pontos de vista de onde possa torná-las interativas, assim como espaços de pensamento que façam ressaltar a sua unidade, ao mesmo tempo que respeitam as suas diferenças, mais particularmente graças a uma concepção renovada da natureza.

◇ Uma especialização cada vez mais aprofundada tendeu a separar a ciência da cultura, separação esta que constitui a marca própria do que se chamou “modernidade” e que foi apenas uma concretização da clivagem sujeito-objeto que se encontra na origem da ciência moderna. Ao mesmo tempo que reconhece o valor da especialização, a transdisciplinaridade procura ultrapassá-la, recompondo a unidade da cultura e redescobrimo-lhe o sentido inerente à vida. (...)

Para viabilizar, na prática, a abordagem transdisciplinar, nos últimos 15 anos tenho desenvolvido um método sintético, como uma via qualitativa que precisa ser exercitado com a maior urgência, e que complementa o método analítico clássico. A seguida, traço um

pequeno resumo destas duas vias de acesso à Realidade viva:

O método analítico moderno é um importante fruto do racionalismo científico que ergueu-se como saudável e necessária reação ao indiferenciado obscurantismo medieval que simbiotizava religião e ciência sob a tirania da “Diabólica” Inquisição. Focaliza a parte, buscando as unidades constitutivas e atuando como eficiente bisturi retalhador de totalidades. Gerou o enfoque disciplinar, caracterizado pela tendência reducionista e unilateralidade de visão. Sustentado no paradigma mecânico clássico, inclinou-se para um enfoque mecanicista. Caracteriza-se pelo aspecto quantitativo, perseguindo o ideal da codificação matemática. Fundamenta-se, sobretudo, na razão e sensação, dirigindo-se pelos cinco sentidos humanos. Parte do princípio da forçosidade, ou seja, prescreve a existência de leis necessárias e gerais que engendram o determinismo, visando ao controle e à previsibilidade. Veste o aparamento sofisticado da exatidão. Implica a abordagem linear da causalidade: todo fenômeno é efeito de uma causa. É progressivo e acumulativo. Parte de uma atitude básica extrovertida, afirmando-se como excelente instrumento de estudo e exploração do espaço exterior. Tem como meta ideal a objetividade e isenção valorativa, excluindo a subjetividade do seu manipulador. É experimental: o seu produto típico é gerado em laboratórios sofisticados, com manipulação impecável das variáveis. Seu substrato neurofisiológico – levando em conta a interconexão cerebral – é o hemisfério esquerdo, da racionalidade, predição e angústia humana. Caracteriza a mentalidade típica do ocidental. Postula uma função explicativa: objetiva explicar ativamente o universo.

O método sintético delineou-se no final do século XIX e início deste, como uma reação à fragmentação e dissociação geradas pelo síndrome do analisicismo. Focaliza a totalidade, a interconexão, a forma, a *gestalt*, visando ao processo de vinculação e unificação. Sua tendência é ampliadora e de integração. É uma via qualitativa que se indica mais por linguagem poética e metafórica, por seu caráter inefável. É orgânico, retomando os ritmos vitais. Fundamentado principalmente nas funções psíquicas do sentimento e da intuição. Parte de um espaço de indeterminismo, de intrínseca

REFLEXÕES V

liberdade e responsabilidade. Enfatiza a participação e a singularidade de cada encontro. Ocorre na instantaneidade, no salto abrupto, no *insight*: é não cumulativo. É sincronístico, reconhecendo as coincidências significativas ou o princípio das conexões acausais ou transcausalidade. Reveste-se de tecido vivo, flexível e impreciso, desapegado da exatidão. Amplia-se no aspecto descritivo e biográfico. Guia-se por uma visão introspectiva que descortina e investiga o espaço interior.

Assume um caráter consciencial subjetivo, a intersubjetividade e os valores. Focaliza a finalidade, o significado ou sentido. É experiencial: seu produto típico é fruto do laboratório vibrante da vivência humana. Seu substrato neurofisiológico é o hemisfério cerebral direito. Exerce uma função compreensiva: é um caminho para se compreender contemplativa e participativamente o universo.

Ao lado do analista, portanto, necessitamos desenvolver o sintetista, uma inteligência da globalidade que atua como agente de reparação da inteireza.

Estas duas escutas e competências não se antagonizam, como fomos condicionados a crer nestes últimos séculos. Pelo contrário, elas se complementam e harmonizam, em sinergia, habilitando-nos a uma visão e atuação de integralidade, transdisciplinar. O substrato simbólico neurofisiológico desta abordagem, portanto, não é nem o hemisfério esquerdo e nem o direito; é o corpo caloso, que os interligam. Em algumas escolas de sabedoria, o corpo caloso é referido como a terceira visão ou chifre do unicórnio.

A importância deste esquema é apontar a contradição básica de nosso sistema educacional: nela, a função do sintetista é desprezada ou, pior ainda, reprimida sistematicamente, o que tem causado a sua atrofia. Uma educação renovada, que queira fazer justiça à inteireza do ser humano, precisa incluir, em seus programas, o desenvolvimento de todas as características da virtude sintética. Resgatar a dimensão simbólica, intuitiva, onírica e essencial de uma pedagogia centrada na inteireza é o maior desafio que aguarda os novos educadores do próximo milênio. O futuro da educação

depende do Chifre do Unicórnio, uma metáfora que indica o resgate da consciência da inteireza!

Rumo à Vocação

Somos todos filhos e filhas de uma Promessa que fizemos a nós mesmos. Há uma semente inerente ao nosso Ser; recebemos talentos na medida de nossas possibilidades e, fazer com que rendam em abundância é a tarefa básica da existência. A vocação é a voz de nosso mais íntimo desejo, a nos convocar para uma tarefa pessoal intransferível que representa a nossa contribuição singular ao universo.

Não foi especulando e lendo livros de filosofia que desvelei este tema tão essencial para cada ser humano. Foi no meu consultório, ao longo de mais de duas décadas sendo terapeuta, escutando a dor e o encantamento de pessoas a quem acompanhei no processo de cura e de individuação. Constatei, seguidamente, que a saúde plena não se reduz a um estado de ausência de doenças: é uma decorrência natural de um fluxo livre de individuação, de realização do nosso potencial inato, de alinhamento e transparência com aquilo que somos. É o que traduzo afirmando que as enfermidades são advertências oriundas da inteligência profunda do organismo, anunciando que nos desviamos de nossos caminhos.

Todo sintoma é denúncia de desvio, de contradição; cartas que recebemos com importantes mensagens existenciais. Nascemos para evoluir e adoecemos quando nos deixamos estrangular no curso singular de realização vocacional. Neste sentido, o sintoma psicossomático é um sonho orgânico que precisa ser decifrado, como se fora um texto sagrado, na sua dimensão significativa. A autêntica cura jamais pode ser reduzida à pura e mecânica eliminação do sintoma, decorrendo, isto sim, de uma escuta atenta e delicada de sua mensagem vital.

Há uma dimensão educacional na abordagem holística em terapia. No seu sentido original, educação provém do latim *educare*, significando trazer para fora a sabedoria inerente ao indivíduo: atualizar o seu potencial vocacional. Aprender a fazer plena e inclusiva escuta e leitura da sintomatologia como denúncia de

REFLEXÕES V

descaminho, é uma importante etapa no caminho do autoconhecimento e individuação.

No Antigo Egito, o abutre era considerado um pássaro sagrado que constava do Panteão de Rá. Se você está fazendo uma travessia pelas areias abrasantes de um deserto, e avista um abutre voando no céu acima de sua cabeça, saiba que você se desviou do seu caminho e o agourento pássaro aguarda a sua refeição!... É hora, sem demora, de voltar-se para a bússola e o mapa para um processo de correção de rota. Da mesma forma, quando as asas negras da doença, do infortúnio e depressão circulam o céu da sua existência, a atitude sábia é a urgente e reflexiva busca de retomada do seu eixo original, do seu norte existencial, ou seja, da sua vocação.

Por outro lado, também necessitei de muitos anos na escuta terapêutica para constatar o lado luminoso desta mesma questão. Assim como o sofrimento pode nos indicar acerca de nosso desvio, é o deslumbramento que sinaliza o nosso acerto, quando estamos nos alinhando com o nosso propósito essencial. Escutar os momentos estrelados de bem-aventurança é um complemento indispensável à escuta da dor. Quando badalam todos os sinos da Catedral do Ser, quando tudo vibra em harmoniosa melodia, quando somos abençoados por uma imensa paz, é quando estamos sendo tocados pelas asas brancas do anjo do deslumbramento, a sussurrar em nosso íntimo: Este é o teu caminho com coração!

Não temas; vá por aí!

Eis a pergunta fundamental, que todo educador, orientador e terapeuta deve fazer ao seu acompanhante: O que te faz arrepiar? É assim que, pouco a pouco, farejamos e desvelamos a promessa inerente ao ser de cada pessoa. Pesquisar o fio de continuidade que conecta todos os nossos deslumbramentos, da infância ao momento atual, é o mais eficaz método da tarefa pedagógica prioritária do desvelar vocacional.

É muito triste ouvir um pai ou professor dizer a um jovem: “Faça tal curso ou siga tal carreira, pois é o que há de melhor no mercado atual”. Esta é uma ação corruptora e desviante.

Até onde posso compreender, há duas atitudes básicas frente ao trabalho. A primeira é a de quem trabalha para ganhar dinheiro. Esta é a atitude miserável e normótica, de quem dispersará o precioso dom da existência vendendo-se por algo sem sentido; é vida perdida. A segunda é a atitude nobre e saudável: a de quem ganha dinheiro realizando uma missão, uma vocação. Quando percorremos um Caminho com o coração, então o Mistério há de conspirar por nós, pois estamos fazendo a nossa parte. “Você tem medo?”

Olha esta grama, olha aquele pardal; o Pai cuida deles. Você vale mais do que um pardal. Por que o Universo não cuidaria de você?”, indaga a sabedoria Crística. Uma das artes da individuação consiste em evoluir de uma existência perdida e alienada para uma existência escolhida e ofertada.

É por meio da vocação que está ao nosso alcance superar o modelo da especialização. Esta última limita e minimiza o raio de visão e ação. No modelo vocacional, o aprendiz é convidado a fincar as suas raízes no solo fecundo de seus talentos particulares, a fim de reunir a seiva para remeter o seu caule rumo ao céu. Assim, o desenvolvimento de uma competência específica, o aprofundamento numa determinada área do saber e fazer humano, não castrará a visão de altitude, que desvela um horizonte amplo de sentido e de orientação. Como diz o antigo preceito taoísta, o alto descansa no profundo. Não será o dharma ou vocação do ser humano, à moda do arco-íris de Noé, fazer a ponte de Aliança entre a terra e o céu?

Elogio ao jardineiro

O jardineiro é a melhor metáfora para designar a excelência do educador e do terapeuta. O bom jardineiro prepara um solo fértil, com os nutrientes necessários – nem de mais, nem de menos –, extermina as pragas e poda, com o discernimento que cada planta requer, observando as estações e centrado na singularidade do organismo vegetal. Sobretudo, o bom jardineiro é o amante da planta. Jamais será tão tolo a ponto de querer doutriná-la com suas teorias e ideais, aceitando e admirando a beleza da biodiversidade.

O bom jardineiro sabe que a planta só necessita de um solo fecundo,

REFLEXÕES V

crescendo por si mesma, já que é dotada de um tropismo⁷⁴ para ser o que é, buscando o que necessita no solo e direcionando-se para a luz do sol. O que seria de um jasmim se forçado a ser como uma rosa?

Aqui tocamos o coração da tragédia de um modelo educacional distorcido e esclerosado, a serviço da normose que, infelizmente, é ainda dominante: a criança é forçada a ser o que não é, por meio do fórceps de um currículo estreito e rígido e do instrumento torturante da comparação.

Comparar uma criança com outra ainda será considerado um crime, num futuro breve e mais saudável. Esta é a gênese da perversão e da corrupção. Para conseguir aprovação, o estudante é obrigado a jogar a sua diferença e originalidade na lata de lixo, vendendo-se por notas. Mais tarde, poderá se vender por outras notas... É desolador ter que reconhecer que, na horta de um horticultor qualquer, um pé de alface é muito melhor tratado do que nossas crianças estão sendo, neste simulacro de escola. O que pensaríamos de um horticultor que exigisse, de todas as suas diversas hortaliças, o mesmo desempenho, o mesmo resultado?

Cada aprendiz necessita ser respeitado na sua alteridade e estilo próprio de aprender a aprender. Numa escola saudável, o educador centra-se no aprendiz – e não num programa rígido, massificador e castrador do brilho e originalidade que emana de cada pessoa.

Utopia!, esbravejarão alguns. Permito-me lembrar-lhes, então, que utopia não é o irrealizável; é tão somente o ainda não realizado, aquilo para o qual ainda não existe espaço.

É tempo de educar educadores. É tempo de ousar resgatar o espaço sagrado onde o aprendiz possa orientar o seu coração para aprender, sobretudo, a ser plenamente o que ele é. É tempo de

⁷⁴ **Tropismo:** reação de organismos fixos ou de suas partes, que consiste na mudança de orientação determinada por estímulos externos, dita positiva quando em direção ao estímulo e negativa quando se afasta do mesmo [O termo é ocasionalmente us. para organismos de vida livre.]

REFLEXÕES V

conspirar por uma educação não normótica, centrada na totalidade. É tempo de reconstruir o templo da inteireza.

Concluo com uma fala antiga que aponta para a essência do que é educar:

“Aos quinze anos orientei o meu coração para aprender. Aos trinta, plantei meus pés firmemente no chão. Aos quarenta, não mais sofria de perplexidade. Aos cinquenta, sabia quais eram os preceitos do céu. Aos sessenta, eu os ouvia com ouvido dócil. Aos setenta, eu podia seguir as indicações do meu próprio coração, pois o que eu desejava não mais excedia as fronteiras da Justiça.”

Confúcio (2.600 a.C.) ●

Roberto Crema: psicólogo

Professores, acordem!

Gustavo Ioschpe



Normalmente escrevo esta coluna pensando nos leitores que nada têm a ver com o setor educacional. Faço isso, em primeiro lugar, porque creio que a educação brasileira só vai avançar (e com ela o Brasil) quando houver demanda pública por melhorias. E, segundo, porque nos últimos anos tenho chegado à conclusão de que falar com o professor médio brasileiro, na esperança de trazer algum conhecimento que o leve a melhorar seu desempenho, é mais inútil do que o proverbial ‘pente para careca’. Não deve haver, nos 510 milhões de quilômetros quadrados deste nosso planeta solitário, um grupo mais obstinado em ignorar a realidade que o dos professores brasileiros. O discurso é sempre o mesmo: o professor é um herói, um sacerdote abnegado da construção de um mundo melhor, mal pago, desvalorizado, abandonado pela sociedade e pelos governantes, que faz o melhor possível com o pouco que recebe.

Hoje faço minha última tentativa de falar aos nossos mestres. E, dado o grau de autoengano em que vivem, eu o farei sem firulas.

Caros professores: vocês se meteram em uma enrascada. Há décadas, as lideranças de vocês vêm construindo um discurso de vitimização. A imagem que vocês vendem não é a de profissionais competentes e comprometidos, mas a de coitadinhos, estropiados e maltratados. E vocês venceram: a população brasileira está do seu lado, comprou essa imagem (nada seduz mais a alma brasileira do que um coitado, afinal). Quando vocês fazem greve – mesmo a mais disparatada e interminável –, os pais de alunos não ficam bravos por pagar impostos a profissionais que deixam seus filhos na mão; pelo contrário, apoiam a causa de vocês. É uma vitória quase inacreditável. Mas prestem atenção: essa é uma vitória de Pirro. Porque nos últimos anos essa imagem de desalento fez com que

REFLEXÕES V

umentasse muito os recursos que vão para vocês, sem a exigência de alguma contrapartida da sua parte.

Recentemente destinamos os *royalties* do pré-sal a vocês, e, em breve, quando o Plano Nacional de Educação que transita no Congresso for aprovado, seremos o único país do mundo, exceto Cuba, em que se gastam 10% do PIB em educação (aos filocubanos⁷⁵, saibam que o salário de um professor lá é de aproximadamente 28 dólares por mês. Isso mesmo, 28 dólares. Os 10% cubanos se devem à falta de PIB, não a um volume de investimento significativo).

Quando um custo é pequeno, ninguém se importa muito com o resultado. Quando as coisas vão bem, ninguém fica muito preocupado em cortar despesas. E, quando a área é de pouca importância, a pressão pelo desempenho é pequena.

No passado recente, tudo isso era verdade sobre a educação brasileira. Éramos um país agrícola em um mundo industrial; a qualificação de nossa gente não era um elemento indispensável e o país crescia bem. Mas isso mudou. O tempo das vacas gordas já era, e a educação passou a ser prioridade inadiável na era do conhecimento. Nesse cenário, a chance de que se continue atirando dinheiro no sistema educacional sem haver nenhuma melhora, em longo prazo, é zero.

Vocês foram gananciosos demais. Os 10% do PIB e os *royalties* do pré-sal serão a danação de vocês. Porque, quando essa enxurrada de dinheiro começar a entrar e nossa educação continuar um desastre, até os pais de alunos de escola pública vão entender o que hoje só os estudiosos da área sabem: que não há relação entre valor investido em educação – entre eles o salário de professor – e o aprendizado dos alunos. Aí esses pais, e a mídia, vão finalmente querer entrar nas escolas para entender como é possível investirmos tanto e colhermos tão pouco. Vão descobrir que a escola brasileira é uma farsa, um depósito de crianças. Verão a quantidade abismal de

⁷⁵ **Filocubano**: aquele que demonstra carinho por Cuba.

REFLEXÕES V

professores que faltam ao trabalho, que não prescrevem nem corrigem dever de casa, que passam o tempo de aula lendo jornal ou em rede social ou, no melhor dos casos, enchendo o quadro-negro de conteúdo para aluno copiar, como se isso fosse aula. E então vocês serão cobrados. Muito cobrados. Mas, como terão passado décadas apenas pedindo mais, em vez de buscar qualificação, não conseguirão entregar.

Quando isso acontecer, não esperem a ajuda dos atuais defensores de vocês, como políticos de esquerda, dirigentes de ONGs da área e alguns “intelectuais”. Sei que em declarações públicas esse pessoal faz juras de amor a vocês, mas, quando as luzes se apagam e as câmeras param de filmar, eles dizem cobras e lagartos.

Existem muitas coisas que vocês precisarão fazer, na prática, para melhorar a qualidade do ensino, e sobre elas já discorri em alguns livros e artigos aqui. Antes delas, seria bom começarem a remover as barreiras mentais que geram um discurso ilógico e travancam o progresso.

Primeira: se vocês são vítimas que não têm culpa de nada, também não poderão ser os protagonistas que terão responsabilidade pelo sucesso. Se são objetos do processo quando ele dá errado, não poderão ser sujeitos quando ele começar a dar certo. Se vocês querem ser importantes na vitória, precisam assimilar o seu papel na derrota.

Segunda: vocês não podem menosprezar a ciência e os achados da literatura empírica sempre que, como na questão dos salários, eles forem contrários aos interesses de vocês. Ou vocês acreditam em ciência, ou não acreditam. E, se não acreditam – se o que vale é experiência pessoal ou achismo –, então vocês são absolutamente dispensáveis, e podemos escolher na rua qualquer pessoa dotada de bom-senso para cuidar da nossa educação. Vocês são os guardiães e retransmissores do conhecimento acumulado ao longo da história da humanidade. Menosprezar ou relativizar esse conhecimento é cavar a própria cova.

Terceira: parem de vedar a participação de terceiros no debate educacional. É inconsistente com o que vocês mesmos dizem: que o

REFLEXÕES V

problema da educação brasileira é de falta de envolvimento da sociedade. Quando a sociedade quer participar, vocês precisam encorajá-la, não dizer que só quem vive a rotina de “cuspe e giz” é que pode opinar. Até porque, se cada área só puder ser discutida por quem a pratica, vocês terão de deixar a determinação de salários e investimentos nas mãos de economistas. Acho que não gostarão do resultado.

Quarta: abandonem essa obsessão por salários. Ela está impedindo que vocês vejam todos os outros problemas – seus e dos outros. O discurso sobre salários é inconsistente. Se o aumento de salário melhorar o desempenho, significa que ou vocês estavam desmotivados (o que não casa com o discurso de abnegados tirando leite de pedra) ou que é preciso atrair pessoas de outro perfil para a profissão (o que equivale a dizer que vocês são inúteis irrecuperáveis).

O respeito da sociedade não virá quando vocês tiverem um contracheque mais gordo. Virá se vocês começarem a notar suas próprias carências e lutarem para saná-las, dando ao País o que esperamos de vocês: educação de qualidade para nossos filhos. ♦

Gustavo Ioschpe: jornalista

Artigo publicado na revista *Veja*, edição de 14 de maio de 2014

A revolução educacional na China

Lee Jong-Wha



Nos últimos 35 anos, o forte e sustentado crescimento do PIB chinês – em média, superior a 9,5% ao –ano – impulsionou a miraculosa transformação de uma economia rural centralmente dirigida, numa superpotência econômica mundial. De fato, de acordo com o cálculo mais recente do Banco Mundial sobre o poder de compra da renda agregada, a China está prestes a ultrapassar os EUA como maior economia do mundo. Mas em termos de qualidade e sustentabilidade do seu

modelo de crescimento, a China ainda tem um longo caminho a percorrer.

Apesar de sua notável ascensão, a renda *per capita* chinesa, US\$ 10,057 (ajustada pelo poder de compra) em 2011, está em 99º lugar no mundo – sendo apenas cerca de um quinto da renda *per capita* nos EUA, de US\$ 49,782. E alcançar um *status* de alta renda não é tarefa fácil. De fato, muitos países tentaram e não conseguiram, deixando-os na denominada "armadilha de renda média", em que os níveis de renda *per capita* estagnam antes de cruzar o limiar de alta renda.

Sólido capital humano é crucial para permitir à China escapar desse destino. Mas a força de trabalho chinesa carece atualmente das capacitações necessárias para dar sustentação a setores de alta tecnologia e de alto valor adicionado. Mudar isso exigirá uma reforma abrangente da educação que amplie e melhore as oportunidades para as crianças, ao mesmo tempo reforçando o treinamento de capacitação de adultos.

Para assegurar que sua mão de obra possa satisfazer as exigências de um novo ambiente econômico e tecnológico, a China precisa de um sistema educacional mais inclusivo e de melhor qualidade. Sem

isso, o país vai demorar para ser a economia número um no mundo. Sem dúvida, ao longo das últimas quatro décadas, a qualidade da força de trabalho chinesa melhorou substancialmente. A taxa bruta de matrícula no nível primário ultrapassou 100% desde a década de 1990, ao passo que as taxas de escolaridade secundária e terciária atingiram 87% e 24%, respectivamente, em 2012. Em 2010, mais de 70% dos chineses entre 15 e 64 anos tinha recebido formação secundária, em comparação com cerca de 20% em 1970.

Além disso, os estudantes chineses exibem bom desempenho em testes internacionalmente comparáveis. Jovens de quinze anos em Xangai superaram o desempenho de estudantes em 65 países, inclusive 34 países da OCDE, em matemática, ciências e leitura, de acordo com o Programa de Avaliação Internacional de Estudantes em 2009 e 2012.

A China também vem se beneficiando do rápido crescimento do emprego; mais de sete milhões de trabalhadores entraram no mercado de trabalho a cada ano desde 1990. Isso, somado com a realocação de trabalhadores de áreas rurais para áreas urbanas, deu sustentação às indústrias intensivas em mão de obra que fomentaram a ascensão econômica da China. Mas a vantagem demográfica chinesa está diminuindo rapidamente, devido a baixas taxas de fertilidade e ao envelhecimento da população. De acordo com as Nações Unidas, em 2030 a população chinesa em idade ativa (entre 15 e 59 anos de idade) terá diminuído em 67 milhões de pessoas em relação ao nível de 2010. Além disso, o ensino superior na China deixa muito a desejar; pois pesquisas entre empregadores revelam que os diplomados em escolas secundárias e universidades geralmente não detêm os conhecimentos técnicos e habilidades culturais necessárias. Por exemplo, em 2013, mais de um terço das empresas chinesas pesquisadas disseram ter encontrado dificuldades para contratar trabalhadores qualificados, tendo 61% delas atribuído o fato à escassez generalizada de capacitação.

Como, então, pode a China aspirar a uma diversificação de suas exportações e atualização tecnológica para ascender na cadeia de valor mundial? Sem dúvida, a China precisa reformar suas instituições de ensino superior, inclusive seus programas de

REFLEXÕES V

formação técnica e profissional. Ao mesmo tempo, é preciso ampliar as oportunidades para que qualquer pessoa com talento tenha acesso à educação secundária e terciária de alta qualidade, reduzindo disparidades substanciais na acessibilidade e qualidade do ensino superior em todas as regiões e grupos sociais. É preciso disponibilizar pleno acesso para os filhos de trabalhadores migrantes residentes em áreas urbanas. Tais esforços para reduzir as disparidades educacionais ajudariam a corrigir as desigualdades de renda – uma ameaça significativa ao futuro crescimento econômico da China.

Tudo isso exigirá um aumento do investimento público em educação. Atualmente, o investimento público chinês em educação, como proporção do PIB, está abaixo dos padrões internacionais em todos os níveis, mas especialmente no ensino secundário e superior seniores.

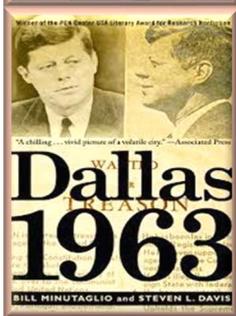
Os problemas educacionais chineses também se estendem à qualidade. Educação inadequada é um dos principais motivos do aumento do desemprego entre os graduados secundário e terciário seniores na China, para não falar no declínio de seu prêmio salarial.

Finalmente, apesar de algumas evidências sugerirem haver um excesso de oferta de pessoas com formação universitária na China, mudanças demográficas e setoriais em curso significam que a China terá um déficit de 24 milhões na oferta de diplomados qualificados em universidades ou escolas profissionais de nível superior até 2020. Para cobrir esse déficit, a China precisa atualizar seus fragmentados e ineficazes programas de formação profissional e técnica. Para assegurar que sua mão de obra possa satisfazer as exigências desse novo ambiente econômico e tecnológico, a China precisa construir um sistema educacional mais inclusivo e de melhor qualidade. Sem isso, ela não será a economia número um no mundo por muito tempo. ●

Lee Jong-Wha: professor de economia e diretor do Instituto Asiático de Pesquisa na Universidade da Coreia, foi consultor sênior do ex-presidente Lee Myung-bak, da Coreia do Sul, para assuntos econômicos internacionais.
Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 26 de maio de 2014

Bem-vindos a Dallas

Steven L. Davis



Escritor revisita a cidade fervorosamente anti-Kennedy na década 1960, onde o ódio cresceu nos dias de JFK na presidência. Culminando em sua morte.

Dallas, Texas. Ali John F. Kennedy foi assassinado a tiros. Se Kennedy entrou para a história imortalizado em diferentes papéis – o conquistador, o herói americano, o jovial presidente, o símbolo de uma época (como mostrarão as páginas seguintes desse Aliás especial), Dallas também entrou. Foi-lhe cravada a identidade de “cidade do ódio”. Sobre essa arena se debruçaram os americanos Steven L. Davis e Bill Minutaglio, autores de Dallas 1963 (Editora Twelve).

Anotações, cartas, jornais antigos formaram o arquivo desses escritores, que retratam o que era a cidade à época. Quem nos conta essa história é Steven L. Davis, 50 anos, que cresceu e viveu por décadas em Dallas. “O ódio estava realmente presente na cidade. Esse sentimento que nós vimos começar, dominar e explodir em Dallas agora se espalhou nacionalmente. Está em todos os lugares dos EUA”, diz Davis nesta entrevista exclusiva ao Aliás.

O que era Dallas em 1963?

John F. Kennedy foi alertado, por conselheiros e amigos próximos, a não ir a Dallas. No dia 24 de outubro de 1963, Adlai Stevenson, embaixador americano nas Nações Unidas, foi agredido ali – e também alertou o presidente. Na manhã em que desembarcavam na cidade, Kennedy disse a Jackie: “Estamos entrando numa terra insana”. Por que Dallas era considerada uma cidade louca, uma cidade do ódio? À época, Dallas reunia americanos extremistas, que

se sentiam ameaçados pelas posições do presidente sobre os direitos civis e a URSS. Ameaçados, pois defendiam a segregação racial e uma ofensiva nuclear contra a Rússia. E os lunáticos de Dallas não estavam à margem da sociedade, mas no centro. Líderes cívicos e poderosos eram os organizadores dessa resistência. Um dos principais opositores, o general Edwin Walker, conhecido por suas visões políticas ultraconservadoras, fez manifestações violentas e liderou o protesto contra Stevenson.

Kennedy não podia deixar de ir a Dallas – isso mandaria uma mensagem errada para a sociedade, como se o presidente estivesse se rendendo ao general, e ele jamais faria isso. Dias antes de 22 de novembro, foram distribuídos milhares de pôsteres, como um cartaz de “procurado”, com fotos de JFK, acusado de traição. Certamente havia outras cidades furiosas, outros focos de resistência, mas Dallas se tornou o quartel-general.

Por quê?

Dallas tinha influências religiosas, políticas e econômicas consideráveis. Por trás dessa resistência, H. L. Hunt, petroleiro texano e um dos mais ricos do mundo, estava destinando parte de sua fortuna a financiar investidas contra o presidente. Hunt tinha estações de rádio que transmitiam sua mensagem anti-Kennedy para o país. O nome da Praça Dealey, onde o presidente foi assassinado, vem de George B. Dealey, editor por muito tempo do Dallas Morning News, o mais influente jornal no sul do país. Ted Dealey, herdeiro do jornal, detestava JFK. Convidado com outros editores texanos a visitar a Casa Branca, em 1961, Ted confrontou o presidente. Disse: “Queremos um homem forte para liderar a América. Você só está brincando com o velocípede de Caroline”. Quer dizer, o presidente estava diante de pressões internacionais – mísseis em Cuba, muro de Berlim, a URSS – e os opositores o viam como uma garotinha num triciclo. A cidade ainda tinha a maior igreja batista do país, com W.A. Criswell como líder espiritual. Num sermão, o reverendo criticou a religião de JFK, o primeiro católico a ocupar a Casa Branca, dizendo que o presidente não governaria, pois sempre se ajoelharia para o papa. Assim, Dallas se tornou um ímã para outros opositores de JFK, antes e durante sua presidência.

Como era antes?

Na campanha, Lyndon B. Johnson era a chave para conquistar votos no sul do país. Diante dessas investidas anti-Kennedy, os democratas estavam perdendo o Texas. No fim, as eleições de 1960 seriam decididas entre Texas e Illinois. JFK pediu a Lyndon Johnson que fosse a Dallas fazer campanha de última hora. Isso entrou para a história: apoiadores de Richard Nixon e parlamentares de Dallas receberam Johnson e Lady Bird com uma manifestação surreal, com cartazes dizendo que eles eram traidores e socialistas ianques. A cidade simples, com ruas simpáticas e minimercados, se transformou, com moradores agressivos cuspiendo nos Johnsons, atirando pedras e placas de trânsito neles. Era muita raiva, como se a loucura tivesse dominado as ruas de Dallas. As câmeras de TV gravaram essas cenas, que rodaram o país inteiro. Isso provocou uma reviravolta na campanha.

Na época, o Partido Democrata reunia muita gente conservadora no sul. Eles eram contra os direitos civis, e por isso, não estavam apoiando JFK. Mas após essa manifestação horrível, principalmente contra Lady Bird Johnson, tão elegante, mudaram de ideia. Isso contribuiu muito para a vitória de Kennedy no Texas. E tornou a cidade famosa como polo anti-Kennedy, um antro de lunáticos agressivos. Essa atmosfera só piorou nos 1.036 dias de JFK na presidência, culminando em sua morte.

E após a morte de JFK, a cidade é outra?

Por muito tempo os americanos culpavam a cidade inteira pelo assassinato. De fato, havia muito ódio ali. Após as primeiras notícias da morte de JFK, a polícia recebeu milhares de telefonemas. Eram mulheres desesperadas querendo confessar o crime para livrar seus maridos – que, pensavam elas, certamente teriam matado o presidente. A angústia de uma minoria, de gente poderosa, dominou Dallas. Depois, as pessoas passaram a negar qualquer relação entre o clima de ódio na cidade e a morte do presidente. Diziam que o assassinato poderia ter ocorrido em qualquer outro lugar. Assim, Dallas teve sua identidade marcada por 1963. Lutou contra esse passado por muito tempo – e ainda luta. Muitos queriam

simplesmente apagar essa lembrança, demolir o prédio em que Lee Oswald se escondeu para atirar. Com o tempo, a cidade continuou a crescer, tornou-se mais cosmopolita, diversa e próspera, elegeu um prefeito negro (Ron Kirk, em 1995). Esse ‘Fazer as pazes com o passado’ começou na década de 1980, quando finalmente decidiram salvar o prédio da Praça Dealey, transformado no Museu Sixth Floor, que conta a história de uma maneira muito digna. Aliás, a morte de JFK foi um episódio sequestrado por teorias de conspiração envolvendo a máfia, a CIA, os cubanos. Muitos perderam perspectiva sobre o que realmente aconteceu.

O que realmente aconteceu?

JFK foi assassinado por Lee Oswald. Mas ainda hoje há muitas teorias de conspiração. O interessante é: por quê? Bill Minutaglio e eu estivemos em Dallas, no fim de semana passado. Quando discutimos nosso livro no Texas, os texanos imediatamente entendem o que estamos dizendo.

Entendem totalmente o que era a cidade do ódio que certamente influenciou o atirador. Em outros lugares, é difícil compreender o que era essa atmosfera insana, é mais atraente acreditar em outras teorias – afinal, JFK era um político inteligente e carismático, um jovem bonito e sedutor, por que um perdedor iria matá-lo no Texas? Aí é mais fácil inventar histórias. Algumas teorias são simplesmente absurdas, como a que diz que LBJ (Johnson) matou JFK. As pessoas talvez prefiram acreditar em contos de fadas e filmes de Hollywood.

No pós-Kennedy, os americanos encontraram outro presidente que se tornou um símbolo de esperança nos EUA?

Sim, Barack Obama. Apesar das decepções e dos erros, Obama acertou muitas vezes. Suas palavras nos atingem; realmente trazem esperança por um país melhor. Não por acaso há paralelos com Kennedy. Os inimigos de Obama usam as mesmíssimas palavras que usavam os inimigos de JFK. Seriam traidores, socialistas, antiamericanos. Se Kennedy foi criticado por ser católico, Obama teria uma religião estranha e estrangeira – dizem os opositores, erroneamente, que o presidente é muçulmano. Um campo de

batalha está se formando no nosso país. Muitos americanos se sentem ameaçados pelas mudanças que Obama poderia trazer, assim como se sentiam ameaçados por JFK. Ao visitar Dallas, Obama foi recebido pelo Tea Party com muitos cartazes que lembram 1963, com um fator a mais: o racismo. Mas tudo ocorreu tranquilamente. Afinal, a segurança presidencial melhorou muito desde a década de 1960.

O que mudou?

Não sou especialista em segurança, não posso dizer exatamente o que mudou. Mas melhorou. É uma característica interessante sobre nós, americanos. Após um ataque, forte e trágico, tendemos a ficar superprotetores e supercautelosos. Em diferentes escalas, o choque do 22 de Novembro é semelhante ao do 11 de Setembro. Tentamos manter tudo sob controle e nos conformes, um mundo hiperorganizado, mas é impossível controlar tudo.

Queria propor um exercício de imaginação: e se JFK não tivesse morrido?

Muitos imaginam como o mundo seria. Stephen King escreveu 11/22/63, uma viagem no tempo que tenta impedir o assassinato. O livro dá uma ideia do que seriam os EUA se a história tivesse sido diferente. Na realidade, não seria uma história muito bonita, pois JFK poderia não ser reeleito e ficaríamos muito perto de uma guerra nuclear. Na política internacional, JFK é lembrado por impedir a guerra nuclear, mas, na política interna, foi um fracasso total. Não avançou em nenhuma de suas propostas. Se JFK não tivesse morrido, enfrentaria o que Obama enfrenta hoje: críticas e frustrações por promessas e esperanças não cumpridas. Realmente, a morte muda tudo.

Há uma cidade raivosa como Dallas atualmente nos EUA?

Não há uma cidade em particular. Na verdade, esse sentimento de ódio que nós vimos começar, dominar e explodir em Dallas agora se espalhou nacionalmente. Está em todos os lugares do país.

Pensei que o sr. Seria mais otimista...

REFLEXÕES V

Desculpe-me, mas é difícil ser um americano otimista nos dias de hoje. ●

Steven L. Davis: escritor americano e coautor do livro *Dallas 1963*, com Bill Minutaglio.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 17 de novembro de 2013

LUIZ BIANCHI

O estranho mundo de Jack

Lee Siegel



O 50º aniversário do assassinato de JFK traz de volta inúmeras perguntas: quem o matou? Ele desejava a morte? Como seria a história os EUA se ele não tivesse sido morto? Mas a única que me perturba é: Kennedy seria tão reverenciado se não tivesse sido baleado em Dallas naquela tarde ensolarada de novembro?

JFK tinha um esplendor juvenil que batia com a maneira com que o homem americano pensava, ou queria pensar, de si mesmo em 1960, o ano de sua eleição. Apenas 15 anos antes os EUA haviam saído da sombra da Europa, salvando-se da destruição. O Novo Mundo surgira dos escombros do Velho, para dominar.

O mito da grandeza de Kennedy tem tanto a ver com o que o precedeu quanto com o que aconteceu com ele. Quando JFK ascendia à presidência, a pintura americana suplantava a europeia; com o advento do *cool jazz*, os Estados Unidos passavam a ter uma linguagem musical própria, com identidade tão própria quanto a de qualquer outra cultura; Hollywood dominava a imaginação popular no mundo; a prosperidade americana do pós-guerra era, para muitos americanos, um prêmio divino pela força e a virtude do seu país. Se Kennedy tivesse sido uma voz, e não um homem, teria sido a voz de Frank Sinatra: dourada, quente, firme.

Evidentemente, a realidade era muito diferente. Sob a superfície carismática de Kennedy havia os mesmos demônios que turvavam as profundezas dos EUA. Em ambos os casos, uma autoimagem idealizada levou aos excessos horrendos permitidos por um sentido irreal de excepcionalidade.

O pai de Kennedy, Joseph, fizera com que os filhos acreditassem ter um destino especial que os punha acima dos semelhantes. E

REFLEXÕES V

defendia essa convicção com manobras muito práticas, como a contratação de Ted Sorensen para escrever para John Profiles in Courage, o livro que o fixou firmemente na consciência americana.

Mas, então, infelizmente JFK era uma mediocridade. O diretor do colégio que ele frequentou escreveu isto na solicitação que Kennedy enviou a Harvard para ser aceito na universidade: “Jack tem uma capacidade mental superior, mas falta-lhe um interesse profundo pelos estudos e uma visão madura, o que continuamente exige dele todo o esforço. Ele fará, contudo, o suficiente para ser promovido”.

A própria “capacidade mental superior” não passava, para ser polido, de exagero.

Não escrevo isso por não simpatizar com Kennedy. Ele sabia o tempo todo que o desejo do pai era que o irmão mais velho, Joseph Kennedy Jr., fosse presidente, e que na realidade o pai não valorizava muito a capacidade mental de Jack, o apelido de JFK, ou seu caráter. Jack sempre foi o brincalhão que fazia palhaçadas para conseguir a admiração de seus pares e desviar as atenções do irmão mais velho.

Quando Joe Jr. Foi morto na 2ª Guerra Mundial, Joseph pai usou toda sua influência para colocar Jack na Casa Branca. Entretanto, quando chegou lá, a pressão revelou toda sua imaturidade.

É difícil acreditar, na atual conjuntura da política americana, quando o menor deslize de um político é descoberto e atacado instantaneamente, até que ponto Kennedy abusou do seu poder. Ele transitava entre prostitutas, gângsteres, figuras menores de Hollywood. Comprometeu a posição excepcional que ocupava, degradou seu cargo único a cada chance que teve.

A irresponsabilidade que mostrou na vida privada estendeu-se a suas ações públicas. Era indiscutível que o comunismo constituía uma ameaça à liberdade, mas Kennedy se aproximou do adversário como se estivesse jogando bola com os irmãos na propriedade da família em Hyanisport. O episódio da Baía dos Porcos foi uma catástrofe, uma fantasia de adolescente aventureiro que virou pesadelo. A crise dos mísseis foi um exercício de autoafirmação que

REFLEXÕES V

quase acabou numa guerra nuclear. A imagem ideal que Kennedy tinha de si mesmo, indubitavelmente construída para proteger-se do desprezo paterno, o impeliu a mandar cada vez mais soldados americanos para o Vietnã, tornando uma certeza a guerra americana naquele país.

Nos assuntos internos, Kennedy reduziu a alíquota fiscal marginal de cerca de 90% para 60% para agradar aos amigos ricos, redução que foi o primeiro passo para a concentração de riqueza que hoje atormenta tanto o país. E, embora seja celebrado por sua postura progressista na questão dos direitos civis, ele e o irmão Bob, que nomeara secretário da Justiça de seu governo, só começaram a se envolver nesse campo quando não tiveram outra escolha.

Em grande medida, o abuso de poder e de privilégios de Kennedy criou a desconfiança com a autoridade que hoje rege a vida dos americanos. Ele governou com a incauta indulgência de um imperador romano. Relacionando-se com gângsteres, traindo tantas pessoas – exilados cubanos ou vários maridos –, criou a seu redor uma atmosfera shakespeariana de violência que tornou inevitável a morte com a qual se defrontou, assim como, em outra chave muito diferente, a carnificina inimaginável da Guerra Civil tornou inevitável a morte violenta de Lincoln, que, como Kennedy, foi assombrado pela premonição de que seria assassinado.

Excessos, violência e indulgência são o lado oculto da liberdade, do espírito de iniciativa e da individualidade americana. O enigma do assassinato de Kennedy é o enigma que está no próprio coração da América. É por isso que John Fitzgerald Kennedy tem essa aura sagrada até nossos dias. São muitas as coisas a ocultar. ●

Lee Siegel: escritor e crítico cultural americano. Escreve para o jornal *The New York Times* e as revistas *Harper's*, *the New Yorker* e *The Nation*.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 17 de novembro de 2013

Silenciosa dignidade

Cláudia Trevisan



Quando John Kennedy assumiu a presidência americana, em 1961, os negros ainda eram proibidos de frequentar as mesmas escolas que os brancos em muitos Estados do país. Também não podiam entrar nos mesmos restaurantes, dividir os mesmos banheiros, usar os mesmos bebedouros ou sentar ao lado de brancos em ônibus ou cinemas. A ainda enfrentavam

obstáculos quase intransponíveis para votar.

A tensão gerada pela perpetuação da segregação um século depois da abolição da escravatura explodiu na forma de uma série de confrontos, que se tornaram cada vez mais violentos. Usando táticas da desobediência civil, os negros começaram a ignorar as barreiras raciais e a entrar em território demarcado como branco. Para demonstrar que sua tolerância com a segregação havia chegado ao fim. A polícia reagia com violência e produzia imagens nas quais jovens, mulheres e homens negros eram reprimidos com jatos d'água, cassetetes e cães.

No dia 11 de junho de 1963, a paciência de JFK também se esgotou – para muitos, com algum atraso. Em discurso televisionado, ele anunciou que enviaria ao Congresso o Ato dos Direitos Civis, que acabaria com todas as formas de segregação racial ainda existentes no país.

O pronunciamento era um apelo à consciência dos americanos e um ataque ao sistema que continuava a tratar os negros como cidadãos de segunda categoria. Antes de falar à nação, JFK havia ordenado o envio de tropas federais ao Alabama para garantir a matrícula na universidade estadual – que só aceitava bancos – de dois estudantes negros cuja admissão havia sido ordenada pelo Judiciário. “Hoje estamos em uma luta global para promover e proteger os direitos de todos os que desejam ser livres. E quando americanos são enviados

REFLEXÕES V

ao Vietnã ou à Alemanha Ocidental, não convocamos apenas brancos. Portanto, deve ser possível que estudantes americanos de qualquer cor possam atender qualquer instituição que escolham sem ter de ser protegidos por nossas tropas”, declarou.

Em outubro do ano anterior, o governo federal já havia enviado 500 soldados ao Mississippi para garantir a matrícula do primeiro estudante negro na universidade estadual. James Meredith havia sido aceito em 1961, mas sua admissão foi rejeitada depois que funcionários da Universidade do Mississippi descobriram sua raça. Mesmo com a forte presença militar, manifestantes brancos e ativistas contrários à segregação se enfrentaram no câmpus, em um conflito que deixou duas pessoas mortas e 200 soldados feridos.

Poucos meses depois, o confronto tomou as ruas de Birmingham, Alabama, cujo governador, George Wallace, havia tomado posse em janeiro de 1963 com a defesa da “segregação agora, segregação amanhã, segregação para sempre”. A comunidade negra reagiu e líderes cristãos organizaram uma campanha para tentar acabar com as leis de segregação de Birmingham, que estavam entre as mais radicais do país.

Entre os líderes do movimento estava o reverendo Martin Luther King Jr., preso no dia 12 de abril por violar determinação que proibia manifestações na cidade. Antes de ser libertado, oito dias mais tarde, King divulgou a Carta da Prisão de Birmingham, na qual deixava claro o sentido de urgência em relação ao fim da segregação.

Em seu discurso, Kennedy também ressaltou que o assunto não poderia mais ser adiado. “Se um americano, porque sua pele é escura, não pode almoçar em um restaurante aberto ao público, se não pode mandar seus filhos para as melhores escolas públicas disponíveis, se não pode votar nas autoridades públicas que vão representá-lo, se, em resumo, não pode desfrutar da vida livre que todos queremos, então quem entre nós estaria satisfeito em ter a cor de nossa pele mudada e estar em seu lugar? Quem entre nós estaria então satisfeito com os conselhos de paciência e adiamento?”, perguntou.

A pressão continuou a aumentar nos meses seguintes e culminou no

REFLEXÕES V

dia 28 de agosto com a Marcha sobre Washington, a maior manifestação realizada até então na capital americana, na qual 250 mil pessoas pressionaram o Congresso pela aprovação do Ato dos Direitos Civis.

Da escadaria do Memorial Lincoln, King declarou ter o sonho de que um dia seus quatro filhos viveriam em uma nação na qual não seriam julgados pela cor da pele, mas pelo caráter. E voltou a falar da “feroz urgência do agora”.

Inicialmente, JFK foi contra a realização da manifestação, por temer que eventuais atos de violência comprometessem a votação do projeto de direitos civis no Congresso. Diante da determinação dos organizadores, sua administração cedeu, mas fez uma série de exigências para tentar garantir que a demonstração fosse pacífica e contida.

No fim da marcha, Kennedy recebeu seus líderes na Casa Branca e divulgou nota na qual elogiou a manifestação e seus objetivos e se disse impressionado pelo “profundo fervor e silenciosa dignidade” de seus participantes.

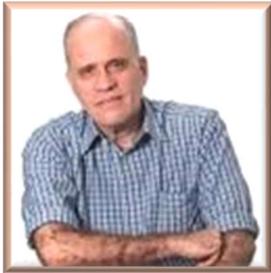
Três meses mais tarde, JFK seria assassinado em Dallas. A tarefa de arrancar do Congresso a aprovação do Ato dos Direitos Civis coube a seu sucessor, Lyndon Johnson, que sancionou a lei no dia 2 de julho de 1964, pouco mais de sete meses depois da morte de Kennedy. ●

Cláudia Trevisan: jornalista correspondente do jornal O Estado de S. Paulo em Washington.

Artigo publicado no dia 17 de novembro de 2013

Irmão Sam

Wilson Tosta



Meio século depois do fim violento do governo de JFK, o historiador e cientista político Luiz Alberto Moniz Bandeira vê sinais de conservadorismo e mudança na administração que dizia defender a democracia ao mesmo tempo em que patrocinava a tentativa de invasão de Cuba por contrarrevolucionários que secretamente treinou. Apesar de mudar a estratégia de enfrentamento da União Soviética – de retaliação massiva para dissuasão e contenção – JFK, lembra Moniz, manteve a política de pressão em relação a Cuba. E, sob o disfarce de defesa de regimes democráticos, para ter discurso contra o governo cubano ligado à URSS, a gestão Kennedy patrocinou ações de terrorismo “como instrumento de política exterior”, assinala o historiador.

As provas dessa política contraditória, de discurso idealista e prática realista, estão em arquivos americanos. Uma das fontes é o registro dos trabalhos da Comissão Frank Church do Senado americano que, nos anos 1970, investigou ações de inteligência e operações encobertas dos EUA no exterior.

Está lá em detalhes a preparação dos grupos especiais de contrainsurreição e o treinamento em táticas militares e de guerrilha para intervir em vários países, inclusive no Brasil. Há ainda planos, arquivados na Biblioteca John F. Kennedy e na Biblioteca Lyndon B. Johnson, desclassificados em 1976, inclusive sobre o golpe militar que derrubou João Goulart em 1964.

Embora Kennedy não estivesse mais vivo quando Jango caiu, os dois viveram uma relação de desconfiança, diz Moniz, para quem JFK preparou as condições para a queda de Goulart. O presidente americano e seu governo consideravam o brasileiro fraco e pressionavam por vantagens econômicas, e JG resistiu aos EUA na

REFLEXÕES V

Organização dos Estados Americanos (OEA). “Goulart considerou que Kennedy provocara, ‘sem necessidade’, o risco de uma guerra nuclear”, diz Moniz, ao analisar a postura brasileira na crise dos mísseis de Cuba.

Mudanças, *pero no mucho*

“Houve mudança e também continuidade no governo Kennedy. A estratégia de segurança nacional e a política internacional dos EUA frente à União Soviética foram, durante a presidência do republicano Dwight Eisenhower, baseadas no princípio do poder massivo de retaliação. Kennedy, ao assumir em 1961, mudou para a política de dissuasão e contenção. Mas deu continuidade na questão de Cuba, autorizando a invasão da Baía dos Porcos, e só não decidiu bombardear a ilha durante a crise dos mísseis, em 1962, porque tal iniciativa certamente romperia a aliança Atlântica.”

Julgava Jango

“A relação sempre foi de desconfiança. Kennedy e seu círculo de assessores não tinham a menor simpatia por Goulart. Arthur Schlesinger Jr., um dos principais assessores da Casa Branca, julgava Jango um ‘demagogo fraco e oscilante’. Até o irmão de Kennedy, Robert, veio ao Brasil para defender os negócios da empresa Hanna, cobrar as indenizações para a c e a ITT e pressioná-lo a não comerciar com os países do Leste Europeu, não comprar petróleo da União Soviética nem helicópteros da Polônia.

Goulart sabia que as razões de Robert Kennedy não eram ideológicas, mas comerciais. Respondeu-lhe que o Brasil daria a preferência aos EUA, desde que esses oferecessem iguais condições de comércio.”

Provocações

“Goulart considerou que Kennedy provocara, ‘sem necessidade’, o risco de uma guerra nuclear e instruiu o embaixador do Brasil na OEA, Ilmar Pena Marinho, no sentido de aprovar o bloqueio e a inspeção dos navios que se dirigissem a Cuba, porém exigindo que antes de qualquer ação militar observadores da ONU comprovassem que o arsenal soviético realmente existia e de lá não foram retirado.

REFLEXÕES V

Também enviou a Havana o general Albino Silva, chefe da Casa Militar da Presidência, para transmitir pessoalmente a Fidel Castro a posição do Brasil, contrária à instalação de mísseis nucleares em seu território por significarem risco para sua segurança e para a própria paz mundial, conquanto compreendesse sua necessidade de armamentos defensivos.”

Os planos Brother Sam

“Kennedy buscou preservar, ainda que aparentemente, o invólucro democrático-representativo dos regimes nos países da América Latina para ter condições morais que justificassem a campanha não só contra Cuba como contra qualquer revolução social no continente. Ele e seus colaboradores, os homens da Nova Fronteira, não tinham, entretanto, preconceitos contra golpes de Estado ou mesmo contra assassinatos e outros atos terroristas. Durante seu governo, os EUA recorreram amplamente ao terrorismo, sob todas as modalidades, como instrumento de política exterior, como demonstrado pela comissão do Congresso americano presidida pelo senador Frank Church.

Prepararam os grupos especiais de contrainsurreição, com treinamento em táticas militares e paramilitares, bem como em técnicas de guerrilhas para intervir inclusive no Brasil. Desde pelo menos julho de 1963, os EUA elaboraram vários planos de emergência, denominados Brother Sam, a fim de intervir militarmente contra o governo Goulart. Esses planos foram desclassificados em 1976 e publicados no Brasil em 1977 no livro Parker, Phyllis R. – 1964 – O Papel dos EUA no Golpe de Estado de 31 de Março.”

JFK e os golpistas brasileiros

“Kennedy preparou todas as condições para derrubar Goulart. Além dos planos para eventual intervenção no Brasil, soldados do 1º Batalhão da Polícia do Exército brasileiro, em 10 de outubro de 1963, vasculharam um sítio em Jacarepaguá, no Rio, perto de uma propriedade de Goulart, e descobriram 10 metralhadoras Thompson, calibre 45, 20 carregadores, 72 caixas de cartuchos Remington Kleanbore 45, 10 granadas Federal Blast Dispersion

REFLEXÕES V

Tear Gas (CN) e um radiotransmissor-receptor portátil, marcado com o símbolo do programa Ponto IV (Mãos Apertadas), da Embaixada dos EUA. As fotos foram publicadas em O Estado de S. Paulo e as investigações evidenciaram uma trama para eliminar Goulart e seus filhos, assim como muitos políticos e generais favoráveis ao governo.” ●

Wilson Tosta: jornalista

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 17 de novembro de 2013

Kennedy, John Kennedy

Sérgio Augusto



Enviado pela revista *Esquire* à Convenção Nacional do Partido Democrata de 1960, o escritor Norman Mailer saiu de lá convicto de que o candidato escolhido para enfrentar o republicano Richard Nixon na eleição presidencial daquele ano era um político diferente de todos quanto haviam almejado a casa Branca, um herói na medida para levantar o moral da América, despertá-la da

carece e evitar seu declínio.

Jovem, bonito, bem-nascido, bem casado, sedutor e mais cosmopolita e sofisticado que seus concorrentes. Mais que um herói, John Fitzgerald Kennedy avultou ao olhar delirante de Mailer como um sucedâneo do Super-Homem, como o único homem público capaz de “capturar a secreta imaginação do povo americano”. Sua reportagem *O Super-Homem Vai ao Supermercado*, publicada às vésperas da eleição, foi a primeira louvação ao futuro presidente por uma personalidade intelectual de peso.

Reproduzida em livro, praticamente inaugurou a gigantesca bibliografia kennedyana, ora estimada em mais de 40 mil títulos. O próprio Mailer, cuja admiração por JFK logo se transformou em obsessão, escreveria exaustivamente sobre ele e a primeira-dama Jacqueline Kennedy. Mailer foi um dos que mais contribuíram para fazer de JFK não apenas um presidente-celebridade, mas também um mito.

Com uma penca de recados, lembretes, observações e conselhos para o casal Kennedy, Mailer produziu *Cartas Abertas ao Presidente* e não resistiu à tentação de meter a colher no atentado em Dallas, perscrutando a vida e a passagem de Lee Oswald por Moscou em *Oswald's Tale: Na American Mystery*. Nem a mais célebre amante do presidente escapou a sua curiosidade – é dele a mais badalada

biografia da atriz Marilyn Monroe.

Outro intelectual de vulto, Dwight Macdonald, aproximou JFK de Homero (comparando o presidente ao Aquiles da *Iliada*), e Barbara Garson, de Shakespeare (ao retratá-lo como um rei Duncan moderno na paródia *MacBird*, o maior *hit* teatral da contracultura na década de 1960). Alguém mais equiparou a ressonância do atentado em Dallas à do episódio do Cavalo de Troia no mundo grego. Há meio século de exploração, o assassinato resistiu melhor do que a encomenda. Novos livros, filmes, peças e especiais de TV invadirão o mercado nos próximos dias, reciclando velhas controvérsias.

A construção do mito arturiano – JFK como sucedâneo do Rei Artur e a Casa Branca como um novo Camelot – teve origem doméstica. Jacqueline inventou-o a partir do fascínio do marido pelo musical de Alan Jay Lerner e Frederick Loewe. Mas nem ele nem seus cavaleiros da Távola Redonda – tidos como as melhores cabeças do país (“*the best and the brightest*”, na irônica definição do jornalista David Haberstam) – revelaram-se à altura dessa e outras hipérboles.

Aumentaram a escalada no Vietnã, chegaram à beira do abismo nuclear na crise dos mísseis em Cuba, deram sinal verde para o golpe militar no Brasil, deixaram a questão dos direitos civis para Lyndon B. Johnson solucionar.

Seus hagiógrafos⁷⁶ insistem: se tivesse sobrevivido ao atentado, JFK teria sido reeleito em 1964 e feito um segundo governo mais à esquerda, acabando o mais rápido possível com a guerra do Sudeste Asiático. O insuspeito e nada ingênuo I. F. Stone embarcou nessa crença (assim como aceitou as conclusões do Relatório Warren em parte por sua ojeriza a teorias conspiratórias) e foi contestado, três décadas mais tarde, por Noam Chomsky (*Camelot- Os anos Kennedy*) e Seymour Hersh (*O Lado Negro de Camelot*).

Porque aprendera a ler com extrema rapidez, pelo método da leitura

⁷⁶ **Hagiógrafo**: diz-se de ou escritor sagrado.

dinâmica, JFK impôs sem esforço a imagem de intelectual, de um Marco Aurélio americano. Outro exagero, habilmente explorado pela máquina de propaganda dos democratas e da família Kennedy. Consumia mais ensaios de história e biografias que literatura. Entre seus livros preferidos, divulgados pela revista *Time*, havia apenas duas obras de ficção: *O Vermelho e o Negro*, de Stendhal, e *Moscou Contra 007*, de Ian Fleming. As aventuras de James Bond, aliás, só viraram *best-sellers* depois do empurrão presidencial.

Autor, ele próprio, de um campeão de vendas, *Política e Coragem*, Pulitzer de 1957, adorava o convívio com escritores, pensadores e artistas, dentro e fora da Casa Branca. O deleite era recíproco. Se Lincoln foi imortalizado na poesia de Walt Whitman, a trágica morte de JFK não comoveu menos os poetas de seu tempo. Robert Lowell passou três dias seguidos chorando. John Berryman, W. H. Auden e outros escreveram-lhe elegias⁷⁷. Randall Jarrell bem que tentou, mas, arrasado, não conseguiu ir além da primeira linha. A elegia de Auden foi originalmente acompanhada de uma peça musical de Stravinski; outras acabaram reunidas num volume com um retrato de *silkscreen* de JFK, assinado por Robert Rauschenberg, na capa.

A tragédia de Dallas – e as polêmicas que suscitou (Oswald agiu mesmo sozinho? Teria sido um complô da máfia e agentes cubanos? Teria havido manipulação na necropsia do presidente?) – calaram fundo no imaginário americano. Bons e maus exercícios especulativos, *thrillers* políticos e divagações metafóricas de variada qualidade encheram as estantes e invadiram as telas nas últimas quatro décadas. Domingo passado, o canal a cabo da National Geographic exibiu *Killing Kennedy*, com Rob Lowe no papel do presidente. Três recentes festivais de cinema europeus viram, mas não se empolgaram por *Parkland*, de Peter Landesman, todo ambientado no hospital de Dallas para o qual os corpos de JFK e Oswald foram levados.

Há quem jure que Thomas Pynchon escreveu *O Leilão do Lote 49*

⁷⁷ **Elegia:** poema lírico de tom ger. terno e triste.

REFLEXÕES V

sob o impacto das mortes de Kennedy e Oswald, mas nenhuma alusão aos dois assassinatos é feita no curto e labiríntico romance, na verdade uma novela mais impactada pela beatlemania, publicada em 1966. Como Pynchon é chegado a uma paranoia, é possível que JFK e seu algoz estejam metaforicamente presentes naquele labirinto.

Caminhos diversos tomaram Loren Singer, Don DeLillo, James Ellroy, Richard Condon, D. M. Thomas, Jeff Greenfield e Stephen King. A cada um deles o atentado na Praça Dealey inspirou pelo menos uma piração ficcional.

Em *The Parallax View*, publicado em 1970 e quatro anos depois transformado em filme (*A Trama*) por Alan J. Pakula, Singer abria e fechava sua narrativa com a execução de um senador, durante uma convenção partidária. Na mesma época um clássico da literatura conspiratória, *The Manchurian Candidate*, filmado pela primeira vez em pleno governo Kennedy (*Sob o domínio do Mal*), abordou em clave humorística outro imaginário assassinato presidencial.

Sátira *dark* às teorias especulativas em torno da morte de JFK, *A Fria Morte* (*Winter Kills*, também adaptado ao cinema) punha na Casa branca um presidente empenhado no combate ao crime organizado e afinal liquidado por ordem de seu mafioso pai, em muitos aspectos parecido com Joseph Kennedy, o patriarca da família.

Em *Flying To Love*, publicado em 1992, D. M. Thomas deu asas à imaginação salvando JFK das balas de Oswald. O love do título era uma alusão ao aeroporto de Dallas (*Love Field*), também aludido no título original de um filme de Jonatham Kaplan, *As Barreiras do Amor*, em que uma dona de casa texana, interpretada por Michelle Pfeiffer, abandonava o lar para ir ao funeral do presidente, em Washington.

No campo da especulação (e da paranoia), as maiores ousadias foram cometidas pelo cineasta Oliver Stone, o romancista *noir* James Ellroy e o jornalista Jeff Greenfield.

Em *JFK – A Pergunta que Não Quer Calar*, Stone defendia a tese de

que o assassinato foi tramado e executado pelo complexo industrial-militar, de conluio com exilados cubanos. No vertiginoso *Tabloide Americano*, um entra e sai de bandidos, políticos, lobistas, agentes do FBI, milionários, astros de Hollywood e traficantes, Ellroy chegou ao cúmulo de flagrar JFK injetando droga na veia.

Greenfield, que nos dois últimos anos produziu duas histórias contrafactuais do atentado (*Then Everything Changed* e *If Kennedy Lived*), mudou a data do assassinato, a identidade do assassino e se *modus operandi*. Numa delas, JFK morre logo após a eleição de 1960, vítima de um homem-bomba. Ou seja, o Super-Homem de Mailer nem chega a assumir a presidência.

Que teria acontecido? Apesar das besteiras de Johnson no Vietnã e na crise dos mísseis em Cuba, os democratas logriam eleger Robert Kennedy em 1968. Bob não só escaparia dos tiros de Sirhan Sirhan como derrotaria Nixon, com uma plataforma parecida a de Obama em 2008.

Libra, de Don DeLillo, lançado em 1988, continua sendo a melhor fantasia literária inspirada pelo atentado de Dallas. Seu protagonista, Nicholas Branch, é um arquivista da CIA, encarregado de catalogar e comentar pilhas e mais pilhas de provas e indícios sobre o assassinato, para verificar se falta alguma peça no quebra-cabeça. Em narrativas paralelas, acompanhamos a vida de Oswald e a evolução do complô para matar o presidente.

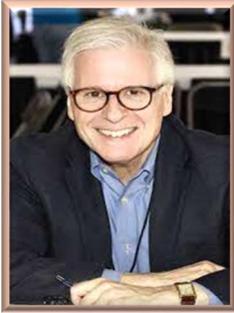
Nos anos 1970, Stephen King começou a escrever um relato sobre o atentado, que abandonou no meio para juntar novas pesquisas e levar a cabo uma versão contrafactual do 22 de novembro razoavelmente convincente. Ainda que partindo de uma premissa estapafúrdia. No romance, um professor secundário do Maine viaja no tempo, como o célebre personagem de H. G. Wells, com o firme propósito de demover Oswald de seu intento e impedir a morte de JFK. Concluído há dois anos, Novembro de 63, era o *wishful thinking* que mais falta fazia no aparentemente interminável romanceiro kennedyano. ●

Sérgio Augusto: jornalista.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 17 de novembro de 2013

Um rosto na mira

Thomas Mallon



E se Lee Oswald tivesse afinado? Um romancista tenta imaginar o que aconteceria depois

“O que você está procurando?”, perguntou Wesley Frazier, de um jeito simpático, quando notou Oswald entrando no porão do armazém. “Uma carona pra voltar pra Irving”. “Certo”, disse Frazier. “Me encontre lá fora depois do expediente.”

Oswald não disse nada. Um tênue aceno de cabeça indicou seu entendimento de que “lá fora” significava o estacionamento, a uma boa distância do Book Depository. “Achei que fosse ficar na cidade esta noite”, acrescentou Frazier, em nova tentativa de puxar conversa com aquele sujeito fechado. Exceto nos fins de semana, Oswald ficava numa pensão no centro, enquanto sua mulher russa e as duas filhas, uma delas ainda bebê, viviam em Irving com uma tal sra. Paine e seus dois filhos pequenos.

“Mudei de ideia”, disse Oswald. Frazier lançou-lhe um olhar que dizia “tudo bem”, e acrescentou uma última pergunta sociável: “E os varões de cortina?”

No dia anterior, uma quinta-feira, Oswald havia inesperadamente pedido uma licença para ir a Irving. E nessa manhã, ao entrar no carro para voltar a Dallas, tinha depositado um comprido embrulho de papel pardo no banco de trás do Chevy de Frazier. Ele explicou que queria incrementar seu quarto na pensão com aqueles varões. Sua expressão indicou que a conversa havia terminado. “Claro, Lee. Te vejo às 15 para as 5h.”

Sem um obrigado, Oswald voltou para a escada. Frazier, esquecendo mais uma vez que aquele não era um sujeito comum, perguntou: “Cê viu o desfile?”

REFLEXÕES V

Dois lances de escada acima, no refeitório, Oswald parou em frente da pia e notou que suas mãos tinham recomeçado a tremer. Encheu um copo de água e bebeu apoiado na máquina de Coca onde jamais colocara uma moeda. Ele também não gastava dinheiro em jornais, sabendo que podia encontrar um do dia anterior ali, como fizera na quarta-feira, quando abriu o Dallas Times Herald e viu o mapa do percurso do comboio de sexta-feira do presidente. Notou que Kennedy passaria bem ao lado do depósito de livros. Oswald ficaria as 24 horas seguintes se perguntando se ousaria ou não, até aquela hora na tarde de ontem, quando saíra para encontrar Frazier e pegar sua carona para Irving.

Daquele ponto em diante, tudo correria mansamente, quase automaticamente. Marina poderia ter sido fria com ele – eles tinham brigado pelo telefone algumas noites antes –, mas nem ela nem Ruth se queixaram de ele aparecer sem aviso. Ele brincou com Junie, a filha mais velha, e passou ainda mais tempo brincando com o garotinho de Ruth, Chris. Ruth serviu-lhe o jantar antes de ele se esgueirar para embrulhar o rifle que ela não sabia estar num cobertor no chão atulhado da garagem.

Oswald havia trazido o rifle embrulhado em papel para o depósito naquela manhã. A arma estava escondida agora entre algumas tábuas de madeira que tinham sido arrancadas e empilhadas por trabalhadores ao trocarem trechos do piso. Alguma noite da semana seguinte, ele levaria o rifle de volta para Irving; diria a Frazier que os varões de cortina não tinham se encaixado na janela de seu quarto em North Beckley.

Sozinho no sexto andar, como havia ficado durante parte da manhã, começou a desmontar a pequena fortaleza de caixas de papelão de manuais, dez livros por caixa, que havia construído pouco antes do almoço. Por algum tempo pensara que, quando chegasse seu último dia naquele emprego, inseriria um folheto, talvez algo de Fair Play for Cuba, dentro de cada exemplar em alguma caixa de manuais da história americana de Scott Foresman.

Ele foi até a janela ainda aberta e olhou para fora. Não havia nada acontecendo nas ruas que fizesse pensar que um desfile passara por

REFLEXÕES V

ali. Nenhum policial numa moto; nenhuma pessoa com uma câmera.

Cê viu o desfile? Ele o tinha visto ali do alto. Ali do alto, o aumento de quatro vezes da luneta do rifle o colocara dentro do carro aberto. Mas foi também a luneta que o fez falar. Como o carro avançava lentamente em sua direção, ele cometeu o erro de olhar diretamente no rosto de Kennedy. E viu seus lábios se mexerem, viu-o virar um pouco a cabeça para a mulher e falar duas ou três palavras que fizeram com que parecesse contente – da maneira como Oswald imaginava ele próprio deitando-se ao lado de Marina, tarde da noite, antes de as coisas começarem a azedar entre eles. Fora por isso que ele não pudera fazê-lo. No momento crucial, em vez de enxergar a política, o dinheiro e a fama de seu alvo, foi isso que enxergara.

Teve uma segunda chance quando o carro fez uma curva fechada para a Elm. O alvo estava ainda mais perto dessa vez, expondo a parte de trás da cabeça em vez do rosto. Tornou a pegar a arma, mas a imagem do rosto persistia. Sua vontade e sua mão se paralisaram. E, antes que pudesse descongelá-las, o chapéu cor-de-rosa desapareceu na passagem subterrânea.

“Você me assustou esta manhã!”, exclamou Marina. “Fiquei preocupada a manhã toda. Ruth e eu vimos Kennedy na televisão e eu tive o pressentimento terrível de que você estava disposto àquilo de novo, que tentaria matá-lo.”

“Estúpida!”, ele disse. “Se pensou isso, por que não contou que havia um assassino à solta? Por que não chamou a polícia?”

O mais calmamente que pôde, Marina explicou: “Não fiz essas coisas porque fui à garagem para verificar o cobertor.” “O cobertor!”, gritou Oswald, zombando dela, como se aquele pedaço de tecido alemão oriental, que parecia camuflagem e tinha viajado com eles desde a Rússia, fosse algum objeto de cena cômico. “Pensou em levantá-lo quando estava olhando pra ele?”

Confusa, e depois alarmada, Marina abriu a porta da sala e entrou na confusão da garagem, abrindo caminho por entre ferramentas,

REFLEXÕES V

brinquedos e caixas de roupas de bebê, e chegou ao cobertor, que levantou, e viu pender, frouxo o vazio, de sua mão.

Ele pode vê-la estremecer. “Seu maluco!”, ela gritou. Seu inglês e seu russo se digladiando agora. “Você me destrói! Você destrói tuas devochki!” ela apontou para os quartos da casa onde Junie e a bebê ainda estavam dormindo.

A menção das filhas quase o amoleceu, mas aí Marina, como se não bastasse enfurecê-lo, agora rodopiava mostrando-lhe o outro lado de sua personalidade, a zombeteira, que às vezes o levava a agredir: “Kennedy salvo!”, ela gritava, em inglês, cacarejando. “Longe agora!”

Ele se afastou dela, fugindo da voz que trovejava seu fracasso. Foi em silêncio até o quarto, beijou as filhas adormecidas e recuperou o dinheiro que havia largado ali de manhã. Marina, sempre rápida em se adaptar, esperou por ele na sala de estar, preparada para buscar perdão. Ela disse em russo “Esta manhã, depois de acreditar que a arma ainda estava lá, achei que você tinha deixado o dinheiro para o Natal. Para brinquedos e sapatos para as meninas”. Sua expressão misturava medo, alívio e perplexidade. Ela ainda não sabia onde estava o rifle, ou se e como ele havia tentado usá-lo.

“Natal!”, ele gritou, fazendo isso soar como a palavra mais vergonhosa do mundo. Ele acertou-lhe o rosto e saiu. Várias horas depois, sem ter jantado, ele despertou na pensão da avenida North Beckley. Ao lado da cama ficava uma penteadeira feminina com um tríptico de espelhos no qual ele podia ver seu rosto de três ângulos diferentes. Sobre o tampo da mesa estava o maço de dinheiro – um pouco diminuído pelo custo do primeiro táxi que ele tomara desde que partira da Rússia. Ele o havia chamado de um telefone público ao lado do mercado em Irving e, durante as 12 milhas até Dallas, ficara observando o taxímetro com uma espécie de contido terror. O rádio do táxi ainda falava de Kennedy, que fora de Dallas para Austin e para uma recepção na mansão do governador.

Ele pediu para o motorista desligá-lo, mas agora podia ouvir a televisão na sala de estar da pensão. A WFAA, afiliada da Dallas ABC, exibia uma recapitulação especial dos acontecimentos do dia:

REFLEXÕES V

os Kennedys apertando mãos ao longo de um cordão de isolamento em Love Field, pouco antes do meio-dia; desfilando em carro aberto pela Main Street, o chapéu rosa-choque era agora um preto e branco indistinto. E então a imagem retornou para Love Field, onde os Kennedys caminharam por outro cordão de isolamento, subiram em seu avião e acenaram um adeus a Dallas às 14h47min.

Uma explosão de energia fez ele se levantar, assustando os demais. Se houve um cordão de isolamento em Love Fields, haveria outro na base da Força Aérea, talvez fora dos portões, e havia boa chance de Kennedy descer do carro para apertar mãos, garantido uns derradeiros eleitores do Texas para a eleição do ano seguinte. Se chegasse lá a tempo, poderia ter uma terceira chance.

De volta ao quarto, recolheu o dinheiro, jogou um par de meias e algumas cuecas numa bolsa e da gaveta da penteadeira tirou sua pistola .38. Pôs a arma no bolso do paletó. Partiu a pé, determinado a economizar dinheiro.

Poderia chegar à rodoviária em menos de meia hora.

“Saiu faz dez minutos. Às 11h15min.”

“Bem, quando é o próximo?” , ele perguntou, o coração apertando, como havia ficado quando o chapéu rosa desaparecera.

“Para Austin? Não vai sair nada daqui antes das 7 da manhã.”

Ele sentiu o suor começar a escorrer, podia sentir o cheiro de que Marina às vezes se queixava. Sua língua estava presa, mas conseguiu andar até um banco e se sentar. Será que poderia passar o resto da noite fora? Pegar o ônibus das 7h e, de algum modo, conseguir chegar à base da Força Aérea antes de os Kennedys partirem? Ele inclinou a cabeça para o rádio de outro passageiro, na esperança de captar informações sobre os horários de viagem do presidente, mas o radialista se revelou só um *disc-jóquei* informando a próxima música.

A estação seria fechada em breve. Ele então se levantou e se afastou ao som de Mickey’s Monkey. Foi para o norte que ele se viu andando, na direção do armazém de livros.

REFLEXÕES V

Precisou de alguns minutos para chegar à praça diante do edifício, onde se sentou na borda do espelho d'água. A praça estava deserta.

Oswald olhou para o edifício que agora guardava seu rifle, carregado e não disparado, e viu que a janela do canto no sexto andar continuava aberta. Tinha se esquecido de fechá-la. Havia ainda, ele se lembrou, duas ou três caixas de manuais embaixo do peitoril.

Perambulou pelas ruas próximas por outra meia hora, com medo de encontrar, com todo aquele dinheiro no bolso, alguns negros de sexta-feira à noite encharcados de bebida e procurando algum alvo fácil. Resolveu ficar nos quarteirões mais movimentados, viu luzes brilhando e achou que estava ouvindo a pulsação de música. “Garotas! Garotas!

Espectáculos contínuos a partir das 21h!”. Já sabia que esse não era seu tipo de lugar, mas ficou por ali, sabendo que tinha dinheiro e poderia passar duas horas mais facilmente lá do que pelas ruas cada vez mais escuras. Foi surpreendido por uma voz às suas costas. “Gosta do que vê?”.

O homem era um pouco menor que ele, mas dava para ver que havia tanto músculo quanto gordura sob o paletó apertado. “Boa garota, a Sheba! Entre!”, disse o homem, quase gritando as palavras, mais uma ordem que uma sugestão. Determinado a não ser pressionado, Oswald sentiu sua raiva crescer: “Você age como se fosse o dono”, disse, com um sorriso afetado. “Sou”, disse o homem, nada amigável. E tirou do bolso da calça um cartão de visitas rosa.

THE CAROUSSEL CLUB

SEU ANFITRIÃO... JACK RUBY

A irritação do homem cresceu. “Quer dar uma espiada nas garotas? Então entra, porra!” Dois homens saíram subitamente pela porta. Surpreso de ver que eram policiais, Oswald se preparou para sair de fininho, pedindo desculpa se fosse preciso. “Calma, Jack”, disse um dos guardas, rindo “Ele é só um panaca. É inofensivo.” Mas o homem parrudo se aproximou. Estava mais irritado do que antes. “Talvez goste mais de rapazes que de garotas”, disse. A mão que havia apanhado o cartão de visita estava se fechando num punho, e

REFLEXÕES V

seu rosto redondo estava chegando mais perto – um rosto cuja maldade e estupidez básica não requeria uma luneta potente para Oswald detectar.

Ele virou para se afastar. O homem agora estava se queixando aos guardas do “chupador” que era “incapaz de se decidir”.

E assim Oswald fez a volta, enfiou a mão no bolso do paletó e sacou a pistola. O peito inteiro do homem pareceu explodir dentro de sua camisa branca. Quando ele caiu na calçada, o paletó se abriu e revelou que ele também estava carregando uma pistola.

“Caramba, Jack!”, gritou o guarda mais bêbado, procurando o próprio revólver. Seu colega fez o mesmo. Atraídos pelo som do tiro, outros dois policiais saíram pela porta do clube e se juntaram aos que estavam esmurrando Oswald. Mais calmo do que se se sentira durante todo o dia, ele deixou cair a arma. “Não estou resistindo à prisão!”, ele disse, alto e bom som, como havia ensaiado para usar mais cedo naquele dia. “Não estou resistindo à prisão!”

“Certo, seu merdinha”, disse um dos policiais, colocando-lhe algemas. “Mas pode acreditar que você está preso”.

“Ele está morto?”, perguntou Oswald, apontando com uma das mãos algemadas para o homem estendido na calçada. O cartão de visitas rosa voou para o chão. ●

Thomas Mallon: romancista e ensaísta é autor de *Mrs. Pain's Garage*, sobre o assassinato de Kennedy. Escreveu este artigo para *The Atlantic*.

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 17 de novembro de 2013

Formas de narrar

Tatiana Salem Levy



Para quem viveu os horrores das ditaduras na América Latina, a questão, depois da experiência traumática, se resumia na pergunta: como narrar o vivido? Como dizer com as palavras o que o corpo viveu com a dor? Como descrever a tortura, o medo, o desaparecimento de um filho ou de um amigo? A palavra parecia se distanciar da concretude do horror, abrindo uma fenda que reforçava a impossibilidade de narrar.

No entanto, diante do mal, só há uma saída: nomear. Escrever para mostrar o impronunciável.

Para quem nasceu na década de 1970, a questão que viria a se colocar, anos depois, seria: como contar uma história que não é minha? Como se apropriar do trauma de uma geração anterior? Dois livros que acabaram de chegar às livrarias me fizeram pensar sobre esse tema: *Formas de Voltar para Casa*, de Alejandro Zambra, e *O Inventário das Coisas Ausentes*, de Carola Saavedra.

A testemunha tem - por razões óbvias - um lugar central no conhecimento de experiências extremas como a tortura, mas não encerra as possibilidades de narrativa. O jovem escritor latino-americano de hoje se depara com uma herança da qual pode escolher falar, ou não. Trata-se, num certo sentido, de mudar a câmera de lugar.

Logo no início do romance de Zambra, o narrador confessa: "Quanto a Pinochet, para mim era um personagem da televisão que conduzia um programa sem horário fixo, e eu o odiava por isso, pelos aborrecidos pronunciamentos em cadeia nacional que interrompiam a programação nas melhores partes". A história vai sendo contada pelos "personagens secundários".

A literatura dos pais, pela literatura dos filhos. Vivia-se uma

ditadura, falava-se de crimes e atentados, mas nada impedia o menino de passar o dia longe de casa. A infância permanecia infância. E nas brechas da construção de um sujeito surgia a realidade de um país. Quando Claudia – uma menina mais velha – pede ao narrador que siga seu tio Raúl, ele o faz como uma criança que brinca de pique-esconde. Só mais tarde descobriria que Raúl, não tio, mas pai de Claudia, se escondia de um monstro muito mais feroz do que então poderia imaginar.

As respostas vão se construindo nos silêncios. Quando o menino pergunta a Claudia se Raúl era comunista, ela guarda "um silêncio pesado. Não posso te dizer mais nada, respondeu por fim". Às crianças, não se dizia. Mas elas estavam lá, e depois precisariam elaborar em suas próprias narrativas a história que na época absorviam em pequenos fragmentos, frases desconexas, olhares esquivos. Talvez seja por isso que Nina, personagem de Carola Saavedra, afirme não ser possível "falar do outro sem falar de si mesmo". O que está em questão é a construção de um sujeito a partir da história do outro. Falar do outro é, também, falar de si.

Escrever ficção é, também, escrever autobiografia. "Pouco a pouco avanço no romance. Passo o tempo pensando em Claudia como se ela existisse." Em *Formas de Voltar para Casa*, os capítulos se alternam entre o romance que está sendo escrito e um diário no qual o escritor/narrador relata lembranças da própria vida e anotações para o livro. No decorrer da leitura vamos percebendo como a suposta realidade vai se transformando na ficção, ganhando novos nomes, situações, mas guardando a inquietação de origem. Em dado momento a referência à reprodução do quadro *As Meninas*, que enfeitava a casa de sua infância, evidencia a *myse en abîme* do texto. Até que ponto o personagem do livro não é um reflexo de seu autor?

A encenação dos limites entre vida e ficção aparece com força em *O Inventário das Coisas Ausentes*. A própria epígrafe anuncia o que virá a seguir: "Todo mundo, mais cedo ou mais tarde, inventa uma história que acredita ser sua vida". O romance de Carola é dividido em duas partes. Na primeira, um caderno de anotações, o material bruto que se tornará, na segunda, uma ficção. Entre as notas do

REFLEXÕES V

romance em processo, revela-se a história de amor do escritor com a chilena Nina, ocorrida tempos antes. Certo dia, antes de desaparecer por 14 anos, ela lhe oferece como presente uma caixa com 17 diários. Diante dos cadernos – e da dor do abandono – ele não sabe o que fazer: aventurar-se pela intimidade que lhe fora oferecida (embora deseje a intimidade da presença) ou não abrir os diários?

Outros acontecimentos e questionamentos vão se juntando nesse inventário, para em seguida surgirem na ficção. Várias histórias paralelas também são esboçadas nas notas. Algumas se diluem, outras se intensificam, como a de Jaime e Teresa durante a ditadura no Chile. Depois que ele desaparece, ela inicia uma longa peregrinação em sua busca, até que, juntos de novo, se exilam na Dinamarca. Do sumiço, não falam nada, mas Teresa "passava as noites insone, pensando no tempo em que o marido esteve preso, nos horrores que teria testemunhado, nos pesadelos inscritos no corpo". Embora Jaime afirme que aquilo acabou, o ódio se manifesta em seus beijos ociosos, seu olhar distante, até aparecer como violência física contra a mulher.

Na segunda parte – a ficção – descobrimos, completamente transfigurados, os ecos da primeira. Um homem prestes a morrer reencontra o filho depois de 23 anos. Esse homem "foi capaz de arriscar a própria vida por um sonho, (...) pela pátria, (...) pelos outros, (...) pelos ideais, (...) por uma sociedade mais justa", mas também foi de uma rispidez violenta com o próprio filho, afastando-o por tanto tempo, até o dia em que o chama para lhe entregar 17 cadernos, em que documentou tudo ao longo de 17 anos. Os diários do pai, como os diários de Nina, nunca são revelados. O livro termina, e não sabemos o que neles havia. A história principal só é contada pela lateral, pelas bordas, pelo silêncio. Pelos personagens secundários, diria Zambra. Ou, em última instância, pelo leitor, a quem cabe preencher os vazios, dar continuidade à escrita. "Há uma história, mas ao tentar contá-la sempre acabo contando outra, outro enredo, outro personagem", anota o narrador do "Inventário".

O livro de Carola me fez pensar ainda no romance *Mar Azul*, de

REFLEXÕES V

Paloma Vidal, que transita pelos temas da memória e a construção do sujeito, e da herança de tempos sombrios.

Nele, as histórias centrais também são contadas pelas beiradas. O pai da narradora vive saindo e voltando, até que um dia não volta. Ela ainda é menina e mora com a vizinha Vicky. Num diálogo, pede à amiga: "Você podia ser minha memória. (...) Eu te conto e você não esquece". Mas Vicky desaparece no dia 26 de junho de 1976, levando a sua história e a memória da narradora. O pai vai trabalhar na construção de Brasília e, antes de morrer, deixa à filha seus cadernos com fragmentos datados, como um diário. Essas são as histórias que deveriam ser contadas, mas nunca chegamos a conhecê-las.

Existe sempre uma falha, uma brecha, quando se narra a história do outro. Daí as repetidas lacunas, o não dito que se apodera desses três romances. Afinal, é possível narrar uma história que não foi vivida? "Ninguém fala pelos outros", diz o narrador de Zambra. "Mesmo que queiramos contar histórias alheias, terminamos sempre contando nossa própria história." E, no entanto, é preciso procurar seu lugar naquela história. De alguma forma, os filhos – que saíram de casa – precisavam voltar à casa dos pais, encontrar o passado, encará-lo, mas sem se aproximar tanto, sem perder a distância. Como se questiona o narrador de *O Inventário de Coisas Ausentes*, "o que será do passado quando os rastros se forem e ficar apenas a memória?" Se a década de 1970 foi a do horror e do silêncio; a de 1990, a das perguntas; então, os anos seguintes seriam os da elaboração de um sentido. Anos da ficção, porque, como disse o professor Morales, do livro de Zambra, "algum dia poderemos falar disso e de tudo". ●

Tatiana Salem Levy: doutora em letras e escritora, escreve quinzenalmente neste espaço.

Artigo publicado no jornal *Valor Econômico* no dia 23 de maio de 2014

Não é só dizer “não coma”

Estela Renner



Se a cantina vende refrigerante e salgadinho, o que o aluno vai entender? Mudar hábitos alimentares e de vida de crianças cada vez mais obesas exige esforço de escola, família, governo. É epidemia, e das grandes. Sem rodeios, 50% dos brasileiros acima dos 18 anos estão gordos, bem gordos. E 17,5% atingiram um índice de massa corporal alarmante, com todas as restrições que isso possa causar – a restrição da vida, inclusive. Em dez anos, triplicou no País o número de atestados de

óbito nos quais o excesso de peso aparece como causa. Em suma, morreu-se de quê? De obesidade.

O último dado mórbido é de 2011, quando a cineasta Estela Renner já viajava pelo Brasil com a equipe da Maria Farinha Filmes. Ela já havia lido que, em cada 5 crianças obesas, 4 permaneceriam assim quando adultas. Então voltou a fita. Se é de menino que se torce o pepino (ou seria picles?), então faria um filme sobre meninos e meninas acima do peso. A trupe levou dois anos para concluir o documentário *Muito além do Peso*, visto por mais de 1,5 milhão de pessoas e requisitado pelos americanos na sua batalha contra a obesidade. Depois da exibição do filme está previsto um debate mediado por Michelle Obama, a primeira-dama que abraçou a causa.

O filme confirmou que os pequenos brasileiros não sabem diferenciar um pimentão de um rabanete, um abacate de um melão. Mal fazem exercícios, e ainda assistem à TV mais que todas as crianças do mundo. Há muitos com diabete, pressão alta, problemas articulares. “Imagine o que foi sair da casa de uma criança que deixou de brincar porque sente dor no joelho”, diz Estela, emocionada. De alguma forma, todos querem sair do tamanho GG, mas continuam presos, com a família, a hábitos que se arrastam por

gerações.

“Falta uma campanha de massa do governo mostrando como se alimentar bem”, resume Estela, mãe de três filhos, já envolvida em outro filme, que será lançado em junho. Ele se chama *Tarja Branca*, e também é uma espécie de rebobinamento. “A cura da obesidade infantil está lá atrás, na brincadeira, na convivência, no outro. Estamos falando de uma dimensão maior, não mais de salgadinhos.” Tudo bem, mas, na entrevista a seguir, o salgadinho segue à mesa.

Vocês acompanharam o que aconteceu com as crianças que aparecem no filme?

Chegamos a fazer algumas visitas, demos alguns telefonemas. Infelizmente a maioria das crianças ganhou mais peso. Com uma delas a gente interferiu, conseguiu uma nutricionista voluntária que fosse até sua cidade, de difícil acesso. Mas só desses meninos terem participado do filme não fez com que suas realidades mudassem. Abriu o caminho para uma conversa, eles ficaram populares na época do lançamento, mas não é uma mudança fácil.

Nessas realidades, a TV estava muito presente. Isso fica evidente no filme. Imagino que numa segunda versão vocês teriam de destacar computadores e celulares, não?

A criança brasileira ainda é a que mais assiste a televisão no mundo, mais que os americanos. Dá uma média de cinco horas por dia. E hoje a gente não tem só a televisão. Tem o computador, o *videogame*, os *tablets*, os celulares. São muitas telas. Um estudo que eu queria ter colocado no filme, mas acabei deixando de fora, mostra como antigamente as crianças de 2, 3, 4 anos se desenhavam com os braços muito compridos, como um Menino Maluquinho. Hoje elas se desenhavam com os braços curtos, porque mal utilizam os braços e as pernas. Elas utilizam os dedos.

Então daqui a pouco vão se desenhar com dedos enormes?

Sim, com dedões. Acho que a gente precisa aumentar a cultura do estímulo a brincar, a brincar como coisa urgente e séria.

Mas as crianças podem entender que estão brincando quando mexem no computador, no celular, no tablet.

Eles podem entender que sim. Mas eu falo de brincar usando o corpo, o irmão, o amigo, a areia, o sol, o mar, o vento, o espaço, usando cair, usando levantar.

Muitos pais temem pela segurança dos filhos nesse brincar solto.

Temos muito menos ruas de lazer que na nossa época. A rua era o nosso quintal. Hoje é pauta da escola falar de quintal como se fosse uma ficção. Sim, é perigoso deixar a criança na rua sem supervisão. O que estou sugerindo é que se diminua o tempo de tela, que se dê uma caixa de papelão para a criança, ou não se dê nada. De uma forma genérica, as crianças precisam do ócio, do tédio, para criar. O que os pais têm dificuldade para entender é que, ao deixar o filho sozinho na frente da TV, não quer dizer que ele esteja seguro.

Por que não?

Quando você deixa seu filho sem sua presença para ajudá-lo a digerir tudo o que está vendo, você está deixando seu filho com estranhos. As pessoas da tela estão falando com os seus filhos. Existe uma comunicação mercadológica dirigida a eles, de comunicadores que estudaram nas melhores universidades. Eles não só estimulam a venda de produtos para crianças, entre eles alimentos engordativos, como tentam convencer os filhos a pedir aos pais que comprem produtos para adultos: carros, geladeiras... Sim, a obesidade é multifatorial. Mas, sem dúvida, o excesso de telas está associado à obesidade infantil.

Entre as medidas de prevenção da obesidade propostas pelo governo está o investimento em academias de saúde e espaços públicos com aparelhos para exercícios. Tudo dirigido ao adulto. O que tem sido feito para a criança nesse sentido?

Acho que muito pouco. Com 200 horas de filmagem Brasil afora, deu para perceber que as crianças não sabem andar de bicicleta. Claro! Onde elas vão pedalar? Quanto de área livre elas têm

disponível? Além disso, para a criança aprender a andar de bicicleta o pai precisa ter um automóvel que a leve ao parque. Se não tiver bicicleta, tem de pegar fila e pagar por uma. Também tem que ir num horário decente porque corre o risco de perder o filho no meio da multidão. Outro dado é este: muitas crianças dizem que a aula de educação física fica só na teoria e é oferecida somente a partir de determinado ano. Não tem nos primeiros anos de vida.

Por que a educação física perdeu importância no currículo?

Não sei dizer exatamente, mas um professor de educação física do Rio, Marco Santoro, que entrevistei depois de filmar *Corpo e Movimento*, me falou da herança militar na escola. Tem uma coisa de andar de mãozinha para trás, de não cair, não sofrer acidente, não correr, não fazer barulho. Não se educa nem se cria mais a criança com largueza.

O Ministério da Saúde afirmou que, só em 2013, o programa Saúde na Escola beneficiou 18 milhões de crianças e adolescentes pesando e medindo todos os alunos e encaminhando aqueles que estavam acima do peso. O que mais o ambiente escolar pode fazer para combater a obesidade?

Em primeiro lugar, se a cantina vende refrigerante, hambúrguer e salgadinho, que mensagem a escola está passando para as crianças? Que autoriza aquilo. Em segundo lugar, se a criança se alimenta três vezes por dia ou mais, e para o resto da vida, ela tem de ter aula de educação alimentar no currículo. Não basta uma palestra. É matemática, português, educação alimentar. O poder público também poderia atuar de forma mais direta. A Prefeitura de São Paulo, por exemplo, está lançando um prêmio chamado Educação além do Prato – inclusive inspirado no filme –, que deve premiar escolas com o trabalho mais interessante junto às merendeiras. Quer receitas mais saudáveis. Precisa ver se é uma atividade pontual ou curricular. Outra coisa: sabe aquele bolinho que aparece no filme e fazia um ano e meio que continuava inteiro? A Prefeitura assistiu ao documentário, entrou em contato com o fornecedor e disse que

só voltaria a comprar o bolinho da sua empresa quando ele estragasse. O fornecedor passou um ano reformulando o produto e agora chegou a uma receita melhorada.

Por que o governo não faz uma campanha de massa contra a obesidade?

Um terço das crianças está com sobrepeso e obesidade. O Estadão divulgou um levantamento das mortes diretas provocadas pelo excesso de peso. Ainda tem as indiretas. Nos EUA, o *killling the most* é a obesidade, e a gente está seguindo por esse caminho. O governo ganharia se fizesse uma campanha muito forte de prevenção.

Que não está acontecendo.

Não estou vendo... Acho que é uma questão política. A indústria alimentícia é muito competente na sua distribuição de produtos. Em qualquer cidadezinha, no interior do interior, você encontra todos os produtos industrializados, mas não necessariamente os frescos. Além disso, ela é muito competente em deixar aquele produto barato. E, na composição, a mistura de sal, açúcar e gordura é ultrapalatável. Faz com que o consumidor goste daquilo e fique aprisionado pela língua. Quando o governo faz campanha pró-aleitamento materno, o resultado é incrível. Portanto, ele precisa dizer: alimente-se bem. Tem que ensinar às pessoas o que comer e o que evitar em excesso.

Sabemos que, onde tem água parada, pode ter o mosquito da dengue. No entanto, o governo dá prêmio de parceiro da saúde para uma rede de *fast-food* e o ministro da Saúde surge no carnaval dentro do camarote de uma empresa de refrigerante.

De quem foi a ideia de mostrar, em potes, quanto tem de açúcar dentro de um refrigerante e quanto tem de óleo num pacote de salgadinho?

Foi minha. Você tem um pacote com 150 g de salgadinho. No rótulo está escrito: em cada 20 g, há tanto de óleo. O pai enxerga mal o que está escrito, a criança não vai comer 20 g e sim o pacote inteiro, e é preciso fazer uma regra de três no supermercado. Pensei: qual a forma mais transparente de mostrar o que as pessoas estão

ingerindo? Eu me baseei em pesquisas muito sérias sobre os alimentos que as crianças mais ingerem: os achocolatados, os salgadinhos, os sucos de néctar. Eles não estão ali de forma aleatória.

As embalagens e os rótulos dos produtos alimentícios deveriam ser mudados?

Quando comecei a editar o filme, tive de fazer um recorte grande de conteúdo. Havia temas tão avançados em obesidade que eu pensei “vão achar que estou viajando”. Um exemplo: hoje em dia você vê no verso de um maço de cigarros um pé apodrecendo, uma pessoa com câncer. Nos EUA, onde a discussão sobre a obesidade está muito na frente, já se fala em colocar alertas desse tipo nas embalagens dos alimentos. Querem que a gente veja um rótulo e perceba, de fato, o que tem dentro daquele produto e as consequências da sua ingestão em excesso. Eu achava que, se trouxesse essa discussão para cá, num filme assistido especialmente por brasileiros, as pessoas não iriam entender.

Seria demais para aquele momento?

Sim, a discussão sobre obesidade no Brasil era muito grande entre médicos e educadores, mas não entre a população. Acho que as pessoas que estão buscando alimentos mais saudáveis, orgânicos, são as que estão pensando sobre esse conteúdo há muito tempo, vivenciaram alguma experiência dolorosa, receberam referências fortes de outros grupos. Para elas, o que deixei fora do filme talvez funcionasse.

De qualquer forma, um rótulo com imagens chocantes é controverso. Alguns dizem que pode ter efeito contrário no consumidor.

Mas mostrou uma postura importante do governo: a de que o cigarro faz mal. Tem muita gente querendo trabalhar a questão do rótulo. Contudo, o brasileiro não lê rótulo, ele assiste à propaganda. O rótulo acaba sendo um “eu avisei”. A pessoa comprou porque quis. É sempre o indivíduo. Mas uma criança de 9 anos não escolhe ser gorda, e uma mãe de uma criança de 9 anos também não escolhe

que seu filho tenha sobrepeso. Ela sabe quanto sofre uma criança com esse problema. Então tem de ser uma educação alimentar de massa, nas escolas, na TV aberta.

Como é a autoimagem da criança obesa?

Uma terapeuta especializada em crianças, a Clarissa Ollitta, diz o seguinte: “Ou as crianças obesas se sentem monstruosas ou elas se sentem invisíveis”. Vale lembrar que, em cada cinco crianças obesas, quatro serão obesas quando adultas. Mas, ainda que uma delas vire uma adulta magra, talvez nunca se recupere dessa infância. A Louise Bourgeois, artista plástica, já falava que “a infância nunca perdeu sua mágica, seu encantamento e seu drama”. A infância já é dramática por si só. Você tem de ser aceita, tem de ser gostada. Precisamos dar mais um obstáculo para ela?

Falando em drama, a criança pode passar a comer compulsivamente por causa de um trauma – o divórcio dos pais, por exemplo. Há um caso assim no filme.

Sim, mas proporcionalmente falamos mais de crianças que chegaram ao sobrepeso e à obesidade quase sem perceber. Isso aconteceu por causa da transição do alimento natural para o industrializado. Elas ficaram viciadas nesse tipo de alimento, não fazem refeição com a família, não sabem diferenciar um abacate de um rabanete, um melão de uma manga. Eu achava que isso acontecia mais no ambiente urbano. O choque foi perceber essa desinformação no Brasil inteiro.

O que acha dos programas de TV em que adultos com sobrepeso competem para ver quem emagrece mais?

Esses programas focam muito no indivíduo. Aquela pessoa tem de perder peso porque está assim por culpa dela. Primeiro, há uma linha genética. Os pais são gordinhos, daí que muitas crianças são geneticamente propensas a ser gordinhas também. A OMS tem um dado de porcentagem aceitável de obesos. Mas essas competições televisivas são perigosas porque não focam no que deixou metade da população com sobrepeso ou obesidade. Estamos falando de um ambiente

obesogênico⁷⁸, não de um indivíduo que quis ficar assim. E é difícil falar disso porque, se ele é um adulto, ele é responsável por suas escolhas. Mas, se foi uma criança obesa, suas células têm memória. O tratamento é muito complicado porque as pessoas não são uma boca. Como se trata o alcoólatra? Basta dizer “não beba”? Não. Você oferece terapia, você dá remédio, dá carinho, dá conforto. Com uma criança – e mesmo com um adulto obeso – é a mesma coisa. Não pode falar “não coma”.

Você morou sete anos nos EUA e acompanhou a campanha do governo contra a obesidade. Que percepções trouxe de lá?

Quando a Michelle Obama abraçou a causa com o Let's Move, todo mundo começou a falar mais de obesidade, inclusive no Brasil. Michelle enfrentou muita dificuldade por causa da força das marcas, das corporações. Tanto que começou falando sobre composição de produto e hoje trata mais de atividade física. É uma mulher corajosa. Sendo mãe, imagino como deve sofrer ao ver as crianças americanas obesas. Agora, é um modelo de vida que não valoriza a alimentação natural. Um amigo morou três meses nos EUA e contratou uma pessoa para ajudar na casa. No terceiro dia essa ajudante falou: “Vou ter de cobrar o dobro, eu não sabia que vocês iam usar a cozinha”. As pessoas não usam o fogão lá.

E no Brasil é muito diferente?

Vejo algumas pessoas cozinhando em casa, outras saindo para comer especialmente comida caseira. Mas o que a gente mais percebe são os restaurantes lotados, com TV em todos eles. Pensando nessas sociedades de consumo, eu queria fazer um paralelo. Quando a gente fez Criança, a Alma do Negócio, observei a quantidade de lixo de plástico que as crianças tinham em casa. Falo de brinquedos que os pais compraram, as crianças brincaram uma vez e abandonaram em seguida. Isso acontecia tanto com crianças de comunidades carentes quanto com crianças de classe AA. Eu

⁷⁸ **Obesogênico**: que causa, promove ou propicia a obesidade.

REFLEXÕES V

acho que o estímulo à compra e a obesidade infantil estão intimamente ligados. A criança não só está acumulando na sua casa como está acumulando no corpo. São calorias vazias. Ela quer preencher um vácuo que o alimento não vai preencher. Isso só vai acontecer por meio de um amigo, do afeto, da convivência. Por isso a questão é tão maior. Não é só o sentido do alimento, é o sentido da vida. ●

Estela Renner: Morou 7 anos nos Estados Unidos entre Nova York, Miami e Los Angeles, onde trabalhou com cinema e conquistou seu Mestrado em Motion Pictures com especialização em direção e roteiro.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 3 de maio de 2014

Reforma política esportiva, já

Paulo André



É hora de discutirmos ideias, apresentar projetos, assumir compromissos e debater para onde deve ir o futebol brasileiro. Doa a quem doer. O país do futebol é nosso.

A incrível vitória brasileira na Copa das Confederações teve inúmeros méritos e heróis, resgatou a fé do povo em sua seleção, deu uma aula de patriotismo e de superação... Fez (quase) de tudo, inclusive dois fatos notórios: afastou-nos dos protestos e manifestações sociais de junho e asfixiou a crise existencial do futebol brasileiro que, até então, era evidente.

Do primeiro fato, pouca coisa sobrou, a não ser a marca d'água na areia, deixada pela onda de indignação com a falta de representatividade política dos nossos governantes. Para os políticos ficou o medo de que a qualquer momento, e por qualquer deslize, a onda possa voltar a atingir a margem que já alcançou e, em consequência, derrubar outros castelos construídos indevidamente em nossas praias públicas.

Espero que a próxima onda possa ultrapassar a última marca, removendo montanhas, higienizando todo o distrito e permitindo a renovação da democracia em bases mais justas e sólidas do que as que conhecemos até aqui.

Do segundo fato (vitória do Brasil por 3 a 0 sobre a Espanha) ficou a miragem de um oásis no deserto, a ilusão de que a simples troca da comissão técnica tenha sido responsável por recolocar o futebol brasileiro nos trilhos, em direção a um futuro glorioso. Mas o destino tratou de contragolpear tal artimanha e pegou desprevenido quem se iludiu com a bela campanha da nossa seleção. Foram necessários apenas dois amistosos internacionais de clubes para retomarmos a consciência e voltarmos a discutir sobre a diferença

REFLEXÕES V

colossal que existe hoje entre o futebol brasileiro e o europeu.

Deixo clara a minha admiração e respeito pelo feito conquistado por atletas e comissão técnica da seleção, mas me recuso a aceitar o silêncio e a inércia política e administrativa dos dirigentes. Orgulho-me e me espelho em Alex, do Coritiba, que é craque dentro e fora de campo. Em recente entrevista nos chamou a atenção ao apontar o dedo para a CBF. O mesmo fez Raí, brilhante, à Agência Pública, dizendo que é hora de mudar as estruturas “viciadas” do esporte do País. Dorival Junior e Paulo Autuori, sempre que questionados, seguem a mesma direção. Falam sobre um problema estrutural de formação, capacitação e gestão que se origina na ineficácia administrativa e, principalmente, na falta de interesse em formatar um projeto amplo que possa guiar o desenvolvimento do futebol brasileiro fora de campo (com resultados efetivos dentro dele).

Para mim, seis pontos são fundamentais para dar início ao processo de recolocar o País do futebol no rumo certo e, mais, para explorar de forma eficaz (além do alto rendimento) todos os benefícios que o esporte pode trazer à nossa sociedade. São eles:

- ◇ Reforma política;
- ◇ Governança;
- ◇ Gestão;
- ◇ Capacitação profissional;
- ◇ Formação de novos atletas e;
- ◇ Responsabilidade social.

Vou me ater ao que acho que entendo e falarei desta vez apenas do primeiro item.

A reforma política no futebol se faz necessária, pois, para quem não sabe, funciona assim: os clubes são afiliados à federação de seu estado e têm o direito de eleger o seu presidente. Posteriormente, os presidentes eleitos das vinte e sete federações mais os 20 clubes da primeira divisão elegem o presidente da CBF. Só que, um detalhe, há uma cláusula de barreira que determina que para alguém

REFLEXÕES V

concorrer ao cargo é necessário que este nome seja indicado por cinco clubes e oito federações, evitando que um candidato independente dispute o pleito. Tal medida “impossibilita”, porém, de concorrer ao cargo aqueles que são contrários ao sistema e ao poder vigente.

Não é possível que vinte e sete federações, das quais catorze não possuem representantes nos dois principais campeonatos (Séries A e B), tenham tamanha influência na decisão de quem comandará a única entidade responsável por zelar, não só pela seleção, Copa do Brasil e Brasileirão, mas pelo desenvolvimento do futebol. Como podemos esperar que catorze federações votem, exijam, ou discutam o futebol se, desconsiderando a democrática Copa do Brasil, elas nem fazem parte dessa categoria? Por que não permitir que as vinte equipes da Série B tenham direito a voto e tornem os clubes, por consequência, maioria nesse modelo eletivo? Ou ainda, se sabemos que apenas os clubes da primeira divisão votam, por que não considerar a hipótese de que apenas as federações da primeira divisão tenham o mesmo direito? Assim trataríamos somente de oito federações em vinte possíveis, uma discrepância que precisa ser minimizada.

Deixo claro que não estou assumindo uma posição “bairrista” ao excluir alguns Estados (que inclusive e, surpreendentemente, terão estádios novos para a Copa) da prática em alto rendimento. Sou a favor da democratização do esporte, mas antes de um estádio esses estados, essas metrópoles precisam de um projeto de desenvolvimento do esporte (massificação, capacitação de profissionais, formação de atletas, investimentos bem orientados e de forma efetiva) para que em um segundo momento, em médio prazo, essas regiões possam de forma fundamentada, almejar fazer parte do futebol de alto rendimento.

Para isso, deve-se criar dispositivos (função da CBF) para evitar que esses estados/Federações freiem o avanço do esporte, enquanto, ao mesmo tempo, outros dispositivos deverão ser criados para que fortaleçam suas regiões, fomentem sua prática e possibilitem o desenvolvimento do futebol como ferramenta de educação, formação e responsabilidade social. Caso contrário, se

REFLEXÕES V

continuarmos com esse sistema político, como será possível discutir a redução das datas para os campeonatos estaduais ou até mesmo sua extinção? Aliás, quem ainda acredita que o modelo atual leva os clubes do interior à subsistência? Está mais para uma sobrevivência em estado vegetativo. Como é possível debater a mudança do calendário ou sua adaptação ao sistema europeu se sabemos que, apesar de serem benéficas para o desenvolvimento do nível do jogo e das finanças dos clubes, essas questões são conflitantes com os interesses das Federações?

Por outro lado, quem seria capaz de assumir o papel de líder nesse momento em que uma transição ou até mesmo uma ruptura se faz necessária? Como fazer com que Confederação, Federações e clubes caminhem juntos sem que um atrapalhe o desenvolvimento do outro, mas sim coexistam como partes do um todo?

Para responder a essas perguntas é fundamental entender que, quando falamos de futebol brasileiro não falamos apenas de resultados da seleção ou da organização dos campeonatos estaduais ou nacionais. Fiscalizemos o estatuto do torcedor, seus direitos e deveres. Falemos da situação financeira dos clubes e a real necessidade da criação de um *fair play* financeiro para que jamais voltemos a falar em anistia fiscal por conta de má gestão administrativa. Discutamos a metodologia da formação de atletas e as condições precárias a que eles são expostos na maioria dos alojamentos dos clubes. Desenvolvamos um modelo melhor de capacitação dos profissionais em todas as áreas do futebol. Criemos uma discussão científica e prática entre clubes, classes e entidades por meio de seminários, cursos e pesquisas do esporte em suas três áreas distintas: educação, participação e rendimento. Aumentemos o leque, pois é de responsabilidade estatutária, por parte das Federações e da CBF, a fomentação do esporte como ferramenta de inclusão social, tema gerador de educação e de cidadania. Cobremos a responsabilização dos dirigentes por má gestão, melhor fiscalização da legislação existente e conseqüentemente, o cumprimento das leis – um problema recorrente no País.

Cabe a todos nós a escolha do caminho a seguir, já que estamos discutindo um patrimônio cultural e esportivo, uma paixão nacional

REFLEXÕES V

que faz parte do cotidiano de milhões de pessoas, e não podemos mais (e aqui convido todos os que vivem de futebol) nos omitir e aceitar as coisas como estão. Precisamos nos expor nesse momento (como indicou Paulo Autuori) e devemos participar das decisões, das regulamentações e das iniciativas deste novo processo. Caso contrário, os que assumirem o posto gastarão mais quatro anos “estudando” o assunto e evitando as feridas para se manterem no poder, como o fez o outro que, por fim partiu para Miami.

É dado o momento de nos posicionarmos. Chega de cartas marcadas. Chega de presidentes que se perpetuam no poder. Chega de acordos escusos para a manutenção desse modelo retrógrado. Chega de inércia. Chega de desinteresse no desenvolvimento do esporte. Chega de falta de visão e de liderança. Chega de apresentar um produto e um espetáculo de baixa qualidade sem se importar com os consumidores/torcedores. É hora de discutirmos ideias, apresentar projetos, assumir compromissos e debater para onde deve ir o futebol brasileiro, doa a quem doer. “Às vezes, lavando as mãos, sujamos a consciência”... Pois “não se faz omeletes sem quebras os ovos”.

Não esperemos mais quatro anos. Reforma política esportiva, já. ●

Paulo André Cren Benini: conhecido como **Paulo André** (Campinas, 20 de agosto de 1983), é um futebolista, escritor, filósofo e artista plástico brasileiro e também criador do **Instituto Paulo André**, uma organização sem fins lucrativos criada com o objetivo de oferecer projetos socioeducativos nas áreas de esporte e cultura para que crianças e jovens tenham a oportunidade de se desenvolverem pessoal e profissionalmente.